

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
DOUTORADO

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

**RENATO SOEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS DO IPHAN:
políticas de preservação do patrimônio (1960-1970)**

JUIZ DE FORA

2024

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

RENATO SOEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS DO IPHAN:
políticas de preservação do patrimônio (1960-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História., Cultura e Poder

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti

JUIZ DE FORA

2024

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca
Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Martins Saporetti, Carolina.

RENATO SOEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

CULTURAIS DO IPHAN : políticas de preservação do
patrimônio (1960-1970) / Carolina Martins Saporetti. --
2024.

318 f.

Orientador: Rodrigo Christofolletti

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Juiz de Fora,
Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação
em História, 2024.

1. IPHAN. 2. Renato Soeiro. 3. Relações Internacionais. 4.
soft power. I. Christofolletti, Rodrigo, orient. II. Título.

CAROLINA MARTINS SAPORETTI

RENATO SOEIRO E AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS DO IPHAN: políticas de preservação do patrimônio (1960-1970)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História. Área de concentração: História, Cultura e Poder.

Aprovada em 18/10/2024

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Rodrigo Christofolletti - Orientador
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Marcos Olender
Universidade Federal de Juiz de Fora

Prof. Dr. Mateus Rezende de Andrade
Universidade Federal de Juiz de Fora

Profa. Dra. Claudia Feierabend Baeta Leal
Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari

Juiz de Fora, 08/10/2024.



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Christofolletti, Professor(a)**, em 18/10/2024, às 18:18, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcos Olender, Professor(a)**, em 18/10/2024, às 19:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Claudia Felerabend Baeta Leal, Usuário Externo**, em 22/10/2024, às 13:53, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Raul Amaro de Oliveira Lanari, Usuário Externo**, em 29/10/2024, às 14:44, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no Portal do SEI-UFGF (www2.ufjf.br/SEI) através do ícone Conferência de Documentos, informando o código verificador **2030754** e o código CRC **1F3D9C71**.

A minha mãe por ser minha maior
inspiração e motivação.

AGRADECIMENTOS

À minha mãe, Marilene Saporetti, por todo apoio, amor e compreensão que sempre teve comigo. Sem você nada seria possível.

À minha irmã por sempre estar torcendo, incentivando e me ajudando.

Ao meu marido, Lucas Elias, por estar comigo diariamente nessa jornada, me incentivando e me ajudando.

Ao meu orientador Rodrigo Christofolletti por sempre acreditar no meu trabalho e me incentivar a fazer o doutorado.

Ao Marcos Olender, pela amizade, pela confiança, pela oportunidade, isso não seria possível se não tivesse aberto as portas para mim algumas vezes.

Aos membros da banca Dra. Claudia Leal, Dr. Raul Lanari, Dr. Mateus de Andrade e Dr. Marcos Olender pode terem aceitado tão prontamente o meu convite,

Aos meus cachorros Kyra e Balboa que ficaram diariamente do meu lado enquanto eu estudava.

Aos meus (as) amigos(as) (não vou citar nome com receio de esquecer alguém) que acompanharam todo o processo. Nos momentos de desesperos sempre me acalmaram e me ajudaram a seguir em frente.

Aos funcionários, bolsistas e estagiários do Centro de Conservação da Memória da Universidade Federal de Juiz de Fora e do Museu Dinâmico de Ciência e Tecnologia, pelo convívio diário e por todo apoio.

A psicóloga Lídia Campos, que a quase 3 anos me atende semanalmente. Você foi fundamental para que eu não surtasse e isso se concretizasse.

A psiquiatra Natália Guarino que me ajudou nessa reta final a controlar a ansiedade.

A Camila de Sá Oliveira que me ajudou com a catalogação dos documentos e com a transcrição das entrevistas.

Aos membros do LAPA pela troca, acolhimento e torcida. Com certeza foram anos muito especiais, de muito aprendizado.

Aos integrantes do grupo de pesquisa CNPq Patrimônio e Relações Internacionais

Ao grupo de estudos e pesquisas em Referências Culturais, Patrimônio e Educação que coordeno junto com a Danielle Arruda e Isadora Ribeiro.

As minhas companheiras do doutorado Danielle Arruda e Isadora Ribeiro pela amizade, risadas, choros e tudo o que construímos juntas.

Aos funcionários do Arquivo Central do IPHAN/ Seção do Rio de Janeiro (Andressa, Mariana, Tatiana, Sigmar, Oscar e Ivan) que me ajudaram imensamente com todo o processo de pesquisa no acervo, inclusive digitalizando muitos documentos. Vocês têm um lugar especial no meu coração.

Aos funcionários do Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro pela presteza e atenção no atendimento.

A Vera Soeiro, Felipe Chaimonich e Prof. Dr. Paulo Ormino David de Azevedo que me concederam entrevistas.

Aos queridos funcionários da secretaria do Instituto de Ciências Humanas (Batista, Carlos e Marcos (este último aposentou)) que desde a graduação torcem por mim e alegram minhas idas a UFJF.

A ABAN, ong a qual sou voluntária, por me permitir aprender e conviver com pessoas maravilhosas.

Ao PPGH UFJF pela oportunidade de ingressar no doutorado e desenvolver tal pesquisa.

À UFJF por me acolher desde a graduação. São anos inesquecíveis.

O hoje é real
É a realidade que você pode interferir
As oportunidades de mudança
Tá no presente
Não espere o futuro mudar sua vida
Porque o futuro será a consequência do presente
Parasita hoje
Um coitado amanhã
Corrida hoje
Vitória amanhã
Nunca esqueça disso, irmão

Acreditar e sonhar
E sonhar
E sonhar

(Afro-X e Racionais MC's, 2002).

LISTA DE FIGURAS

Fig. 1 - Estação de Hidroaviões – Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro)	47
Fig. 2 - Estação de Hidroaviões – Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro)	47
Fig. 3 - Capa do livro <i>Brazil Builds</i>	48
Fig. 4 - Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Dr. Péricles	53
Fig. 5 - Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Renato Soeiro	54
Fig. 6 - Capa do Boletim Cultura	56
Foto 7 - Finalidades e Realizações do programa de Ação Cultural	60
Fig. 8 - Telegrama de Renato Soeiro para o arquiteto Graziano Gasparini	66
Fig. 9 - A recompensa de Soeiro por Carlos Drummond de Andrade	73
Fig. 10 - Moção escrita por Américo Simas Filho	74
Fig. 11 - Texto O trabalho da Divisão Cultural	83
Fig. 12 - Ofício nº 490	85
Fig. 13 - Ofício nº 959	86
Fig. 14 - Paul Coremans em Ouro Preto, 1964	90
Fig. 15 - Carta nº 41	91
Fig. 16 - Ofício nº 52	92
Fig. 17 - Carta nº 130	94
Fig. 18 - Carta do presidente do ICOMOS Piero Gazzola para Rodrigo M. F. de Andrade (presidente do Comitê Nacional Brasileiro)	101
Fig. 19 - Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para o presidente do Comitê Espanhol do ICOMOS	102
Fig. 20 - Carta de R. M. Lemaire para Rodrigo M. F. de Andrade	103
Fig. 21 e 22 - Carta de Piero Gazzola para Renato Soeiro e lista dos Comitês da América Latina anexada	105-106
Fig. 23 - Carta de Rodrigo Márquez de la Plata I. para Renato Soeiro	107
Fig. 24 e 25 - Texto escrito por Augusto Telles	109-110
Fig. 26 e 27 - <i>Ofrece becas</i>	113-114
Fig. 28 e 29 - Carta de Guillermo de Zendegui para Renato Soeiro	115-116
Fig. 30 - Carta da AM ICOM BR	121
Fig. 31 - Capa do discurso realizado por Julio PradoVallejo	132

Fig. 32 - Discurso de encerramento da Reunião sobre Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico feito por Carlos Manuel Larrea	132
Fig. 33 - Foto dos representantes internacionais publicada no jornal <i>El tiempo</i>	133
Fig. 34 - Notícia no jornal <i>El comercio</i>	133
Fig. 35 - Primeira folha das “Notas sobre a Reunião de Quito”	136
Fig. 36 e 37 - Carta nº 204	138-139
Fig. 38 - Primeira página do Documento de Trabalho da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (SHC/CIPOC/4)	143
Fig. 39 - Primeira página da programação de visitas técnicas de informação sobre o problema de conservação de Veneza	145
Fig. 40 - Exemplo das anotações de Renato Soeiro sobre a Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais	148
Fig. 41 - Matéria no jornal Correio da Manhã “Brasil presente à reunião de cultura”	150
Fig. 42 - Reglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites	152
Fig. 43 e 44 - Ofício enviado por Fernando Magalhães a Renato Soeiro	153-154
Fig. 45 - Cópia da publicação no Diário Oficial	157
Fig. 46 - Comité spécial d’experts gouvernementaux charge de préparer un projet de convention et un projet de recommandation aux Etats Membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites	158
Fig. 47 - Jornal do Brasil	160-161

LISTA DE SIGLAS

ABL - Academia Brasileira de Letras

AI-5 - Ato Institucional nº 5

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CAME - Conferência dos Ministros de Educação Aliados

CIHM - Comitê Internacional de História das Artes

CICI - Comissão Internacional de Cooperação Intelectual

CONCINE - Conselho Nacional de Cinema

CNDA - Conselho Nacional de Direito Autoral

CFC - Conselho Federal de Cultura

CNC - Conselho Nacional de Cultural

CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

CNRC - Conselho Nacional de Referência Cultural

DAC - Departamento de Aeronáutica Civil

DCT - Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica

DAC - Departamento de Assuntos Culturais

DCR - Divisão de Conservação e Restauração

DCOPT - Divisão de Cooperação Técnica

DET - Divisão de Estudos e Tombamento

DPHAN - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DRE - Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara

EMBRAFILME - Empresa Brasileira de Filmes

ESG - Escola Superior de Guerra

EUA – Estados Unidos da América

FNPM - Fundação Nacional Pró-Memória

FUNAI - Fundação Nacional dos Povos Indígenas

FUNARTE - Fundação Nacional de Arte

IAB - Instituto de Arquitetos do Brasil

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBPC - Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural

ICCROM - Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property
ICOM - Conselho Internacional de Museus
ICOMOS - Conselho Internacional de Monumentos e Sítios
IHGB - Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro
IICI - Instituto Internacional de Cooperação Intelectual
INCAER - Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MEC - Ministério da Educação
MES - Ministério de Educação e Saúde
MOMA - Museum of Modern Art
MRE - Ministério das Relações Exteriores
OEA - Organização dos Estados Americanos
OIM - Office International des Musées
ONU - Organização das Nações Unidas
PAC - Programa de Ação Cultural
PNC - Política Nacional de Cultura
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SAT - Seção de Assistência Técnica
SCL - Seção Cultural
SPAB - Society for the Protection of Ancient Buildings
SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SNT - Serviço Nacional do Teatro
UFBA - Universidade Federal da Bahia
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNECO - Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

RESUMO

A presente tese apresenta uma pesquisa sobre as relações internacionais construídas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) no período da direção de Renato Soeiro (1967-1979), época em que se entende ter havido o maior processo de internacionalização da instituição. Desenvolve-se uma análise da atuação dos órgãos internacionais e das normas, convenções, resoluções, dentre outros documentos, observando como estes influenciaram no desenvolvimento das políticas públicas e projetos de preservação do patrimônio no período indicado. Neste estudo, também se faz uma investigação sobre o conceito de *soft power* neste contexto, tendo em vista sua aplicabilidade frente às pautas internacionalistas encampadas por Soeiro. Examinando a partir de documentos disponíveis no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, a atuação dele como principal representante internacional da instituição.

Palavras-chave: IPHAN, Renato Soeiro, relações internacionais, *soft power*.

ABSTRACT

This thesis presents research on the international relations built by the National Historical and Artistic Heritage Institute (IPHAN) during the period under Renato Soeiro's direction (1967-1979), a time in which the institution's greatest internationalization process is understood to have been successful. An analysis of the performance of international bodies and standards, conventions, resolutions, among other documents, is developed, observing how these influenced the development of public policies and heritage preservation projects in the indicated period. In this study, an investigation is also carried out on the concept of soft power in this context, considering its applicability in relation to the internationalist agendas advocated by Soeiro. Examining documents available in the IPHAN Central Archive/Rio de Janeiro Section, he served as the institution's main international representative.

Keywords: IPHAN. Renato Soeiro, international relations, soft power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1- O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL	22
1.1 PATRIMÔNIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS	22
1.2 SOFT POWER	34
1.3 DIPLOMACIA PATRIMONIAL	41
2 - RENATO SOEIRO NO IPHAN: INTERNACIONALIZAÇÃO E ESQUECIMENTO	45
2.1 O ARQUITETO RENATO DE AZEVEDO DUARTE SOEIRO, A CRIAÇÃO DO SPHAN E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL	45
2.2 DIRETOR DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO	46
2.3 DIRETOR DO IPHAN E DO DAC	50
2.4 A CULTURA NA DITADURA CIVIL-MILITAR E A ATUAÇÃO DE RENATO SOEIRO PERANTE O SISTEMA	57
2.5 APOSENTADORIA E SILENCIAMENTO.....	66
3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO IPHAN: OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS QUE PARTICIPARAM DESTES PROCESSOS	77
3.1 MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)	77
3.2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco)	87
3.2.1 Missões da Unesco no Brasil	88
3.2.1.1 Turismo Cultural	95
3.2.2 Patrimônio Mundial	96
3.3 CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS)	98
3.3.1- Comitê consultivo	99
3.3.2 Comitês nacionais	100
3.3.2.1 Comitê Nacional brasileiro	100
3.4 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)	110
3.5 CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURAR DE BENS CULTURAIS (ICCROM)	117
3.6 – CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM)	120

4 O PATRIMÔNIO CULTURAL EM ESCALA GLOBAL: DISCUSSÕES PENDULARES ENTRE A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	126
4.1 NORMAS DE QUITO (1967)	126
4.1.1 – A Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de interesse Histórico e Artístico	126
4.1.2 – Notas sobre a Reunião de Quito de Renato Soeiro	134
4.2.3 – As Normas de Quito	139
4.2 CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DAS POLÍTICAS CULTURAIS (1970)	141
4.2.1 Participação do Brasil	146
4.3 CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL (1972)	150
CONSIDERAÇÕES FINAIS	162
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	165
Fontes primárias	170
Entrevistas	174
ANEXO 1- TRADUÇÕES DE DOCUMENTOS (EM IMAGENS) UTILIZADOS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS	175
ANEXO 2- CATALOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS	195

INTRODUÇÃO

Esta tese de doutorado aborda um conjunto de temáticas que marcam a trajetória acadêmica da autora: arquivo, patrimônio cultural, História Oral, Renato Soeiro, silenciamento, IPHAN, Relações Internacionais.

Esta história se inicia em 2012, quando foi aprovada na seleção de bolsistas do projeto de extensão “História da UFJF”. A partir daquele momento iniciou-se o trabalho com a organização do acervo do DCE e dessa experiência surgiu uma grande paixão, os arquivos. Ver como a história poderia ser contada a partir da junção e análise daqueles documentos era encantador. Um mundo de possibilidades. O ofício de pesquisadora se despertou cada vez mais. Uma pesquisadora que queria trabalhar com fontes primárias. Fazer um trabalho de formiguinha: levantamento, catalogação, análise documental, o olhar do historiador para essas fontes, junção dos fatos e construção de uma narrativa. Assim foi feita essa tese.

Em uma outra esfera desse projeto começou o trabalho de realização de entrevistas com a metodologia de História Oral. Onde se gravava depoimentos de atores que fizeram parte da história da instituição. Escutar essas histórias, poder ter um contato mais próximo com um outro viés da história é encantador. Assim, gradativamente o interesse por essa metodologia foi aumentando. Escolher o entrevistado, entrar em contato, esperar a resposta, fazer o roteiro, agendar, gravar, transcrever... são etapas que pulsam um outro lado da pesquisadora, a que trabalha com pessoas.

Foi também em 2012, que ao ingressar no Laboratório de Patrimônios Culturais (LAPA) ao adentrar nas temáticas mais específicas da área do patrimônio, ter contato com diversas atividades que se desenvolviam ali, e participar do grupo de estudos, o sentimento floresceu e com o tempo se fortaleceu, “*patrilover*” com orgulho.

Após formar em licenciatura em História e dar continuidade no bacharelado, em 2014, pensando no tema que poderia desenvolver um projeto de mestrado, em uma disciplina do Programa de Pós-graduação em História “Tópico em Narrativas, Imagens e Sociabilidades”, lecionada pelo prof. Dr. Marcos Olender, ao escrever um artigo sobre a preservação do patrimônio cultural no período da ditadura militar, algo se destaca dentre todo o levantamento feito, o silenciamento do diretor Renato Soeiro. Como autores poderiam tratar da história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)¹ e do desenvolvimento da

¹ Durante a trajetória Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ocorreram mudanças no nome da instituição. Em 1937 foi denominado Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). Em 1946 alterou para Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN).

preservação do patrimônio cultural e não falar do Renato Soeiro? Sem encontrar uma análise sobre a sua gestão, e deparar apenas com afirmações dele ter sido um “mero sucessor” do Rodrigo Melo Fraco de Andrade, era inaceitável. Assim, surgiu o tema do projeto de dissertação, com essa inquietação. No silêncio despertou-se uma possibilidade de pesquisa. E quem diria que se tornaria um projeto para a vida?!

Deste modo, começou a saga, precisava saber se era viável, se teria fontes, visto que não se tinha trabalhos produzidos sobre o Renato Soeiro. E foi então que veio o primeiro contato com o Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, conhecido como Arquivo Noronha Santos. São 10 anos desde que a primeira visita a este arquivo ocorreu. Após realizar o levantamento e verificar a viabilidade de realizar a pesquisa, o projeto foi escrito e aprovado na seleção do mestrado do PPGH UFJF, em 2015. E o desafio de escrever sobre o Renato Soeiro foi cumprido. Em 2021, foi publicado o livro “A Gestão de Renato Soeiro na Direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979)”, resultado dessa pesquisa de mestrado.

Foi um trabalho muito árduo, mas muito gratificante também. O mergulho nas fontes é um processo intenso e revelador. Foi recompensador conseguir dissertar sobre a trajetória dele no IPHAN. Através desse trabalho e da participação no grupo de estudos CNPq Patrimônio e Relações Internacionais, em 2018, coordenado pelo prof. Dr. Rodrigo Christofolletti, acendeu-se a chama de continuar os estudos, mas com um foco diferente, trabalhando diretamente com a atuação do Soeiro no processo de internacionalização do IPHAN.

Foi assim, que o projeto de tese foi desenvolvido. Algo ainda mais desafiador, adentrar na área das Relações Internacionais. E foi realmente algo difícil. Estudar os teóricos, entender os conceitos e analisar como o patrimônio cultural estava envolvido nas discussões deste meio.

Em 2020, veio a pandemia da Covid 19, e logo no início do doutorado tudo fechou. Muitas incertezas e medos. No ano de 2021 a vacina chegou e aos poucos os setores foram abrindo, inclusive os arquivos. Neste período de reabertura, os funcionários do Arquivo

Em 1970, a DPHAN foi transformada em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Em 1979, o IPHAN foi dividido em Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), na condição de órgão normativo, e na Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), como órgão executivo. Em 1990, a SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC). Em 1994, o IBPC foi transformado em Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). No decorrer desta tese serão usadas diferentes denominações em acordo com o período que estiver sendo referenciado, porém quando for utilizado em um contexto geral, será utilizado IPHAN, por ser o nome atual e para facilitar a compreensão (THOMPSON, 2015, p. 11 Apud Silva, 2020, p.17).

Noronha Santos digitalizaram muitos documentos, atendendo a solicitação dos pesquisadores, o que ajudou muito no desenvolvimento da pesquisa. Mesmo assim, foram realizadas duas imersões (literalmente) no arquivo, uma em 2022 e outra em 2023.

No ano de 2023 também houve a realização de pesquisa no acervo do Arquivo Histórico do Itamaraty- Rio de Janeiro, que embora possui a guarda de documentos até o ano de 1959, pode auxiliar com alguns documentos. Infelizmente não foram encontradas muitas fontes, devido uma dificuldade encontrada na forma que os documentos foram encadernados (documentos de várias tipologias e assuntos diversos no mesmo livro). A sede de Brasília não foi possível visitar, pois estava fechada para reforma. Nesta estão guardados os documentos de 1960 em diante, documentos que poderiam ser mais úteis devido o recorte temporal. Mas quando o arquivo reabriu, em maio deste ano, já não se tinha tempo para o levantamento de mais fontes para esta tese. De forma geral, em ambos os arquivos visitados muitas fontes foram coletadas e catalogadas (anexo 2). Um trabalho fundamental para o desenvolvimento desta tese. Devido à importância da diversidade da documentação, optou-se pela utilização das imagens dos documentos, com intuito de ilustrar as múltiplas tipologias encontradas, os detalhes em cada documento (marcas d'água, papéis, tamanhos, símbolos, carimbos, anotações, logos, cabeçalhos, estado de conservação...), as formas que as informações foram identificadas e a riqueza dos acervos pesquisados. O catálogo será disponibilizado para os arquivos que poderão viabilizar para seus pesquisadores.

Neste meio tempo, algo muito importante aconteceu: o contato com a filha do Renato Soeiro, Vera Soeiro. Conhecer, mesmo que virtualmente, alguém tão próximo ao Soeiro era algo fantástico. A partir disso, iniciou-se também o trabalho com a História Oral, assim, foram realizadas três entrevistas: com a Vera Soeiro, Felipe Soeiro Chaimovich (neto) e Paulo Ormino (pesquisador). Dessa forma, algumas lacunas que não foram encontradas nas documentações puderam ser fechadas.

Desta maneira, esta tese foi construída sob orientação do prof. Rodrigo Christofolletti, este trabalho foi dividido em quatro capítulos. Nesse percurso foi possível observar que as ações de preservação do patrimônio foram pautadas sob a dupla perspectiva da reação e da apropriação. Por um lado, essas ações buscaram conter os avanços da urbanização que ameaçavam o patrimônio. Por outro lado, elas também incorporaram elementos do desenvolvimento, buscando conciliar a preservação com as demandas de uma sociedade em constante transformação, principalmente através do turismo cultural. Nota-se que no âmbito internacional, nas décadas de 1960 e 1970, essas discussões sempre estavam presentes nos debates dos congressos, nas reuniões e eram inseridos nas cartas, resoluções, normas, dentre

outros documentos que eram produtos destes encontros, que no campo do patrimônio são denominadas “Cartas Patrimoniais”. Como foi desenvolvido no decorrer desta tese, Renato Soeiro foi um dos principais agentes que participou desses eventos e contribuiu com as discussões e elaboração desses documentos. Assim, ao retornar desses encontros, Soeiro buscava articular com autoridades responsáveis, como o país poderia seguir e se adequar ao compromisso assumido, visto que, os países participantes destas reuniões se comprometem a promover a cooperação internacional na área, buscando influenciar suas legislações e práticas nacionais de forma a alinhá-las com os princípios e diretrizes estabelecidos. Essa cooperação pode se dar por meio de ações legislativas, administrativas ou outras medidas adequadas a cada contexto nacional, sempre respeitando as especificidades de cada sistema jurídico. O objetivo é construir um arcabouço legal internacional mais coeso e eficaz para a proteção do patrimônio cultural.

A década de 1960 foi marcada pelo fortalecimento da cooperação internacional em prol da preservação do patrimônio cultural e difusão desses para além das fronteiras. Um dos marcos iniciais no Brasil foi a aproximação com a Unesco, em um período que esta organização estava no processo de descentralização e em estabelecer sedes em países que precisavam de auxílio técnico. Assim, em 1964, estabeleceu sua representação no Brasil, como parte do compromisso de cooperação técnica acertado com as autoridades brasileiras. Havia um consenso crescente de que a construção da paz mundial dependia da solidariedade intelectual e moral entre os povos. A difusão da cultura e da educação era considerada essencial para promover a justiça, a liberdade e a paz. A cooperação internacional era vista como um mecanismo fundamental para promover o enriquecimento mútuo das culturas, respeitando as diversidades e a autonomia dos Estados. Em suas diversas formas, tinha como objetivo central compartilhar os avanços científicos e tecnológicos com todas as nações, buscando reduzir as desigualdades e promover o desenvolvimento humano. Essa visão encontra eco na noção de assistência técnica que caracterizou muitos dos programas da Unesco, como o envio de especialistas para diversas regiões. Embora essas ações tivessem uma forte raiz europeia, elas buscavam transcender as fronteiras do continente, visando alcançar todos os países e seus cidadãos. O objetivo era não apenas proteger os bens culturais de cada nação, mas também construir uma compreensão comum sobre a importância do patrimônio cultural como um bem universal e a necessidade de sua proteção e valorização por parte de todos os povos.

No primeiro capítulo, foi realizada uma imersão no campo das relações internacionais culturais, com ênfase na trajetória histórica da preservação do patrimônio cultural no âmbito

internacional. A análise abarcou marcos cruciais, tais como congressos e a fundação da Unesco, evidenciando a crescente importância atribuída à proteção desse bem comum. Traçou-se o processo de construção de um “sistema internacional de patrimônio” (LEAL, 2014, p. 129). Com esse propósito iniciou-se o estudo no final do século XIX até o recorte temporal proposto para esta tese (1960-1970) utilizando de produções de importantes autores da área Edwin R. Harvey, Vittorio Mainetti e Marcos Olender. Além disso, empenhou-se nos estudos sobre as organizações, os encontros e os documentos que foram fundamentais nesse processo. Ao analisar os objetivos e as consequências das ações desses atores, eventos e discursos, foi possível obter uma compreensão mais profunda desse fenômeno. Além disso, investigou-se o desenvolvimento e a especificidade das relações internacionais culturais no contexto brasileiro. Por fim, o conceito de *soft power* foi aprofundado, principalmente através dos estudos de Joseph Nye, Frantjesco Balleirini e Hendrik W. Ohnesorge, com o objetivo de demonstrar sua relevância nas dinâmicas internacionais e seu papel na disputa pela preservação e reconhecimento do patrimônio cultural, que se configura como um instrumento estratégico na construção de identidades nacionais e na projeção de poder.

No segundo capítulo, foram abordadas as realizações do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro ao longo de sua carreira, começando desde seus primeiros passos na arquitetura. O foco incluiu sua trajetória no IPHAN, desde a fundação da instituição até sua aposentadoria como diretor-geral, perpassando por ações realizadas enquanto diretor da Divisão de Conservação e Restauração, diretor substituto e representante internacional, somando 41 anos de dedicação a preservação do patrimônio cultural brasileiro. Para além do IPHAN destacou-se ações que Soeiro esteve envolvido enquanto diretor do Departamento de Assuntos Culturais e membro do Conselho Federal de Cultura, em que participou da construção do Programa de Ação Cultural, um esboço da primeira política nacional de cultura no país. Além disso, foi dissertado sobre a política cultural vigente durante o período da ditadura civil-militar no Brasil, contexto no qual Soeiro exerceu a função de diretor do IPHAN, mostrando que apesar do regime autoritário, com estratégias Soeiro conseguiu realizar grandes ações em prol do patrimônio cultural e do cenário cultural como um todo, influenciando na difusão internacional deste campo e auxiliando no desenvolvimento e fortalecimento de órgãos estatais como a Embrafilme e a Funarte.

Para isso, foi fundamental a utilização do trabalho de minha autoria “A gestão de Renato Soeiro na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979)” publicado em 2021, onde principalmente através de fontes primárias levantadas no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro, realizou-se um levantamento sobre as

ações de Renato Soeiro. Ademais, debruçou-se na obra “Estado e cultura no Brasil” (1984) organizada por Sérgio Miceli, considerada uma das principais publicações sobre cultura no regime militar, sendo importante para entender as relações culturais neste período. Sobre o apagamento histórico da gestão de Soeiro na narrativa institucional, empregou-se de teóricos como Michael Pollack, Paul Ricouer, e Eni Orlandi buscando refletir sobre o silenciamento, a memória e a história. A partir desses estudos e da realização de entrevistas, foi possível elaborar quatro hipóteses para o apagamento de Soeiro, como é possível averiguar no capítulo 2 deste trabalho.

No terceiro capítulo foi realizada uma análise dos principais órgãos que participaram do processo de internacionalização do IPHAN nas décadas de 1960 e 1970, como: MRE, Unesco, ICOMOS, OEA e ICCROM. Através da leitura de referências bibliográficas sobre o tema foi traçado um histórico destas instituições e um estudo da atuação destas no Brasil. A partir do levantamento realizado no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro investigou-se os documentos produzidos por estes órgãos e que estão relacionados com o IPHAN, como cartas, ofícios, programas, projetos. Através da pesquisa realizada constatou-se a relação direta de Soeiro com esses organismos, analisando por exemplo: a importância do MRE para a articulação com órgãos internacionais, para emissão de vistos especiais, para a vinda de convidados estrangeiros e a ida de representantes brasileiros para eventos internacionais; a importância da Unesco para o desenvolvimento da cooperação internacional e a implantação do programa de assistência técnica e as missões da Unesco no Brasil; a atuação do ICOMOS e do ICCROM nos estudos, pesquisas e eventos realizados no âmbito do patrimônio cultural, sendo este último referência na especialização de técnicos na área de conservação e restauro; e a OEA no fortalecimento das ações culturais na América, promovendo ações e encontros importantes como a Reunião de Quito – Equador (1967).

No quarto capítulo foram apresentadas as principais ações e participações do IPHAN, em âmbito internacional, principalmente tendo como representante Renato Soeiro. Deste modo, foi estudada a participação na Reunião de Quito (1967), na Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (1970) e na Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural (1972). A seleção desses três eventos foi devido a maior quantidade de fontes levantadas sobre estes, o que permitiu uma análise mais aprofundada. Para este estudo utilizou-se das fontes primárias que foram digitalizadas no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro. Assim, foram analisadas correspondências, documentos produzidos nas reuniões, ofícios e anotações de Renato Soeiro, podendo assim realizar uma investigação

sobre as principais discussões, as solicitações realizadas por Soeiro e o envolvimento dele nessas reuniões. A partir disso, foi feita uma discussão sobre o processo de internacionalização do IPHAN que ocorreu durante as décadas de 1960 e 1970 e a utilização do patrimônio cultural nacional como *soft power* neste período.

Espera-se que essa tese possa contribuir com os estudos sobre a historiografia do IPHAN e que seja capaz de ressaltar o trabalho realizado por Renato Soeiro na instituição, sendo uma figura fundamental para as relações internacionais culturais do IPHAN e do Brasil, cooperando para o desenvolvimento das políticas de preservação no patrimônio e para o estreitamento dos laços com importantes órgãos internacionais.

1- O DESENVOLVIMENTO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS E O PATRIMÔNIO CULTURAL

No primeiro capítulo desta tese foi realizado uma introdução sobre relações internacionais culturais, desenvolvendo sobre a trajetória da preservação do patrimônio cultural no cenário internacional, assinalando alguns episódios, como alguns congressos e a criação de órgãos, como a UNESCO. Além disso, foi abordado como essa área das relações internacionais culturais foi desenvolvida no Brasil. Por fim, foi feita uma análise do conceito de *soft power*, com o intuito de demonstrar como este está presente nas relações internacionais em geral, e na disputa da preservação e reconhecimento do patrimônio cultural. Um diálogo que atravessa o desenrolar desta tese.

1.1 PATRIMÔNIO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS CULTURAIS

As Relações Internacionais estão em todo lugar, fazem parte do dia a dia. Elas influenciam diretamente na vida das pessoas e transformam a maneira de analisar o outro. O seu poder reflete e altera o papel e as atribuições do Estado, orientando a lógica de força entre os cidadãos, empresas, unidades subnacionais, sociedade civil e organismos multilaterais.

O conceito de Relações Internacionais é dinâmico, desde o início do século XX e passou por transformações, pode ser definido como interações políticas, econômicas, sociais e culturais convencionadas entre Estados distintos, atores não estatais e indivíduos relacionados a distintas unidades separadas política e fisicamente por fronteiras. O termo também faz alusão a elementos que constituem as ordenações do sistema internacional e que possibilitam a intensificação e a propagação de conexões globais, como organizações político-institucionais e infraestruturas de comunicação, transporte, energia e conservação ambiental. Segundo Danielly Ramos em “Introdução às Relações Internacionais (2022), “forças espontâneas, como as correntes de opinião pública, redes sociais e fluxos migratórios, também influenciam constantemente as relações internacionais e fazem parte de seu conceito” (RAMOS, 2022, p. 13-14).

Cristina Pecequilo em “Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões” (2017) afirma que os fatores internacionais são importantes no desenvolvimento de cada povo. Os fluxos e relacionamentos transformam a rotina da sociedade tornando-a mais complexa. Os movimentos externos impactam estas sociedades que devem ser investigados (PECEQUILO, 2017, p. 9). Assim, as Relações Internacionais se originam da necessidade de

se refletir sobre as realidades externas que afetam as populações. Estas relações podem oscilar entre um eixo de cooperação e conflito, em que a influência internacional poderá acontecer de forma produtiva ou negativa, testando a resistência ao externo (PECEQUILO, 2017, p. 10).

Desta forma, as Relações Internacionais podem ser entendidas como a composição de diversos ambientes, cenários, correntes e paradigmas que se relacionam entre si e que visam formar a organização do saber internacionalista. Como disciplina ou prática associada às ações realizadas pelos atores, as Relações Internacionais se concretizam em forma de diálogos e acordos recorrentes entre os diversos sujeitos (estatais, não estatais e individuais), em negociações (fechadas ou abertas) e em várias maneiras de comunicação (brandas ou duras), como mostra Thales Castro em “Teoria das relações internacionais” (2012, p. 73). As guerras, a paz, a diplomacia, as interações econômicas e culturais entre diferentes povos, os fluxos naturais, as comunicações são alguns dos componentes que constituem o campo internacional e que agem sobre a vida das pessoas. O estudo e a investigação são centrados nas formações e interações sociais internacionais.

Os países que constituem a sociedade internacional instituem entre si operações financeiras, transações comerciais e investimentos em setores produtivos de maneira ininterrupta e progressiva. Os integrantes de Organismos Internacionais estabelecem acordos e as Empresas Multinacionais assinam contratos internacionais, ocasionando impactos em relação a aspectos políticos e econômicos, além de movimentos socioculturais abrangendo grupos presentes em diferentes partes do mundo. Esses grupos e indivíduos influenciam-se frequentemente, tanto pela atração quanto pela coerção (RAMOS, 2022, p.12).

As ações entre sujeito e objeto na política externa evidenciam a investigação das relações de poder no profundo vínculo entre os atores envolvidos no plano internacional tendo como fatores mediantes as diversas concepções políticas nacionais, as diferentes posições socioeconômicas dos estados e suas diversidades culturais, berços históricos e origens religiosas. Dentre estes atores estão os Estados, organizações internacionais governamentais, organizações internacionais não governamentais, empresas multinacionais (CASTRO, 2012, p. 86).

A partir do entendimento da importância das relações internacionais, será feito o recorte no âmbito cultural, procurando entender o desenvolvimento das relações internacionais culturais e do debate em prol do patrimônio cultural em esfera internacional. Para isso, será utilizado a obra e análise de autores como Edwin R. Harvey, Vittorio Mainetti, Marcos Olender, dentre outros estudiosos da temática abordada.

Edwin R. Harvey em sua obra “*Relaciones culturales internacionales en iberoamérica y el mundo*” publicada em 1991, onde este cita dois modos de entender o conceito de relações internacionais culturais: o primeiro condiz com a observação de como está sendo a ação das atividades, programas e projetos culturais para além das fronteiras; a segunda maneira atribui-se ao estudo dos exercícios dos principais atores, os governos, as organizações não governamentais ou intergovernamentais (HARVEY, 1991, p. 19). Para Harvey as relações internacionais culturais pertencem aos quatro principais aspectos das relações internacionais contemporâneas: política; econômica, financeira e comercial; defesa das Forças Armadas; cultural. A partir desta separação e do estudo realizado por Harvey, ele conclui que o âmbito da cultura alterou o modo de funcionamento da sociedade internacional em alguns entendimentos (HARVEY, 1991, p. 19).

Em “*La coopération culturelle internationale et l'émergence du droit international de la culture*” (2014), Vittorio Mainetti enfatiza que as relações culturais estão ligadas à história da humanidade. Ao decorrer dos anos, as populações de diversos lugares construíram estes laços. Pintores, escultores, músicos e intelectuais de diversas áreas construíram importantes relações com estrangeiros e se instigaram nos trabalhos artísticos e culturais de outros países. Estas trocas influenciaram no estilo de vida das pessoas. “A história da humanidade nos mostra que não apenas sempre existiram intercâmbios culturais, mas essa cultura um caráter intrinsecamente transnacional” (MAINETTI, 2014, p. 172, tradução nossa).

Dessa forma, se aprofundará nos estudos sobre relações internacionais culturais, uma vez que, estas envolvem atores diversos no âmbito estatal e não estatal, como o ex-diretor do IPHAN, Renato Soeiro, diferentemente da diplomacia cultural que é realizada apenas por diplomatas de carreira.

Sendo assim, adentrando na temática, Mainetti (2014, p. 173) relata que desde a Idade Média a Europa conhece modos de realizar intercâmbio cultural. Nos séculos XII e XIII desenvolveram-se vínculos culturais entre universidades, professores e alunos. No Renascimento, começaram-se a realizar grandes viagens que refletiram nos intercâmbios culturais. Na era do Iluminismo, estudiosos europeus reconheceram a importância dessas transações e assim, começaram a defender uma maior colaboração no campo cultural (MAINETTI, 2014, p. 173). Apesar dos intercâmbios culturais existirem há muitos anos, as relações internacionais culturais são uma construção consideravelmente recente, visto que estas se iniciaram no século XIX, quando a cultura se transformou em um instrumento de política interna e externa dos Estados, sendo um dos fatores de mais atenção no cenário da política internacional (MAINETTI, 2014, p. 173). Deste modo, as questões culturais foram

ganhando cada vez mais o interesse dos governantes originando uma “diplomacia cultural”, e passando a contribuir como influência nacional.

Ao dissertar sobre a trajetória e consolidação das relações internacionais culturais voltadas para a preservação do patrimônio cultural, Vittorio Mainetti, divide seu estudo em três partes: primeira, inicia na segunda metade do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, em que ele define como a formação de relações internacionais culturais; segunda, período entre as duas grandes guerras, sendo um tempo de cooperação intelectual internacional na esfera da Sociedade das Nações; e a terceira após a Segunda Guerra Mundial, com a origem da Unesco e de outras organizações internacionais e o desenvolvimento de um sistema mais articulado de cooperação cultural internacional (MAINETTI, 2014, p. 175, tradução nossa).

Neste tópico será abordado principalmente sobre os dois primeiros períodos, visto que o objetivo é realizar uma introdução sobre o vínculo das Relações Internacionais com a cultura, mais especificamente com o patrimônio cultural.

Durante o século XIX, com o progresso desenvolvimento tecnológico, o desenvolvimento de novos meios de transporte e comunicação, bem como a ascensão do nacionalismo os Estados buscaram políticas de penetração cultural no exterior.

A obra “Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade” (1990), de Eric Hobsbawm pode contribuir com o entendimento das relações entre a área de cultura e o processo de formação dos Estados a começar no século XIX. Desta forma, Hobsbawm apresenta a seguinte reflexão:

[...] Se o único nacionalismo historicamente justificável era aquele ajustado ao progresso - isto é, aquele que alargava, e não restringia a escala de operação humana na economia, na sociedade e na cultura -, qual podia ser a defesa dos povos pequenos, das línguas menores e das tradições menores, na grande maioria dos casos, a não ser uma expressão da resistência conservadora ao avanço inevitável da história? Os pequenos povos, línguas e culturas ajustavam-se ao progresso apenas no caso de aceitarem um *status* subordinado a alguma unidade maior ou caso se retirassem da batalha para se tornar um repositório de nostalgia e de outros sentimentos [...] o qual, é claro, muitas das pequenas comunidades e culturas do mundo parecem ter aceitado (HOBSBAWM, 1990, p.53).

Em consonância com a análise realizada por Hobsbawm, examina-se que o processo de construção dos Estados nacionais exigiu dos países essa demarcação de suas singularidades simbólicas na expectativa de que cada país tivesse sua própria cultura. Com isso muitos recorreram em sua maioria na escolha de elementos culturais, como: língua, costumes,

religião etc. Desta forma, entende-se que os Estados têm estabelecido suas identidades nacionais a partir do entendimento de uma cultura da pátria que seria a junção de diferentes culturas externas reinterpretadas pelo povo. Isso é possível através do intercâmbio cultural. Desta forma, os Estados demarcam suas identidades escolhendo suas manifestações, produtos artístico-culturais e modos de vida praticados em seu espaço geográfico.

No artigo escrito pelo pesquisador Marcos Olender ““Un courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX” (2017), temos uma grande contribuição para os estudos sobre o início da internacionalização da preservação do patrimônio cultural. Segundo Olender, apesar de Ruskin em meados do século XIX, indignado com a destruição dos patrimônios franceses coma gestão do governo de Napoleão III, levantar a necessidade de se criar uma associação internacional que se preocupasse em preservar e acompanhar de tempos em tempos as modificações ocorridas nos monumentos, esta instituição só foi criada em 1877, por William Morris, no Reino Unido, a denominada *Society for the Protection of Ancient Buildings (SPAB)*, que tinha como objetivo inicial a proteção do patrimônio inglês (2017, p. 192).

No ano de 1884, criou-se na França a *Societè des Amis des Monuments parisiens*, idealizada por Charles Normand, com formação similar a instituição inglesa, porém com princípios diferentes. Ao analisar o discurso de Normand, Olender afirma que a Societè pretendia “advertir sobre as ameaças e investigá-las, mobilizar e influenciar a sociedade” (2017, p. 194). O autor ainda defende a importância do papel das Exposições Universais e Internacionais da Indústria e das Belas-Artes que desde 1855 (anteriormente a criação das sociedades supracitadas e do Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos (1889)), atuavam na disseminação da ideia de preservação dos monumentos e obras de artes (2017, p. 195).

Nas exposições posteriores foi elaborada pela Comissão de Monumentos Históricos a exposição de representações dos monumentos históricos localizados tanto na França quanto em suas colônias. Além disso, os franceses se destacavam em relação a outros países europeus na construção de projetos de restauração que eram vistos como mais marcantes, pontuando a valorização que a França tinha em relação a preservação de seu patrimônio (OLENDER, 2017, p. 195).

De acordo com Marcos Olender na Exposição Universal de 1889, em Paris, parte da margem do Rio Sena seria apropriada pela “História da Habitação do Homem”, dispondo de diversas edificações que demonstravam a história do desenvolvimento da arquitetura pelo mundo. A “História da Habitação do Homem” efetivava, também, de forma lúdica e sedutora,

a importância da preservação dos vestígios históricos do “processo evolutivo” da civilização” (2017, p. 198-199).

A preocupação com a preservação do patrimônio histórico estava para além do que era exposto nos espaços de exposições internacionais; era assunto dos Congressos Internacionais que ocorreram no mesmo período. No ano de 1867, em Paris, aconteceu à exposição universal e o primeiro encontro internacional de arquitetos, a Conferência Internacional dos Arquitetos, organizada pela *Société Impériale et Centrale des Architectes*. Segundo Olender, somente uma das quatro questões que compunham a programação do evento, não mencionava, a importância da preservação dos monumentos históricos (2017, p. 200).

Na exposição universal de 1878, foi organizado o Congresso Internacional dos Arquitetos, e obteve a presença do arquiteto Hector-Martin Lefuel, que representou o Comitê Central de Congressos. O primeiro item da programação constava: “Estado atual da Arquitetura pública e privada. Influência da nacionalidade. Conservação dos monumentos históricos” (2017, p. 200).

Em 30 de março de 1887 houve a promulgação da primeira lei francesa de preservação. Porém a regulamentação ocorreu apenas em 3 de janeiro de 1889. Esta lei definiu as normas para a realização do tombamento de um bem.

O Primeiro Congresso Internacional para a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos foi aberto em 24 de junho de 1889. Devido ao sucesso deste encontro ocorreram manifestações favoráveis por parte de Charles Garnier, arquiteto francês, para que este se tornasse periódico. A partir disso, segundo tradução disponibilizada por Marcos Olender, o secretário-geral Charles Normand pediu para que todos que pensassem da mesma forma e se unissem para construir uma liga internacional que pudesse defender o patrimônio mesmo em momentos de guerras (2017, p. 204).

No decorrer do congresso se destacaram palestras que discursaram sobre a preservação do patrimônio histórico envolvendo nove países: França, Suíça, Portugal, Bélgica, Reino Unido, Alemanha, China, México e Brasil. Sobre este último as considerações foram realizadas por Pedro Américo de Figueiredo (2017, p. 205).

A partir das discussões sobre a preservação do patrimônio foram construídas e aprovadas 21 propostas. Destas, grande parte se refere a métodos jurídicos, profissionais e pedagógicos sobre a defesa e a restauração de obras de arte e monumentos históricos. Sobre a internacionalização da preservação Marcos Olender destaca as seguintes recomendações: a primeira proposição foi feita por Charles Normand, que sugeriu a junção do Comitê Nacional e o Internacional dos Amigos dos Monumentos e os Comitês Nacional e Internacional de

Organização do Congresso, criando uma única e grandiosa organização com este objetivo internacional; a segunda foi realizada por Pedro Américo e José Velasco, representantes do Brasil e do México, respectivamente, e orientaram uma uniformidade em âmbito internacional das legislações de táticas de guarda da preservação dos patrimônios culturais; a próxima demonstrou a preocupação com a forma de divulgação dos patrimônios nacionais, propondo a criação de um periódico internacional para a publicação destas informações; por último Olender destaca a inquietação apresentada por Charles Normand sobre a salvaguarda dos bens culturais em tempos de guerra, sugerindo a criação da Organização Cruz Vermelha se baseando no projeto de 1863 do governo russo da Cruz Vermelha (2017, p. 205-206).

Portanto, o Primeiro Congresso Internacional sobre a Proteção de Obras de Arte e dos Monumentos foi importante para o intercâmbio de informações e para a verificação do estado em que estava a salvaguarda e as leis de proteção dos bens culturais em vários países.

Na segunda década do século XX, com o final da Primeira Guerra Mundial iniciaram-se grandes mudanças no contexto internacional, com a consolidação das potências extra europeias, constatando uma maior heterogeneidade no cenário da sociedade internacional (MAINETTI, 2014, p. 176).

Neste período foi criada a Liga das Nações, com sede Genebra, na Suíça, cuja principal finalidade era instituir uma ordenação de segurança coletiva, difundir a cooperação internacional e garantir a paz futura. Esta foi a primeira organização internacional de alcance universal constituída de forma voluntária por potentes Estados. Assim, foi elaborado um Pacto da Liga, com 26 artigos que foram adicionados à primeira parte do Tratado de Versalhes, tratado de paz, assinado em 28 de junho de 1919. Com o início da Segunda Guerra Mundial em 1939, a Liga perdeu seu propósito e encerrou suas atividades oficialmente em abril de 1946.

No período entre as duas grandes guerras, passou-se a falar em cooperação nas questões culturais. As consequências devastadoras da guerra, que resultaram na destruição de inúmeros monumentos, edifícios e centros urbanos, foram um catalisador para a crescente preocupação com a preservação do patrimônio cultural. A consciência de que a perda irreparável desses bens constitui um prejuízo não apenas para a cultura de um povo, mas para a humanidade como um todo, impulsionou a necessidade de fortalecer a proteção do patrimônio nas esferas internacional e nacional. A nova sociedade internacional que foi consolidada, demonstrou uma demanda maior em relação a cooperação internacional em todas as áreas, inclusive cultural. Anteriormente a este processo se falava em “cooperação intelectual”, “aquele em que a inteligência tem o papel principal”. A constituição de um

sistema de cooperação cultural, para Mainetti, está relacionada a um sentimento de solidariedade intelectual e espiritual entre as pessoas através dos intercâmbios culturais. Foi a partir da Liga das Nações que se observa um primeiro esforço para a construção de uma cooperação institucionalizada nesta área (2014, p. 176).

O segundo período da divisão proposta por Vittorio Mainetti, se inicia com a criação da Comissão Internacional de Cooperação Intelectual (CICI) (órgão anterior a Unesco), em 1921, primeiro órgão vinculado à instituição que tinha como objetivo a internacionalização da produção intelectual, que na área cultural realizou um trabalho com línguas e traduções; organização de conferências internacionais; e o trabalho de padronização na estruturação e funcionamento de bibliotecas e museus. A preservação do patrimônio cultural era uma das preocupações desta Comissão, bem como a particularidade das culturas. Também foi responsável pela deliberação para a fundação do *International Museums Office* (Escritório Internacional dos Museus), que organizou anos depois a Conferência Internacional de Atenas, em 1931 (OLENDER, 2017, p. 208).

De acordo com o artigo “‘O Abismo Da história é Grande O Suficiente Para todos’. Os primórdios Da Carta De Atenas De 1931 e a afirmação Da noção De patrimônio Da Humanidade”, escrito por Marcos Olender, participaram desta comissão alguns intelectuais e cientistas europeus, como Henri Bergson, Albert Einstein, Marie Curie, Paul Valéry e Johan Huizinga. A hegemonia europeia deveu-se pela não participação dos EUA na Liga (OLENDER, 2020, p. 12).

A CICI estimulou à criação de setores que pudessem desenvolver o trabalho semelhante ao seu em nível nacional. A difusão destes órgãos se deu principalmente a partir de 1925, como: “na África do Sul (1925-1945), no Egito (1927-1945), na Síria (1927-1946), em El Salvador, em Cuba e na Bolívia (1925-1945), no Japão (1930 – 1939), na Austrália (1925–1945), dentre vários outros países dos mesmos continentes que esses”, além da maioria dos países europeus. No Brasil, criou-se em 1925 a Comissão Brasileira de Cooperação Intelectual, que aos poucos foi posta sob responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores (OLENDER, 2020, p. 12).

Em 1926, foi formado o Instituto Internacional de Cooperação Intelectual (IICI) com o objetivo de auxiliar a CICI. Foi instalado em Paris, no Palais Royal, e contou com grande assistência do governo francês (OLENDER, 2020, p. 12). Em julho de 1926, como François Mairesse destaca em “*El álbum familiar. Museum International*”, foi criado o Escritório

Internacional dos Museus (*Office International des Musées* (OIM))², a fim de construir uma ligação entre todos os museus, realizando a organização de intercâmbios e eventos, e a unificação dos catálogos (MAIRESSE, 1998, p. 25). A atividade de maior evidência da OIM foi a edição da revista *Mouseion*. Este periódico publicava trabalhos sobre a prática museológica em diversos museus, no entanto cinco países se destacavam nos artigos: França, Itália, Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha. A revista era publicada apenas em francês. O OIM foi extinto com a Liga das Nações.

A pesquisadora Cláudia Leal destaca no seu trabalho “A constituição de um sistema internacional de patrimônio cultural” (2014) o papel fundamental do OIM na elaboração da Carta de Atenas, em 1931. Uma das principais recomendações do documento foi que o Escritório assumisse a responsabilidade de reunir e divulgar informações sobre as legislações e as práticas de proteção de monumentos históricos existentes nos diferentes países. Essa medida visava fomentar a troca de conhecimentos e experiências entre os profissionais envolvidos na área, como conservadores, arquitetos, arqueólogos e especialistas em ciências naturais. A Carta também incentivava a cooperação internacional para a proteção do patrimônio cultural, inspirando-se no exemplo da recuperação do centro histórico de Atenas. A criação de inventários internacionais de monumentos históricos e a ampla divulgação dessas informações foram propostas como ferramentas essenciais para a preservação do patrimônio cultural mundial (LEAL, 2014, p. 157).

O IICI foi imprescindível na construção e permanência da cooperação intelectual entre os países-membros, visto que mesmo com o fim do Instituto o sentimento de cooperação perdurou. De acordo com Henrique Cruz, no final da guerra, representantes dos países aliados se reuniram com o objetivo de criarem uma instituição semelhante ao IICI. Formaram a Conferência dos Ministros de Educação Aliados (CAME), que organizaram encontros entre 1942 e 1945. Em junho de 1945, originou-se a Organização das Nações Unidas (ONU) (CRUZ, 2008, p. 6).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco foi criada na Conferência de Londres em 1945, a partir do outorgamento da constituição da Unesco, em 16 de novembro do mesmo ano. Porém, as reflexões sobre a conferência se iniciaram na reunião em São Francisco, nos Estados Unidos, quando os prepostos de 50 países

² A Sociedade das Nações ou Liga das Nações assim como o Escritório Internacional de Museus, *Office International des Musées* (OIM), foram organismos que no período entre as duas guerras mundiais atuaram como predecessores da Organização das Nações Unidas, ONU, e do Conselho Internacional de Museus, ICOM.

discutiram a importância de controlar a destruição das guerras modernas. Finalizou-se esta conferência com acordo unânime, que direcionou a Carta das Nações Unidas, em vigência oficialmente em 24 de outubro de 1945, que em seu artigo nº 57 previa a fundação da Unesco, com intuito de cooperar com os setores educacionais e culturais, que combateria as ideias que conduziram as duas guerras mundiais (STANCAMUSTEA, 2015, p. 14).

Na esfera cultural, destaca-se desde o começo a preocupação com o patrimônio, cujo consta no item c do primeiro artigo da Constituição da UNESCO, que disserta a respeito dos objetivos e funções desta organização:

Manter, expandir e difundir o conhecimento: Garantindo a conservação e a proteção do legado mundial de livros, obras de arte e monumentos de história e de ciência, recomendando as convenções internacionais necessárias às nações envolvidas (UNESCO, 1945).³

Após a suspensão das atividades do OIM alguns diretores de museus da França, Suíça, Holanda, Bélgica, Inglaterra e membros da comissão preparatória da Unesco, conduzidos pelo norte-americano Chauncey J. Hamlin, presidente do comitê político da *American Association of Museum*, em agosto de 1946, encontraram-se na cidade de Londres e decidiram fundar um Conselho Internacional de Museus (ICOM). Hamlin, em 4 de setembro de 1946, no cargo de presidente temporário do ICOM, escreveu cartas para diretores de museus de vários países, para comunicar a recomendação de criação do Conselho e solicitou a criação de comitês de diretores de museus, em seus respectivos países, para instituir uma cooperação internacional entre os museus. No Brasil, o Museu Nacional de Belas Artes foi um dos museus que receberam esta solicitação para fazerem parte do ICOM. Quem recebeu esta carta foram as conservadoras de museus Regina Monteiro Real e Lygia Martins Costa. Passados cinquenta anos deste episódio, Lygia relata sobre este acontecimento em uma entrevista publicada pelo IPHAN (2005):

A minha relação com o Icom foi a mais imediata possível. Eu e a Regina Real éramos as mais ligadas ao Museu. Ela era a secretária do Museu, embora fosse técnica. Então chegou uma correspondência e ela disse: ‘Lygia, chegou aquilo que a gente sonhava’. Pois sempre conversávamos sobre a necessidade de termos acesso aos museus lá de fora; dizíamos que não podíamos continuar a não saber o que eles estavam estudando, o que eles tinham... essa falta de contato... presos aqui no nosso mundinho... Quando

³ O termo patrimônio cultural da forma abrangente que se conhece atualmente foi um processo longo de construção, de debates e disputas de narrativas. Inicialmente, a preocupação era em preservar monumentos, obras de arte e bens que fossem importantes para a construção da história de uma nação.

ela me mostrou aquela correspondência, eu disse: ‘Regina, era isso que nós estávamos buscando. Vamos ter a oportunidade de viajar, de ver os museus, mas que bom! Vamos levar isso a Oswaldo Teixeira já mastigado.’ E fomos... Naturalmente Oswaldo era um artista... (COSTA, 2005, p. 282).

Na manhã do dia 16 de novembro de 1946, ocorreu a primeira reunião do ICOM, no Museu do Louvre, em Paris. Participaram deste compromisso trinta e quatro pessoas, representando quinze países. Nesta ocasião o Brasil foi representado pelo conservador de museus Mário Antônio Barata, que estava neste período em Paris, com bolsa de estudos do governo francês. Nesta época ele era funcionário do Museu Nacional de Belas Artes e era professor no Curso de Museus. No dia 18 foi discutido a constituição da direção do ICOM e Oswaldo Teixeira foi escolhido como membro do Brasil no Conselho Executivo (CRUZ, 2008, p. 7-8).

Em 1957 aconteceu o Primeiro Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos, em Paris, que recomendou a criação de órgãos centrais para a proteção dos edifícios históricos aos países que ainda não possuíssem. Além disso, orientou-se que os estados-membros da Unesco se unissem ao *Internacional Centre for the Study of the Preservation and Restoration of Cultural Property* (ICCROM) localizado em Roma. O Segundo Congresso de Arquitetos e Especialistas em Edifícios Históricos, ocorreu na cidade de Veneza, em 1964, ocasião em que foi criada a primeira a Carta Internacional do Restauro, conhecida como Carta de Veneza, a partir do estabelecimento de 13 resoluções, prevendo a formação do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) (ZARYN, 1995).

O ICOMOS cuida da conservação e proteção dos sítios patrimônios culturais. É uma organização não governamental global que se empenha à divulgação da aplicabilidade da teoria, metodologia e técnicas científicas para a conservação do patrimônio arquitetônico e arqueológico. Suas atividades são fundamentadas na “Carta Internacional para a Conservação e Restauro de Monumentos e Sítios” (Carta de Veneza, 1964). O ICOMOS é composto por diversos especialistas que se amparam através do intercâmbio interdisciplinar entre os seus integrantes, que são de diferentes áreas: arquitetos, historiadores, arqueólogos, historiadores de arte, geógrafos, antropólogos, engenheiros e urbanistas... Estes membros trabalham para o aprimoramento da preservação do patrimônio, das normas, e das técnicas para cada tipo de bem do patrimônio cultural (ZARYN, 1995).

Na introdução do livro “Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power” (2017) de Rodrigo Christofoletti, observa-se que desde o surgimento

das Organizações Internacionais de influência e colaboração mundial no século XX, nota-se uma nova externalização dos Patrimônios Culturais e a intensificação das discussões internacionais sobre o tema. Um aumento nos debates e no estabelecimento de políticas de proteção do patrimônio cultural, adotadas em tratados e convenções, com a identificação de ser essa uma causa de cooperação internacional. O patrimônio cultural passou a ser um auxiliador cada vez mais importante dos diálogos multilaterais e, portanto, faz parte das ações no âmbito das relações internacionais. Nesse seguimento, sítios arqueológicos, paleontológicos, museus, espaços culturais, paisagens, organismos internacionais de preservação, estados nacionais, a imaterialidade do patrimônio, a dicotomia entre inflação e destruição de patrimônios, dentre outros elementos de influência (CHRISTOFOLETTI, 2017, p. 26).

De acordo com Rodrigo Christofolletti (2017, p. 14) na área das Relações Internacionais, a teoria da extensão das políticas de preservação, conhecida como diplomacia pelo patrimônio e o estudo sobre “a gestão da manutenção e utilização dos bens culturais como *soft power* permanece pouco enraizado”, o que interfere na maior quantidade de estudos sobre *hard power*, em relação a temas que retratam o *soft power*. Christofolletti (2017, p.18) com intuito de analisar a associação do patrimônio cultural e Relações Internacionais utilizou, dentre outras referências, o estudo realizado por Christina Luke e Morag Kersel (2012), que afirmam que a relação entre essas duas áreas não é muito “bem conhecida”. Para as autoras, quando se pensa em questões diplomáticas modernas, geralmente lembra-se dos seguintes pontos: “economia, assuntos militares, crimes, saúde, meio ambiente, terrorismo”. A importância do estudo sobre patrimônio cultural nas Relações Internacionais acaba sendo invisibilizado por temas como:

as crises humanitárias contemporâneas (refúgio, guerras civis, experiências de campo), as novas tendências da política externa brasileira, os temas contemporâneos da política global, as derivações do Direito Internacional, das negociações ou dos agenciamentos de conflitos, dentre outros temas considerados mais candentes (LUKE & KERSEL, 2012 apud CHRISTOFOLETTI, 2017, p. 18).

Assim, há vários caminhos de pesquisa, análise e atuação dentro das Relações Internacionais. O olhar do investigador abre inúmeras possibilidades no universo internacional podendo realizar recortes, direcionar objetos e campos do conhecimento específicos, além de possibilitar escolhas e preferências pessoais. No caso desta tese, o agente

internacional estudado é o ex-diretor do IPHAN, Renato de Azevedo Duarte Soeiro, que esteve à frente de sua direção entre o período de 1967 e 1979.

Dessa forma, será analisada a participação do Renato Soeiro nas Relações Internacionais como principal representante do IPHAN e muitas vezes também como preposto do então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, em congressos e reuniões globais. Demonstrando como a articulação de Soeiro com delegados de diversos países e importantes órgãos internacionais (Guillermo Zendegui, Michel Parent, Fernando Peres, Píe Gazzola, Rodrigo Márquez de la Plata I, dentre outros nomes) atraiu a atenção para o patrimônio cultural brasileiro, fazendo deste um símbolo de poder nacional, um *soft power* como será desenvolvido no decorrer deste trabalho.

1.2 SOFT POWER

O poder carece de ser investigado dentro do contexto em que as relações de poder são estabelecidas, visto que além das diferentes análises sobre a definição é possível ter diferenças na”, distribuição de poder entre os atores envolvidos. Neste caso, Nye, um importante pesquisador e difusor do conceito de *soft power*, apresentou em seu livro “Soft Power and US Foreign Policy alegou que:

Declarações sobre o poder sempre dependem de um contexto especificado ou implícito. Seu chefe pode ter grande poder sobre você no local de trabalho, mas nenhum em sua casa. Habilidades atléticas podem tornar um estudante poderoso no playground, mas não na sala de aula. E habilidade atlética em salto com vara não significa poder atlético no tiro colocar (NYE, 2010, p. 220).

À vista disso, não é possível afirmar que um Estado pode conquistar os resultados que almeja somente porque possuem disponíveis extensos recursos. O poder nas Relações Internacionais geralmente é coerente com as forças e capacidades militares de uma nação. Seja no uso pleno da força militar ou ameaça, passando por ameaças e dissuasão. Em “*Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations*”, Hendrik Ohnesorge, aponta que estudiosos como Thucydides, Thomas Hobbes ou Hans Morgenthau veem o temperamento humana como “a fonte primária para a aplicação perpétua da força e a luta contínua pelo poder” nas Relações Internacionais. Outros pesquisadores como Kenneth N. Waltz, John J. Mearsheimer, e Stephen M. Walt atribuem a força na estrutura do sistema internacional sendo

considerado um “sistema de autoajuda” (2020, p. 29). Os acordos econômicos também estão relacionados ao poder duro. Utiliza-se de diversos recursos, dentre variações de pagamentos a aprovações econômicas. Estes podem estar à frente de um conflito militar ou ocorrerem ao mesmo tempo. As forças militar e econômica, geralmente estão conectadas, como proeza econômica frequentemente se traduz em capacidades militares, visto que para investir em recursos bélicos é necessário ter condições financeiras. Entende-se que no sentido militar e econômico, o poder duro depende de recursos disponíveis, que podem incluir a população, o território, os recursos naturais, a estabilidade política, o poder bélico, a influência econômica, entre outros. Muitos autores atribuem grande importância para estas formas de poder, visto que, são produtos notáveis e contáveis, como, por exemplo, dinheiro ou armas. Porém, pode não ser confiável medir o poder deste modo, já que este pode ser apenas uma fachada (OHNESORGE, 2020, p. 30).

Visto isso, observa-se que o conceito de poder apresentado por Max Weber apresenta que “a probabilidade de que um ator dentro de uma relação social estará em posição de realizar sua própria vontade, apesar da resistência, independentemente da base em que essa probabilidade repousa” demonstrando as diversas formas de poder. Neste mesmo sentido, Ohnesorge traz os estudos de Russell, alegando que “o poder tem muitas formas, tais como riqueza, armamento, autoridade civil, influência na opinião”, e classifica o poder em “físico direto”, “recompensas e punições como incentivos”, e “influência na opinião,” este último ressaltando a possibilidade de influenciar hábitos almejados em outros (OHNESORGE, 2020, p. 28).

Assim, posteriormente, Joseph Nye, disseminou a ideia de *soft power* argumentando que você pode influenciar os outros a fazerem o que você quer de forma dura, coagindo, induzindo-os com pagamentos ou você pode atraí-los para quererem o que você deseja. Em 1990, Joseph Nye, em *Bound to Lead: The Changing Nature of American Power*, pela primeira vez apresentou o conceito de *soft power* “fazer com que os outros queiram o que vocês querem”. Em 2004, no seu trabalho “*Soft Power: The Means to Success in World Politics*”, ele expôs o *soft power* como “fazendo com que os outros queiram os resultados que você quer” (NYE, 2004, p. 2). Desta forma, tem-se *soft power* como a capacidade de obter o que você quer através de atração, em vez de coerção. Para Nye em termos comportamentais o poder suave é poder atrativo. Por isto, a atração é um dos aspectos mais primordiais para o *soft power*.

Nas Relações Internacionais, o poder é comumente entendido como uma ambivalência: ora visto como duro, ora como suave. Como foi dissertado, o poder duro é o

mais exercido, seja através dos recursos clássicos ou de uma maneira indireta de exercer o poder. Um estado pode conseguir os resultados que almeja na política do mundo se outros países querem segui-lo, o que pode ser considerado um comportamento de poder indireto ou cooperativo. Este poder cooperativo baseasse na atração, e, portanto, compõe parte integrante do entendimento de *soft power*.

De acordo com Joseph Nye:

(...) além do contexto do declinismo americano, vários desenvolvimentos simultâneos e entrelaçados têm contribuído para a marcha triunfal do conceito de *soft power* naquele momento em particular: liberalização econômica, crescente democratização global, a globalização, o alvorecer da era da informação, e os novos desafios para estabelecer as teorias das Relações Internacionais, sem dúvida, ocupam o lugar mais proeminente entre elas (NYE, 2005, p. 170).

Nye, a partir da disseminação do conceito de *soft power* atraiu um público, o debate político e acadêmico que cresceu na medida em que observaram falhas nas teorias de relações internacionais influentes em geral e nos conceitos de poder. No fim da Guerra Fria, a política mundial sofreu grandes transformações e algumas das teorias dominantes nas Relações Internacionais foram questionadas. Nye e outros estudiosos perceberam a importância de uma avaliação mais diversificada da política e do poder no cenário internacional (NYE, 1990, p.20).

Portanto, em 1990, a introdução do conceito de *soft power* por Joseph Nye aconteceu logo após o debate sobre o declínio americano. Um contexto de transformações primordiais na maneira e organização das Relações Internacionais com o fim da bipolaridade. Assim, ganhou-se notável valor no debate político e na mídia nos anos seguintes. Após analisar o desenvolvimento do conceito de *soft power* nota-se que é um novo conceito para um velho hábito. É uma prática existente há séculos, mas que não se tinha apresentado um conceito e colocado este em discussão. Considera-se que a força militar pode ser vista como uma forma dominante do poder, porém o uso desta prática tornou mais dispendioso para as grandes potências do que nos séculos passados. Recursos como os conhecimentos sobre comunicações, organização e instituições passaram a ser mais valorizados (NYE, 1990, p. 5).

Então, não são apenas os artificios do poder que estão mudando, os planejamentos que associam instrumentos as metas também estão. Nye ressalta algumas mudanças, como: a evolução da interdependência econômica; o processo de modernização, urbanização e a

crescente comunicação em nações em desenvolvimento; a difusão do poder está no fortalecimento dos países fracos; e a modificação da essência dos problemas na política mundial. Isto não coloca apenas um estado contra o outro. Para Nye, a resolução de muitas questões relacionadas a interdependência multinacional necessitará de ação coletiva e cooperação entre os países, assim, o comportamento do poder está se tornando cada vez menos coercitivo (NYE, 1990, p. 5).

Franthiesco Ballerini, em: “Poder suave (*soft power*)” (2017), além de dissertar sobre o conceito de *soft power* apresenta vários exemplos de diversos países, com o intuito de facilitar a compreensão e expor como esses casos têm êxito. Para finalizar este tópico da tese, serão apresentados alguns exemplos citados pelo autor. O primeiro *soft power* citado pelo autor é Hollywood. Para Ballerini este é o mais eficiente. No final do século XIX e início do século XX, foram surgindo grandes estúdios nos Estados Unidos, como Paramount, Universal, MGM, Twentieth Century Fox, Warner Bros., Columbia e RKO. Nos anos 1920, eles já controlavam o mercado interno norte-americano, anulando muitos filmes franceses. A Primeira Guerra Mundial interferiu neste processo, visto que muitos investimentos europeus enfraqueceram. Então, o próximo passo era expandir e alcançar “o mercado cinematográfico de todos os países capitalistas e de fronteiras abertas a produtos estrangeiros” (2017, p. 41).

Segundo o autor, uma das estratégias para disseminar o *soft power* americano na Europa foi criar interpretações estrangeiras de seus filmes. A Paramount fundou um estúdio na França para recriar os clássicos norte-americanos com atores franceses. Mas apesar do esforço não deu certo. Por conseguinte, iniciaram as dublagens dos filmes, mas a tecnologia era precária e se tinha problemas na sincronização. Posteriormente tentaram o recurso das legendas, porém devido ao grande número de analfabetos não teve adesão suficiente. A intervenção norte-americana em países como Itália, Alemanha, Japão, Coreia do Sul e Áustria durante a Segunda Guerra Mundial desenvolveu um grande mercado para os filmes de Hollywood, melhorando a situação dos estúdios no final da guerra. Nos anos 1950, Hollywood cresceu 30% e nos anos 1990 80% nestes mercados. Os parques temáticos, como a Disneylândia de Tóquio e a Disneylândia de Paris auxiliaram na expansão do *soft power* americano (BALLERINI, 2017, p. 46-47).

Com o passar dos anos, o aumento da pirataria, dos downloads ilegais e da competição com produtoras menores, os grandes estúdios precisaram se reinventar, então, passaram a produzir séries de TV para atrair novamente a atenção das pessoas. Ballerini destaca que apesar de atrair holofotes poucos são os filmes geram muito lucro aos estúdios, visto que, o gasto com a produção é muito elevado. Um único filme pode garantir um ano fiscal ou pagar

as próximas produções, como por exemplo, o “Batman, o cavaleiro das trevas (WARNER, 2008), Homem-Aranha (SONY, 2002) e Titanic (FOX, 1997)” (2017, p. 53).

O *soft power* só tem êxito quando recomendado, implícito. Hollywood domina esta tática, visto que, muitas vezes, os próprios funcionários dos estúdios duvidam que haja outras intenções, além do lucro financeiro. Segundo Ballerini (2017, p.59), “Hollywood é o maior e mais eficiente poder suave do mundo no campo das artes e do entretenimento”. Ao provocar pensamentos e comportamentos consegue-se aumentar as vendas nas bilheterias de quem traz o entretenimento com poderosas imagens, que auxiliam no turismo do país, desenvolvendo o poder da língua, que conquista apoio popular para a política externa do país (BALLERINI, 2017, p. 59). Para confirmar sua teoria, Ballerini, cita uma fala do jurista e comentarista político Ben Stein, no livro “*Her only sin*” (1986), “as pessoas aqui da Casa Branca acham que têm poder. Estão enganadas. As pessoas que fazem esses [filmes] é quem têm poder [...]” (STEIN apud BALLERINI, p. 40).

Outro exemplo apresentado por Ballerini em sua obra é o carnaval no Brasil, visto como um grande espetáculo em todo mundo. O carnaval ao contrário do que muitos pensam não é uma festa de origem brasileira, no século XV já se realizava em Portugal, vindo para o Brasil no período colonial e se associou as manifestações culturais dos povos africanos escravizados e dos indígenas. Até o século XVIII o carnaval acontecia esporadicamente e de forma desorganizada no Brasil. A partir do estabelecimento da corte real portuguesa no Rio de Janeiro foram instituídos os bailes e os passeios mascarados europeus. Durante o século XIX, diversos grupos começaram a ocupar as ruas do Rio de Janeiro participando dos ranchos, blocos e/ou cordões. Aos poucos músicas como “Ó abre alas”, de Chiquinha Gonzaga (1899) foram criadas para compor a festa. Em 1916, um samba foi gravado pela primeira vez em disco, gradualmente se tornou o representante sonoro do carnaval. Segundo Ballerini, devido à potência econômica de Rio de Janeiro, Recife, Salvador e São Paulo, essas cidades foram produzindo e desenvolvendo sempre mais o carnaval, criando suas regras, escolhendo os lugares das festividades, prêmios, categorias, escolas etc. Procurando se adequar ao público, sendo flexível para o que mais comercializa no Brasil e no exterior (BALLERINI, 2017, p.88).

Como exemplo desses produtos tem-se o carnaval da Sapucaí (Rio de Janeiro), do Anhembi (São Paulo) e da Barra Ondina (Salvador). Desta forma, pode-se considerar o carnaval um *soft power* brasileiro, uma vez que, atrai olhares interna e externamente e apresenta formas tangíveis, como o turismo, e intangíveis sendo considerada a maior festa do mundo, a alegria do brasileiro... Através desta celebração é possível transmitir mensagens e

prender a atenção de todo o mundo. Tendo um resultado positivo nota-se que o *soft power* está agindo e reforçando ideias de “uma nação pacífica, amigável e antibelicista”. Essa imagem pode contribuir favoravelmente nas áreas do poder duro (negócios, política) e do poder suave (esporte, turismo, diplomacia) (BALLERINI, 2017, p. 88-89).

Em relação aos recursos financeiros e o número de pessoas pode-se falar em “economia do carnaval”. Na cidade do Rio de Janeiro, por exemplo, os hotéis chegam a 95% de ocupação durante o período de festas, os bares e restaurantes tem um crescimento no faturamento em 15%, além do valor milionário utilizado pelo marketing de grandes empresas que investem em propagandas em escolas de samba e até no carnaval de rua. Apesar destes dados, deve-se ter o cuidado com a ideia negativa de que o carnaval pode passar, há pessoas que acreditam que o Brasil permaneça em festa o ano todo, sem controle da lei. Segundo Ballerini, se essa imagem fosse desassociada do carnaval, os benefícios deste *soft power* brasileiro seriam ainda maiores, já que ocorreria um aumento no número de turistas, já que muitos deixam de vir para o carnaval no Brasil, com receio do caos e a violência (2017, p. 89-91).

Nesta tese se utilizou de alguns dos exemplos estudados por Ballerini, como o cinema e demais produções de grandes estúdios em Hollywood e o Carnaval no Brasil. Para título de informação segue os demais *soft power* analisados pelo autor: Bollywood (Índia), Arte milenar (China), Telenovelas (Brasil), Bossa Nova e Tango (Brasil e Argentina), Beatles (Inglaterra), Cultura MAG (Japão), Alta costura (França), Balé (Rússia), Artefatos artísticos (África), Arte renascentista (Itália).

O Brasil é visto como uma grande potência em relação às possibilidades de desenvolver um *soft power*. Porém, muitas vezes o governo brasileiro age contra a própria habilidade nacional. Ballerini (2017, p. 94) cita o exemplo do ministro da defesa, Celso Amorim, que em 2014, disse que o Brasil deveria desenvolver o poderio militar para se firmar como a sexta economia mundial. Desde 2018, o país vivencia um novo problema nas relações internacionais.

Com a ascensão de Jair Bolsonaro ao cargo de presidente da República, o Brasil viu sua imagem arruinar sob o sistema internacional, com o envolvimento do país em discussões com Estados parceiros, e com as polêmicas faladas pelo ex-presidente. Dentre os desentendimentos internacionais pode-se citar o embate entre Macron e Bolsonaro em relação ao desmatamento na Amazônia, que resultou no bloqueio do repasse de dinheiro pela Alemanha e pela Noruega no ano de 2019.

Outro ponto contribuiu negativamente foram os constantes ataques a China. O Estado Chinês foi vítima de vários ataques, principalmente devido o corona vírus, que o Bolsonaro afirmou ter sido originado por um laboratório chinês, e também do comunismo, que o presidente declara ser uma ameaça para o país. Além disso, ele fez campanha antivacina, demorando a agir, deixando milhares de brasileiros morrerem, além de falar publicamente que a doença era apenas uma “gripezinha”, e que não poderia fazer nada em relação as muitas mortes pela doença, pois não era coveiro. Agora resta a esperança de que o novo governo, com a figura do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (Lula) recuperar o prestígio internacional do Brasil.

Após a realização uma extensa pesquisa sobre trabalhos de internacionalistas relacionados ao patrimônio cultural e *soft power*, Rodrigo Christofolletti (2017, p. 24), fez alguns apontamentos: primeiro que as Relações Internacionais deve-se dedicar de forma mais aprofundada e crítica ao *soft power*, contribuindo para uma maior visibilidade do poder suave nas negociações internacionais; segundo a importância de enxergar as relações diplomáticas e as questões internacionais de forma mais ampla, para além da política e economia; terceiro observa-se que a cultura é um fator complexo a ser analisado. Para justificar as afirmativas acima, Christofolletti cita cinco fatores sendo três trabalhados por Winter (2014) e dois, observados por ele, a partir do estudo sobre o emprego dessa temática nos cursos de Relações Internacionais no Brasil.

O fator número 1 está relacionado ao aumento do uso do patrimônio cultural em áreas além da política e economia internacional. Ao enxergar o patrimônio cultural de forma mais ampla é possível associá-lo “à ideia de sustentabilidade, à luta contra o extremismo, ou políticas em torno do acesso à cidadania e à tradição, o patrimônio cultural passou a ter visibilidade muito maior e participação relevante”. O número 2 está relacionado à diversificação e multiplicação dos discursos do patrimônio. Havendo cada vez mais pesquisas e discussões sobre o viés decolonial. O item 3 alude ao desenvolvimento do poder econômico e político dos países que elaboram agendas preservacionistas internacionais. Ao ressaltar o quarto fator o autor faz uma crítica ao currículo dos cursos de graduação em Relações Internacionais, que geralmente não trabalham o patrimônio cultural no cenário internacional, voltando-se mais especificamente para as áreas políticas e econômicas. O último fator apresentado pelo autor enfatiza a necessidade de expandir a área de saber sobre o patrimônio nas Relações Internacionais, não se atentando apenas com as disputas de bens entre museus e coleções particulares (CHRISTOFOLLETTI, 2017, p. 24-25).

A partir do que foi apresentado neste subitem nota-se que os estudos sobre cultura e mais especificamente sobre o Patrimônio Cultural no âmbito das Relações Internacionais vêm atraindo cada vez mais olhares. Observa-se que estas temáticas estiveram presentes nas discussões e nas agendas internacionais desde o final do século XIX e que ganharam maior visibilidade principalmente no período posterior a Segunda Guerra Mundial. Atualmente, nota-se um interesse em difundir pesquisas com viés decolonial, abordando questões como o tráfico ilícito e repatriação de bens culturais. Assim, esta pesquisa busca contribuir se debruçando principalmente sobre o processo de internacionalização do IPHAN na década de 1960 e 1970, analisando a atuação de Renato Soeiro como principal representante internacional da instituição e assim, as articulações realizadas por ele com órgãos internacionais, como Unesco, OEA, ICOM e outros; demonstrando como estas ações atraíram os olhares de diversos países para o patrimônio cultural nacional, o que resultou no reconhecimento pela Unesco do primeiro Patrimônio Mundial do Brasil, em 1980, a cidade de Ouro Preto. Assim, observa-se que neste período o patrimônio cultural pode ser visto como um *soft power*; já que foi uma área que esteve no centro das discussões internacionais, podendo se falar de uma diplomacia patrimonial.

1.3 DIPLOMACIA PATRIMONIAL

A diplomacia está ligada ao uso de estratégias diplomáticas para conseguir a atenção internacional sobre suas capacidades culturais, econômicas e naturais. Na idealização dessa imagem o patrimônio cultural do país tem um papel de destaque. Maria Susana Soares aponta em “A diplomacia cultural no Mercosul” (2013, p. 56), que a influência cultural de um país é um fator básico do *soft power* sendo necessário para a construção de uma imagem internacional positiva e que contribua com os interesses nacionais. Desta forma, pode-se abordar sobre uma diplomacia do patrimônio (ou diplomacia patrimonial), como Tim Winter explica em “*Heritage diplomacy, International Journal of Heritage Studies*” (2015). Segundo o autor, procura-se solucionar o desequilíbrio existente entre temas como cooperação, auxílio cultural, *hard power*, e o desenvolvimento de agentes intergovernamentais e não governamentais. Para que isso fosse possível, na era moderna passou-se a reconhecer o patrimônio como uma forma de administração, envolvendo a gestão “do espaço, das pessoas, das culturas e naturezas, dos mundos materiais e do tempo” (2015, p. 1002).

No âmbito nacional, o estado tem sido um intermediário indispensável de estudo, com trajetórias de internacionalismo e construção de uma perspectiva intergovernamental,

principalmente em torno da Unesco e seus aparatos de governo, como a conformação e a convenção do patrimônio mundial sobre o patrimônio material e imaterial. A defesa da diplomacia patrimonial se faz a partir da necessidade do estudo de sistemas complexos e teia de agências, órgãos de financiamento, auxílios institucionais, acordos que unidos difundiram as ideias relacionadas a conservação do patrimônio. A diplomacia patrimonial propicia realizar uma leitura atenta do está ocorrendo no campo de assistência, permitindo-se o aprofundamento numa história política mais abrangente sobre patrimônio e conservação, e o entranhamento na complexidade da política e economia, nacional e internacional que tiveram menos atenção do que mereciam.

No intuito de compreender mais detalhada a diplomacia patrimonial, segundo Winter (2015, p. 1002) é necessário realizar um estudo sobre a evolução da diplomacia e sobre o desenvolvimento de estruturas de administração internacional. A partir da associação dessas duas áreas é possível compreender como as ideias de patrimônio cultural e conservação transformaram-se em internacionalmente móveis, como os pontos de vista sobre a gestão patrimonial progrediram no decorrer dos anos.

Para o autor a Segunda Guerra Mundial foi o auge do internacionalismo do século XX. A partir das Nações Unidas foi criada a Unesco como responsável na disseminação da ciência, educação e diálogo intercultural com o objetivo de estabelecer uma relação pacífica entre os estados. Assim ocorreram várias conferências, intercâmbios, relatórios e iniciativas financiadas pela instituição com o foco no intercâmbio cultural e nos valores culturais relacionados a história, folclore, artesanato tradicional, arqueologia. Embora essas áreas sejam vistas atualmente como “patrimônio”, o termo nem sempre esteve em destaque internacional, havendo uma intensificação nas décadas de 1960 e 1970. A ascensão do patrimônio no governo intergovernamental ganhou grandes proporções, principalmente com a instituição do Patrimônio Mundial em 1972.

Na década de 1950 ocorreu um advento de agências intergovernamentais e não governamentais estavam ajustando a disposição política na qual as ideias de cultura e patrimônio estavam sendo discutidos, financiados e trocados. O patrimônio passou a fazer parte de uma nova era de internacionalismo, estruturada por agendas dos estados contribuintes, reunidas a partir de um discurso de colaboração internacional realizado por agências intergovernamentais como Unesco, ICCROM e ICOM. Neste período manteve-se a expansão internacional do número de atores agindo no âmbito da administração, inclusive a área da diplomacia evoluiu estruturalmente. No começo dos anos 70's a ONU tinha mais de

130 estados integrantes além dos 51 que fizeram parte da instituição deste a fundação desta (WINTER, 2015, p. 1004).

Winter disserta que os estudos sobre patrimônio desde a teoria crítica à defesa da conservação, instrumentos de gestão e os programas desenvolvidos pela Unesco, são considerados possuidores de uma projeção mundial, seja através de leis, regulamentos, fundos... O autor cita Phillips para caracterizar a Unesco como integradora (PHILLIPS, 2007, p.103 apud WINTER, 2015, p. 1006). Desta forma, observa-se que a criação de instituições governamentais no período pós-guerra contribuiu com o desenvolvimento de uma comunidade epistêmica transnacional. Em relação a administração da cultura abrange normas, leis e políticas que são estruturadas a partir do entendimento dos agentes estatais e não estatais, e instituições com e sem fins lucrativos. A partir disso, o patrimônio transformou-se em uma dessas esferas do discurso internacional “que podem ser caracterizados como uma rede de redes”. No âmbito do patrimônio cultural, geralmente o estado é o principal ator nas decisões internacionais por carecer de mais recursos e influência política para deliberar suas missões (WINTER, 2015, p. 1006).

O autor destaca a importância de distinguir a diplomacia patrimonial da diplomacia cultural. Segundo o autor a diplomacia patrimonial é mais expansiva visto que não apenas engloba a difusão de um estabelecido meio cultural, mas também propõe ressaltar “fluxos e intercâmbios culturais bi e multidirecionais”. Já a diplomacia cultural, para Winter, foca na disseminação de um modo cultural específico como um instrumento de *soft power*, como por exemplo, filme, celebridade, esporte ou moda estão entre as maiores exportações culturais que auxiliam os países a manterem seguras sua influência no exterior (2015, p. 1007).

[...] a diplomacia do patrimônio se estende além do uso de a cultura como ferramenta de relações públicas e políticas internacionais; funciona como uma arena de governança, aquela que atravessa fronteiras e se politiza à medida que atravessa setores tão diversos como conservação arquitetônica, desenvolvimento social e reconstrução pós-desastre. Nesse sentido, a diplomacia patrimonial pode ser amplamente definida como um conjunto de processos através do qual os passados culturais e naturais compartilhados entre as nações se tornam sujeito a intercâmbios, colaborações e formas de governança cooperativa (WINTER, 2015, p. 1007, tradução nossa).

Com os debates sobre sustentabilidade, cidadania e identidade, os problemas das alterações climáticas e à luta internacional contra a violência, por exemplo, o patrimônio cultural tem sido integrado cada vez mais em diversas discussões internacionais. A

cooperação internacional na área do patrimônio cultural e da conservação é grandemente orientada por um empenho de resistir às forças modificadoras do capital móvel. A diplomacia do patrimônio também pode levantar tensões e contradições interessantes, demonstrando como os atores podem atuar diante as agendas do neoliberalismo, unindo a cultura e o Estado para fins econômicos.

A partir desse entendimento observa-se que o patrimônio cultural pode estar no centro das discussões internacionais. Apesar disso, será utilizado o conceito de relações internacionais culturais, visto que, este termo se adequa as ações que vão para além das iniciativas dos governos e suas agências, podendo ser promovidas por atores da sociedade civil. Nesse tipo de cooperação e intercâmbio, a cultura é valorizada como um fim em si mesma, e os participantes buscam benefícios mútuos. Em outras palavras, essas relações têm como objetivo promover, ao longo do tempo, uma maior compreensão e aproximação entre povos e instituições, visando o benefício comum. A principal diferença entre as relações internacionais culturais e a diplomacia cultural é que, nas primeiras, o foco está no benefício mútuo, com as trocas culturais sendo realizadas por seu próprio valor. Já a diplomacia deve ser executada apenas na esfera do Estado e de suas agências, pois tem por finalidade facilitar a consecução dos demais objetivos de política externa.

Ademais, as relações internacionais culturais relações em questão têm como objetivo primordial aprofundar a compreensão e os laços entre diferentes povos e instituições, gerando benefícios recíprocos. A distinção entre essas relações e a diplomacia cultural reside no propósito principal: enquanto as primeiras valorizam as trocas culturais em si mesmas, a diplomacia cultural as utiliza como instrumento para alcançar objetivos mais amplos da política externa. Ao contrário das relações culturais, que tendem a ser mais espontâneas e não planejadas, a diplomacia cultural é estratégica e busca resultados de longo prazo, alinhando a cultura com outros interesses nacionais.

Com isso será desenvolvido no próximo capítulo sobre a atuação de Renato Soeiro no IPHAN, principalmente em relação a política externa, e como isso contribuiu para a difusão do patrimônio cultural nacional em âmbito internacional, ou seja, como Soeiro atuou como um agente das relações internacionais culturais. Além disso, será tratado sobre a postura dele perante o regime militar e sobre o silenciamento deste importante ator da historiografia do IPHAN.

2 - RENATO SOEIRO NO IPHAN: INTERNACIONALIZAÇÃO E ESQUECIMENTO

Neste segundo capítulo foi dissertado sobre as realizações do arquiteto Renato de Azevedo Duarte Soeiro, desde o início da sua carreira como arquiteto, perpassando sobre sua trajetória no IPHAN, desde a origem da instituição até sua aposentadoria, como diretor-geral. Além disso, foi discutido sobre a política cultural no período da ditadura civil-militar no Brasil, contexto em que Soeiro foi diretor do IPHAN, e sobre o silenciamento da importância da gestão dele na história da instituição.

2.1 O ARQUITETO RENATO DE AZEVEDO DUARTE SOEIRO, A CRIAÇÃO DO SPHAN E A CONSTRUÇÃO DE UMA IDENTIDADE NACIONAL

Em obra inédita sobre Renato de Azevedo Duarte Soeiro, de minha autoria, “A gestão de Renato Soeiro na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979)” (2021), pude dissertar sobre o trabalho de Soeiro no âmbito do IPHAN. Nesta tese serão apontadas algumas ações com o foco para o âmbito das relações internacionais.

Renato Soeiro nasceu no dia 23 de dezembro de 1911, em Belém-Pará, filho de Benedito Duarte Soeiro e Angélica de Azevedo Soeiro. Matriculou-se no curso de Arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro, em 15 de março de 1932 e se formou em 1937. No ano seguinte começou a trabalhar no Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) como assistente técnico de 3ª classe (SAPORETTI, 2021, p. 21).

Segundo Vera Soeiro¹, Renato Soeiro não atuou muito tempo no escritório de Arquitetura para dedicar a sua vida a instituição de preservação do patrimônio. Onde atuou como diretamente a função de arquiteto por um curto período, assumindo cargos de gestão e supervisão logo no início de sua carreira.

Entre os projetos arquitetônicos realizados com a participação de Renato Soeiro, Vera Soeiro⁴ destaca o projeto da Antiga Estação de Hidroaviões, algumas construções residenciais em Petrópolis e no Rio de Janeiro, a Concha Acústica e a biblioteca do Museu Imperial e, posteriormente, auxiliou no projeto de reforma do Museu do Ouro, em Sabará (neste Soeiro

⁴ Vera Figner Soeiro é filha única de Renato Soeiro. Vera Soeiro foi servidora do IPHAN, trabalhou como assistente no Centro de Conservação e Restauração de Bens Culturais, então localizado na sobreloja do Palácio Gustavo Capanema – Rua da Imprensa, 16, Rio de Janeiro, por um período de 8 anos, aproximadamente, entre as décadas de 1970 e 1980. Neste período a diretora deste Centro era Maria Luiza Guimarães Salgado.

ocupava o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR)). Em entrevista realizada em 2022, Vera Soeiro destacou: “Era um arquiteto muito bom, mas ele projetou pouco, particularmente, porque depois que ele começou a ser diretor de conservação e restauração” (SOEIRO, 2022).

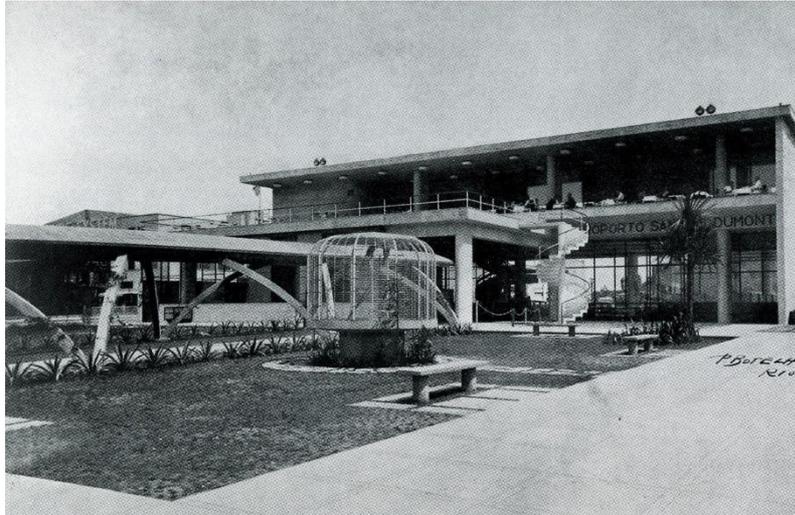
Neste trabalho será dissertado sobre o seu projeto de maior destaque, a Antiga Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont. Em janeiro de 1937, foi publicado o edital de convocação para o concurso público do anteprojeto desta estação, que foi organizado pelo Departamento de Aeronáutica Civil (DAC) sob instrução do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e obteve grande difusão e muitos inscritos (ACKEL, 2007, p. 193).

O concurso foi elaborado durante a direção do engenheiro-arquiteto Augusto de Vasconcelos no IAB e fizeram parte da comissão julgadora os engenheiros civis Junqueira Ayres e Alberto de Mello Flores e os arquitetos Augusto de Vasconcelos Junior, Paulo Camargo e William Preston (PAIVA & LIMA, 2021, p. 5).

A equipe de Attilio Correia Lima, composta por Renato Soeiro, Jorge Ferreira, Renato Mesquita e Tomás Estrela⁵ venceu o concurso. A estação foi um dos primeiros edifícios públicos com característica moderna, chamava a atenção “a estrutura livre de concreto armado, grandes panos de vidro, pilotis e marquises em balanço” (NASCIMENTO, 2011, p. 79). Era o início da hegemonia intelectual da arquitetura moderna no Brasil. Segundo Paiva e Lima (2021, p. 4) este foi o primeiro terminal aeroportuário a entrar em funcionamento no país, sendo inaugurado em 1938 (Fig. 1 e 2).

Fig. 1 – Estação de Hidroaviões – Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro)

⁵ Renato Soeiro, Jorge Ferreira, Renato Mesquita e Tomás Estrela não eram formados no período em que o projeto ganhou o concurso. Desta forma, somente Attilio assinou o projeto como arquiteto responsável.



Fonte: Galeria de Clássicos da Arquitetura: Estação de Hidroaviões /
Atilio Corrêa Lima - 1 (archdaily.com.br)

Fig. 2 - Estação de Hidroaviões – Aeroporto Santos Dumont (Rio de Janeiro)



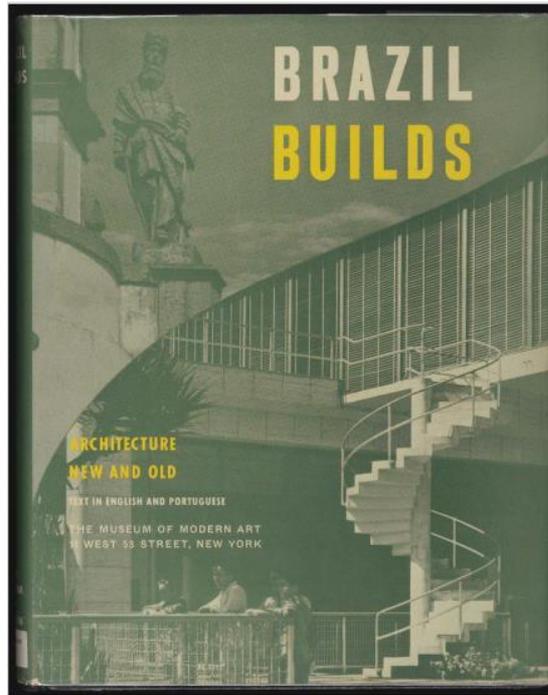
Fonte: SANTOS, Bruna Melo dos Santos. Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont 80 anos. Rio de Janeiro: Ingrafoto Produções Gráficas, 2018.

O edifício teve destaque internacional, tendo a foto do terraço da estação publicada na capa do livro *Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942* (1943) (Fig. 3), fruto da exposição homônima realizada no *Museum of Modern Art* (MOMA) em *Nova York*, e uma matéria com elogios de Phillip Goodwin

[...] tem uma estrutura de cimento armado e é coberto de lages de travertino importado da República Argentina. Dentro e fora, uma elegante escada também de concreto e em espiral conduz ao restaurante. Uma leve cobertura

com suportes diagonais de aço protege a passagem para o cais de embarque (à extrema esquerda). O jardim está ornamentado de um pequeno refúgio de concreto. A principal entrada de automóveis não precisa de descrição para pôr em relevo a sua importância, cheia de uma simples e correta distinção (GOODWIN, 1943, p. 150).

Fig. 3 – Capa do livro *Brazil Builds*



Fonte: GOODWIN, Philip; KIDDER SMITH, G. E.. *Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942*. Nova Iorque: MoMA, 1943.

O terminal foi desativado em 1942 devido à grande diminuição no fluxo de hidroaviões passando a auxiliar o edifício principal do aeroporto. Na década de 1950, o edifício se encontrava degradado devido à falta de conservação. Nesta época o espaço pertencia ao Clube da Aeronáutica, que o utilizava para realizar eventos e festas (INCAER, 2018). A Antiga Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont foi tombada em 29 de janeiro de 1957, inscrita no Livro de Tombo das Belas Artes, nº 438, folha 82, sob a assinatura de Carlos Drummond de Andrade, então Chefe da Seção de História da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN) (INCAER, 2018, p. 35). Na década de 1980, o edifício passou a sediar Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER), que se incumbiu do papel de conservar e preservar a memória da aviação militar no Brasil e do próprio edifício.

Soeiro trabalhou por pouco tempo no escritório de arquitetura. Logo após a sua formatura ele integrou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN). A instituição iniciou seus trabalhos com um quadro de funcionário extremamente pequeno, contando apenas com o seu diretor Rodrigo Melo Franco de Andrade, uma secretária, Judith Martins, e os arquitetos Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Carlos Leão, José de Souza Reis, Paulo Thedim Barreto, Renato Soeiro e Alcides da Rocha Miranda. No começo o SPHAN tinha como prioridade o patrimônio cultural arquitetônico. Esta fase preliminar ficou conhecida pela preservação da “pedra e cal”, com ênfase na arquitetura setecentista mineira, por isso a maior parte do quadro era constituída por arquitetos. Destes, apenas Paulo Thedim Barreto não era considerado modernista. Era especialista em desenho, principalmente de igrejas e foi indicado a Rodrigo de Andrade após realizar o levantamento da igreja e mosteiro de São Bento. Já Lúcio Costa, Oscar Niemeyer e Carlos Leão compuseram o grupo do projeto do Ministério de Educação e Saúde (MES). José de Sousa Reis havia integrado com Niemeyer e Lúcio Costa os estudos para o planejamento da cidade-universitária no Rio de Janeiro (atual Campus Universitário da Ilha do Fundão – UFRJ); sendo responsável também junto ao Niemeyer pelo projeto classificado em segundo lugar no concurso do Ministério da Fazenda. Renato Soeiro era colaborador de Atilio Correia Lima, dois dos autores do projeto da Estação de Hidroaviões. Alcides da Rocha Miranda inicialmente trabalhou no escritório de Emílio Baumgarten, engenheiro civil, executor dos cálculos do projeto do antigo MES (atual Palácio Gustavo Capanema), se consagrando como autor de importantes restaurações e projetos modernos em “centros históricos” (CAVALCANTI, 1999, p. 186).

Conforme analisa Márcia Chuva em “Fundando da nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado” (2003), a criação do SPHAN, em 1937, foi parte do projeto criador da nacionalidade instituído pelo governo de Getúlio Vargas, principalmente durante o Estado Novo. A partir da ideia de construção do patrimônio nacional, buscava-se desenvolver uma unidade das origens comum a toda a nação, que deveria “ordenar o caos, encerrar os conflitos, irmanar o povo e civilizá-lo” (CHUVA, 2003, p. 314). De acordo com Márcia Chuva (2003, p. 316), este grupo que ajudou a fundar o SPHAN estava relacionado a uma base iluminista e racionalista de pensamento, objetivando, “sem regionalismos, constituir a fisionomia do Brasil que seria apresentada, no âmbito das relações internacionais que estabelecia, para garantir um pertencimento ao mundo das nações modernas”.

A autora Helena Bomeny em “Constelação Capanema: intelectuais e políticas” (2001) ressalta que se tratando do patrimônio cultural, somente o Estado poderia reunir recursos para concretizar uma política nacional de preservação da memória e do patrimônio histórico

nacional, por isso o Estado conseguiu cooptar os intelectuais brasileiros no campo do SPHAN. Porém, segundo Bomeny (2001, p.16), estes intelectuais tinham uma postura crítica oscilante, ora enalteciam e outras criticavam o aparelho estatal, “indicando a fidelidade parcial de intelectuais com a política”.

Maria Cecília Londres Fonseca no clássico “O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil” (2005), mostra se identificar com a ideia apresentada acima. Para Fonseca considera ser indispensável de alguma forma o firmamento de um compromisso entre os intelectuais do SPHAN e o governo do Estado Novo, havendo uma determinação de limites e uma correlação. A “autonomia” que o SPHAN desfrutava tinha por outro lado a não ligação destes intelectuais em outras áreas do governo, como a censura e a propaganda. O governo utilizava-se da aproximação com intelectuais de prestígio como um meio de influenciar a opinião da elite brasileira e autenticar a imagem de adesão social do projeto nacional. Então, os intelectuais usavam dos recursos e do interesse do Estado para a criação de instituições culturais. (FONSECA, 2005, p. 123).

Dessa forma, com intuito de preservar os interesses destes intelectuais e do Estado, pode-se observar o Decreto-Lei nº 25/37 ao institucionalizar o tombamento, se restringe aos patrimônios materiais, a “pedra e cal”, relacionados aos fatos memoráveis da história do Brasil (FONSECA, 2005, p. 245). Esta primeira fase do SPHAN, os primeiros 30 anos, período dirigido por Rodrigo M. F. de Andrade é denominado como “fase heroica”. Cavalcanti (1999, p. 187) afirma que “heroica” se fundamenta no “romantismo” das viagens para descobrir a realidade brasileira tão diversa e “desconhecida no próprio país; pela escassez de recursos e número de funcionários para a hercúlea tarefa de classificar e tomar conta dos bens em todo o território nacional”.

Soeiro foi arquiteto da instituição até o ano de 1946, quando alcançou o cargo de diretor da Divisão de Conservação e Restauração (DCR) da então DPHAN, onde permaneceu até 1967, quando se tornou diretor da DPHAN, e se manteve por 12 anos. Na função de diretor da DCR, Soeiro foi um dos principais representantes da DPHAN no âmbito internacional.

2.2 DIRETOR DA DIVISÃO DE CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO

O SPHAN foi estruturado em duas divisões técnicas: a Divisão de Estudos e Tombamento (DET) (subdividida em Seção de Arte, Seção de História e o Arquivo Central) e a Divisão de Conservação e Restauração (DCR) (separada em Seção de

Projetos e a Seção de Obras). A DET tinha como tarefa a regulamentação da atuação do setor e a estruturação de métodos que apurassem bens culturais para tombamento. A DCR era incumbida de realizar as avaliações das solicitações de restauração e obras de conservação, além de fiscalizar os serviços que estavam sendo executados. Como diretor da DCR, Renato Soeiro avaliava os pedidos de restauração e de obras para manutenção e conservação dos patrimônios culturais materiais imóveis, antes destas solicitações serem encaminhadas para o diretor-geral da então DPHAN, Rodrigo M. F. De Andrade. Soeiro, também era responsável pela distribuição dos recursos destinados a essas atividades, além do pagamento de funcionários mais próximos a ele (SAPORETTI, 2021, p. 16-21).

A Seção de Projetos era atribuída a função de efetuar o “estudo técnico, prévio e pormenorizado dos monumentos e obras de arte cuja reparação ou restauração deva ser incluída no plano de atividades da Diretoria” (BRASIL, 1946, art. 10, alínea a). Além disso, era responsável pela vigilância dos bens tombados e monumentos naturais, e por disponibilizar assistência técnica em obras e equipamentos aos museus federais. À Seção de Obras detinha o papel de desempenhar e fiscalizar obras de restauração nos bens tombados e nos museus federais ligados à Diretoria (BRASIL, 1946, art. 10, alínea b).

De acordo com Vera Soeiro (2022), neste período Renato Soeiro viajou com Rodrigo de Andrade por diferentes regiões do país, principalmente por Minas Gerais. Eles viajavam de jipe para fiscalizar as obras que estavam em restauro. Faltava recurso e mão de obra capacitada. Assim, os poucos funcionários, viviam em prol de tentar preservar o patrimônio cultural.

Um exemplo da atuação efetiva dessas duas divisões (DET e DCR), foi a reforma da cidade de Ouro Preto, um grande desafio para a DPHAN. Em 1949, com a falta de recursos e a urgência da situação, foram promovidos diversos eventos no município para angariar os fundos necessários para a realização do trabalho. Realizaram eventos sociais e também receberam doações, estes recursos eram encaminhados à sede da DPHAN, no Rio de Janeiro, e repassados para os técnicos da instituição, que analisavam quais seriam as prioridades. A partir dessa situação Sylvio de Vasconcellos, chefe do 3º Distrito da DPHAN em Minas Gerais, junto a Paulo Thedim Barreto, chefe da Seção de Obras da Divisão de Conservação e Restauração da instituição, efetuavam um levantamento e um estudo para avaliavam de forma mais específica, quais imóveis seriam prioridade e quais métodos de intervenções seriam implementados com os recursos que chegavam (GRIECO & SORGINE, 2008, p. 55).

Essa investigação foi realizada diretamente em Ouro Preto, que neste período havia uma representação da DPHAN, que atuava continuamente no local, e contou com o auxílio da

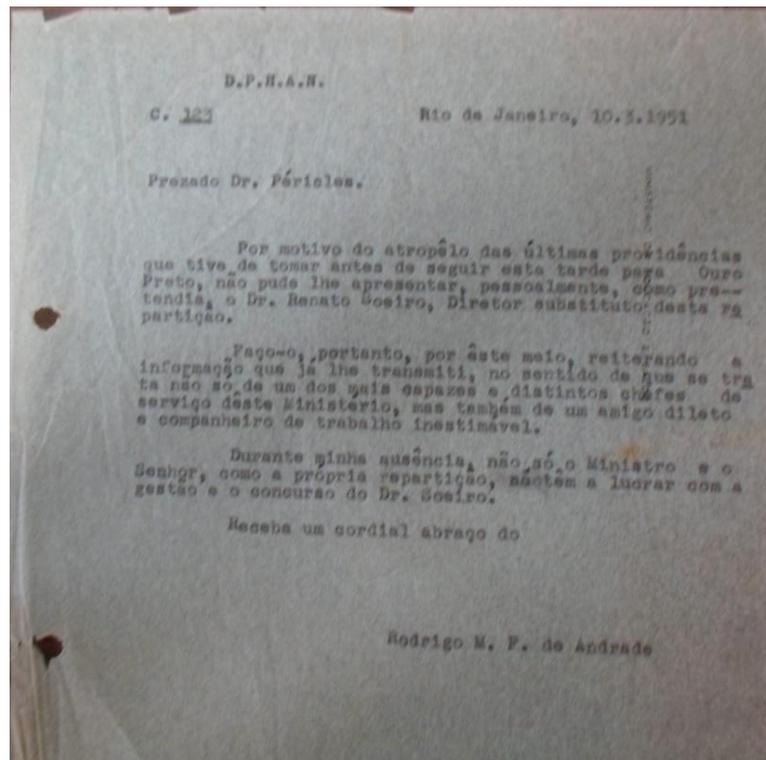
Diretoria-Geral, da Seção Técnica, juntamente com o 3º Distrito da DPHAN localizado em Belo Horizonte, Minas Gerais. Alguns técnicos participaram desse processo, como: Renato Soeiro (diretor da DCR, Lucio Costa (diretor da DET), Paulo Thedim Barreto e Sylvio de Vasconcellos. De acordo com Grieco e Sorgine, em “O Estudo da cidade de Ouro Preto e o inventário cadastral” (2008, p. 55), Renato Soeiro enquanto diretor da DCR, se posicionou favorável ao parecer elaborado por Lucio Costa, então chefe da DET, assinalando a prioridade nas ações das edificações e dos monumentos apontados por Costa que se encontravam em ruínas.

Além do árduo trabalho como diretor da DCR, Renato Soeiro, como braço direito e profissional de confiança de Rodrigo de Andrade, exercia o cargo de diretor substituto na ausência de Andrade, como é possível verificar na carta nº 123 enviada por este ao Dr. Péricles⁶, em 10 de março de 1951 (Fig. 4).

Por motivo de atropêlo das últimas providências que tive de tomar antes de seguir esta tarde para Ouro Preto, não pude lhe apresentar, pessoalmente, como pretendia, o Dr. Renato Soeiro, Diretor substituto desta repartição [...]. Durante minha ausência, não só o Ministério e o Senhor, como a própria repartição, só tem a lucrar com a gestão e o concurso do Dr. Soeiro [...] (ANDRADE, 1951).

Fig. 4 - Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Dr. Péricles

⁶ Silvestre Péricles de Góis Monteiro foi um militar e político brasileiro. Foi Ministro do Tribunal de Contas da União no período de 1956-1959.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

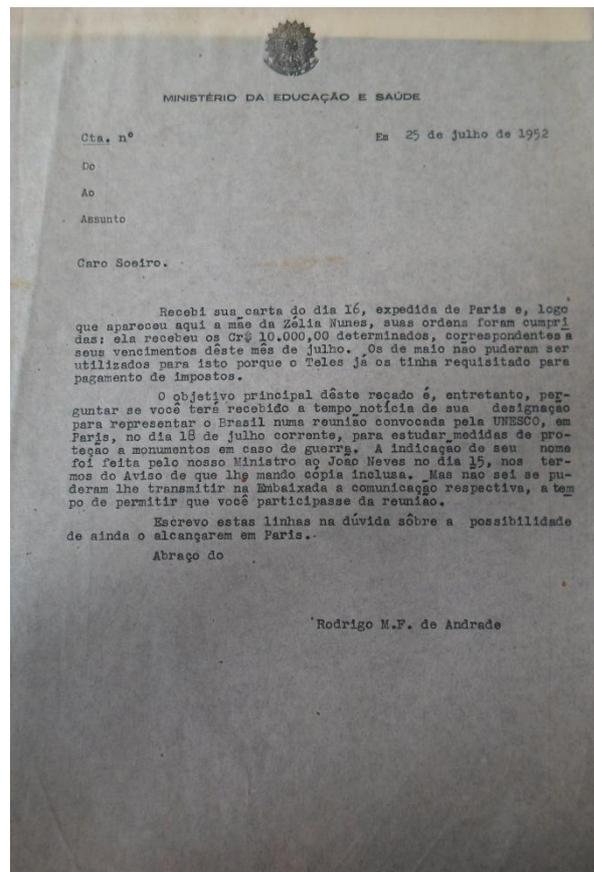
Além disso, Renato Soeiro foi o principal representante internacional⁷ da então DPHAN e do Ministério, o que se intensificou na década de 1960 e permaneceu durante a sua direção no IPHAN. Soeiro participou de diversas reuniões, congressos, cursos no exterior. No trecho da carta enviada por Rodrigo M. F. de Andrade, em 25 de julho de 1952 (Fig. 5), quando Soeiro estava em Paris, comunicando-lhe de uma convocação para representar o Brasil.

[...] O objetivo principal dêste recado é, entretanto, perguntar se você terá recebido a tempo notícia de sua designação para representar o Brasil numa reunião convocada pela UNESCO, em Paris, no dia 18 de julho corrente, para estudar medidas de proteção a monumentos em caso de guerra⁸. A indicação de seu nome foi feita pelo nosso Ministro ao João Neves no dia 15, nos termos do Aviso [...] (ANDRADE, 1952).

⁷ A atuação de Soeiro como representante internacional será o principal ponto de análise desta tese e, portanto, será desenvolvida nos próximos capítulos.

⁸ Após Segunda Guerra Mundial, devido ao grande número de ataques a bens culturais, começaram a realizar reuniões para a elaboração de acordos e documentos que resguardassem a proteção destes, mesmo em situação de guerra. Esta reunião que Soeiro participou em 1952 fez parte destes encontros, que ocasionaram na construção e aprovação da Convenção para a Proteção dos Bens Culturais em caso de Conflito Armado (Convenção de Haia) (1954).

Fig. 5 – Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para Renato Soeiro



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Ao analisar a atuação de Soeiro no IPHAN e sua relação com Rodrigo M. F. de Andrade é possível observar que ele foi o “braço direito” do primeiro diretor da instituição, sendo o indicado a sucessor na aposentadoria de Rodrigo.

2.3 DIRETOR DO IPHAN E DO DAC

Em 1967, Soeiro assumiu a direção da então DPHAN. Rodrigo M. F. de Andrade apontou no seu discurso na posse de Renato Soeiro as razões pela escolha:

Ao cargo de alta responsabilidade que exerceu até agora, por mais de vinte anos, com proficiência notável, tal como ao que passa de ora em diante exercer, ascendeu sem os ter postulado, nem se insinuado, para ocupá-los, levado apenas pelo reconhecimento a suas aptidões e ao valor da obra que já tinha realizado (ANDRADE, 1967, p. 180).

Na obra “A gestão de Renato Soeiro na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979)”, publicada em 2021, foi possível analisar as principais preocupações de Soeiro durante o período que esteve na direção da DPHAN/IPHAN, dentre elas estão: a preservação dos patrimônios culturais e naturais, o controle entre o desenvolvimento econômico e a preservação do patrimônio, aprofundar as relações internacionais, fortalecer o turismo cultural e intensificar a participação dos estados e municípios nas ações de preservação. Ressalta-se que o apoio de diversas instituições, internacionais e nacionais, foi essencial para que Soeiro conseguisse desenvolver os seus projetos, Unesco, OEA, ICOMOS, MEC, Ministério do Planejamento, órgãos estaduais e municipais, dentre outros (SAPORETTI, 2021).

Junto ao cargo de diretor do IPHAN, Soeiro foi membro do Conselho Federal de Cultura (cargo que assumiu em 1969, a partir do falecimento de Rodrigo M. F. de Andrade) e diretor do Departamento de Assuntos Culturais, criado em 1970. No DAC, Soeiro criou o primeiro esboço de política cultural integrada do país, com o Programa de Ação Cultural (PAC), em 1973.

Através do Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961, assinado pelo Presidente Jânio Quadros, o então Conselho Nacional de Cultural (CNC) foi restituído e reestruturado. Criaram-se comissões nacionais para a institucionalização da cultura: a) Comissão de Literatura; b) Comissão de Teatro; c) Comissão de Cinema; d) Comissão de Música e Dança; e) Comissão de Artes Plásticas. f) Comissão de Filosofia e Ciências Sociais. Pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, o CNC passou a ser denominado Conselho Federal de Cultura (CFC). O Decreto-Lei nº 60.237, de 17 de fevereiro de 1967 atribuiu a instalação e funcionamento e sua constituição, tendo a nomeação de 24 membros pelo presidente da República, Humberto Castelo Branco. Os integrantes que compunham o CFC eram intelectuais das seguintes áreas: a) artes; b) letras; c) ciências humanas; d) patrimônio histórico e artístico nacional.

Tatyana Maia em sua tese de doutorado “Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975)” (2010) constatou que os conselheiros eram vistos como “homens de notório saber,” faziam partes de reconhecidas instituições, como: Academia Brasileira de Letras (ABL), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e o SPHAN. Estes atuavam em diferentes áreas (teatro, música, cinema, rádio, literatura) e promoviam à difusão cultural através do assessoramento, cooperação e consultoria.

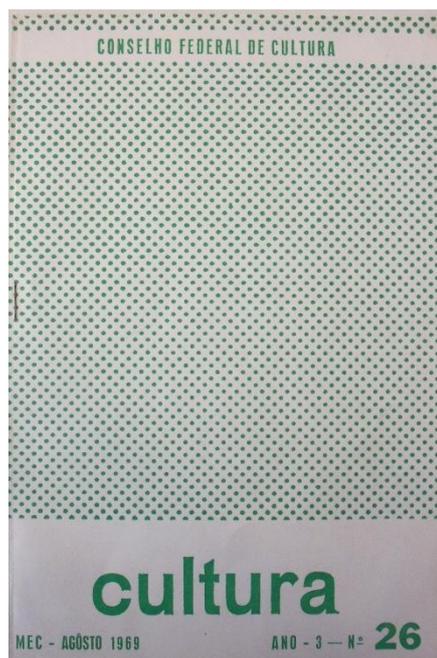
Renato Soeiro assumiu o cargo de conselheiro do CFC e no seu discurso de posse foi publicado no boletim Cultura, edição de agosto de 1969, ano 3, nº 26 (Fig. 6), emitido pelo mesmo órgão. Soeiro em sua fala agradeceu a oportunidade, enfatizou a importância de Rodrigo M. F. de Andrade para a área da cultura e principalmente sobre sua atuação no IPHAN, prestando uma homenagem ao amigo que faleceu, além de reforçar o seu compromisso como membro do conselho na tarefa “de atender o que a Lei determina e as Autoridades Superiores confiaram-lhes, incumbindo-os de traçar a orientação conveniente e indicar as soluções adequadas na defesa e em proveito da Cultura Nacional” (SOEIRO, 1969, p. 100-102).

A indicação feita pelo Senhor Ministro da Educação e Cultura, Deputado Tarso Dutra, e acolhida pelo Senhor Presidente da República, para o atual Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional integrar este Egrégio Conselho Federal de Cultura, na vaga de Rodrigo Melo Franco de Andrade, é ato que muito honrado agradeço e registro como das mais expressivas manifestações de apreço e reconhecimento àquele órgão, por êle criado em 1937 e dirigido até os princípios de 1967, quando se aposentou e então o sucedi.

A sucessão que agora me cabe, entretanto, é pela ausência definitiva [...].

A sua perda, irreparável para o Brasil, vem sendo assinalada. Neste recinto, sua memória foi reverenciada com a discrição e o carinho, na medida em que deveria sensibilizá-lo [...] (SOEIRO, 1969, P. 100).

Fig. 6 - Capa do Boletim Cultura



Fonte: SOEIRO, Renato de Azevedo Duarte. Discurso do novo conselheiro.
In: Cultura. MEC. Agosto de 1969, ano 3, nº 26.

No dia 3 de março de 1970, foi criado o Departamento de Assuntos Culturais (DAC) através do decreto Nº. 66.296, que estabelecia a estrutura básica do MEC. Renato Soeiro assumiu a direção do DAC e se manteve como diretor do IPHAN, órgão que passou a se reportar ao departamento, conforme o decreto Nº 66.967, de 27 de julho de 1970. Na comunicação apresentada por Soeiro na Sétima Reunião do Comitê Interamericano de Cultura da OEA, “DAC: Defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro” (1974), ele ressaltou que o departamento tinha como principal objetivo a defesa e preservação do patrimônio histórico, artístico, paisagístico e arqueológico nacional, assim, “suas ações estavam relacionadas a execução e criação de novas condições para o acervo cultural brasileiro, incluindo o apoio e o estímulo a todas as manifestações da literatura e da arte, sejam individuais ou coletivas” (SOEIRO, 1974, p. 2). Para viabilizar tais atividades, o DAC criou o Plano de Ação Cultural (PAC), que será abordado no subitem 2.4.

O DAC foi criado após reivindicações do CFC para a implementação de uma Secretaria de Cultura. Apesar de não ter sido atendido em sua integralidade, originando um departamento, esta foi uma movimentação importante para a futura criação do Ministério da Cultura, em 1985.

2.4 A CULTURA NA DITADURA CIVIL-MILITAR E A ATUAÇÃO DE RENATO SOEIRO PERANTE O SISTEMA

A organização da cultura no período do regime militar é fundamentada a partir da instauração do CFC, em 1966, e do esforço que resultou na criação de uma Política Nacional de Cultura. Conforme o artigo “A política cultural à época da ditadura militar” da pesquisadora Natália Fernandes, publicado na revista *Contemporânea* (2013, p. 174) é possível apontar, no âmbito da cultura, três linhas de atuação do governo: a censura (para verificação se alguma produção cultural era de oposição ao governo ou danosa ao projeto de construção da cultura nacional); o investimento (desenvolvimento da infraestrutura das telecomunicações – projeto de modernização do país e políticas de integração e segurança nacional, além do crescimento da indústria cultural); e a criação de órgãos governamentais para a efetivação da política cultural oficial.

Fernandes (2013, p. 175-176) afirma que os gêneros como o teatro, o cinema e a música popular conquistaram destaque entre os anos de 1964 e 1968 e eram considerados instrumentos de oposição ao regime ditatorial e passaram a ter um maior controle dos censores. O que se intensificou com Ato Institucional nº 5 (AI-5), decretado em 13 de

dezembro de 1968, com a determinação que as produções culturais deveriam seguir às diretrizes e padrões criados pelo Serviço de Censura de Diversões Públicas do Departamento de Polícia Federal, que se transformou em Divisão no ano de 1972.

Após 1964 o cenário cultural passou por grandes transformações, conforme Ruben Oliven no texto “A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidade?” (1984, p. 48-51) uma nova substituição de importações foi impulsionada, produzindo diversos bens de consumo dentro do país, inclusive dentro da indústria cultural. Por exemplo, a Rede Globo, que começou com recursos estrangeiros e aos poucos foi alterando seu plano para aderir mais programas nacionais. O Estado e os meios de comunicação se apoderaram do regionalismo, principalmente nordestino, transformando-o em um tema recorrente nos programas, buscando valorizar “aquilo que é nosso”. No caso dos programas de rádio como o Minerva em Ação Cultural e Domingo Mobral, Oliven aponta o fato deles além de divulgarem músicas regionais, eles atendiam a solicitação de ouvintes que desejavam escutar músicas de Roberto Carlos, por exemplo. A divulgação através dos meios de comunicação dessas culturas em diferentes regiões do país era uma forma de modernidade e integração, sendo uma maneira de difundir a memória nacional e frisar a ideia de identidade nacional.

Assim, ao mesmo tempo em que o Estado estava preocupado em desenvolver os meios de comunicação, havia o controle através da censura e da intervenção nos setores culturais com a intenção acabar com a “hegemonia cultural da esquerda” e conquistar o domínio do processo cultural. Para o autor Gabriel Cohn (1984, p. 87), a ação do Estado concentrava-se em “desbaratar as forças adversárias e neutralizar sua produção com vistas a assumir o processo cultural no passo seguinte”, agindo de forma estratégica e planejada. Enquanto isso, o CFC estava concentrado em elaborar as diretrizes da política nacional de cultura solicitada pelo ministro Jarbas Passarinho, em janeiro de 1973.

Após concluídas, as diretrizes seriam submetidas à aprovação do Presidente da República, e posteriormente se tornariam um documento base a criação de planos, programas e projetos de governo. A entrega do documento ao Ministro ocorreu em março de 1973. No Boletim do Conselho Federal de Cultura, número 9, foram publicadas algumas considerações sobre as Diretrizes ressaltando que este documento seriam as “linhas gerais e as normas de ação do governo na área da cultura, com base no tripé: defesa do patrimônio, incentivo à criatividade e a difusão da cultura”. O arquivo possui duas partes. Na primeira, estão escritas as considerações preliminares, os fundamentos legais e os conceitos fundamentais. Na segunda parte dissertou-se sobre a “Política Nacional de Cultura”, demonstrando a definição,

objetivos, normas de ação e previsão de recursos financeiros (CFC, 1973 apud CALABRE, 2006, p. 7).

O documento apresenta o conceito de cultura que foi utilizado na construção das diretrizes, sendo esta o conjunto das criações do homem e destaca: “justiça social reclama que os seus benefícios sejam acessíveis ao cidadão comum, e este adequadamente educado para usufruí-los”. Ao analisar esta definição tem-se uma ideia de uma cultura democrática, porém em seguida encontra-se uma concepção que a cultura é direito do homem culto e escolarizado (CFC, 1973, p. 58 apud CALABRE, 2006, p. 8). Em um segundo momento procura-se definir uma política nacional de cultura. Segundo Cohn (1984, p. 88), o papel do Estado se delimitou em prestar apoio à cultura, através da preservação do patrimônio, o incentivo à criatividade e a difusão das criações e manifestações culturais. O primeiro item mencionado é a preocupação com a conservação do patrimônio cultural, que foi definido como:

Constituído das tradições históricas e dos hábitos e costumes estratificados; das criações artísticas e literárias mais representativas do espírito criador brasileiro; das realizações técnicas e científicas de especial significação para a humanidade; das cidades, conjuntos arquitetônicos e monumentos de significação histórica, artística, cívica ou religiosa; das jazidas arqueológicas; das paisagens mais belas ou típicas do território pátrio; das idéias e dos ideais partilhados pelos brasileiros (CFC, 1973 apud CALABRE, 2006, p. 9).

A partir disso, o documento apresenta uma lista de dez medidas necessárias para conseguir pôr em prática a política nacional de cultura: criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Cultura; criação do Serviço Nacional de Música; criação do Serviço Nacional de Artes Plásticas; criação do Serviço Nacional de Folclore; levantamento e cadastramento dos bens culturais, cuja defesa seja obrigação do poder público; estímulo ao funcionamento e à criação dos conselhos de cultura; criação das casas de cultura; implantação de um sistema de colaboração entre as universidades federais, estaduais e privadas, em seus diversos institutos como estímulo aos estudantes para o estudo e conhecimento da vida cultural do país; recuperação e restauração de bens privados tombados; financiamento de projetos de natureza cultural. O CFC já desenvolvia muitas destas medidas listadas acima, mas a aprovação de um plano garantiria o recebimento de recursos e continuidade dos trabalhos (CALABRE, 2006, p. 10).

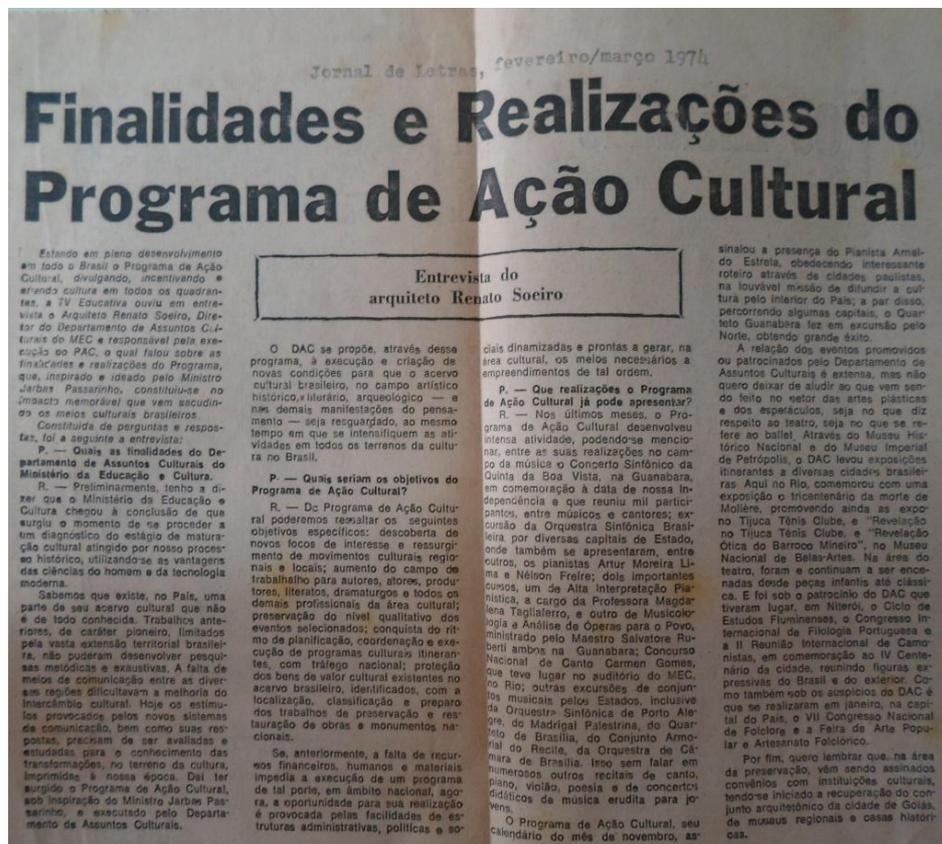
De acordo com Sérgio Miceli (1984, p. 55), o documento apontava a importância de criar um órgão competente para o desenvolvimento dessas demandas, ou a reestruturação de

um órgão existente, desta forma demonstrava-se a necessidade de um Ministério para a Cultura. Entretanto, impasses políticos impediram a sua criação.

Diante das dificuldades em aprovar as diretrizes, houve uma mudança de estratégia no MEC em relação ao âmbito cultural. Ainda em 1973, foi lançado o Programa de Ação Cultural (PAC), em entrevista publicada no Jornal das Letras em fevereiro/março de 1974 (Fig. 7), Renato Soeiro, como diretor do DAC, falou dos principais objetivos do plano:

[...] descoberta de novos focos de interesse e ressurgimento de movimentos culturais regionais e locais; aumento do campo de trabalho para autores, atores, produtores, literatos, dramaturgos e todos os demais profissionais da área cultural; da área cultural; preservação do nível qualitativo dos eventos selecionados; conquista do ritmo de planificação, coordenação e execução de programas culturais itinerantes, com tráfego nacional; proteção dos bens de valor cultural existentes no acervo brasileiro, identificados com a localização, classificação e preparo dos trabalhos de preservação e restauração de obras e monumentos nacionais [...] (SOEIRO, fevereiro/março 1974).

Foto 7 – Finalidades e Realizações do programa de Ação Cultural



Fonte: SOEIRO, Renato. Finalidades e Realizações do programa de Ação Cultural. In: *Jornal das Letras*, fevereiro/março, 1974)

Na opinião de Roberto Parreira (1984, p. 235), o PAC foi uma ação necessária, visto que a área da Educação sempre recebia mais recursos do MEC. Dessa forma, como uma medida emergencial do DAC, através deste programa poderia contratar e remanejar funcionários, tendo seu próprio quadro de funcionários, algo que o DAC não tinha. Assim, a cultura começou a receber mais recursos. Isso possibilitou que o PAC desenvolvesse uma metodologia própria de prática cultural, atuando em vários campos de produção e incentivando a produção de espetáculos para serem apresentados por todo o território brasileiro e o intercâmbio regional.

Voltando-se para a preservação do patrimônio cultural, observa-se que o IPHAN, neste período, sob gestão de Renato Soeiro, empenhou-se para adequar o seu modo de atuação com o modelo de desenvolvimento e modernização vigente no país. Com a intensificação da urbanização e da industrialização que vinha acontecendo desde a década de 50, a instituição teve de reformar sua política de preservação do patrimônio cultural, principalmente se tratando das cidades históricas e dos centros históricos das grandes cidades. Sob orientação da Unesco construiu-se uma nova estratégia de ação com os proprietários, setores da Igreja e do poder público, reforçando que a preservação e o desenvolvimento poderiam caminhar juntos, utilizando-se da relação entre valor cultural e valor econômico, e transformando estes lugares em grandes potenciais turísticos.

Em 1975, durante o governo de Ernesto Geisel e a presença do ministro Ney Braga no MEC, houve a implementação da Política Nacional de Cultura (PNC) resultante da procura de um equilíbrio da cultura em relação regime militar que se procurava consolidar. Sobre a PNC Cohn (1984, p. 92). Ressalta que esse novo documento não reforça diretamente a questão da segurança e do fortalecimento nacional, evidenciando o ponto do desenvolvimento social, além do econômico, estabelecendo um lugar de relevância para a cultura.

Os aspectos de participação e desenvolvimento na PNC estão explicitados no documento da seguinte forma:

[...] o documento é todo redigido numa perspectiva “humanista” (daí a visão essencialista da cultura que aludi acima), que permite falar em “uma verdadeira política de cultura, isto é, a plena realização do homem brasileiro como pessoa”, e enfatizar que “cultura não é apenas acumulação de conhecimento ou acréscimo de saber, mas a plenitude da vida humana no seu meio” [...]. No entanto, do essencialismo à concepção instrumental é um

passo: “A sobrevivência de uma nação se enraíza na continuidade cultural”, e portanto a cultura é “o meio indispensável para fortalecer e consolidar a nacionalidade”. Conservação e desenvolvimento – entre esses dois polos oscila uma argumentação que concebe um deles pelo viés essencialista e o outro pelo viés instrumental (PNC Apud COHN, 1984, p. 92).

Deste modo, o documento apresenta como incumbência da política cultural a difusão cultural, o fomento à produção e o crescimento do consumo, sendo estes os principais elementos estabelecidos na política governamental. Durante a presidência de Ernesto Geisel (1974/1978), o ministro Ney Braga pôde contar com muitos recursos, o que lhe permitiu realizar as mudanças necessárias e a disseminação da área cultural do MEC, desenvolvendo diversas medidas, como: criação do Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDA) e do Conselho Nacional de Cinema (CONCINE), a reformulação da Empresa Brasileira de Filmes (EMBRASILME), a expansão do Serviço Nacional do Teatro (SNT), a criação da Fundação Nacional de Arte (FUNARTE) e o lançamento da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Deste modo, reforçava-se os instrumentos de controle e promoção dos organismos culturais.

Natália Fernandes (2013, p. 189) afirma que os governantes militares mesmo quando estavam focados na criação de órgãos e instituições culturais oficiais e na elaboração da PNC, estavam atentos na solidificação da indústria cultural no Brasil, uma vez que, dessa forma, poderiam ampliar o mercado de bens culturais realizando investimento na criação ou na reutilização de espaços culturais, operando desde a capacitação profissional e instrução de agentes culturais até o custeio de projetos culturais, influenciando na formação de um público para o consumo desses produtos culturais. Assim, neste período, houve um aumento de recursos e investimentos não somente para preservação e conservação de patrimônios culturais, mas também em outras atividades artístico-culturais. Portanto, ocorreu uma dinamização do setor cultural. O desenvolvimento do setor cultural implicou “uma maior burocratização”, que culminou na origem do Ministério da Cultura, em 1985 (FERNANDES, 2013, p. 189).

Conforme Sérgio Miceli em “Estado e Cultura no Brasil” (1984, p. 66), o trabalho no âmbito cultural neste período foi possível devido as “condições políticas extremamente favoráveis” devido o apoio dos órgãos responsáveis, seja “ora na captação de recursos, ora na abertura de novas oportunidades de trabalho cultural”, “ora no trabalho de sustentação em favor de figuras expressivas do meio intelectual e artístico carentes de conexões políticas suficientemente sólidas”. Também foi através deste apoio que Roberto Farias, Orlando

Miranda, Manuel Diégues Jr. e Aloísio Magalhães, entre outras pessoas ligadas ao regime militar assumiram cargos importantes no MEC.

Ademais, no ano de 1975, ocorreu a criação do Conselho Nacional de Referência Cultural (CNRC), que foi estruturado separadamente do MEC, sendo pensado por Aloísio Magalhães e apoiado pelo então ministro da Indústria e Comércio, Severo Gomes. O CNRC tinha como objetivo compreender de modo mais amplo a produção cultural brasileira, a partir do “estudo de diferentes formas de vida e atividades pré-industriais que estavam desaparecendo e documentá-las para, em um momento futuro, tentar influir sobre elas, ajudando a dinamizá-las”. Ademais, através da imersão em diferentes realidades culturais, buscava-se analisar essa diversidade como um conjunto, como uma identidade nacional; um “fazer brasileiro” (DUTRA, 2017, p. 34). O CNRC funcionou de 1975 até 1979, quando foi absorvido pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), sob o domínio do MEC.

O plano de investimento no setor cultural neste período pode ser analisado, também, como decorrência da influência direta da Doutrina da Escola Superior de Guerra (ESG) na perspectiva que direcionava as ações de Geisel e seus principais auxiliares. A Doutrina ressaltava que cultura era um dos fatores da “expressão psicossocial do poder nacional” fundamental para o alcance e manutenção dos objetivos nacionais em relação a segurança e desenvolvimento. De acordo com José Gurgel (1975, p. 83-132), a Doutrina destaca a importância de realizar melhorias nas instituições sociais, principalmente nas que possuem características educacionais, culturais e trabalhistas, por estarem diretamente relacionadas a construção e difusão de “... idéias, sentimentos, normas, padrões de comportamento e relações interpessoais...”.

A definição de cultura utilizada pela ESG tinha a concepção desta ser “o acervo espiritual, material e não material dos homens e dos grupos sociais. É o modo de pensar, agir e sentir do povo”. Considerava-se o patrimônio cultural (língua, tradições, valores espirituais e morais, artístico, como “o melhor meio para alcançar e manter os Objetivos Nacionais” (ESG, 1981, p. 151). Via-se o desenvolvimento da cultura nacional como um dos meios de promover uma personalidade nacional forte, influenciando no alcance dos objetivos nacionais.

Nota-se que a PNC adotou um dos princípios defendidos pela ESG, a estratégia de atuação do Estado nas diversas áreas sociais. Com as suas definições e diretrizes básicas, a PNC demonstrava que a atuação do governo no âmbito cultural poderia ser um meio de conquistar um consenso no seio da sociedade, isto é, uma hegemonia. Para Gurgel (1975, p. 66) o Estado para servir aos “imperativos de ordem e progresso” e o dever de estruturar as

relações sociais, viu-se a necessidade de organizar os setores estatais, cabendo ao Estado o papel de governar “a vida da comunidade, ‘à luz de princípios, métodos, normas e ações, segundo uma ordem de natureza jurídica e uma missão de unidade política”. Para tal, a ESG define o Estado como “a entidade de natureza política, instituída em uma Nação, sobre a qual exerce controle jurisdicional, e cujos recursos ordena, para promover a conquista e a manutenção dos Objetivos Nacionais”. Na perspectiva da ESG, o Estado é um instrumento de organização da Nação, sendo o seu grande dirigente.

Portanto, a partir do que foi dissertado sobre a política cultural durante a ditadura civil-militar, observa-se que esta foi marcada pela ideologia de integração e de segurança nacional, tendo a identidade nacional e os valores tradicionais como norteadores da produção cultural. A partir da criação de órgãos estatais possibilitou-se o crescimento e a consolidação do controle estatal sobre a produção e movimentação de bens culturais (como o controle a partir da censura também), o que intensificou de certo modo a integração nacional.

Em relação ao posicionamento de Renato Soeiro perante o regime militar, a partir da análise das fontes encontradas no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, não se consegue ter uma conclusão sobre esta questão. Portanto, para tal investigação se utilizou da metodologia de História Oral para a realização de entrevistas com pessoas que conviveram com Renato Soeiro, como Vera Soeiro, Felipe Chaimovich⁹ e Paulo Ormino, que poderiam auxiliar com informações que não foram possíveis encontrar em documentos escritos. Dessa forma, houve-se a produção de fontes, através da gravação e transcrição dessas entrevistas. Nos documentos escritos observa-se uma relação profissional, onde se trata apenas de questões relacionadas a projetos e demais atividades desenvolvidas pelo IPHAN e pelo DAC. O que torna possível exemplificar a fala de Vera Soeiro (2022), em entrevista realizada, na qual ela conta que seu pai era um “diplomata”, tinha uma boa relação com todos, dessa forma conseguia desenvolver o seu trabalho da melhor forma possível. Já na entrevista realizada com Felipe Soeiro Chaimovich (2022), ele conta sobre a relação de Renato Soeiro com um integrante do partido comunista e sob um outro regime ditatorial, na Era Vargas, a vó dele, esposa de Renato Soeiro, escondeu pessoas da intontona comunista que estavam sendo perseguidas. Felipe Chaimovich não considera seu avô, Renato Soeiro, uma pessoa politicamente de direita, mas um conservador clássico e um democrata.

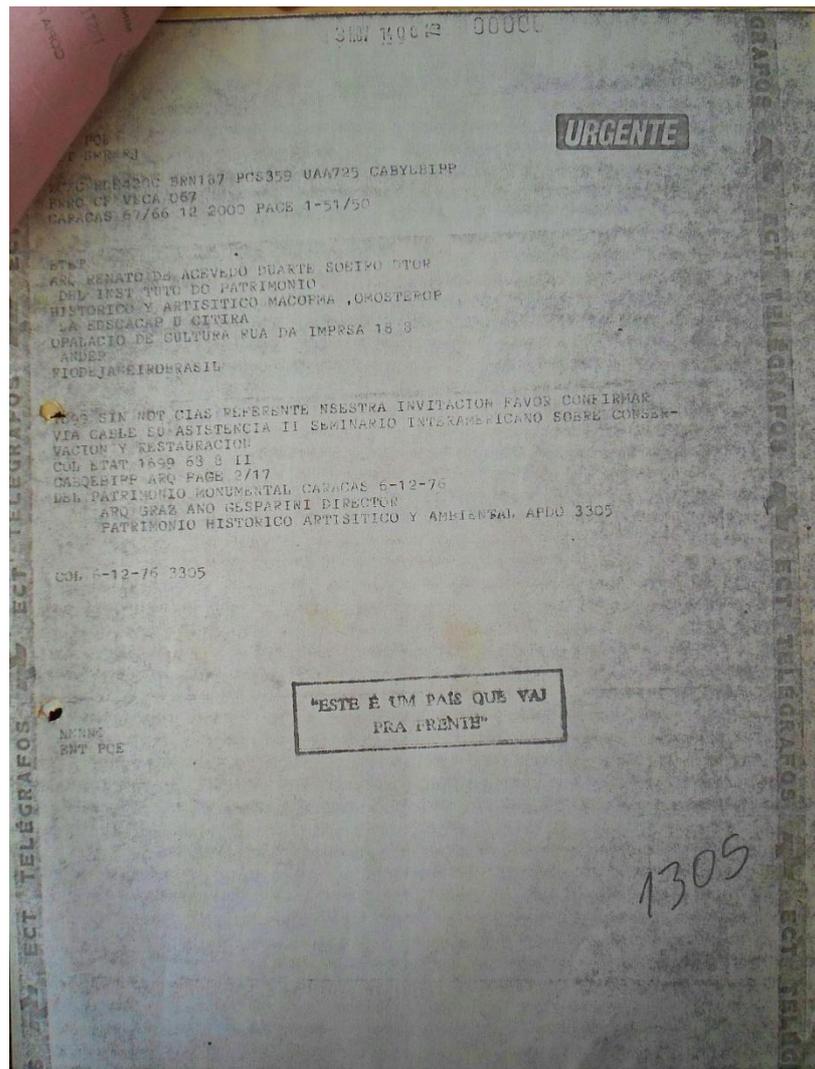
⁹ Felipe Soeiro Chaimovich é neto de Renato Soeiro. Doutor em Filosofia, ele é professor da Fundação Armando Alvares Penteado e Faculdade Santa Marcelina, crítico de arte e foi curador do Museu de Arte Moderna de São Paulo entre o período de 2002 a 2019. Felipe Soeiro se inspirou na trajetória profissional e nos ensinamentos pessoais de Renato Soeiro ao desenvolver sua formação acadêmica e profissional para a área da cultura e da arte.

[...] O fato dele ter atravessado tantos regimes políticos diferentes fazem com que no momento que ele assume a diretoria no período que a ditadura militar tá entrando na sua pior fase no Brasil, desperta nele também essa necessidade de encontrar espaços que preservem colaboradores de esquerda, que ele sempre teve - embora meu avô fosse um conservador; não é nem absoluto uma pessoa de direita, mas eu acho que ele era o que a gente poderia chamar de um conservador clássico, e sobretudo um democrata. Esse espírito público tem a ver com essa posição dele, e por exemplo, a amizade que ele tinha com o Saguia ali em São Paulo, eu testemunhei, pelo modo em que ele preservou uma pessoa tão próxima, que era do Partido Comunista, podendo atuar naquilo que ele tinha a maior competência pra atuar, que era o patrimônio em São Paulo. A relação do meu avô com o Darcy Ribeiro, o Darcy Ribeiro escreveu [...] Quando o Darcy Ribeiro tava preso [...] um bilhete pro meu avô dizendo que o portão da cadeia tinha que ser consertado porque ele era um patrimônio e ele tava completamente degradado. E meu avô vai e conserta o portão. Ele era muito próximo de muitos intelectuais de esquerda que estavam correndo perigo ou que foram perseguidos. E ele se preocupou de preservar tanto quanto foi possível a integridade profissional dessas pessoas como colaboradores históricos. A minha avó já escondeu gente na intentona comunista. Eles ajudaram muita gente em 64, esconderam gente. Então tinha um engajamento naquele momento [...]. Então, ele negociou com os militares, assim como ele negociava desde 37 com o Estado Novo, com a redemocratização, porque o projeto dele era de cultura de longo prazo pra formação de cidadania nacional. Então, ele atravessa vários regimes, e ele é um funcionário público de carreira, então ele atravessa as contingências do Estado (CHAIMOVICH, 2022).

Ademais, em poucos documentos foram encontrados carimbos que demonstravam uma certa fiscalização em relação dos órgãos da ditadura militar, como no exemplo abaixo, que consta a marca de um carimbo escrito “ESTE É UM PAÍS QUE VAI PRA FRENTE” (Fig. 8). Este slogan dialoga com o otimismo criado do período da "abertura lenta, gradual e segura" do governo Geisel (1974-1979). "Esse é um país que vai pra frente" é uma música interpretada pelo grupo "Os Incríveis" que lançaram um álbum especial para a Presidência da República intitulado "Trabalho e Paz". Estratégia implementada no governo anterior, de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), como meio de realizar uma propaganda positiva do regime, com o objetivo de se consolidar e neutralizar a oposição. Aproveitando-se do crescimento econômico acelerado do "milagre brasileiro" e do entusiasmo nacional gerado pela conquista do tricampeonato mundial de futebol, o governo lançou campanhas publicitárias que exaltavam o nacionalismo e a unidade nacional. Slogans como "Ninguém mais segura este país" e "Ame-o ou deixe-o" permearam o cotidiano dos brasileiros, expressando um discurso autoritário e intolerante. A Assessoria Especial de Relações Públicas da Presidência da República, sob o comando do coronel Octávio Costa, desempenhou um papel central na produção e disseminação dessas mensagens, que alcançaram seu ápice

durante as comemorações dos 150 anos da Independência do Brasil. Essas campanhas, ao mesmo tempo em que buscavam fortalecer o apoio popular ao regime, serviam como instrumento de controle social e censura, silenciando vozes dissidentes e consolidando um discurso único e oficial sobre a nação.

Fig. 8 – Telegrama de Renato Soeiro para o arquiteto Graziano Gasparini



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

2.5 APOSENTADORIA E SILENCIAMENTO

Paulo Ormindo de Azevedo, precursor nas pesquisas sobre Renato Soeiro, em seu artigo “Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil” (2013), afirma que apesar da sua importante atuação, no dia 27 de março de 1979, foi publicado no Diário Oficial

da União a exoneração de Renato Soeiro pelo ministro Eduardo Portela. Foi a primeira interferência política sofrida pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 43 anos (AZEVEDO, 2013, p. 47).

Renato Soeiro fez um trabalho de excelência na instituição e em prol do patrimônio cultural, mesmo diante disso, alguns autores desqualificam sua atuação, dissertando apenas sobre os diretores Rodrigo M. F. De Andrade (primeiro diretor (1937-1967)) e de Aloísio Magalhães (sucessor de Soeiro (1979-1982)). Apesar das críticas, não foi realizada uma análise minuciosa sobre o trabalho do Soeiro no IPHAN nas obras citadas. Neste texto destaco dois autores, que dissertaram sobre o IPHAN e menosprezaram a atuação de Soeiro, José Gonçalves e Maria Cecília Londres Fonseca. Gonçalves em sua obra “A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil”, concorda que houve um segundo período na história do IPHAN, administrado por Renato Soeiro, porém relata que esta fase “não foi marcada por quaisquer mudanças significativas em termos da política oficial de patrimônio” (1996, p. 51). Fonseca se refere a direção de Renato Soeiro atribuída a “fase heroica”. Segundo a autora, independente dele ter sido o legítimo sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade, “não gozou, como ele, do mesmo prestígio, não teve o mesmo trânsito junto a autoridades e personalidades nem foi ungido com a mesma aura”. Para Fonseca, quando o “herói” do patrimônio se aposentou, o caráter fraco da autonomia da instituição foi revelado, “na medida em que dependia de líderes para conduzi-lo e torná-lo visível, tanto no interior da burocracia quanto junto à sociedade”. De acordo com a autora, no final dos anos 70 o patrimônio volta a ter prestígio no cenário político devido a relação com outra figura carismática, o designer Aloísio Magalhães (2005, p. 141).

Com suporte da pesquisa da dissertação “A gestão de Renato Soeiro na direção da DPHAN (Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) (1967-1979)” (2017)¹⁰, pode-se entender mais detalhadamente sobre a trajetória do Renato Soeiro no IPHAN, constatando-o a importância deste para o desenvolvimento da política de preservação do patrimônio no Brasil, principalmente nas décadas de 1960 e 1970. Apesar disso, Soeiro teve sua imagem apagada da história do IPHAN. Dessa forma, se faz necessário refletir sobre algumas questões: Por que Soeiro foi considerado mero sucessor de Rodrigo M. F. De Andrade? Por que sua gestão foi vista como sem mudanças significativas na política oficial do patrimônio? Por que Aloísio Magalhães tem mais prestígio que Soeiro, sendo que governou somente por três anos o IPHAN?

¹⁰ Dissertação desenvolvida entre março de 2015 e setembro de 2017, no Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora sob orientação do prof. Dr. Marcos Olender.

Segundo Eni Orlandi em seu livro “As formas do silêncio”¹¹ (2007), a política do silêncio ou o silenciamento, se explica pelo feito de que ao proferir algo se apaga necessariamente outros significados possíveis, porém indesejáveis, em uma determinada conjuntura discursiva. Desta forma, é feita uma delimitação entre o que se diz e o que não se diz. Desta forma, o silenciamento é visto como consequência de um discurso que introduz o inexplicito. “Se diz ”x” para não dizer “y”, este sendo o sentido a se descartar do dito”. O não dito é inevitavelmente excluído. Assim, são apagados os sentidos que se quer se distanciar, que poderiam implantar o significado de uma “outra” forma discursiva, abrangendo outros sentidos. O silêncio contribui com os limites das construções discursivas, demarcando os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p. 73 e 74).

De acordo com Orlandi, o silêncio é o que foi apagado, excluído. A reprodução de um discurso, que escreve uma negação da conexão histórica, particulariza a memória e perde a aptidão de, ao retomar, deslocar. Portanto, a repetição não possibilita entender o dizer do outro, não o situa, deixando a oportunidade de trabalhar o seu próprio gesto de interpretação, o que ocasionaria ir mais longe e o faria exprimir de outra maneira, diferenciando-se realmente da sua formulação. Deste modo, dialogando com Paul Ricoeur em “A memória, a história, o esquecimento” (2007, p. 144), o que seria uma nova contribuição fica comprometido por esse modo de dizer, uma vez que, a repetição é um comentário que se nega como tal. Assim, o silenciamento pode ocasionar o esquecimento. Nesses casos, está relacionado aos silêncios que dispõem seus sentidos carregados de ideologia e historicidade. Já o esquecimento possui estratégias que se inserem diretamente na discussão proposta por este trabalho: pode-se narrar de outra maneira, suprimindo, desviando as ênfases, refigurando diferentemente os protagonistas da ação assim como as imediações desta (RICOEUR, 2007, p. 455).

A narrativa possui uma natureza seletiva que faz com que memórias sejam criadas, gradualmente, com base em combinações entre o lembrar e o esquecer, que recordam e expõem alguns acontecimentos e contextos em função de muitos outros que serão silenciados e esquecidos. Assim, as camadas de configuração e refiguração da narrativa desde a construção da memória individual e/ou coletiva que estruturam os elos de pertencimento, e no final do percurso, um perigo maior, está no manuseio da história autorizada, celebrada, vista como a história oficial. A adversidade da história oficial é a sua credibilidade, sua aceitação e sua organização. Para que os discursos políticos se elevem a um fundo comum de referências

¹¹ Obra vencedora do Prêmio Jabuti no ano de 2003.

que consigam estabelecer uma história nacional, um grande trabalho de organização é imprescindível para superar a construção ideológica, “precária e frágil” (POLLACK, 1989, p. 10). Por consequência, o esquecimento fruto da política do silêncio, pode se dar a partir do conjunto de disputas discursivas que, em marcado tempo histórico, silencia certos elementos em razão de outros, que doutrinam esse silêncio a partir daquilo que é narrado. Isto posto, pode-se dizer que o esquecimento que se consolida a partir do não-dito. Em qualquer narrativa o silêncio não deve ser considerado um complemento da linguagem, ou algo que está implícito, nem sequer um nada ou um vazio. O silêncio é um “elemento fundante”, logo este já existe quando se forma narrativa. Nessa concepção, proveniente dos princípios para análise de discurso, a linguagem teria sido criada para reter e disciplinar o silêncio, por si só composto de sentidos, já que está inserido em um contexto socio-histórico. O silêncio está sempre a irromper os limites do dizer de modo a fazer com que o não-dito signifique. O dizer e o silenciamento são, portanto, inseparáveis (ORLANDI, 2007, p. 29).

Trabalhar com o silêncio pode ser considerado “histórico”, no sentido de discursivo, pois possibilita investigar a interdiscursividade e observar os efeitos de sentido, as direções da construção dos sentidos. Segundo a autora, se os jogos da memória entre o lembrar e o esquecer, tanto no contexto individual quanto no coletivo, podem ser questionados quando analisados com base nos silêncios, abarcando-se aqueles que integram as narrativas históricas, pode-se reiterar que alguns modos específicos de silêncio estariam mais aproximados da formação de esquecimento (ORLANDI, 2007, p. 29). Logo, a relação entre silêncio e memória propicia compreender, que a memória é feita de esquecimentos e silenciamentos. Observa-se que as memórias coletivas determinadas e amparadas por um trabalho especializado de delimitação, sem serem o único fator de junção, são certamente um componente importante para a durabilidade do tecido social e das organizações institucionais de uma sociedade (POLLACK, 1989, p. 7).

Não é possível ter uma afirmativa conclusiva sobre o silenciamento de Renato Soeiro, porém foram construídas algumas hipóteses que serão analisadas a seguir. A primeira suposição, seria devido a ligação de Aloísio Magalhães ao governo do regime militar e o seu destaque como designer no período. Na dissertação “Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982)” (2014) desenvolvida por Laís Villela Lavinias, observa-se que as mudanças ocorridas na política cultural nacional no contexto de abertura política do regime militar foram relacionadas a atuação de Aloísio Magalhães “como político, administrador público e, a sua capacidade de ação/persuasão”. Para a autora, a preeminência de Magalhães nas memórias das políticas

culturais, principalmente patrimoniais, entre a década de 1970 e início dos anos 80's colaborou com o apagamento de memórias referentes as ações de outras pessoas, como no caso de Renato Soeiro (LAVINAS, 2014, p. 23).

Aloísio Magalhães desenvolveu projetos de identidade visual para programas governamentais vinculados ao desenvolvimento industrial brasileiro, em que as propostas apresentavam uma ideia de brasilidade que está relacionada aos discursos nacionalistas enunciados por governantes do regime militar. Um destes trabalhos realizados por Magalhães foi logomarca da Light, companhia elétrica do estado do Rio de Janeiro, no ano de 1966. O símbolo desenvolvido ainda é utilizado pela empresa e reconhecido pelos moradores dos municípios em que a Light atua (LAVINAS, 2014, p. 41). No mesmo ano, ele venceu outro concurso público, mas este em nível nacional, feito pelo governo federal, sendo este para a seleção do novo modelo de papel-moeda brasileiro, o Cruzeiro Novo. Este projeto é considerado um dos maiores feitos de Magalhães no âmbito artístico e cultural, em que ele procurou reproduzir a cultura brasileira no dinheiro que circularia por todo o país. Aloísio Magalhães foi responsável por todo o desenvolvimento do projeto desde a elaboração das ideias que foram aprovadas no concurso público até a instalação de um parque gráfico para a produção do papel-moeda em escala nacional. A partir disso, o Brasil passou a emitir o seu próprio dinheiro (LAVINAS, 2014, p. 43).

Além disso, Aloísio Magalhães participou da Comissão Filatélica dos Correios, no período de 1967 a 1971. Onde ele atuou ajudando na aprovação de selos temáticos. Estes selos englobam os discursos sobre nação e identidade nacional, pois são representações de acontecimentos, comemorações e diversos indivíduos, grupos e instituições sociais ajudaram na construção da noção de nação brasileira (LAVINAS, 2014, p. 49).

Outro projeto desenvolvido por Magalhães, foi a logomarca da Petrobras Distribuidora, em 1970. Com intuito de expressar a brasilidade na imagem, Aloísio e sua equipe alteraram completamente o símbolo da logomarca da Petrobras Distribuidora, e desenvolveram uma identidade visual para toda a rede de trabalho desta divisão estatal (postos de abastecimento, caminhões tanques, uniformes dos frentistas, ferramentas utilizadas nos postos e vários papéis timbrados (LAVINAS, 2014, p. 51).

No decorrer dos anos 70's ele produziu diversos trabalhos para empresas estatais, como: "a Companhia Vale do Rio Doce, a Companhia União dos Refinadores, Embratur, Metrô São Paulo, Metrô Rio, Itaipu e Furnas", sendo alguns solicitados a ele e outros através de concursos (LAVINAS, 2014, p. 53). O favoritismo de Magalhães nos concursos das

estatais brasileiras é um indício da boa relação entre ele e os militares e do crescimento da supremacia territorial de Aloísio Magalhães nos setores do âmbito público brasileiro.

A segunda hipótese levantada é a questão do crescimento da especulação imobiliária, principalmente na década de 1970. Entre as décadas de 1950 e 1960, conforme Wilson Cano (1990) houve uma urbanização “dita suportável”. Porém, na década de 1970 o processo de urbanização passou a ser caótico, afetando de forma negativa a qualidade de vida. O que resultou no crescimento anárquico dos municípios nos quais o modelo prevalecente foi a especulação imobiliária tendo como resultado a periferização dos assentamentos. Com a urbanização caótica a especulação imobiliária intensifica a sua atuação. “O capital mercantil imobiliário capturou o Estado e passou a comandar o processo de ocupação do solo de acordo com seus interesses” (CANO, 1990).

Soeiro lutava contra a especulação imobiliária em prol da preservação do patrimônio cultural nacional. Ele dificultava o trabalho das imobiliárias e empreiteiras, impossibilitando a implantação de vários projetos. Segundo relato de Vera Soeiro e também de Felipe Soeiro Chaimovich, Renato Soeiro recebia em sua casa diversos presentes de sujeitos interessados em suborná-lo. Porém, ele sempre recusava e os devolvia. Assim, Renato Soeiro não era bem-visto por pessoas influentes do ramo da construção civil, que não estavam interessadas na preservação do patrimônio cultural e queriam construir imóveis e realizar obras a qualquer custo.

Nesse momento o que eu vejo é que tudo aquilo pelo qual essa geração do meu avô lutou, que foi resistir à especulação imobiliária como primeiro desafio da preservação do patrimônio material edificado é exatamente (edificado e arqueológico, né, aquilo que é, que pode ser destruído pela especulação imobiliária) [...] Chegava lá em casa caixa de vinho francês, nos anos 70 quando a importação de vinho era proibida no Brasil, caixa de vinho dos donos das imobiliárias pro meu avô liberar a construção de edifício. E o meu avô devolvia as caixas fechadas [...] (CHAIMOVICH, 2022).

A terceira possibilidade levantada está relacionada ao fato de Renato Soeiro ter sido diretor do IPHAN durante 12 anos no período da ditadura civil-militar (1967-1979), em um contexto muito violento, de perseguições, torturas, controle estatal e censura. Muitos podem avaliar que ele era favorável a estas ações autoritárias dos governantes militares. A quarta teoria seria da repetição de um discurso visto como oficial, sem um estudo detalhado sobre as ações de Renato Soeiro. Até o professor aposentado Paulo Ormindo de Azevedo fazer este feito e destacar a importância da gestão de Soeiro no IPHAN, alarmando a todos do

esquecimento de Soeiro na história da instituição, não havia um trabalho que falasse das ações de Soeiro. Como foi dissertado, quando se analisa os trabalhos da autora Maria Cecília Londres Fonseca e do autor José Reginaldo Santos Gonçalves, dentre outros pesquisadores, observa-se a ausência de uma justificativa para mencionar Renato Soeiro apenas como um mero sucessor de Rodrigo M. F. de Andrade, não sendo apontados os projetos e programas desenvolvidos na gestão deste como diretor do IPHAN.

A quarta tese pressupõe-se que para não ameaçar toda a imagem construída do “herói do patrimônio”, o fundador e primeiro diretor da instituição Rodrigo M. F. de Andrade, que esteve na gestão do IPHAN por 30 anos aproximadamente, durante a denominada “fase heroica” (1937-1967), apagaram Soeiro. Ao reconhecer a importância de Renato Soeiro, braço direito de Andrade durante toda a primeira gestão do órgão e segundo diretor da instituição, responsável pela “fase moderna”, poderia ofuscar o protagonismo de Rodrigo de Andrade.

Em entrevista realizada com Felipe Soeiro Chaimovich, ele destaca dois fatores que podem ter influenciado no silenciamento de Renato Soeiro da historiografia do IPHAN, que dialogam com as hipóteses trabalhadas:

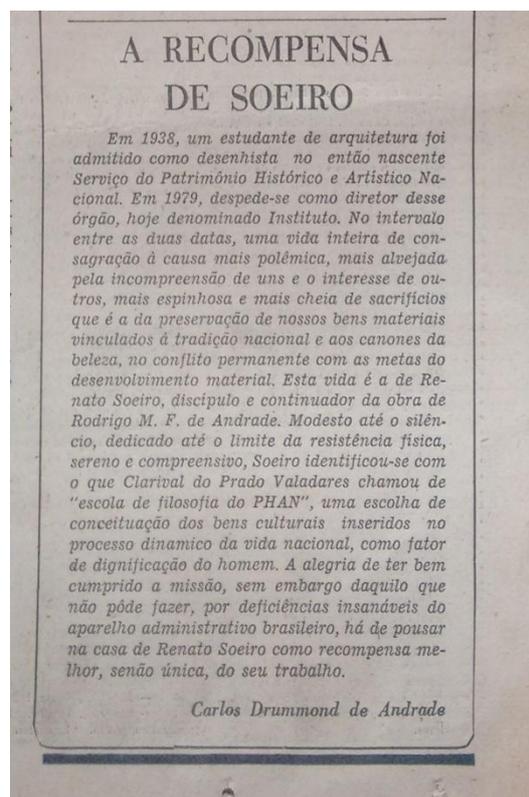
Eu acho que tem dois aspectos: o primeiro aspecto era o fato do meu avô ser extremamente discreto. Então, de alguma maneira ele não produziu uma fortuna crítica sobre ele mesmo. Por exemplo, eu encontrei uma entrevista que ele deu pro Bardi, do primeiro número de uma revista chamada Arte, publicada eu acho que pela Vogue, inclusive. Deu uma entrevista longa pro Bardi, mas eu não conheço outras entrevistas do meu avô. Eu sei que ele gravou um depoimento pro Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro que se perdeu, um longo depoimento com o Jorge Ferreira, colega dele de Arquitetura. E o meu avô, ele tinha essa personalidade de devoção ao funcionalismo público. Ele não tinha nenhum tipo de egocentrismo, ao contrário. Então, de alguma maneira ele não deixou um material ou uma figura pública que tivesse se construído na mídia e que de alguma maneira alimentasse depois essa trajetória. Isso é um aspecto. E o outro aspecto foi uma campanha de apagamento que começa com Aloísio de Magalhães e a Rede Globo. Que o que aconteceu foi que o meu avô barrou os interesses da Fundação Roberto Marinho em fazer uma ação privada de preservação do patrimônio histórico como forma de propaganda. E quem promove o Aloísio Magalhães assim que ele dá o golpe no meu avô é a Rede Globo. Então esse apagamento foi construído para que o Aloísio Magalhães virasse “o cara” que inventa o patrimônio imaterial no Brasil, que muda a história do patrimônio, que acaba com a saga dos arquitetos que dominam o IPHAN (CHAIMOVICH, 2022).

Como foi citado, Renato Soeiro, foi exonerado do seu cargo de diretor do IPHAN em 1979. Após 41 anos de serviços prestados a instituição e a preservação do patrimônio cultura,

e sem nenhum aviso prévio, sem possibilidade escolha, ele foi retirado do seu posto. Após este acontecimento, coube a Carlos Drummond de Andrade, inconformado com este acontecimento, prestar uma homenagem a Soeiro (Fig. 9):

Modesto até o silêncio, dedicado até o limite da resistência física, sereno e compreensivo, Soeiro identificou-se com o que Clarival do Prado Valadares chamou de escola de filosofia do IPHAN, uma escolha de conceituação dos bens culturais inseridos no processo dinâmico da vida nacional, como fator de dignificação do homem, a alegria de ter bem cumprido a missão sem embargo daquilo que não pode fazer, por deficiências insanáveis do aparelho administrativo brasileiro, há de pousar na casa de Renato Soeiro como recompensa melhor, senão única, do seu trabalho (ANDRADE, 1979).

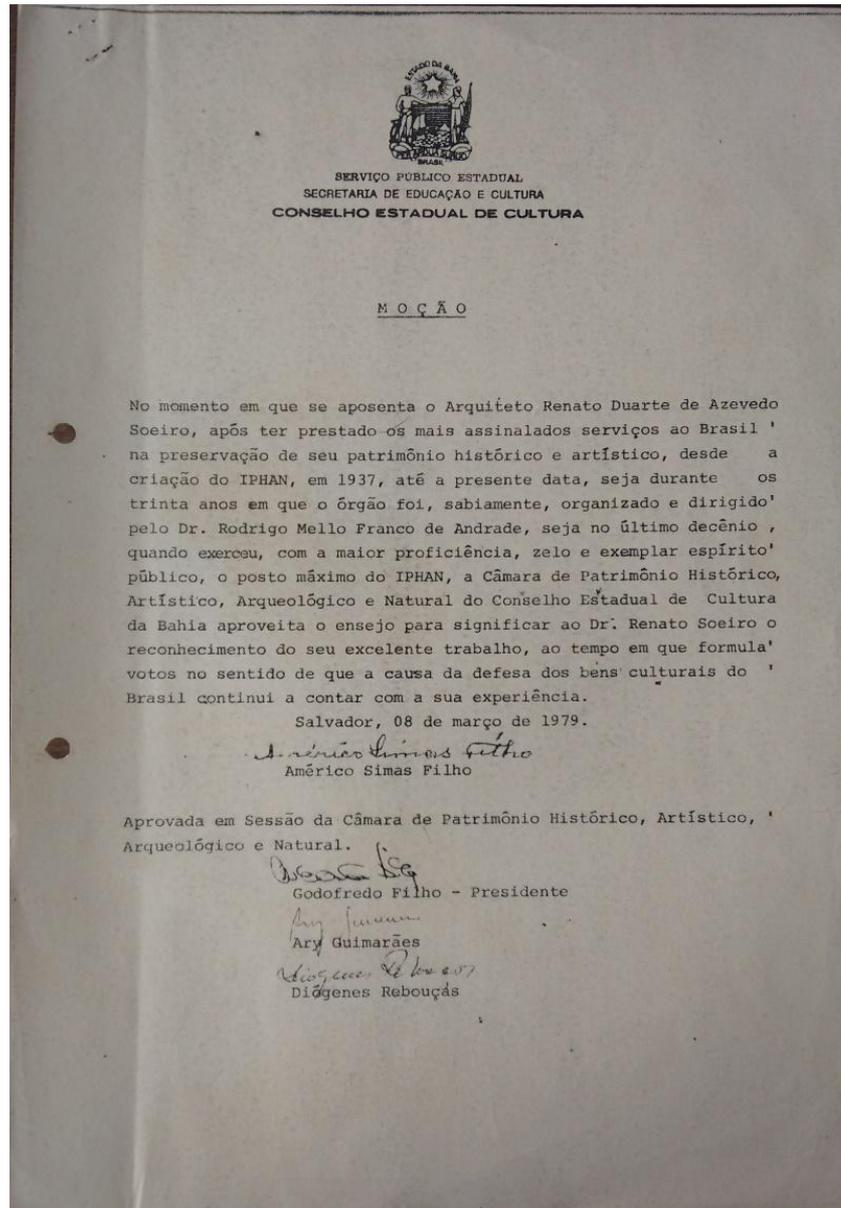
Fig. 9 – A recompensa de Soeiro por Carlos Drummond de Andrade



Fonte: Jornal do Brasil – Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

A Câmara de Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Natural do Conselho Estadual da Bahia também prestou sua homenagem a Soeiro, ao aprovar na sessão de 08 de março de 1979, uma moção “em reconhecimento do seu excelente trabalho” (FILHO, 1979) (Fig. 10).

Fig. 10 - Moção escrita por Américo Simas Filho



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Apesar de ter sido ofuscado pela história oficial que disserta sobre a preservação do patrimônio cultural nacional, nos últimos anos, alguns autores como Paulo Ormino de Azevedo, Márcia Sant'anna e Júlia Wagner têm elevado o debate e dissertado em seus respectivos trabalhos sobre as ações de Renato Soeiro, reconhecendo-o como um grande gestor e o fundador da “fase moderna” do IPHAN. Segundo entrevista realizada com Paulo Ormino¹²:

¹² Formou-se em arquitetura pela Universidade Federal da Bahia em 1959, fez especialização em “Conservação e restauração de bens culturais” no International Centre for Conservation and Restoration of Monuments and Sites – ICCROM/UNESCO e doutorado no mesmo campo na Università degli Studi di Roma, “La Sapienza” em 1970,

No entanto, ele foi a pessoa que realmente modernizou o IPHAN, e não somente o IPHAN: toda a área de cultura no Brasil. A área de cultura era, na verdade, um departamento do Ministério da Educação. Então, a ideia de criação do ministério já surge nesses encontros de governadores. E ele alavanca a Embrafilme, a Funarte [...] Ele estrutura todo esse setor de cultura no Brasil, porque ele acumulou essas duas funções: foi ajudante do IPHAN e do DAC (Departamento de Assuntos Culturais), do Ministério. E é aí que é feito o primeiro plano de cultura, o primeiro que se realizou no Brasil, um Plano Nacional de Cultura, e outras coisas muito fundamentais. Além da atuação internacional dele, que foi também fundamental (AZEVEDO, 2022).

Ainda que, haja produção sobre a gestão de Soeiro, não se tem uma justificativa, uma análise sobre este silenciamento da sua figura. A fim de realizar uma retratação, Azevedo, como então conselheiro do IPHAN publicou uma homenagem a Renato Soeiro, em 2005, em nome do conselho do órgão, destacando esta como dívida deste conselho, e defendendo de forma breve a importância de Renato Soeiro para a instituição. “Creio que é um ato de justiça deste Conselho recuperar a imagem de Renato Soeiro, cuja “energia mansa, tranquila, eficiente” e a “modéstia mais genuína” foi, durante os últimos 26 anos, injustamente confundida com inação e falta de brilho” (AZEVEDO, 2005, p. 2). Sobre esta homenagem Azevedo disse:

[...] Me lembro de membros do Conselho que me criticou: “-Porque o Soeiro?”; “-Que importância tem Soeiro?”, mas felizmente eu consegui aprovar. Consegui que fosse aprovado aquela coisa como uma manifestação do Conselho, consegui outros parceiros que me deram apoio. Então, eu fiz aquela moção, e inclusive, depois eles botaram naquele *site* do IPHAN, tá lá até hoje... Mas, eu diria que aquilo oficialmente foi o primeiro reconhecimento da importância de Soeiro, que vinha sendo linchado. Executivamente linchado! E, na verdade, só o Carlos Drummond de Andrade é que dá uma nota quando o Soeiro morre, de reconhecimento do trabalho e da modéstia do Soeiro. Soeiro era uma pessoa, como figura humana, excepcional [...] (AZEVEDO, 2022).

Ao analisar a gestão de Renato Soeiro, observa-se que esta foi fundamental para modernização do sistema estatal de preservação do patrimônio. Ele conseguiu desenvolver e expandir o espaço de atuação do IPHAN e adequar as práticas da instituição as demandas internacionais e nacionais, algo que ainda não tinha sido visto na história da política de preservação do patrimônio nacional. Como disse Vera Soeiro (2022): “foi uma vida dedicada ao patrimônio”.

na Itália. Ingressou como Instrutor de Ensino na Faculdade de Arquitetura da UFBA, em 1963, chegando a Professor Titular por concurso em 1996. Trabalhou no IPHAN-BA e foi membro do seu Conselho Consultivo, no Rio de Janeiro. Aposentou-se compulsoriamente da UFBA em 2007. Dentre outros importantes trabalhos e projetos, Paulo Ormindo de Azevedo foi precursor nas pesquisas e trabalhos relacionados ao Renato Soeiro, sendo o primeiro autor a levantar a importância da gestão de Soeiro como diretor e denunciar o apagamento deste da história do IPHAN

No capítulo 3 serão realizados um levantamento e um estudo detalhado dos principais órgãos que estiveram envolvidos nas relações internacionais do IPHAN, como Unesco, ICOMOS, OEA, ICCROM e MRE.

3 RELAÇÕES INTERNACIONAIS DO IPHAN: OS PRINCIPAIS ÓRGÃOS QUE PARTICIPARAM DESTES PROCESSOS

No terceiro capítulo foi realizada uma análise dos principais órgãos que participaram do processo de internacionalização do IPHAN nas décadas de 1960 e 1970, como: MRE, Unesco, ICOMOS, OEA, ICCROM. Através da leitura de referências bibliográficas sobre o tema foi traçado um histórico destas instituições e um estudo da atuação destas no Brasil. A partir do levantamento realizado no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro foi possível investigar os documentos produzidos por estes órgãos e que estão relacionados com o IPHAN, seja cartas, ofícios, programas, projetos.

3.1 MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES (MRE)

Ao examinar o percurso de consolidação da atual estrutura do Ministério das Relações Exteriores, desde a criação da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, observa-se que o processo se assemelha ao desenvolvimento de um organismo vivo. Inicialmente simples e monocelular, com funções básicas, esse organismo evoluiu continuamente, dividindo-se e multiplicando suas células. Essas células foram agrupadas em torno de núcleos, formando verdadeiros embriões de novos órgãos que se desenvolveram e se especializaram em suas funções. Esse crescimento foi impulsionado pelos desafios cada vez mais complexos e variados nas relações do Brasil com o resto do mundo.

A célula original da atual estrutura do Ministério das Relações Exteriores foi, sem dúvida, a figura do Ministro-Secretário de Estado, que atuava como auxiliar direto do governante. Com o tempo, ao Ministro se juntaram diversos Auxiliares, cada vez mais numerosos e com diferentes habilidades e responsabilidades. Entre esses auxiliares, destacou-se a figura do substituto imediato do Ministro, que, inicialmente conhecido como Oficial Maior, mais tarde foi denominado Diretor-Geral, Subsecretário de Estado e, eventualmente, Secretário-Geral.

Assim, para traçar um histórico da criação dos MRE e do seu papel perante o IPHAN, a política de preservação do patrimônio cultural e a difusão dos bens culturais nacionais, se utilizará dos seguintes trabalhos: “História das Relações Internacionais: teoria e processos” de Mônica Lessa e Williams Gonçalves; “Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008)” de Flávio Mendes de Oliveira Castro; “Teoria das relações internacionais” de Thales Castro; “Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões” de Cristina

Soreanu Pecequilo; dentre outros trabalhos que foram consultados para o desenvolvimento deste trabalho.

A Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros foi criada juntamente com a Secretaria da Guerra pelo Decreto de 11 de março de 1808. Nesse decreto, o Príncipe Regente D. João VI, pouco tempo após sua chegada ao Brasil, nomeou D. Rodrigo de Souza Coutinho, futuro Conde de Linhares, para o cargo de Ministro e Secretário de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra. Souza Coutinho, que chegou ao Brasil na comitiva de D. João VI, sucedeu a Antônio de Araújo e Azevedo, que mais tarde recebeu o título de Conde da Barca (CASTRO, 2009, p. 18).

O Decreto de 2 de maio de 1822 marcou o primeiro passo rumo à emancipação administrativa da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros. Esse órgão central, após a Independência, iniciou uma longa evolução para se adaptar e estar devidamente preparado para o planejamento e execução da política externa, bem como para gerenciar as relações do país com outras nações por meio de suas Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Durante esse processo, as atividades administrativas e culturais também começaram a receber atenção especial, sendo tratadas por funcionários já definidos dentro da estrutura organizacional da Secretaria de Estado (CASTRO, 2009, p. 42).

O início do período republicano foi caracterizado por mudanças significativas na diplomacia brasileira e no papel desempenhado pelo Ministério das Relações Exteriores (MRE). Uma das principais transformações foi o deslocamento do eixo diplomático de Londres para Washington, estabelecendo uma nova forma de relacionamento com os Estados Unidos. Outro aspecto importante da ação diplomática foi a demarcação de fronteiras, liderada pelo Barão de Rio Branco, tanto como diplomata quanto como ministro, o que resultou na incorporação de aproximadamente 885 mil quilômetros quadrados ao território brasileiro. O Brasil também começou a ter uma participação política mais destacada em eventos internacionais, como a Conferência da Paz em Haia, em 1907, o Congresso Sanitário de Montevideú, em 1904, e a Conferência de Genebra sobre a Cruz Vermelha, em 1906, entre outros. Durante a primeira metade do século XX, o MRE passou por diversas transformações, incluindo a criação e extinção de diretorias, secretarias, conselhos, entre outras pastas, adaptando-se às novas demandas e realidades internacionais.

Para dissertar sobre essas mudanças utilizou-se o livro de Thales Castro “Teoria das Relações Internacionais” (2012). O autor destaca que no início da década de 1960, teve-se uma Reforma do Ministério das Relações Exteriores, estabelecida pela Lei nº 3.917 de 14 de julho de 1961, e que esta, foi sem dúvida, a mais significativa reestruturação já realizada na

organização do Itamaraty. Essa reforma resultou de um extenso processo de dez anos, durante o qual diversas comissões trabalharam sucessivamente para desenvolver a ideia de uma nova estrutura para a Chancelaria brasileira. O objetivo era torná-la mais sensível e eficaz na abordagem dos problemas internacionais (CASTRO, 2009, p. 449).

A Portaria de 20 de maio de 1968 além de tornar subordinada a Divisão de Informação ao Gabinete do Ministro de Estado transformou a estrutura do Departamento Cultural e de Informação, que passou a denominar-se Departamento Cultural, com as seguintes divisões: Divisão de Cooperação Intelectual; Divisão de Cooperação Técnica; Divisão de Difusão Cultural; Divisão de Ciência e Tecnologia (CASTRO, 2009, p. 518).

Assim, o Departamento Cultural, com os mesmos objetivos fundamentais expressos no artigo 21 do Regulamento Orgânico, seria composto de quatro Divisões, que teriam as seguintes atribuições.

A Divisão de Difusão Cultural é responsável por promover a exibição de obras de artistas plásticos, músicos, teatrólogos e cineastas brasileiros no exterior; distribuir materiais de divulgação cultural; e apoiar indivíduos e instituições que, fora do Brasil, se dedicam à promoção da cultura brasileira. Já a Divisão de Cooperação Intelectual tem o dever de gerenciar programas e visitas de intercâmbio científico, literário e educacional entre o Brasil e o exterior; participar das negociações de acordos culturais; coordenar a concessão de bolsas de estudo para brasileiros no exterior e para estrangeiros no Brasil, em colaboração com entidades culturais e governos estrangeiros, bem como com instituições culturais brasileiras, através do Ministério da Educação e Cultura; lidar com questões relativas à emigração de técnicos e cientistas brasileiros; coordenar as atividades das entidades culturais mantidas pelo governo brasileiro no exterior, como as Casas do Brasil, os Centros de Estudos Brasileiros, e outras instituições, missões, cátedras ou leitorados em universidades estrangeiras.

A Divisão de Ciência e Tecnologia tem como funções: fornecer subsídios para a formulação da política externa do Brasil nas áreas de ciência e tecnologia; coordenar e sistematizar a coleta de informações e documentação científica e tecnológica através de Adidos Científicos, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares; manter contato com os Adidos Científicos estrangeiros no Brasil; promover o intercâmbio de cientistas, pesquisadores e técnicos entre o Brasil e outros países.

A Divisão de Cooperação Técnica foi responsabilizada pelas seguintes ações: formular a política externa de cooperação técnica, negociar seus instrumentos fundamentais e encaminhar as solicitações aos organismos internacionais e agências de governos estrangeiros; participar, em colaboração com o Ministério do Planejamento e Coordenação

Geral, na elaboração dos programas de assistência técnica a serem apresentados a esses organismos e agências; coordenar e supervisionar, juntamente com aquele Ministério, a assistência técnica recebida do exterior; divulgar oportunidades de bolsas de estudo de caráter técnico oferecidas por governos estrangeiros e organismos internacionais, e informar sobre projetos de assistência técnica, seminários, cursos ou conferências organizadas por essas entidades (CASTRO, 2009, p. 529 e 530).

Para representar o Ministério das Relações Exteriores diante das Missões Diplomáticas estrangeiras e das representações de Organismos Internacionais ainda localizadas no Rio de Janeiro, bem como para manter contato com os órgãos da Administração Federal que permaneciam em operação na cidade, foi criada a Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado da Guanabara (DRE) pelo Decreto nº 66.260, de 25 de fevereiro de 1970. A Delegação entrou em atividade em 20 de abril de 1970 e teria como Chefe um Ministro de Primeira ou de Segunda Classe da carreira de Diplomata e seria composta dos seguintes órgãos: Serviço de Política Exterior; Serviço de Administração; Serviço de Assuntos Consulares e Jurídicos; Serviço de Assuntos Culturais (subdividido em Seção Cultural (SCL) e Seção de Assistência Técnica (SAT)) e Museu Histórico e Diplomático (CASTRO, 2009, p. 541).

A Secretaria de Estado das Relações Exteriores continuou a ser o órgão central do Ministério das Relações Exteriores, sendo responsável por orientar, coordenar e supervisionar as Missões Diplomáticas e Repartições Consulares. Conforme estabelecido pela Portaria nº 357, de 15 de março de 1973, esta secretaria era composta pelas seguintes unidades administrativas: o Departamento Cultural, que através da Portaria n.º 405, de 9 de junho de 1975, passou à designação de Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (DCT), e a Divisão de Cooperação Técnica mudou a sua antiga sigla (DCT) para DCOPT.

Juntamente com as mudanças nas organizações culturais e ao MRE, a sociedade internacional do século XX passou por transformações ideológicas, marcada pela diversidade cultural, abandonou a ideia de uma cultura comum como fundamento. Nesse contexto, Hedley Bull defende que o futuro da sociedade internacional está ligado ao desenvolvimento de uma cultura cosmopolita, que se manifesta tanto como base para a comunicação entre Estados (por meio de elementos como língua, filosofia e tradição artística) quanto como valor comum (religião ou código moral) que fortalece o senso de comunidade internacional. Milza, com uma perspectiva antropológica, complementa essa análise, conceituando cultura como um elemento que molda as mentalidades e orienta o sentimento público nas relações

internacionais. No entanto, ele também destaca que a cultura é um campo de disputa, onde diferentes grupos e forças se confrontam (LESSA & GONÇALVES, 2007, p. 229).

Ao analisar dois números da revista *Relations Internationales*, o historiador Pierre Milza, com uma perspectiva influenciada pela antropologia, propõe uma definição abrangente de cultura como a produção, a difusão e o consumo de objetos simbólicos criados por uma sociedade. Segundo Milza, a cultura atua como um agente nas relações internacionais, moldando as mentalidades e orientando o sentimento público. No entanto, ela também representa um campo de confronto, onde diversos grupos e forças antagonistas se engajam em disputas, tanto de forma explícita quanto de maneira mais sutil ou oculta (LESSA & GONÇALVES, 2007, p. 237).

Nesse contexto, Merle destaca que a cultura específica de cada Estado ou sociedade, enquanto sistema de referência coletiva, constitui um dos fundamentos da política externa dos Estados, influenciando seu direcionamento. Da mesma forma, orienta as relações transnacionais. Em ambos os casos, a cultura molda significativamente o ambiente em que as políticas são formuladas e implementadas. Ela impacta a visão, a percepção e o comportamento dos atores, sejam governamentais ou não, condicionando a forma como uma situação é analisada e determinando, em parte, a maneira como ela é abordada (MERLE, 1984, p. 342).

Merle propõe três perspectivas para analisar a dimensão cultural nas relações internacionais. Em primeiro lugar, a cultura pode ser considerada um subproduto das atividades políticas e econômicas dos Estados, com foco em estratégias de propaganda e na criação de mercados favoráveis. Em segundo lugar, as relações culturais podem manter uma certa autonomia em relação à política e à economia, funcionando como um campo de interação independente. Por fim, a cultura pode ser vista como o elemento fundamental capaz de explicar a totalidade dos comportamentos dos atores internacionais (MERLE, 1984, p. 342).

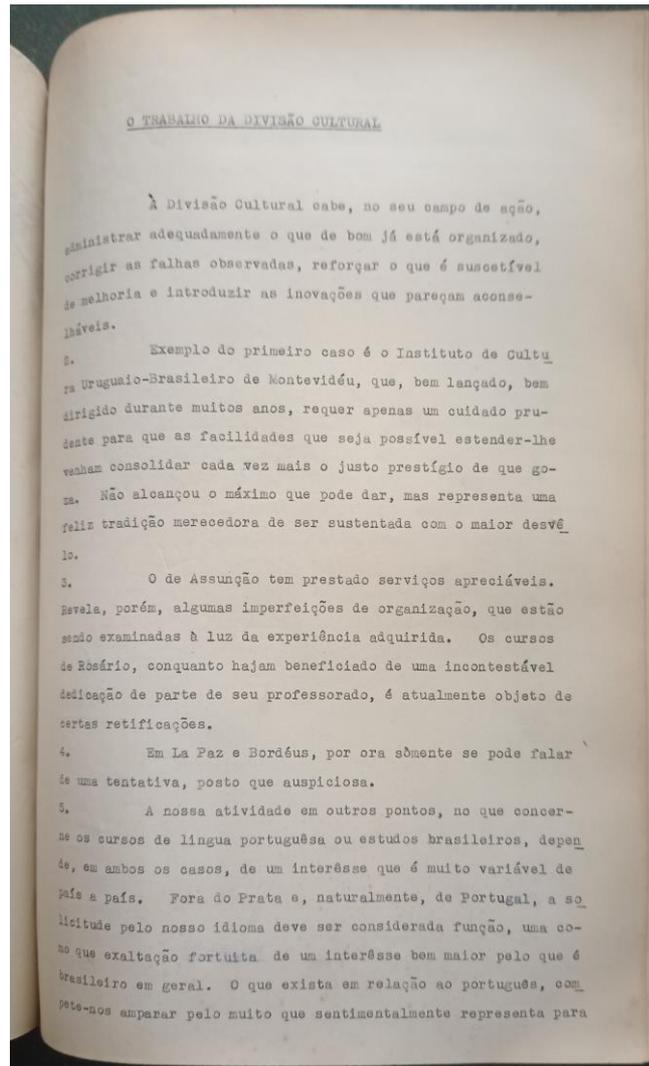
Nesta tese, utiliza-se as três formas apresentadas por Merle, visto que, analisa-se o patrimônio cultural como um *soft power* brasileiro, sendo um elemento em evidência nas décadas de 1960 e 1970 com o intuito de valorização internacional. O patrimônio cultural era assunto em diversas divisões do departamento cultural, se discutia o transporte e aquisição de obras de artes, o intercâmbio de pesquisadores, a cooperação técnica e a participação em eventos governamentais, dentre outras questões. Um exemplo foi o interesse da Divisão Cultural na organização de arquitetos brasileiros na elaboração de uma exposição, visto que, as Missões diplomáticas brasileiras estariam aguardando esta ação.

Mário Guimarães, então chefe da Divisão Cultural, destacou no texto “O trabalho da Divisão Cultural” (Fig. 11) escrito em 15 de fevereiro de 1951, que se deve equipar as Repartições brasileiras no exterior com um vasto acervo de fotografias para que estas possam ser reproduzidas na Imprensa, especialmente em revistas. Segundo Guimarães, naquele período as coleções de fotografias que retratam a beleza natural do Brasil, a vida econômica do país e as realizações artísticas brasileiras, incluindo seus monumentos históricos, a atual evolução arquitetônica e a pintura estavam em processo de organização. Entre os negativos da Divisão Cultural, destaca-se uma série considerada a melhor existente sobre a obra de Aleijadinho (GUIMARÃES, 1951, p. 4 e 5).

A internacionalização cultural do país cria oportunidades para atividades que, embora distintas, são igualmente significativas. As bolsas de estudo, os institutos e os leitorados no exterior, além da promoção da informação sobre o Brasil e da divulgação da literatura e das artes no exterior, serão tratados com a mesma dedicação que têm recebido questões como fronteiras, política externa e comércio internacional (GUIMARÃES, 1951, p. 5 e 6) (Fig. 11).

Fig. 11: Texto O trabalho da Divisão Cultural¹³

¹³ Imagem ilustrativa. Os documentos pesquisados no Arquivo Histórico do Itamaraty – Seção Rio de Janeiro foram datilografados e estão encadernados em grandes livros. A forma que foi encadernado dificulta um pouco a pesquisa, visto que, mistura diversos assuntos, de lugares distintos no mesmo livro.



Fonte: Arquivo Histórico do Itamaraty - Seção Rio de Janeiro

Sendo o MRE responsável por intermediar os auxílios de órgãos internacionais, em um documento enviado em 28 de fevereiro de 1955, pelo então ministro Raul Fernandes, ao ministro da Educação e Cultura Cândido Motta Filho, observa-se a comunicação sobre o programa de assistência técnica desenvolvido pela Unesco. Destacando alguns pontos que poderiam ser solicitados auxílio: expansão do ensino primário gratuito e obrigatório, incluindo a formação de professores rurais e a organização de programas de ensino primário; edição e atualização de manuais escolares, bem como a instrução técnica e profissional; promoção da participação das mulheres na educação e apoio à criação de cursos especializados para a compreensão e cooperação internacional em educação escolar; organização de cursos de estudos (nacionais ou regionais) e de educação de adultos, com foco especial na educação de mulheres e trabalhadores; ensino de nível universitário em áreas científicas avançadas, como física nuclear, astronomia e raios cósmicos; proteção do

patrimônio cultural, incluindo a conservação e restauração de monumentos e sítios arqueológicos e históricos; manutenção de coleções de obras de arte e objetos de interesse científico ou histórico; educação através das artes plásticas e artesanato, e sua interação com a comunidade; desenvolvimento e gestão de bibliotecas públicas e nacionais, arquivos nacionais, microfotografia de documentos e formação de bibliotecários; técnicas de museus e conservação de acervos (FERNANDES, 1955).

A parceria entre o IPHAN e o Ministério das Relações Internacionais do Brasil se destacou desde o início das atividades de Rodrigo Melo Franco de Andrade na presidência do órgão de proteção do patrimônio. Na década de 1940, por exemplo, o Ministério de Educação e Saúde buscou a colaboração da Divisão de Cooperação Intelectual do Itamaraty para obter informações sobre os procedimentos de proteção do patrimônio cultural adotados em outros países. No Arquivo Central do IPHAN contém cópias de leis, decretos e artigos de jornais que detalham diversas ações realizadas na Argentina, no Peru, no Paraguai, no Uruguai, na Venezuela e na República Dominicana. Essa estratégia colaborativa foi bem-sucedida devido ao desenvolvimento de vínculos culturais promovidos pelo Itamaraty ao longo das décadas, facilitando a troca de informações e colaborações em torno da preservação do patrimônio cultural.

Dentre essas atividades desenvolvidas pelo MRE no âmbito cultural foram destacadas algumas que tiveram seus registros encontrados no Arquivo Histórico do Itamaraty (sede do Rio de Janeiro) e no Arquivo Central do IPHAN/ Rio de Janeiro.

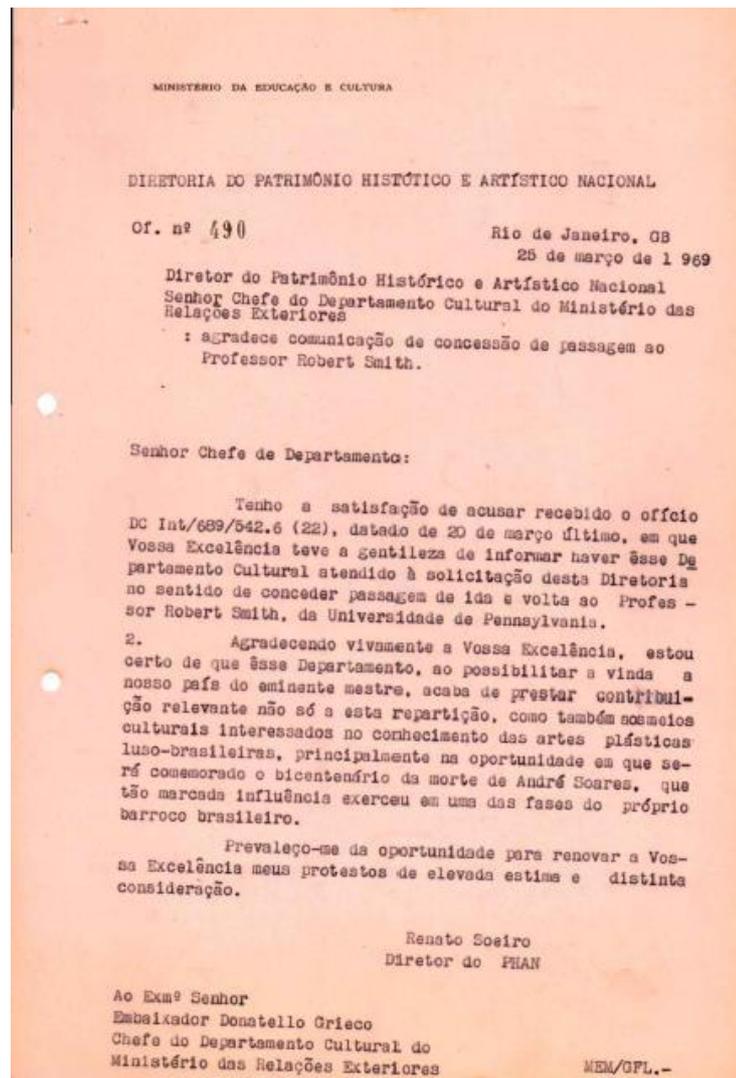
A concessão de passaporte especial e o auxílio com diárias e passagens para professores, pesquisadores, artistas, palestrantes, dentre outras personalidades, era uma prática realizada pelo MRE quando solicitado por algum órgão, como o IPHAN, o MEC, dentre outros.

No Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro foi possível encontrar vários documentos que demonstram a relação do IPHAN com o MRE. No ofício nº 490 de 25 de março de 1969 (Fig. 12) escrito pelo então diretor Renato Soeiro e enviado ao embaixador Donatello Grieco, ex-chefe do Departamento Cultural do MRE, agradecendo a compra das passagens do professor de História das Artes da Universidade de Pennsylvania, Robert Smith, que veio ao Brasil a convite do IPHAN e participou das atividades referentes ao bicentenário da morte do artista André Soares.

[...] 2. Agradecendo vivamente a Vossa Excelência, estou certo de que esse Departamento, ao possibilitar a vinda nosso país do eminente

mestre, acaba de prestar contribuição relevante não só a esta repartição, como também nos meios culturais interessados no conhecimento das artes plásticas luso-brasileiras, principalmente na oportunidade em que se-rá comemorado o bicentenário da morte de André Soares, que tão marcada influência exerceu em uma das fases do próprio barroco brasileiro [...] (SOEIRO, 1969) (trecho do texto da Fig. 12).

Fig. 12 – Ofício nº 490



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

O MRE atuou na articulação do IPHAN com órgãos internacionais, como no caso da Unesco, em que o MRE participou, por exemplo, do planejamento das visitas técnicas realizadas por peritos da Unesco em algumas cidades brasileiras, principalmente naquelas que havia um centro histórico de destaque nacional e internacional. Como é possível notar no ofício nº 959 de 30 de maio de 1969 (Fig. 13), enviado por Renato Soeiro ao Secretário Mário

Augusto dos Santos, então diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência do MRE. No qual Soeiro solicitou alteração na distribuição dos peritos.

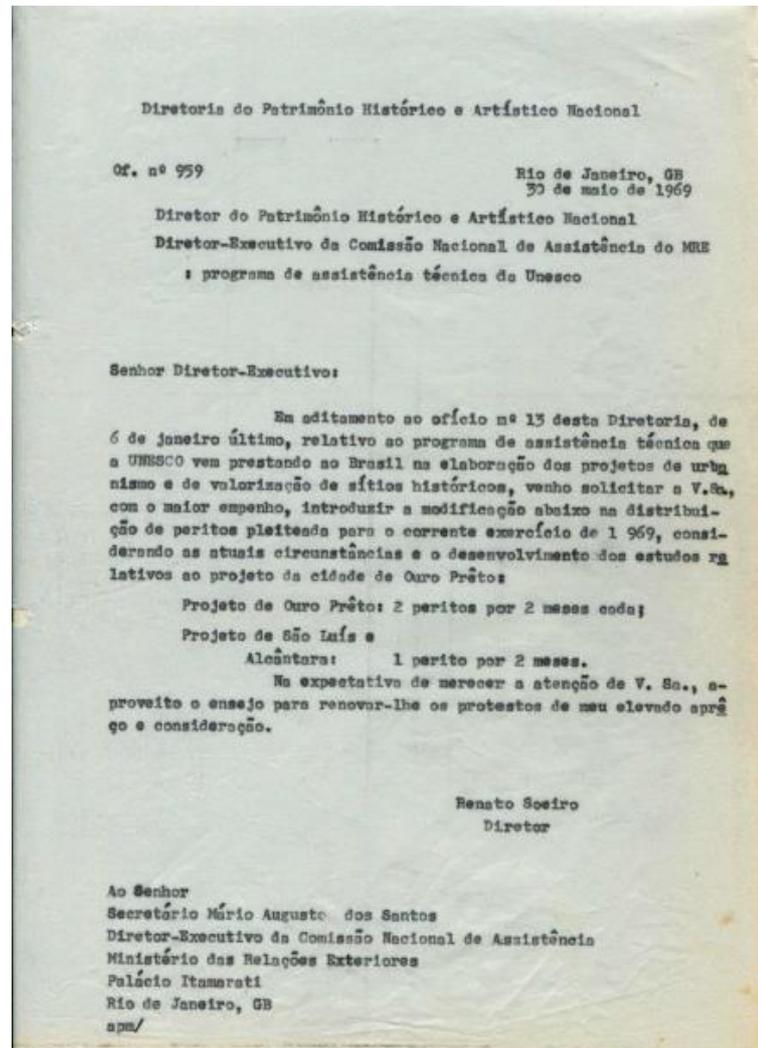
Em aditamento ao ofício nº 13 desta Diretoria, de 6 de janeiro último, relativo ao programa de assistência técnica que a UNESCO vem prestando ao Brasil na elaboração dos projetos de urbanismo e de valorização de sítios históricos, venho solicitar a V. As., com maior empenho, introduzir a modificação abaixo na distribuição de peritos pleiteada para o corrente exercício de 1969, considerando as atuais circunstâncias e o desenvolvimento dos estudos re-lativos ao projeto da cidade de Ouro Preto:

Projeto de Ouro Preto: 2 peritos por 2 meses cada;

Projeto de São Luís e

Alcântara: 1 perito por 2 meses [...] (SOEIRO, 1969) (trecho do texto da Fig. 13).

Fig. 13 - Ofício nº 959



A partir do que foi apresentado observa-se que muitas atividades desenvolvidas pelo IPHAN ou por agentes do instituto, em âmbito internacional, transitavam pelo MRE. Desde a solicitação de recurso, como compra de passagem, até um visto ou passaporte especial.

3.2 ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco)

A Unesco surgiu no contexto pós-Segunda Guerra Mundial. Originalmente, a organização seria chamada Uneco (Organização das Nações Unidas para a Educação e Cultura). Contudo, após os bombardeios atômicos de Hiroshima e Nagasaki pelos Estados Unidos em agosto de 1945, tornou-se claro que a organização deveria também abordar questões relacionadas à ciência, a fim de prevenir a repetição de eventos tão devastadores (STANCA-MUSTEA, 2015).

As atividades da Unesco pertinentes a cultura, acarretaram na promoção de debates e de acordos, recomendações e convenções, referente a proteção de bens culturais e as discussões sobre questões de técnicas e conceitos de restauro e conservação, considerando a reconstrução de cidades e edificações destruídas ou danificadas pela Segunda Guerra.

Destaca-se também que as discussões sobre o patrimônio foram recorrentes em suas conferências e convenções, onde foram abordadas e formalizadas as definições de patrimônio e as maneiras de preservá-lo.

Desde 1946, a Conferência Geral da Unesco - um de seus três órgãos diretivos, juntamente com o Conselho Executivo e o Secretariado - tem adotado cinco convenções internacionais ligadas ao patrimônio e uma cultura mais ampla, abrangendo patrimônio em caso de conflito armado (1954), o comércio de objetos culturais (1970), ao Patrimônio Mundial (1972), patrimônio subaquático (2001), patrimônio imaterial (2003) e a promoção da diversidade de expressões culturais (2005) (GFELLER, 2015, p. 369, tradução nossa).

Cecília Ribeiro Pereira em sua tese de doutorado “O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil” (2012) constatou o aumento do foco da Unesco em temas culturais coincidiu com sua ligação ao crescimento econômico, especialmente após a organização ter acesso ao Programa de Assistência Técnica das Nações Unidas para países subdesenvolvidos em 1950. Esse acesso resultou em um aumento considerável no orçamento da Unesco, permitindo que a organização consolidasse seu compromisso com o desenvolvimento econômico. Essa mudança refletiu, principalmente, no reforço das ações culturais da Unesco,

que se intensificaram sob a gestão de Maheu, o sexto Diretor-Geral, que ocupou o cargo por quinze anos (1959-1974) (PEREIRA, 2012, p. 18).

Na década de 1960, a assistência para o desenvolvimento ganhou maior relevância, sendo reconhecida pela ONU e suas agências como parte do Decênio do Desenvolvimento. A Unesco desempenhou um papel crucial ao fornecer ensino e formação para técnicos e capacitadores com o objetivo de que esses profissionais contribuíssem para o desenvolvimento de suas respectivas áreas. Os primeiros pedidos de assistência foram direcionados à educação técnica, visando formar profissionais que atuassem em seus países (PEREIRA, 2012, p. 23).

A Representação da Unesco no Brasil foi criada em 1964, e seu Escritório em Brasília iniciou atividades em 1972, com foco na promoção de uma educação de qualidade para todos e no desenvolvimento humano e social. Quanto ao patrimônio cultural, a Unesco se dedica à sua proteção e divulgação. Um dos desafios enfrentados pelo Brasil é o impacto do desenvolvimento sobre suas estruturas tradicionais de valor cultural, incluindo expressões culturais, conhecimentos e práticas tradicionais indígenas, além de sítios urbanos, naturais e arqueológicos.

A Unesco segue diretrizes estabelecidas por instrumentos normativos internacionais – como convenções, recomendações e declarações – que foram ratificados pelo Brasil. Esses documentos compartilham o objetivo de proteger, promover e valorizar a identidade cultural das pessoas. Portanto, a identificação, proteção e valorização do patrimônio cultural, tanto material quanto imaterial, são prioridades centrais para a Unesco no campo da cultura.

Um dos principais projetos desenvolvidos pela organização e que se destacou no período estudado, foram as Missões da Unesco, fruto do programa de auxílio técnico e financeiro disposto pela instituição e que tanto auxiliou os técnicos do IPHAN e contribuiu para o desenvolvimento de projetos de preservação do patrimônio cultural no Brasil.

3.2.1 Missões da Unesco no Brasil

Sobre as Missões da Unesco tem-se o trabalho desenvolvido pela pesquisadora Claudia Leal, que foi publicado pelo IPHAN, “As Missões da Unesco no Brasil: Michel Parent” (2008) foi a principal obra utilizada para contextualizar a importância dessas missões na área do patrimônio cultural brasileiro dentro do recorte estudado.

Durante o período de 1964 a 1979, várias personalidades estrangeiras de grande prestígio (por exemplo: Frédéric de Limburg Stirum, conde belga e arquiteto pela École

Speciale de Architecture, em Paris; Graeme Shankland, arquiteto e urbanista do Departamento de Urbanismo do Conselho Municipal de Londres, Inglaterra; Alfredo Evangelista Viana de Lima, arquiteto pela Escola Superior de Belas Artes do Porto...) relacionadas a preservação do patrimônio arquitetônico e do urbanismo estiveram no Brasil em missões direcionadas pela Unesco e apoiadas pela então DPHAN, atual IPHAN. Estes consultores tinham como direção as cidades históricas brasileiras, que sofriam com muitos problemas referentes ao urbanismo e conservação (LEAL, 2008).

Analisando os estudos no âmbito do patrimônio cultural observa-se que estes tendem a fundamentar a aproximação entre a DPHAN e a Unesco principalmente devido ao auxílio especializado, e reforçam a necessidade da Diretoria em desenvolver em conjunto com este órgão internacional, instruções para “reformular e reforçar sua atuação” devido a demanda que surgiu com o perigo da intensa industrialização das décadas de 1950 e 1960 sobre as cidades brasileiras.

A primeira missão ocorreu no Brasil em março de 1964, com a chegada de Paul Coremans, diretor do Instituto Real de Estudo e Conservação do Patrimônio Artístico, em Bruxelas, Bélgica. Essa missão tinha como objetivo realizar uma avaliação no Laboratório de Conservação da DPHAN, além de visitar “as edificações antigas do sítio urbano de Ouro Preto” para que fossem encaminhados projetos de conservação (LEAL, 2008).

Fig. 14 - Paul Coremans em Ouro Preto, 1964. Durante a visita à cidade mineira, o cientista (4to. de direita a esquerda) foi acompanhado por Edson Motta, Renato Soeiro e Jair Inácio (1º, 2º e 3º, da direita para a esquerda respectivamente)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

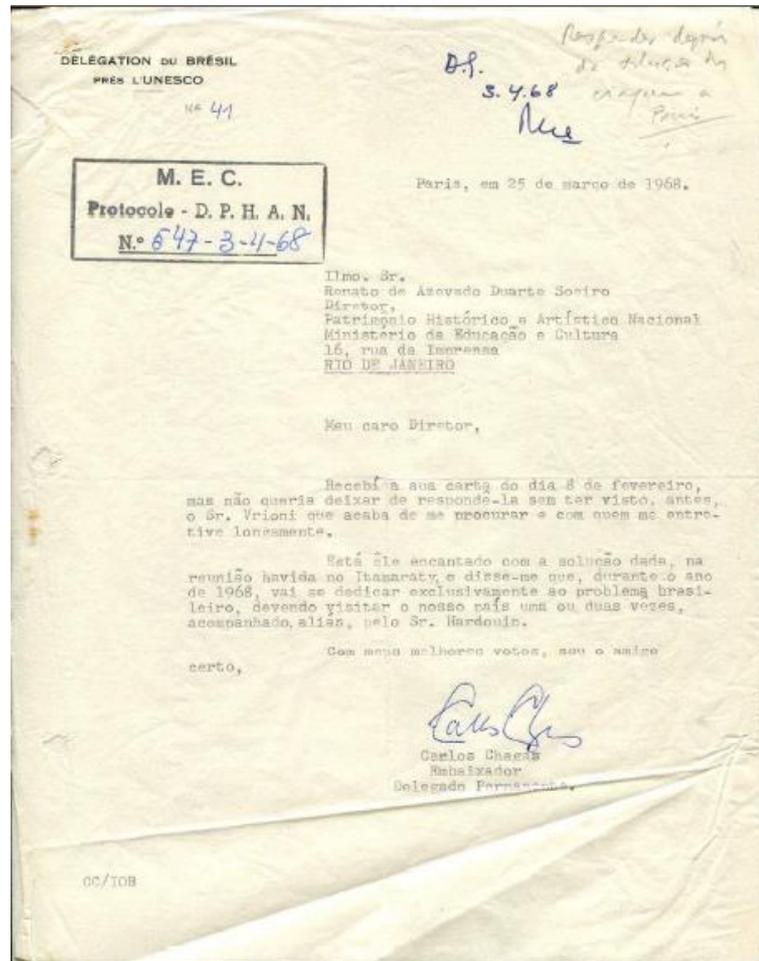
Posteriormente ocorreram outras missões, a mais conhecida e estudada foi realizada pelo consultor Michel Parent, inspetor do Serviço Principal de Inspeção dos Monumentos e de Inspeção de Sítios na França, enviado como especialista pela Unesco no âmbito do programa Turismo Cultural. Em obra escrita e organizada por Claudia Leal (2008), nota-se que nesta ocasião, Parent visitou 35 cidades brasileiras entre os anos de 1966 e 1967. Em seu relatório, Parent enfatizou o contato estreito que teve com os funcionários da DPHAN, principalmente com Renato Soeiro e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Ressaltou que qualquer “planejamento global para a conservação dos bens artísticos e de determinados patrimônios naturais” estimado pelo governo e dado importância pela Unesco deveria, como reforçou o embaixador Chagas, ser realizado “por meio de sua integração nos projetos de desenvolvimento do país” (LEAL, 2008).

Na Fig. 15, apresenta-se uma das cartas enviadas pelo embaixador Carlos Chagas a Renato Soeiro, tratando de informações sobre as Missões da Unesco. Observa-se o papel timbrado com o símbolo no canto superior esquerdo do documento.

Recebi a sua carta do dia de fevereiro, mas não queria deixar de responde-la sem ter visto, antes o Sr. Vrioni que acaba de procurar e com quem me e entre-tive longamente.

Está êle encantado com a solução dada, na reunião havida no Itamaraty, e disse-me que, durante o ano de 1968, vai se dedicar exclusivamente ao problema brasileiro, devendo visitar a nosso país uma ou duas vezes, acompanhado, aliás, pelo Sr. Hardouin. [...] (CHAGAS, 1968) (trecho do texto escrito na Fig. 15).

Fig. 15 – Carta nº 41



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

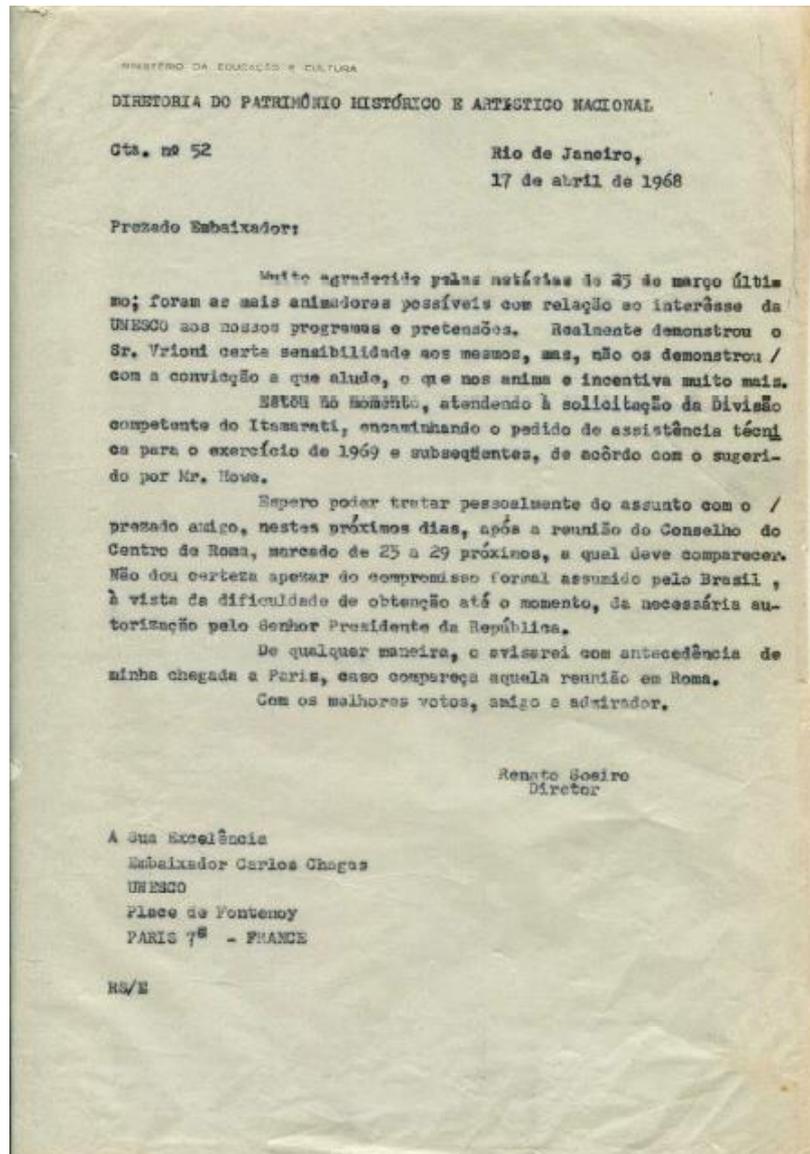
Neste período Carlos Chagas já havia se tornado delegado permanente do Brasil na Unesco, sendo embaixador locado em Paris, a partir de 1966. No ofício nº 52 de 17 de abril de 1968 (Fig. 16), Soeiro se demonstra animado em relação ao interesse da Unesco aos projetos e pretensões da então DPHAN e informa que está encaminhando a solicitação de assistência técnica da Unesco para o ano de 1969.

Muito agradecido pelas notícias de 25 de março último; foram as mais animadoras possíveis com relação ao interesse da UNESCO aos nossos programas e pretensões, Realmente demonstrou o Sr. Vrioni certa sensibilidade aos mesmos, mas, não os demonstrou / com a convicção a que aludo, o que nos anima e incentiva muito mais.

Estou no momento, atendendo à solicitação da Divisão competente do Itamarati, encaminhando o pedido de assistência técnica para o exercício de 1969 a subsequente, de acordo com o sugerido por Mr. Howe.

Espero poder tratar pessoalmente do assunto com o / prezado amigo, nestes próximos dias, após a reunião do Conselho do Centro de Roma, marcado de 25 a 29 próximos, a qual deve comparecer. Não dou certeza apesar do compromisso formal assumido pelo Brasil, à vista da dificuldade de obtenção até o momento, da necessária autorização pelo senhor Presidente da República [...] (SOEIRO, 1968) (trecho do texto da Fig. 16).

Fig. 16 – Ofício nº 52



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

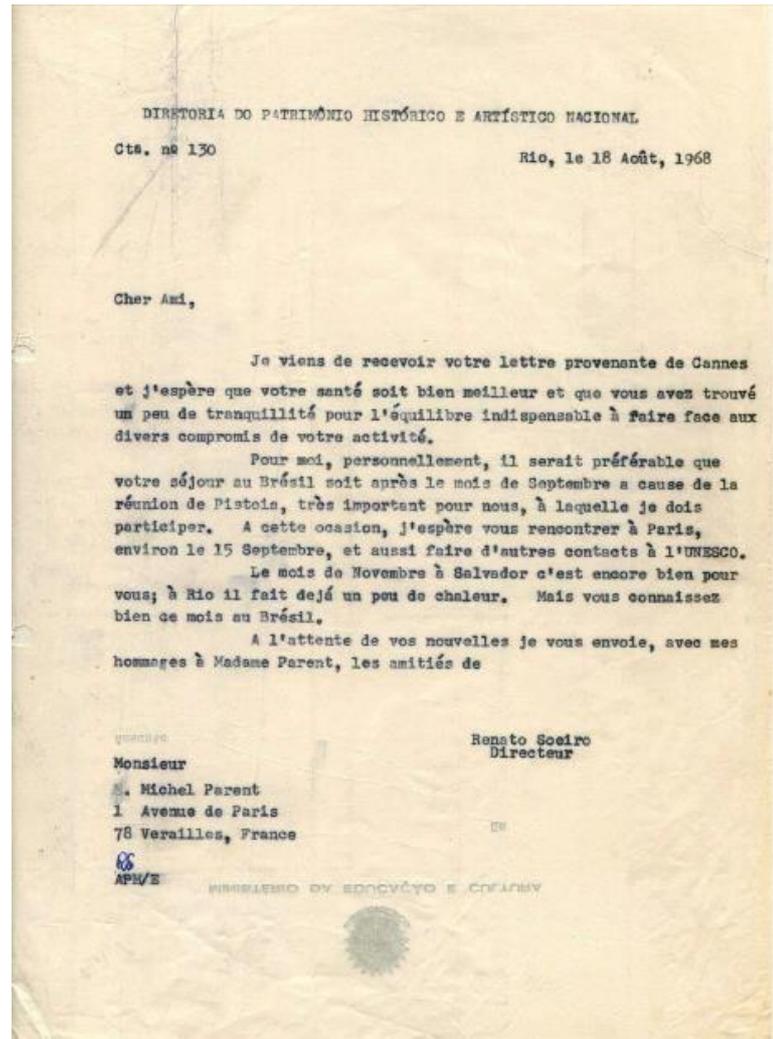
As viagens realizadas por Parent foram organizadas de acordo com as necessidades definidas pela DPHAN. Em consonância com o que a pesquisadora Cláudia Leal desenvolveu no seu artigo “As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent” (2009, p. 4) observa-se que o consultor dispunha de liberdade para identificar “os lugares mais propícios para uma “aceleração do movimento turístico”, embora se dirigisse para o patrimônio cultural já reconhecido e protegido pela DPHAN. Assim, o estudo de Parent não estava encaminhado para proposição de novos tombamentos, ainda que tenha apoiado a ideia de “tombamentos globais” para cidades como São Luís, Salvador e Olinda, partes de Congonhas, Tiradentes e São João del Rei; mas sim para as formas de proteção, utilização e promoção dos bens (LEAL, 2009, p. 4).

Na carta abaixo (Fig. 17) enviada por Renato Soeiro a Michel Parent, onde ele informa uma possível data de preferência para a vinda de Parent ao Brasil. A partir deste documento nota-se através do tratamento uma relação próxima entre os dois e o possível conhecimento do perito em relação ao clima nas diferentes regiões do Brasil.

[...] Para mim, pessoalmente, seria preferível que a sua estadia no Brasil fosse depois do mês de setembro por causa do encontro em Pistoia, muito importante para nós, do qual devo participar. Nesta ocasião, espero encontrá-los em Paris, por volta do dia 15 de setembro, e também fazer novos contatos na UNESCO.

O mês de novembro em Salvador ainda é bom para você; no Rio já está um pouco quente. Mas você sabe muitos meses no Brasil [...] (SOEIRO, 1968) (trecho do texto da Fig. 17).

Fig. 17 – Carta nº 130



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

A partir dos Grandes Programas de âmbito global, a Unesco Brasil define suas ações prioritárias. Esta definição é influenciada por vários fatores, incluindo: a) as características físicas, sociais, econômicas e culturais do Brasil descritas no primeiro capítulo; b) documentos governamentais que delineiam políticas, diretrizes e prioridades em diferentes níveis de governo (federal, estadual e municipal); c) o mandato da Unesco e seus compromissos; d) pesquisas realizadas pela Unesco sobre aspectos específicos da realidade nacional; e) limitações da infraestrutura física e dos recursos humanos do Escritório da Unesco no Brasil. As prioridades estabelecidas devem ser consideradas em constante interação e estão sujeitas a revisões periódicas (UNESCO, 1999, p. 21).

Apesar das Missões da Unesco no Brasil terem iniciado em 1964, no período em que Rodrigo M. F. de Andrade estava na direção do IPHAN, Renato Soeiro foi o responsável pela permanência deste programa e aprofundar as relações com a Unesco, tendo participações

importantes em suas reuniões, como na preparação para a Convenção Mundial (item que será desenvolvido no Capítulo 4). Essa estratégia só foi se tornar possível devido o investimento e difusão de um turismo até então não muito explorado, voltado para o conhecimento e arrecadação de recursos para a preservação de monumentos, museus e outros patrimônios culturais, além de possibilitar o desenvolvimento de regiões que estão atreladas a preservação dos bens, denominado turismo cultural.

3.2.1.1 Turismo Cultural

Na 14ª Conferência Geral da Unesco, em 1966, o turismo foi divulgado como cultural e se destacou por ajudar nos objetivos essenciais da organização: “ser um fator de conhecimento recíproco entre os povos; promotor da educação; fator de promoção do desenvolvimento; meio de financiamento para a restauração e conservação de monumentos e lugares de interesse histórico ou artístico” (Unesco, 1966, p. 65-66). A partir disso, o Diretor-Geral da Unesco obteve o consentimento oficial para anuir a assistência aos países que solicitassem “para estudar e executar programas destinados a proteger e destacar os lugares e monumentos em relação com o desenvolvimento do turismo” (Unesco, 1966, p. 66).

A expedição de missões para assistência técnica para o turismo cultural aos países solicitantes seria realizada através do Programa de Assistência Técnica da ONU e do Programa de Participação de suas instituições. Em 1967, denominado ano do turismo internacional pela ONU, o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) começou a contribuir com recursos para financiamento da assistência técnica para o turismo cultural.

Na publicação *La protección del patrimonio cultural de la humanidad: lugares y monumentos*, da Unesco (1969), nota-se que o turismo cultural foi sinalizado como plano prático, jurídico e científico descreviam a atuação da Unesco no âmbito da cultura. Em relação ao plano jurídico equivalia às convenções e às recomendações. As convenções demandavam um dever, uma responsabilidade por parte dos Estados que as aprovaram, e as recomendações contribuía com sugestões, de forma que instigasse as práticas e a criação das leis nacionais. O plano científico condiz com a pesquisa e a experiência de técnicas de conservação e restauro, realizados em diversas instituições internacionais (Unesco, 1969, p.10). Neste documento, o monumento foi divulgado como um meio de um país prover a sua indústria do turismo. Desta forma, o monumento faria parte um sistema, no qual ele seria valorizado, haveria um investimento para aproximar turistas, receberia lucros e através deste

poderia retornar o investimento realizado. Deste modo, parte dos recursos investidos seriam atribuídos a conservação, restauração e revalorização os monumentos, uma vez que eles seriam o principal destaque do turismo cultural (Unesco, 1969, p. 9).

Neste momento, o turismo cultural não estava descrito em nenhum documento internacional, seja carta, norma, recomendação ou convenção. A primeira vez que o termo turismo cultural foi evidenciado em algum destes documentos foi no ano de 1976, na Carta de Turismo Cultural (ICOMOS), que posteriormente foi atualizada, em 1999. De acordo com Cecília Ribeiro Pereira, anteriormente “o ICOMOS promoveu uma discussão sobre o turismo cultural em sua 2ª Assembleia Geral, realizada em Oxford, de 7 a 11 de julho de 1969” (PEREIRA, 2012, p. 37).

Apesar do termo turismo cultural não ter aparecido em nenhum documento internacional antes de 1976, eventos importantes discutiram a utilização do monumento para prestação de serviço a população e também para o turismo, a fim de arrecadar recursos para conservação destes e geraram documentos, como: a Carta de Veneza (1964) e as Normas de Quito (1967) (PEREIRA, 2012, p. 38).

A Carta de Turismo Cultural, publicada (1976), foi um desdobramento do Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, promovido pelo ICOMOS, ocorrido em Bruxelas, Bélgica, em 8 e 9 de novembro do mesmo ano. Nesta, define-se o turismo cultural, como: O turismo cultural é aquela forma de turismo que tem por objetivo, entre outros fins, o conhecimento de monumentos e sítios histórico-artísticos. Exerce um efeito realmente positivo sobre estes tanto quanto contribui – para satisfazer seus próprios fins – a sua manutenção e proteção. Esta forma de turismo justifica, de fato, os esforços que tal manutenção e proteção exigem da comunidade humana, devido aos benefícios socioculturais e econômicos que comporta para toda a população implicada (ICOMOS, 1976, p. 2).

Neste documento, o desenvolvimento econômico é visto como uma meta do turismo cultural. Para tal, foi destacado a associação de instituições do setor turístico e da conservação, sendo assim, necessário a conciliação entre “os valores culturais e os objetivos sociais e econômicos que formam parte da planificação dos recursos dos Estados, regiões e municípios” (ICOMOS, 1976, p. 2, 3).

Essa expansão em torno do turismo cultural e da difusão dos patrimônios culturais, principalmente em relação as suas singularidades e aspectos raros, possibilitou o desenvolvimento da chancela de Patrimônio Mundial da Humanidade instituído pela Unesco.

3.2.2 Patrimônio Mundial

De acordo com o trabalho de Rodrigo Christofolletti, “Patrimônio da humanidade, patrimônio mundial e patrimônio comum: conceitos em perspectiva” (2024, p. 2), a gênese da ideia de estabelecer a chancela de patrimônio da humanidade remonta às décadas de 1950 e 1960, quando tratados da Unesco conferiram à humanidade um novo status jurídico, reconhecendo-a como sujeito de direitos internacionais. Esse marco teórico possibilitou a concepção de que determinados bens, como a Lua, o fundo do mar e a Antártida, por sua natureza universal, não poderiam ser apropriados por nenhum Estado em particular. A renúncia à soberania sobre esses territórios abriu caminho para a proposição de que outros locais de valor excepcional universal merecessem um tratamento diferenciado, com o objetivo de garantir sua preservação para as futuras gerações.

A ideia de internacionalização surge do fato de que esses bens não pertencem apenas a uma cultura específica, mas à humanidade como um todo. Qualquer estrangeiro, seja jovem ou idoso, que se deparar com esses bens poderá reconhecer a genialidade e a universalidade presentes neles, uma vez que representam uma manifestação fundamental do ser humano: a construção do seu próprio habitat.

Criada sob os auspícios da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, a Lista do Patrimônio Mundial representa o reconhecimento, pela Unesco, do valor universal dos bens nela inscritos. Estar na lista, portanto, é um símbolo de prestígio internacional para os países e um fator significativo de atração para o turismo global.

Sob essa perspectiva, o título de patrimônio mundial desempenha um papel crucial, pois garante a atratividade e a qualidade do bem visitado, já que a credibilidade da Unesco está em jogo. Conforme observado por Morel,

Em última análise, a declaração de patrimônio mundial cria uma imagem global que atrai, que pode atrair um número de visitantes, cria uma imagem que provoca no mínimo curiosidade e que cria interesse que pode ser científico ou que pode ser puramente relacionado com o lazer (1996, p. 84).

É interessante observar que, no Brasil, embora o tombamento em níveis municipal, estadual ou federal seja frequentemente visto com receio e até de forma negativa, sendo percebido apenas como uma restrição ao uso dos bens, o título internacional tem uma percepção distinta. É considerado um reconhecimento do valor patrimonial, conferindo destaque e prestígio a determinados bens ou locais nos roteiros turísticos internacionais. Esse

título é amplamente adotado pelo marketing turístico dos setores público e privado, sendo promovido como um atrativo de valor significativo (SCIFONI, 2006, p. 5).

Com isso, o processo de internacionalização do IPHAN e o reconhecimento externo do patrimônio nacional neste período, se tornou possível avançar para que, em 1980, Ouro Preto fosse reconhecida pela Unesco e ganhasse o título de Patrimônio Mundial da Humanidade (referência em que a própria organização passou a separar a partir da segunda década dos anos 2000, quando passou a utilizar a denominação Mundial para bens materiais e da Humanidade para o imaterial) (CHRISTOFOLETTI, 2024, p. 2-3).

Segundo Rodrigo Christofolletti (2024, p. 4) esta diferenciação se deu não apenas pela Unesco, mas dos atores envolvidos pela preservação do patrimônio mundial. Esse aumento é resultado, por um lado, da crescente visibilidade da lista do patrimônio mundial, e por outro lado, pela popularização das convenções da Unesco sobre patrimônio imaterial (2003) e diversidades culturais (2005) que contribuíram significativamente para esse crescimento, uma vez que, após uma década de sua promulgação, seus efeitos começaram a se manifestar de forma mais evidente.

3.3 CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS (ICOMOS)

O Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS) foi criado em 21 de maio de 1965, em Varsóvia, Polônia. Trata-se de uma organização não governamental internacional com sede em Paris, França. A criação do ICOMOS foi baseada na Carta de Veneza, um documento resultante do II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em Veneza de 25 a 31 de maio de 1964 (ICOMOS, 1965, p. 2).

Piero Gazzola, que liderou o encontro de Veneza, tinha como objetivo criar uma instituição desse tipo, reconhecendo a necessidade de uma organização especializada em seus trabalhos como especialista da Unesco. Essa necessidade ficou ainda mais clara durante os esforços para salvar os templos de Abu Simbel no Egito, quando Gazzola percebeu a importância da colaboração com o Conselho Internacional de Museus (ICOM). O estatuto do ICOMOS foi amplamente baseado no do ICOM, a instituição irmã, que ofereceu pleno apoio à nova organização. Georges-Henri Rivière, um dos fundadores do ICOM, foi um grande defensor da criação do ICOMOS, acreditando em seu papel crucial na preservação do patrimônio.

Esse processo foi formalizado na assembleia-fundadora de 1965, em Varsóvia, que elegeu Gazzola como presidente, Lemaire como secretário-geral e Maurice Berry como tesoureiro. O ICOMOS foi prontamente aceito por René Maheu, então Diretor Geral da Unesco, como uma organização de consultoria e colaboração de categoria B, e dois anos depois, avançou para a categoria A. No que diz respeito aos aspectos operacionais, o Ministro da Cultura da França, André Malraux, ofereceu uma sede em Paris e suporte financeiro regular para o secretariado.

O ICOMOS foi criado com intuito de ser a organização internacional responsável pela promoção da conservação do patrimônio cultural nos seus aspectos tangíveis e intangíveis. Para cumprir sua missão, o ICOMOS deveria fornecer um fórum para discussão e reflexão, conectando autoridades públicas, instituições, profissionais e qualquer indivíduo interessado nos objetivos da associação, além de garantir sua representação junto a instituições e organizações internacionais. Suas responsabilidades incluem: reunir, estudar e disseminar informações sobre princípios, técnicas e políticas de conservação do patrimônio cultural; cooperar em nível nacional e internacional na criação e desenvolvimento de centros de documentação dedicados à conservação do patrimônio cultural; incentivar a adoção e implementação de convenções internacionais, recomendações e outros textos normativos relacionados à conservação do patrimônio cultural; cooperar na elaboração de programas de treinamento em conservação do patrimônio cultural; fornecer consultoria institucional e gerenciar projetos de assistência técnica; estabelecer e manter uma estreita cooperação com a Unesco, o Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Bens Culturais (ICCROM, Roma), centros regionais patrocinados pela Unesco e outras instituições e organizações internacionais ou regionais com objetivos semelhantes; prestar consultoria e apoiar a implementação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada pela Unesco em 1972; incentivar e promover atividades que sejam compatíveis com seus Estatutos (ICOMOS, 1965, p. 16-17).

3.3.1- Comitê consultivo

O Comitê Consultivo é um órgão bicameral, constituído pelos Presidentes dos Comitês Nacionais e pelos Presidentes dos Comitês Científicos Internacionais, que formam o Conselho Científico. Os membros do Conselho Científico atuarão na função de observadores. O Comitê Consultivo realizará reuniões anuais, em conjunto com a Assembleia Geral, e será convocado por seu Presidente.

Na primeira reunião do Comitê Consultivo após as eleições estatutárias da Assembleia Geral, os Presidentes dos Comitês Nacionais e o Conselho Científico elegerão, cada um, até três dirigentes para um mandato de três anos, com possibilidade de renovação por mais dois mandatos. Estes dirigentes serão responsáveis pela coordenação das atividades de suas respectivas áreas. Um dirigente que tenha cumprido três mandatos consecutivos não poderá ser reeleito antes de completar um intervalo de três anos.

3.3.2 Comitês nacionais

Os Comitês Nacionais são organizações estabelecidas em cada país membro da Unesco e reúnem indivíduos e instituições, oferecendo um espaço para discussão e troca de informações. Atualmente, o ICOMOS conta com mais de 110 Comitês Nacionais. Cada Comitê Nacional adota suas próprias regras de procedimento e desenvolve seu programa conforme os objetivos e diretrizes do ICOMOS. Eles implementam os programas propostos pelo Comitê Consultivo e pelo Conselho de Administração do ICOMOS.

Esses comitês proporcionam um fórum onde pessoas e instituições envolvidas na conservação, proteção, reabilitação e valorização do patrimônio cultural podem se encontrar e compartilhar informações e perspectivas sobre princípios e práticas da área.

Os Comitês Nacionais representam os interesses de seus membros tanto no âmbito nacional quanto internacional. Eles podem realizar atividades específicas por iniciativa própria ou a pedido das administrações públicas.

Além disso, os Comitês Nacionais atuam como um canal para a participação de especialistas de cada país nas atividades internacionais do ICOMOS, incluindo missões especiais designadas pela Unesco.

Durante as reuniões anuais do Comitê Consultivo, os Comitês Nacionais têm a oportunidade de influenciar as prioridades do programa do ICOMOS. Eles também podem assumir, em estreita colaboração com o Secretariado Internacional em Paris, a responsabilidade por parte do programa internacional do ICOMOS que seja de particular relevância para seu país. Em nível local, os Comitês Nacionais são responsáveis pela implementação dos programas aprovados pelo Comitê Executivo.

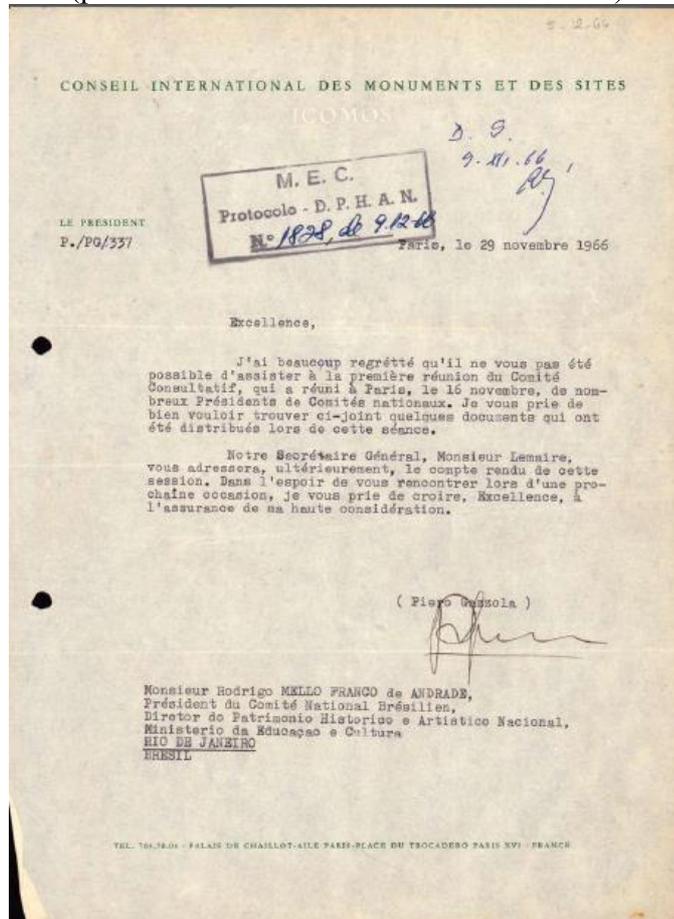
3.3.2.1 Comitê Nacional brasileiro

Assim, que o ICOMOS foi criado, iniciara-se diversas iniciativas de criação de comitês nacionais, não foi diferente no Brasil. Inicialmente, esteve à frente da estruturação deste órgão, o então diretor do IPHAN, Rodrigo M. F. de Andrade. Há diversos documentos no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, que aparece Rodrigo como presidente do Comitê Nacional Brasileiro do ICOMOS, mesmo sem a efetivação deste, como é possível observar nas Fig. 18 e 19.

Na carta abaixo, Piero Gazzola lamenta a ausência de Rodrigo M. F. de Andrade na reunião do Comitê Consultivo que ocorreu em Paris no dia 16 de novembro de 1966.

Lamentei muito que não lhe tenha sido possível assistir à primeira reunião do Comitê Consultivo, que reuniu em Paris, no dia 16 de novembro, muitos Presidentes de Comitês Nacionais. Em anexo encontram-se alguns documentos que foram distribuídos durante esta sessão. Nosso Secretário Geral, Sr. Lemaire, enviará posteriormente o relatório desta sessão. Na esperança de encontrá-lo numa ocasião futura, queira aceitar, Excelência, os protestos da minha elevada consideração (GAZZOLA, 1966) (trecho do texto da Fig. 18).

Fig. 18 – Carta do presidente do ICOMOS Piero Gazzola para Rodrigo M. F. de Andrade (presidente do Comitê Nacional Brasileiro)

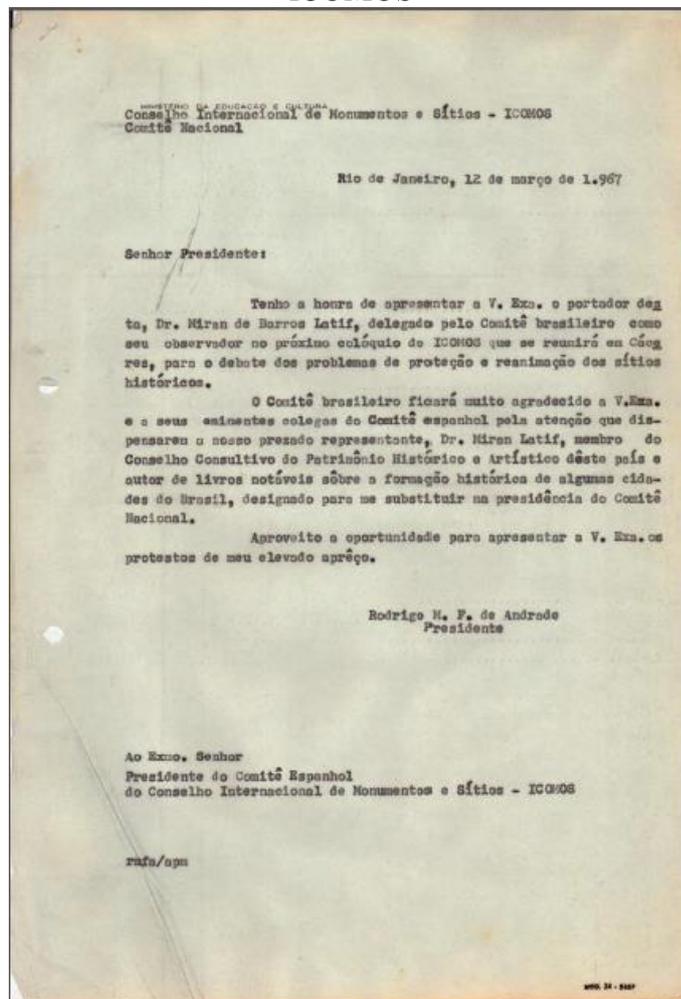


Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Já na Fig. 19, Rodrigo envia uma carta ao presidente do Comitê Espanhol do ICOMOS, apresentando o delegado pelo Comitê Brasileiro, o Dr. Miran de Barros Latif, com intuito de aproximar os dois comitês.

Tenho a honra de apresentar a V. Exa. o portador des-ta, Dr. Miran de Barros Latif, delegado pelo Comitê brasileiro com seu observador no próximo colóquio do ICOMOS que se reunirá em Cáceres, para o debate dos problemas de proteção e reanimação dos sítios históricos. O Comitê brasileiro ficará muito agradecido a V. Exo. e seus eminentes colegas do Comitê espanhol pela atenção que dispensarem o nosso prezado representante, Dr. Miran Latif, membro do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico dêste país e autor de livros notáveis sôbre a formação histórica de algumas cidades do Brasil, designado para me substituir na presidência in Comitê Nacional [...] (ANDRADE, 1967) (trecho da Fig. 19).

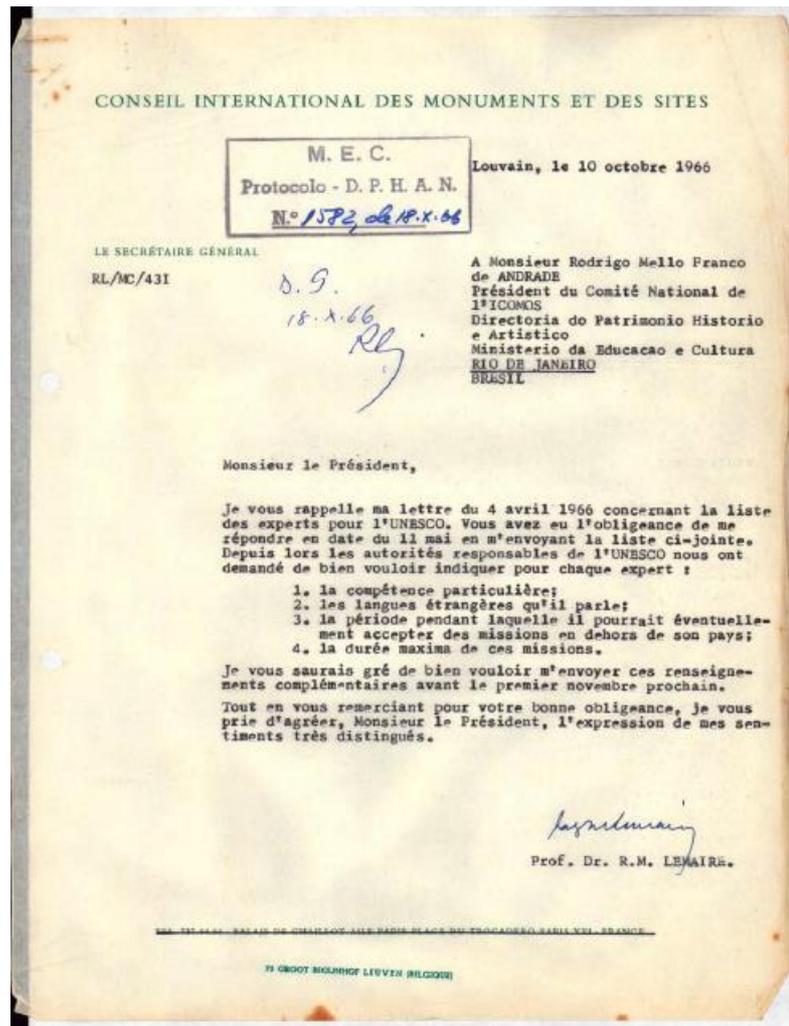
Fig. 19 – Carta de Rodrigo M. F. de Andrade para o presidente do Comitê Espanhol do ICOMOS



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

No documento a seguir (Fig. 20) verifica-se que o secretário geral do ICOMOS, R. M. Lemaire, também reconhece Rodrigo de Andrade como presidente do Comitê Nacional brasileiro, ao lhe dirigir como “Senhor presidente” (tradução nossa).

Fig. 20 – Carta de R. M. Lemaire para Rodrigo M. F. de Andrade



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Nesta lista enviada, encontra-se o nome do arquiteto Renato Soeiro, então Diretor da Divisão de Conservação e Restauração e que foi o representante internacional do IPHAN e do Ministério da Educação e Cultura em muitas oportunidades.

Já na carta enviada pelo presidente do ICOMOS Piero Gazzola para Renato Soeiro (nesse momento diretor do IPHAN), em 03 de dezembro de 1974, Gazzola solicita notícias sobre a reconstrução do Comitê Nacional brasileiro, ou seja, pode-se observar que neste

momento não há efetivamente uma organização em funcionamento (Fig. 21 e 22). Destaca-se a forma como o presidente do ICOMOS se referiu ao Soeiro “Diretor e amigo” (tradução nossa). Soeiro geralmente tinha uma relação boa e próxima com os dirigentes de órgãos internacionais.

Solicitei ao Senhor Jorge O. GAZANEO, Presidente do Comitê Argentino do ICOMOS e único representante dos países latino-americanos que pôde participar da reunião do nosso Comitê Executivo, que contactasse os presidentes dos nossos comitês nacionais na América Latina, a fim de estudar com eles como o desejo do Comitê Executivo pode ser seguido. O Sr. Gazaneo entrará em contato com você mais tarde. Eu ficaria muito grato pelo que você pode fazer para implementar este projeto.

[...] Por favor, aceite, Sr. Diretor e querido amigo, a garantia dos meus mais cordiais sentimentos (GAZZOLA, 1974) (trecho do texto da Fig. 21)

BRASIL (Comitê em reorganização)

Arq. Renato Soeiro

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Educação e Cultura

RIO DE JANEIRO (GB) (trecho do texto da Fig. 22)

Fig. 21 e 22 – Carta de Piero Gazzola para Renato Soeiro e lista dos Comitês da América Latina anexada

CONSEIL INTERNATIONAL DES MONUMENTS ET DES SITES

ICOMOS

A. E. C.

Protocolo - I. P. H. A. N.

N.º 4261 em 17/12/74

D.G.
Em 16/12/74
H

Le Président

Paris, le 3 décembre 1974

PG/PGG/1389

Monsieur le Directeur et cher ami,

Lors de sa dernière session à Paris, les 29 et 30 novembre dernier, le Comité Exécutif de l'ICOMOS a souhaité qu'il soit fait un effort pour coordonner les efforts et les activités des Comités nationaux de l'ICOMOS en Amérique latine, dans le domaine

de la protection des villes anciennes,
des inventaires du patrimoine immobilier historique

et que soient entreprises des études pour délimiter des aires d'action possibles.

J'ai demandé à Monsieur Jorge O. GAZANEO, Président du Comité Argentin de l'ICOMOS et seul représentant des pays d'Amérique latine qui se soit trouvé en mesure de participer à la réunion de notre Comité Exécutif de prendre contact avec les présidents de nos comités nationaux d'Amérique Latine afin d'étudier avec eux comment il pourra être donné suite au vœu du Comité Exécutif. Monsieur Gazaneo prendra contact avec vous ultérieurement. Je vous serais très reconnaissant de ce que vous pourrez faire pour la mise en œuvre de ce projet.

Je saisis cette occasion pour vous rappeler que je serais heureux d'avoir des nouvelles de la restructuration de notre Comité national au Brésil. Vous verrez, sur la liste que je vous envoie ci-joint, que la présence de l'ICOMOS s'affirme maintenant en Amérique Latine...

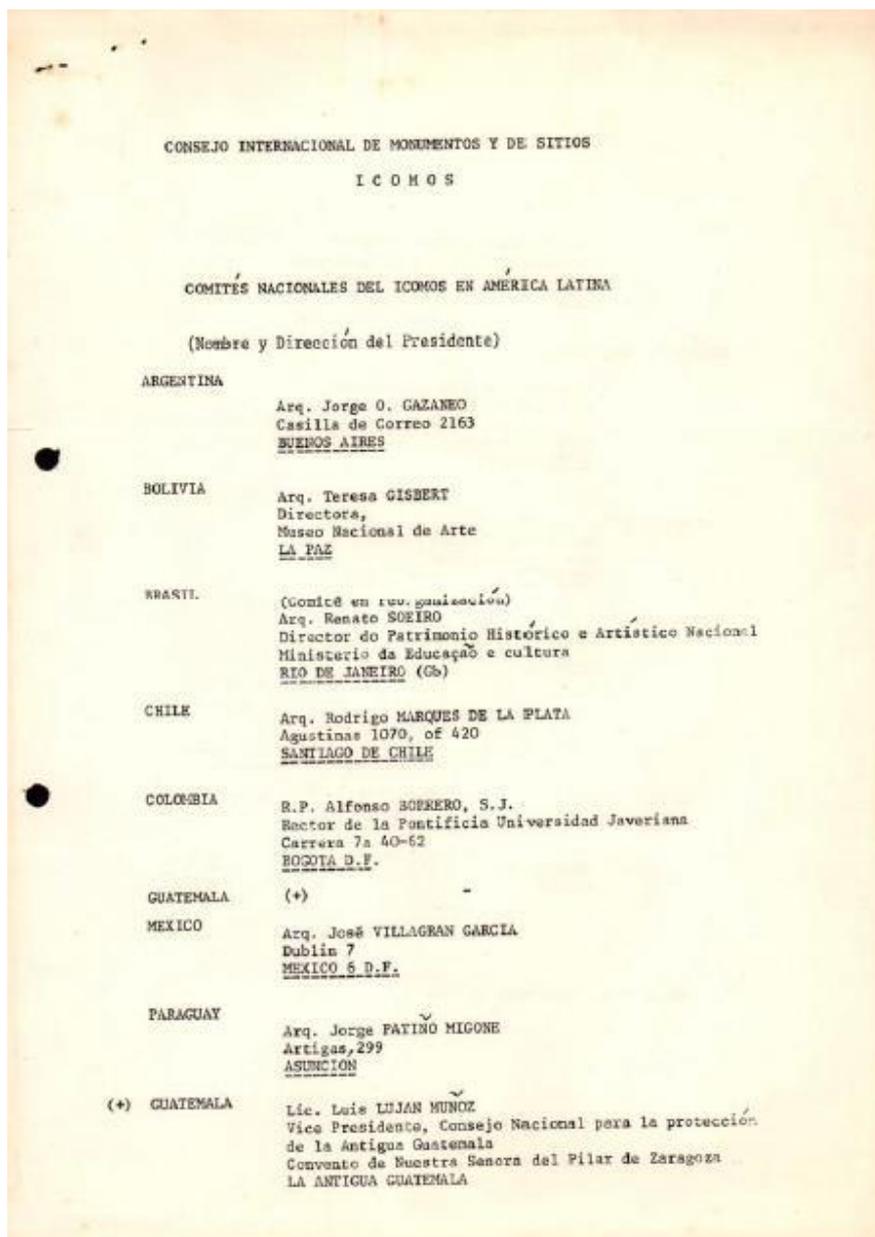
Je vous prie de bien vouloir agréer, Monsieur le Directeur et cher ami, l'assurance de mes sentiments les plus cordiaux.

En salut à Vrs

(Piero Gazzola)

Monsieur Renato SOEIRO
Directeur du Patrimoine Artistique
et Historique National BRÉSIL

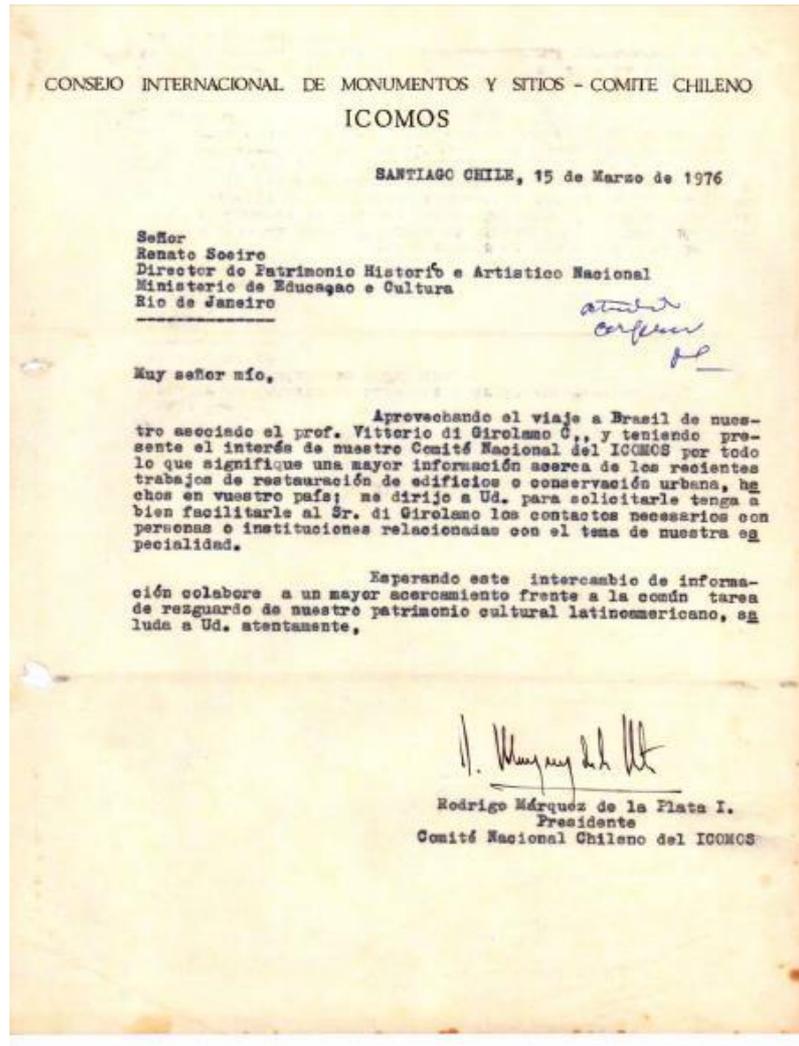
Hôtel Saint Aignan - 75 rue du Temple - 75003.PARIS - France - 271



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

A partir da análise dos documentos sobre o ICOMOS que estão na série Assuntos Internacionais no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, pode-se notar que após a aposentadoria de Rodrigo M. F. de Andrade e a posse de Renato Soeiro como diretor do IPHAN, Soeiro também assumiu outros trabalhos que Rodrigo estava à frente, como a organização do Comitê Nacional brasileiro do ICOMOS.

Fig. 23 – Carta de Rodrigo Márquez de la Plata I. para Renato Soeiro



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Neste documento acima (Fig. 23), o presidente do Comitê Nacional Chileno do ICOMOS, Rodrigo Márquez de la Prata I., informa a Renato Soeiro vinda ao Brasil de um membro do Comitê e que gostaria que houvesse um intercâmbio deste em órgãos relacionados a conservação de edifícios e restauração urbana, visto que ele vê o Brasil como uma das referências na área.

Aproveitando a viagem ao Brasil do nosso associado, prof. Vittorio di Girolamo C., e tendo presente o interesse do nosso Comité Nacional do ICOMOS em tudo o que signifique maior informação sobre as recentes obras de restauro de edifícios ou conservação urbana, realizadas no seu país; Escrevo-lhe para pedir-lhe que proporcione ao Sr. di Girolamo os contactos necessários com pessoas e instituições relacionadas com o tema da nossa especialidade.

Esperamos que este intercâmbio de informações contribua para uma melhor abordagem da tarefa comum de salvaguarda do nosso patrimônio cultural

latino-americano, saúdo-vos sinceramente (de la Plata I, 1976) (trecho traduzido da Fig. 23).

Em arquivo escrito por Augusto Telles, em 22 de julho de 1974 (Fig. 24 e 25), ele apresenta que as tentativas de criação do Comitê Nacional brasileiro do ICOMOS foram falhas pelos mesmos problemas que ocorrem na elaboração de Comitês Nacionais de órgãos internacionais ligados a Unesco, cita como exemplo, o ICOM (de Museus) e o CIHM (Comitê Internacional de História das Artes). Um dos problemas levantados são as taxas, número de membros e valor repassado, sobrando pouco para manter o os órgãos.

O segundo problema sinalizado é a distância entre os Centros do Brasil, o que dificulta o deslocamento dos membros efetivos para reuniões três vezes ao ano. Além disso, Telles mostra que apesar das dificuldades solicitou ao secretário geral do ICOMOS, Piero Gazzola, o estatuto e as normas para a criação do Comitê Brasileiro. Compartilha também que vinha dialogando com outros interessados como o diretor do IPHAN, Renato Soeiro.

Fig. 24 e 25 –escrito por Augusto Telles

O Comitê nacional é composto de, no máximo, 15 membros (ver Nota sobre formação do Comitê nacional, 1.6), que deverá se reunir no mínimo três vezes ao ano (item III). A cotização dos membros ativos é de US\$ 5 por ano, que poderá ser paga diretamente ou através de órgão nacional ou internacional (item III, 3). Para os membros associados o Comitê nacional poderá descontar, para despesa de cobrança 20\$ das cotizações (item, 3). Restará, além disso, mais um problema: com as distâncias entre os Centros do Brasil, dificilmente os membros efetivos, componentes do Comitê poderão se deslocar para reuniões (3 vezes por ano) (TELLES, 1974) (trecho do texto das Fig. 24 e 25).

ICOMOS

O ICOMOS foi criado, quando do Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos em Restauração de Monumentos e de Sítios, realizado em Veneza, Itália em 53, quando se consubstanciou a denominada Carta de Veneza. Dois órgãos brasileiros af foram representados: o IPHAN e o IAD, por um representante único, o Wladimir Alves de Sousa.

Instado para coordenar o Comitê Brasileiro, o Dr. Rodrigo M. P. de Andrade indicou o Eng. Miran de Barros Latif para a tarefa que, no entanto, não chegou a ser consubstanciada, e foi parada com sua morte.

Tentativas posteriores, a partir do IPHAN foram tentadas, esbarrando-se sempre com os problemas básicos existentes nos Comitês Nacionais de todos estes órgãos internacionais filiados à UNESCO. Isto vem ocorrendo com o ICOM (de Manaus) e agora, com o recém-criado CIMA, (Comitê Internacional de História das Artes), que está sendo coordenado pelo Walter Zanini.

O problema é o seguinte:

O Comitê nacional é composto de, no máximo, 15 membros (ver Nota sobre formação do Comitê nacional, I,6), que deverá se reunir no mínimo três vezes ao ano (idem, III). A cotização dos membros ativos é de US\$ 5 por ano, que poderá ser paga diretamente ou através do órgão nacional ou internacional (idem, III,2). Para os membros associados o Comitê nacional poderá descontar, para despesa de cobrança, 20% das cotizações (idem, III,3).

Como órgão de técnicos especializados, além da discriminação de ativos e associados, para os membros, sendo que os primeiros, com direito a voto, são no máximo 15, e tendo de pagar para o órgão internacional, US\$ 5,00 por membro, e só com o reservar 20% das contribuições dos associados, não há forma para estes órgãos sobreviverem, a não ser quando seus Presidentes sejam Diretores de órgãos oficiais e utilizem suas secretarias e funcionários, além do material expediente para os serviços da Secretaria e Tesouraria.

Restará, além disto, mais um problema: com as distâncias entre os Centros do Brasil, dificilmente os membros efetivos, componentes do Comitê poderão se deslocar para reuniões (3 vezes por ano).

Ainda agora, na primeira reunião do Comitê nacional do ICOMOS, realizada no Rio, compareceram apenas os residentes aqui e, de São Paulo, apenas viscou e Presidente e um outro membro (faltou o 1) e mais um de Bahia.

Este problema está ocorrendo, igualmente, com o ICOM, apesar de o órgão nacional, agora, com a reformulação dos estatutos internacionais poder-se conservar 10% das dotações de todos os membros, e de lá, haver sido extinta a discriminação de membros efetivos e associados.

Apesar disto, tendo recebido carta do IAN em data de 30 de outubro de 72, escrevi ao Prof. Piero Gazzola, secretário do ICOMOS, em 30 de janeiro de 73, solicitando os Estatutos e normas para a criação do Comitê brasileiro. Deste recebi carta (cópia anexa) de 12 de fevereiro e, em 21 de março escrevi ao Presidente do IAN-COM (cópia em anexo).

Tenho mantido comunicação com colegas que poderão constituir o Comitê brasileiro mas, em todes, após a apresentação do problema, vêm a dúvida sobre a praticidade da iniciativa. Talve igualmente, a este respeito, tanto com o colega presidente, Miguel Pereira, como com o Diretor do IPHAN, arquiteto Renato Coeiro, bem como com vários colegas, inclusive com atuais diretores da órgãos específicos de proteção ao Patrimônio Histórico e Artístico nas áreas estaduais, de Minas Gerais, de Pernambuco, etc.

Como vêem, é problema difícil de ser resolvido, a não ser que se consiga auxílio, material ou pessoal, de outro órgão, público ou privado, com dotação específica, que permita o funcionamento da Secretaria e Tesouraria.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1974.

AUGUSTO SILVA TELLES

INSTITUTO DE ARQUITETOS DO BRASIL DEPARTAMENTO DA GUANABARA
 PRQ. NUNES DE ARTE MODERNA DO BR DE JANEIRO - AVENIDA DA GUÁRÁ - 12-11 210-54. BRASIL TEL. 21-5121

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

A criação do Comitê brasileiro do ICOMOS, em 17 de agosto de 1978, sob a presidência de Augusto Telles até 1982, ocorreu após um período de gestação marcado por diversas dificuldades. No entanto, a estreita colaboração com o IPHAN durante a década de 1960 demonstra o interesse prévio do Brasil em preservar seu patrimônio cultural e integrar-se à comunidade internacional de especialistas em patrimônio.

3.4 – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA)

As Conferências Internacionais Americanas, também conhecidas como Pan-americanas, são uma importante fonte documental para o estudo da preservação do patrimônio

cultural. Essas conferências reuniam representantes diplomáticos, delegados, funcionários governamentais, ministros e presidentes dos países das Américas com o objetivo principal de discutir questões políticas, econômicas, sociais e culturais entre os países do continente. No entanto, ainda não há uma análise aprofundada sobre a importância desses encontros interamericanos para a preservação do patrimônio cultural no Brasil.

A partir do trabalho de Maria Tarcila Ferreira Guedes, “A Preservação no Contexto Pan-americano” constatou-se que durante essas reuniões, foram formuladas e debatidas várias resoluções que, nas décadas de 1920 e 1930, contribuíram para a criação de instituições de preservação em diversos países das Américas. Muitas dessas resoluções foram aprovadas e ratificadas, resultando na assinatura de tratados entre os países participantes, incluindo Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Colômbia, Costa Rica, Cuba, El Salvador, Equador, Estados Unidos, Guatemala, Haiti, Honduras, México, Nicarágua, Panamá, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela. No total, foram realizadas dez conferências entre 1889 e 1954. Alguns historiadores associam o início dessas Conferências ao período de Simón Bolívar em 1826 (GUEDES, 2011, p. 1).

No contexto da construção e consolidação da ideia de unidade continental, as Conferências Pan-Americanas levaram à criação da Organização dos Estados Americanos (OEA). A Carta da OEA foi adotada durante a 9ª Conferência Pan-Americana em Bogotá, em 1948. Desde então, a organização tem promovido diversas discussões e iniciativas para a cooperação entre os países americanos, com o objetivo de estimular o desenvolvimento econômico e social dos povos da América. A Carta afirma que "a unidade espiritual do Continente se baseia no respeito pela personalidade cultural dos países americanos e demanda sua estreita cooperação nas altas afinidades da cultura humana" (OEA, 1948). Contudo, essa "unidade" não visava apenas objetivos fraternais ou altruístas; também reforçava a esfera de influência dos Estados Unidos (CERVO, 2002, p. 112). Os EUA incentivaram a elevação do padrão de vida dos grupos mais vulneráveis do subcontinente como uma estratégia para prevenir a adesão desses grupos ao comunismo.

No âmbito da cooperação cultural promovida pela OEA, a organização realizou, entre 10 e 13 de janeiro de 1965, em Santo Agostinho, Flórida (EUA), o Primeiro Simpósio Pan-Americano de Preservação e Restauração de Monumentos Históricos. Tendo como base o texto escrito por Soeiro, “Conservação dos Monumentos Históricos no Brasil” (1965), o objetivo do evento era discutir os desafios enfrentados na preservação do patrimônio cultural do continente, que, em parte, era considerado irremediavelmente perdido devido ao descaso dos governos nacionais, à falta de mobilização pública em defesa dos bens culturais e à

insuficiência de especialistas e técnicos nos órgãos responsáveis por sua proteção (SOEIRO, 1965). Na época, países como Brasil, México, Argentina e Peru já haviam desenvolvido políticas nacionais eficazes para proteger sua cultura material, com foco principalmente no patrimônio arquitetônico. No entanto, conforme discutido anteriormente, o conceito de patrimônio estava se ampliando desde a Conferência de Haia, incorporando a ideia de "bens culturais nacionais" — um termo definido por Daifuku (1969, p. 21) para abranger a maioria dos objetos materiais associados às tradições culturais, não apenas dos países ocidentais, mas também daqueles que conquistaram sua independência após a II Guerra Mundial. Assim, o simpósio de Santo Agostinho visava promover a inclusão de um patrimônio mais abrangente e incentivar a participação popular, com o intuito de alinhar esforços em torno de um objetivo comum.

Dando continuidade ao esforço pela proteção do patrimônio em nível continental, em 1967, a Reunião dos Chefes de Estado Americanos, realizada em Punta del Este, Uruguai, determinou a criação de Programas Regionais de Desenvolvimento Educativo, Científico e Cultural. A reunião recomendou a "criação ou ampliação dos serviços de extensão e conservação do patrimônio cultural e o estímulo à atividade intelectual e artística" (DECLARAÇÃO de 1967). Além disso, incentivou a cooperação interamericana para a conservação e utilização de monumentos arqueológicos, históricos e artísticos, através da implementação de programas de bolsas e empréstimos para estudantes, bem como intercâmbio de professores, com o patrocínio da OEA, como é possível observar nas Fig. 27 e 28, no documento enviado ao Itamaraty para divulgação de dez bolsas de estudos para o curso de Restauração e ambientação de monumentos e conjuntos monumentais – projeto PEC 1.229-E, do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural Projeto Patrimônio Cultural, com duração de seis meses, sediado no Instituto de Cultura Hispânica, em Madrid – Espanha.

OFERECE BOLSAS

CURSO: RESTAURAÇÃO E AMBIENTE DE MONUMENTOS E COMPLEXOS MONUMENTAIS PROJETO PEC 1.229-E

SEDE: Instituto de Cultura Hispânica, Madrid, Espanha

Data de início: 15 de janeiro de 1974

Duração: Seis meses

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO

Número de Bolsas: 10 [...] (OEA, 1973) (trecho traduzido do texto da Fig. 26 e 27).

Fig. 26 e 27 – Ofrece becas

ORGANIZACION DE LOS ESTADOS AMERICANOS PROGRAMA REGIONAL DE DESARROLLO CULTURAL PROYECTO PATRIMONIO CULTURAL		No. <u>468/73</u> Junio 1973
 <h1 style="text-align: center;">OFRECE BECAS</h1>		
CURSO: RESTAURACION Y AMBIENTACION DE MONUMENTOS Y CONJUNTOS MONUMENTALES - PROYECTO PEC 1.229-E		
SEDE: Instituto de Cultura Hispánica, Madrid, España		
Fecha de Inicio: <u>15 de enero de 1974</u>	INFORMACION SOBRE EL CURSO	Duración: <u>Seis meses</u>
IDIOMA: <u>Español</u>		Número de Becas: <u>10</u>
<u>OBJETIVOS</u>		
<p>Propender a la formación de Especialistas en Conservación y Restauración de Monumentos y Conjuntos Histórico-Artísticos de los Estados miembros, mediante la capacitación y adiestramiento de sus egresados universitarios (arquitectos), en los métodos y técnicas relativos a la conservación, restauración, utilización y documentación de los Monumentos y Conjuntos Histórico-Artísticos, para la elaboración y ejecución de proyectos.</p>		
<u>PROGRAMA</u>		
El curso se desarrollará conforme al siguiente Programa:		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Historia del urbanismo y de la arquitectura en España e Hispanoamérica: La arquitectura española; la arquitectura hispanoamericana; la evolución de la ciudad; ciudades españolas en América; historia de la tecnología; historia de la restauración. 2. Teoría General del Patrimonio Cultural: Relaciones del binomio arquitectura y ciudad; la realidad histórica y el hecho arquitectónico; aproximaciones al estudio del espacio histórico; morfología del espacio en la historia, finalidades del espacio histórico, límites y tipologías; conjunto histórico, centro histórico, edificio histórico, como elementos de la estructura urbana; el material histórico y el papel de las vanguardias; (Cont. al reverso) 		
<u>REQUISITOS PARA OPTAR</u>		
<ol style="list-style-type: none"> 1. Ser ciudadano o residente permanente de uno de los Estados miembros de la OEA. 2. Poseer título profesional de nivel universitario con especialización en arquitectura (acompañar copia). 3. Poseer conocimiento del idioma español, si éste no es su lengua materna, avalado por certificado de institución competente. 4. Poseer aptitud física para el cumplimiento de las obligaciones del curso, acreditada por un certificado médico. 		
<p>NOTA: El Gobierno español otorgará al becario el derecho de alojamiento en colegios mayores al mismo precio que se cobra a los estudiantes.</p>		
<u>SOLICITUD DE BECA Y OTRAS INFORMACIONES</u>		
<p>Los formularios (OAS Form 98) "Solicitud de Beca" y (OAS Form 345) "Instrucciones para la presentación de Solicitudes de Beca" se obtienen de las Oficinas de la Secretaría General de la OEA en los Estados miembros. Las becas incluyen los siguientes beneficios: La OEA paga el pasaje de ida y regreso (aéreo/económico) entre el lugar de residencia y el de estudio. El Gobierno de España contribuye con 7,000 pesetas mensuales para gastos de subsistencia; estudios; servicios de biblioteca; y seguro médico durante el término de la beca.</p>		
<p>IMPORTANTE: La solicitud completa, en triplicado, y documentación pertinente deberá presentarse a la oficina central de planificación o al órgano de enlace designado por el gobierno con suficiente antelación para que pueda ser remitida a la Secretaría General de la OEA en Washington, D.C., antes del <u>12 de octubre de 1973</u>, fecha de cierre del concurso internacional.</p>		
LAS SOLICITUDES INCOMPLETAS EN LA FECHA DE CIERRE DEL CONCURSO NO SERAN CONSIDERADAS		
SECRETARIA GENERAL DE LA OEA Subsecretaría de Cooperación Técnica - Oficina de Becas y Adiestramiento - Washington, D.C., 20006		

INFORMACION SOBRE EL CURSO: (Cont.)

relaciones campo-ciudad, territorio-ciudad, entorno ambiental y realidad histórica del conjunto, centro o edificio; concepto de membrana, frontera y límite histórico; funciones, usos y transformaciones de los conjuntos histórico-artísticos; elementos característicos del conjunto histórico; debate sobre la forma en el conjunto histórico; ideología y expresión histórica; la arquitectura como memoria de la exposición ideológica; monumentalismo realidad y mito; estructuras históricas de decadencia y estructuras históricas de regeneración; el papel de la teoría en la transformación del espacio histórico;

3. Urbanística de los Conjuntos Histórico-Artísticos: Análisis de situaciones posibles del conjunto histórico artístico en relación con su entorno; fenómenos generadores de nuevas edificaciones; problemática general del casco histórico estático; degradaciones y posibles vitalizaciones de los bienes patrimoniales; problemática general del casco histórico inmerso en un asentamiento que es o ha sido dinámico; evolución y transformación del conjunto histórico-artístico; el problema de los usos en el conjunto histórico-artístico; análisis del casco; metodología de la información en un conjunto histórico-artístico; prospección directa; problemas de encuestas; prospección directa especializada. Datos bibliológicos. Vegetación. Paisaje; datos de análisis ecológico; las tipologías; estado de construcciones, valoración de daños y valoración de remodelaciones; análisis gráfico. Fotografía y dibujo; estudio económico-financiero. Estudio histórico. Estudio socio-ecológico; transcripción de los datos de encuesta.
4. Conservación y Restauración de Monumentos: Significado de las estructuras monumentales; análisis en el contexto urbano y paisajístico; análisis histórico. Análisis artístico. Análisis arquitectónico. Análisis constructivo; tipologías. Metodología; cimentaciones. Suelos; muros y estructuras verticales; estructuras horizontales; conclusiones de los análisis y documentación previa; objetivos de la restauración. Tipos de restauración; la revitalización; superposición de elementos; presentación del monumento; arte mural; arte mueble unido al monumento; el proyecto de restauración; el tratamiento del contexto del monumento.
5. Legislación: Concepto y naturaleza del patrimonio artístico; elementos y bienes que integran el mismo; protección del patrimonio-histórico artístico; antecedentes legislativos; rango y cronología de las disposiciones sobre el patrimonio histórico-artístico; legislación vigente; legislación comparada; convenios internacionales; organismos internacionales de protección del patrimonio cultural y natural; trabajos prácticos y seminarios.

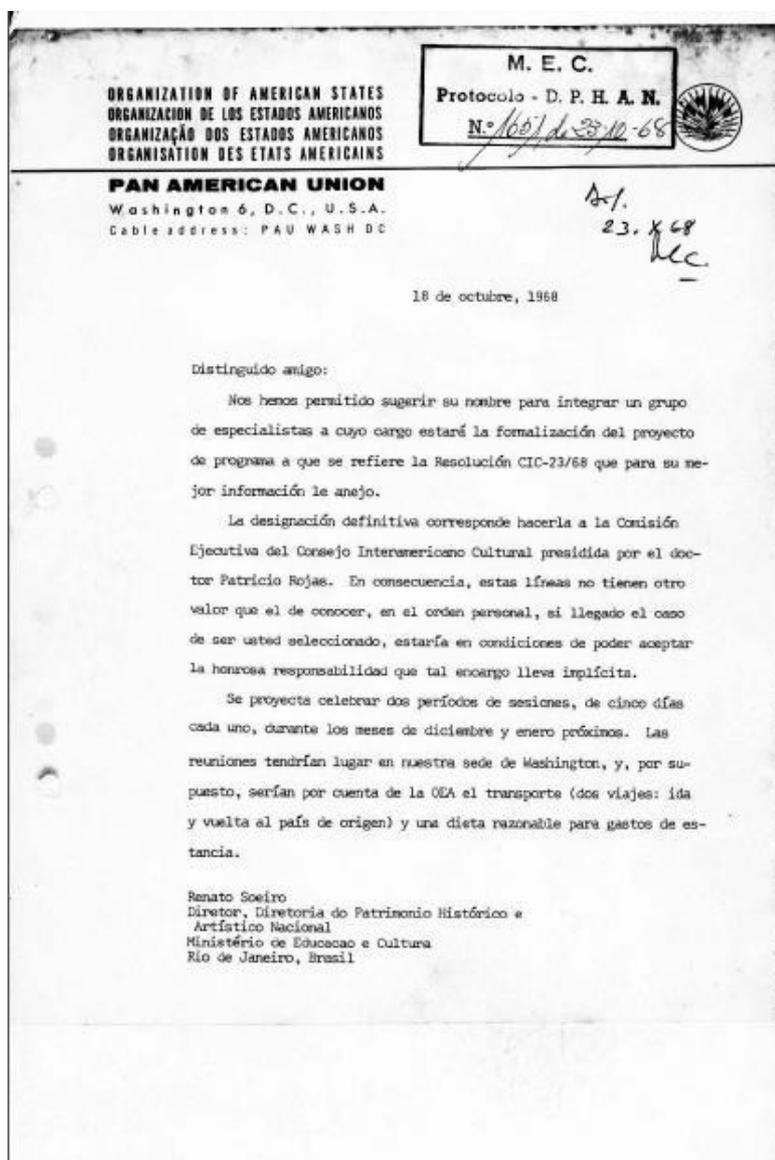
Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Em 1967, durante a Reunião sobre a Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico, realizada pela OEA em Quito, foi elaborado o documento que ficou conhecido como Normas de Quito. Renato Soeiro participou ativamente da elaboração, como delegado brasileiro. Este documento defendia abertamente o uso do patrimônio cultural como ferramenta para impulsionar o desenvolvimento dos países membros através do turismo. A expressão central era "*puesta en valor*", referindo-se à promoção de monumentos e sítios históricos para o mercado turístico. Essa política tinha

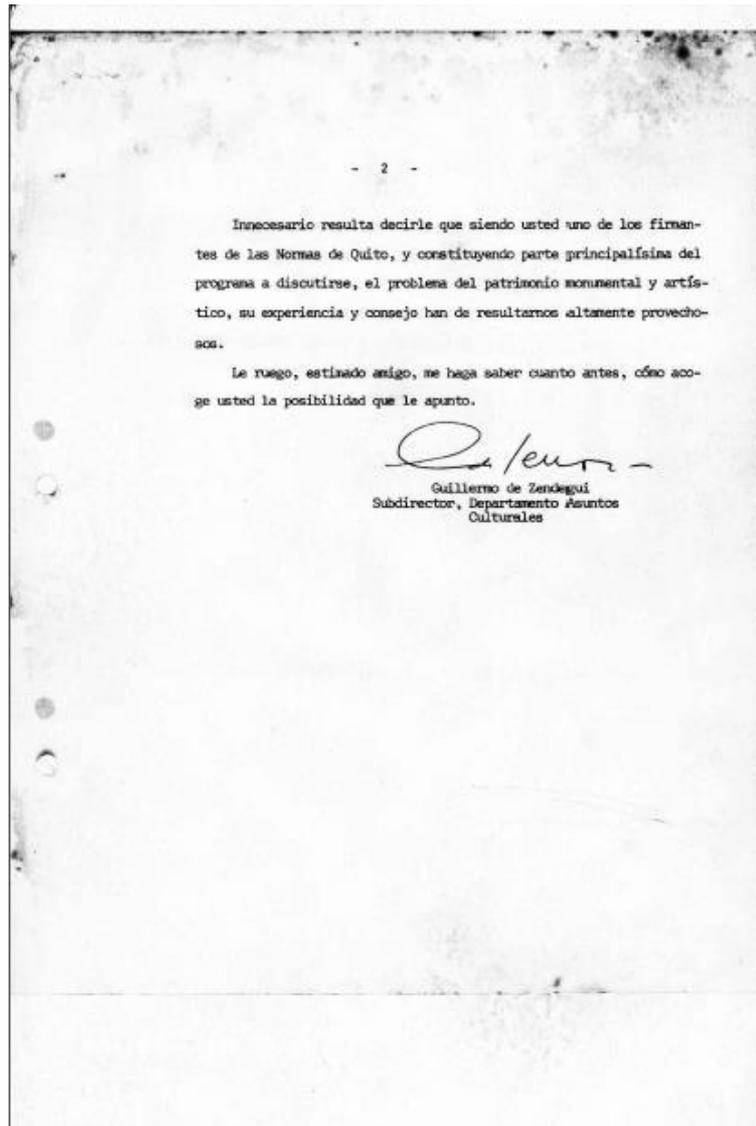
como inspiração a recuperação econômica de países como Itália, França e Espanha após a Segunda Guerra Mundial. Foi nesse contexto que surgiu o termo "turismo cultural"¹⁴.

A constante participação de Soeiro, como representante do país, em encontros internacionais, e sua ativa cooperação, fez com que ele fosse convidado para compor conselhos, comitês e comissões afins, como no seguinte exemplo, em que o subdiretor do Departamento de Assuntos Culturais da OEA, Guillermo de Zendegui, indica o nome de Soeiro para integrar o grupo de trabalho para formalização do projeto de e programa referente a Resolução CIC-23/68.

Fig. 28 e 29 – Carta de Guillermo de Zendegui para Renato Soeiro



¹⁴ Será aprofundado sobre as Normas do Quito no Capítulo 4.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção do Rio de Janeiro

Dando sequência ao debate, o ano de 1972 foi declarado pela OEA Ano do Turismo nas Américas, realizando-se entre 18 e 25 de agosto o Congresso Interamericano de Turismo, no Rio de Janeiro, voltando a analisar o papel da atividade turística para o desenvolvimento econômico e social da América Latina. A delegação que representava o Brasil no evento - da qual participava Renato Soeiro, que, além de ser diretor do IPHAN à época, era membro do Conselho Nacional de Turismo do país (CNT) destacou a preponderância ao fomento do turismo inter-regional entre os países do subcontinente, esperando-se benefícios variados desses contatos:

O incremento do turismo inter-regional na América Latina teria um profundo e amplo significado, sob os mais diversos aspectos: sendo um dos mais importantes, o conhecimento mútuo entre os povos do Continente que

levaria ao respeito recíproco e à admiração das peculiaridades geográficas, históricas, econômicas, sociais, artísticas e folclóricas de cada país, fazendo desaparecer eventuais desconfianças, contribuiria para a efetivação da sonhada e necessária integração latino-americana. Isto do ponto de vista político. Do ponto de vista econômico, o incremento do turismo determinaria, também, a entrada de divisas estrangeiras, pesos ou guaranis, cruzeiros ou bolívares, por exemplo, além de ajudar o desenvolvimento regional, a integração nacional de cada país e, ainda, a redistribuição de renda a nível continental (SOEIRO, 1972. p. 5).

Durante esse evento internacional, foram apresentados diversos programas implementados pelos países membros da OEA que integravam patrimônio e turismo, com a assistência técnica da Secretaria Geral da organização continental. Em 1972, os países membros da OEA solicitaram à Secretaria Geral apoio para 33 projetos de caráter cultural, incluindo iniciativas voltadas para o turismo e a preservação do patrimônio. Entre essas solicitações, destacavam-se, por exemplo, a proposta do Paraguai para organizar um programa de preservação de esculturas, especialmente imagens religiosas, e a criação de um museu jesuítico no país. Também se destacou o pedido do governo argentino para a análise pela OEA de um projeto de incorporação das cidades históricas do noroeste do país em iniciativas turísticas. Além disso, houve a colaboração solicitada da Divisão de Fomento Turístico da Secretaria Geral da OEA para realizar um estudo sobre a renovação da área do Pelourinho, em Salvador. Também foi encaminhado um requerimento conjunto dos três países (Argentina, Brasil e Paraguai) ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), solicitando a realização de pesquisas sobre a viabilidade do desenvolvimento turístico na região das Cataratas do Iguaçu e nas missões jesuíticas, áreas compartilhadas por essas nações. Essa solicitação fazia parte de um esforço mais amplo para desenvolver propostas de rotas turísticas vinculadas a patrimônios regionais, um projeto incentivado pela OEA.

Em vista disso, a OEA, em um contexto marcado pela expansão do turismo e pela crescente valorização do patrimônio cultural nas décadas de 1960 e 1970, desempenhou um papel crucial na promoção da integração regional e na preservação dos bens culturais das Américas. Ao fomentar o intercâmbio turístico e cultural, a OEA contribuiu para a construção de identidades nacionais e regionais, além de estimular o desenvolvimento econômico de diversas nações do continente, com um enfoque na aproximação dos países da América Latina.

3.5 CENTRO INTERNACIONAL DE ESTUDOS PARA A CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE BENS CULTURAIS (ICCROM)

O Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauração de Propriedade Cultural (ICCROM) foi criado após a Segunda Guerra Mundial, em resposta à devastação generalizada e à urgente necessidade de reconstruir o patrimônio cultural. Em 1956, durante a 9ª Sessão da Conferência Geral da Unesco em Nova Déli, foi adotada uma proposta para a criação de um centro intergovernamental dedicado ao estudo e aperfeiçoamento dos métodos de restauração, dando origem ao ICCROM.

Após um acordo com o governo italiano, o Centro foi estabelecido em Roma em 1959, sob a direção do Dr. H.J. Plenderleith, ex-guardião do Laboratório de Pesquisa do Museu Britânico em Londres. Desde o início, o ICCROM formou uma rede global de especialistas e instituições dedicadas à conservação e restauração de diversos tipos de patrimônio cultural. Em colaboração estreita com a Unesco, o Centro participou de campanhas internacionais e organizou missões científicas para apoiar os Estados-Membros. Entre as primeiras atividades realizadas, destacam-se a preservação de tumbas antigas no Vale do Nilo, a restauração de pinturas murais em igrejas na Moldávia, o desenvolvimento de um centro nacional de pesquisa em conservação na Índia, e a proteção de patrimônio cultural após desastres como inundações ou terremotos na Guatemala, Itália e Montenegro.

Consoante com o texto escrito por Augusto Telles “A Formação de Técnicos na Preservação de Bens Culturais e Sítios, no Brasil, e o ICCROM” (1983), no início dos anos 1960, o Centro iniciou seus primeiros cursos sobre conservação de cidades e edifícios históricos, em parceria com a Universidade de Roma. Desde 1964, o Brasil já havia se tornado membro do ICCROM e, nos anos seguintes, alguns poucos técnicos foram enviados ao exterior para se especializarem. Esses profissionais receberam formação não apenas no ICCROM, mas também em instituições na Bélgica e nos Estados Unidos, tanto na área de especialização para arquitetos quanto na restauração de bens móveis (TELLES, 1983, p. 24).

Nos anos seguintes, foram oferecidos cursos regulares sobre conservação de pinturas murais, em colaboração com o *Istituto Centrale del Restauro* em Roma (a partir de 1968), sobre os princípios científicos de conservação de objetos e materiais (1974) e sobre conservação preventiva de coleções de museus (1975). Além disso, o ICCROM estabeleceu uma biblioteca internacional e um centro de documentação, que se tornaram recursos essenciais para pesquisa e formação na área de preservação e restauração do patrimônio cultural.

Na entrevista realizada com Paulo Ormino, pode-se observar que Soeiro foi um grande motivador para que os profissionais procurassem se especializar a partir dos cursos ofertados pelo ICCROM. De acordo com Ormino, Soeiro lhe deu uma carta de apresentação

para que pudesse pleitear uma bolsa de estudos no Ministério de Relações Exteriores. Dessa forma, o arquiteto conseguiu ir se especializar em Roma. Ele destaca que saiu do Brasil em um momento de forte repressão (em 1968 ou 1969) e que chegou lá depois da Primavera de Praga (AZEVEDO, 2022).

Soeiro participou das reuniões para a criação do ICCROM e fez parte do conselho da instituição. Em relatório elaborado após as reuniões do conselho que ocorreram entre os dias 23 de abril e 06 de maio de 1968, em Roma, ele destaca as principais discussões e também disserta sobre a sua participação como representante do Brasil. Na última sessão, ele fez uma detalhada apresentação sobre a situação dos problemas enfrentados para a conservação de obras de arte, inclusive no laboratório-atelier da então DPHAN.

Nos dias 29 e 30 de abril foram realizadas aulas proferidas pelos conselheiros da França, Brasil (Renato Soeiro) e pelo presidente do ICOMOS, sr. Raymond Lemaire. As aulas obedeciam a temas pré-fixados pelo Centro e pela *Scuola di Perfezionamento per le studie del monumenti* da Universidade de Roma. Sendo Soeiro responsável por falar sobre materiais e sistemas construtivos tradicionais e contemporâneos nos países tropicais (SOEIRO, 1968, p. 2).

Em 1975, foi organizado no Brasil, com sede em São Paulo, o primeiro curso coordenado pelo Arquiteto Luiz Saia, então diretor regional do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Ele estruturou o curso com base na transmissão direta das experiências adquiridas pelos técnicos do órgão nacional, incluindo aquelas de profissionais que já atuavam desde a criação da instituição. Esses técnicos, muitos com vasta experiência, embora em grande parte autodidatas, compartilharam seus conhecimentos sobre preservação e restauração de bens culturais com os novos profissionais, que foram selecionados por órgãos estaduais ou pelo próprio órgão nacional. A transmissão do conhecimento ocorreu principalmente por meio de apresentações comentadas, apoiadas por documentação fotográfica e gráfica, além de discussões e críticas aprofundadas sobre os sucessos e fracassos. O curso, com duração de 25 semanas, formou 30 arquitetos de nove Estados do país. Contou ainda com a colaboração da Unesco, que trouxe três especialistas — um sul-americano e dois europeus — para ampliar o campo de discussão e análise (TELLES, 1983, p. 25).

Este curso não contou com uma programação formal de disciplinas distintas, funcionando principalmente como uma simples transmissão de experiências, conforme mencionado anteriormente. Nas avaliações realizadas em 1981 e 1982 sobre os Cursos de Restauração de Monumentos e Conservação de Centros-Sítios Históricos, que vinham ocorrendo em Cuzco, no Peru, desde 1975, foi identificada a necessidade de uma mudança

significativa na abordagem. Constatou-se que os cursos de formação deveriam ser mais regionalizados, tanto para melhor adequação às realidades culturais específicas quanto para reduzir os custos de deslocamento. Assim, os cursos de formação, em nível de pós-graduação, voltados para o treinamento inicial de arquitetos especializados na preservação de bens culturais e sítios históricos, seriam descentralizados em zonas de maior homogeneidade cultural. Isso não excluiria a possibilidade de troca de vagas, com oferta de bolsas. O apoio da Unesco, incluindo a organização da troca de experiências e o financiamento de técnicos e professores estrangeiros, seria mantido, por meio de seus programas regionais PNUD/Unesco, contando também com a colaboração de professores do corpo técnico do ICCROM, que seriam enviados para auxiliar nesses cursos (TELLES, 1983, p. 25).

Assim, observa-se que a aproximação de Soeiro com o ICCROM foi fundamental para a especialização de muitos profissionais brasileiros, inclusive funcionários do IPHAN e também para a criação de cursos de especialização no Brasil, como o Curso de Especialização em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos (CECRE). Fundado na década de 1970 por meio de parcerias entre o governo federal, diversas universidades brasileiras e o IPHAN, o CECRE se consolidou como um curso de referência internacional em conservação e restauro. Após edições em São Paulo, Recife e Belo Horizonte, o curso encontrou em Salvador, a partir de 1981, sua sede definitiva na Universidade Federal da Bahia, mais especificamente no Centro de Estudos da Arquitetura da Bahia (CEAB). A partir de então, a identidade do CECRE se fundiu à do CEAB, tornando-se um marco na pesquisa e ensino na área de patrimônio cultural no Brasil.

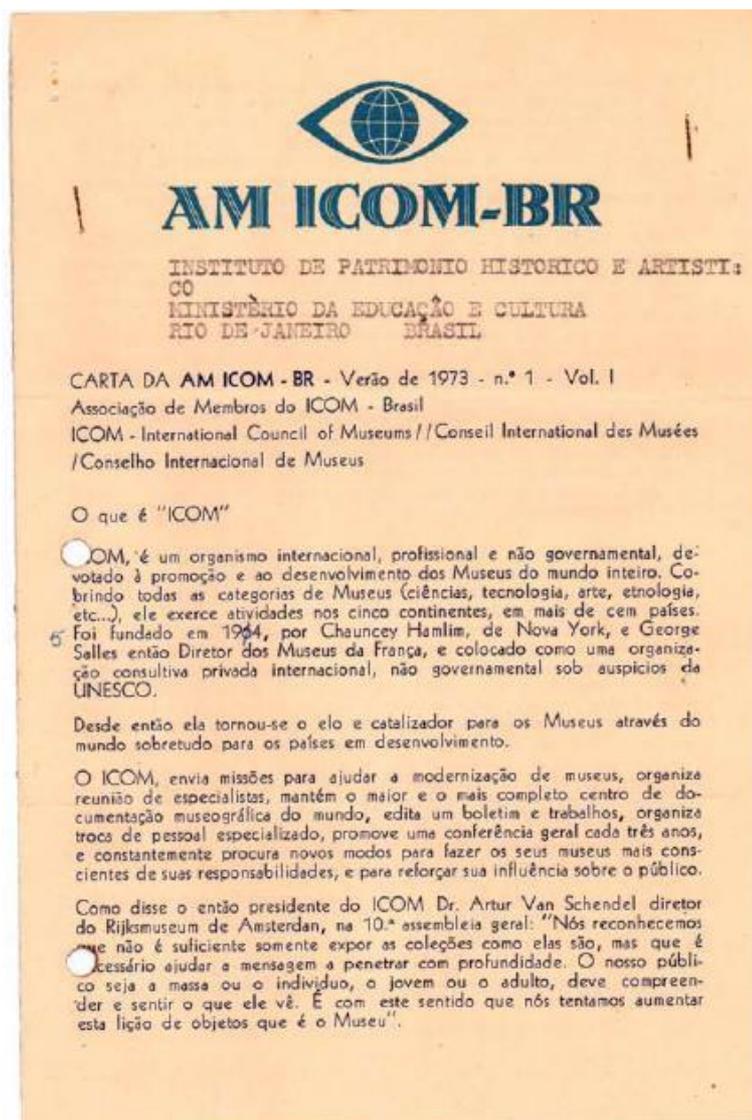
3.6 – CONSELHO INTERNACIONAL DE MUSEUS (ICOM)

Como foi visto no primeiro capítulo, o ICOM foi criado em 1946, e na primeira reunião, o representante brasileiro foi Mário Antônio Barata, então funcionário do Museu Nacional de Belas Artes e professor no Curso de Museus. O ICOM Brasil, fundado em 9 de janeiro de 1948, com a missão promover a cooperação, o auxílio mútuo e o intercâmbio de informações entre seus membros, que incluem profissionais de museus e instituições culturais, categorizados como membros individuais, residentes e ativos no país, além de membros institucionais, associados e beneméritos. Em relação a estrutura organizacional possui um Conselho de Administração, um Conselho Consultivo e um Conselho Fiscal.

O ICOM tem como propósito impulsionar o desenvolvimento dos museus em nível global. Para isso, a instituição colabora com a modernização de museus, organiza encontros

de especialistas, mantém o maior e mais completo centro de documentação museográfica do mundo, publica boletins e estudos, facilita a troca de pessoal especializado, e promove uma conferência geral a cada três anos. Além disso, o ICOM está sempre em busca de novas maneiras de aumentar a conscientização dos museus sobre suas responsabilidades e de fortalecer sua influência junto ao público (AM ICOM BR, 1973, p. 1) (Fig. 30).

Fig. 30: Carta da AM ICOM BR



Fonte: Arquivo Central – Seção Rio de Janeiro

Em 1973, o ICOM possuía três pilares principais para suas ações: o Secretariado, sediado em Paris, os Órgãos Nacionais e os Órgãos Internacionais Especializados. Essa estrutura permite ao ICOM coordenar esforços em escala global, promovendo a cooperação e o desenvolvimento mútuo entre os museus do mundo.

O Secretariado era o coração administrativo do ICOM, responsável pelo funcionamento diário da organização, ele coordena atividades e programas em nível mundial. Com uma equipe relativamente pequena, composta por um Diretor, um Vice-Diretor e outros profissionais, o Secretariado recebia um grande volume de correspondência anualmente, buscando soluções para diversos desafios enfrentados pelos museus, desde questões práticas e administrativas até problemas de natureza científica.

Os Órgãos Nacionais atuavam como pontes entre o ICOM e os museus de cada país. Através deles, o ICOM incentivava a cooperação internacional, promovendo o desenvolvimento de projetos inovadores e abrangentes. As áreas de atuação dos Órgãos Nacionais incluíam a concepção de novos museus, a ampliação do papel científico dos museus, a melhoria da apresentação e exposição de coleções, a modernização e expansão das atividades culturais e educativas, e a preservação do patrimônio cultural.

A maior contribuição do ICOM, no entanto, residia no trabalho dos Órgãos Internacionais Especializados. Esses órgãos reuniam os mais destacados especialistas em diversas áreas museológicas, proporcionando um fórum para a discussão de temas atuais e a troca de conhecimentos. Ao se reunirem regularmente, os membros desses Órgãos Especializados tinham a oportunidade de se familiarizar com as mais recentes técnicas e tendências do setor, além de representar a comunidade museológica como um todo.

Ser membro do ICOM oferecia inúmeras vantagens, como: acesso a informações privilegiadas, os membros do ICOM tinham acesso a informações sobre as mais recentes tecnologias e práticas utilizadas pelos museus do mundo; *networking*, o ICOM proporcionava a oportunidade de conhecer e interagir com colegas de profissão de diversos países, facilitando a troca de experiências e a criação de parcerias; desenvolvimento profissional, através da participação em eventos e programas do ICOM, os membros podiam aprimorar suas habilidades e conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de seus próprios museus e da comunidade museológica em geral.

Portanto, o ICOM desempenhava um papel fundamental na promoção da cooperação internacional entre museus e no desenvolvimento do campo museológico como um todo. Através de sua estrutura e atividades, o ICOM oferecia aos seus membros uma plataforma para compartilhar conhecimentos, trocar experiências e trabalhar em conjunto para preservar e valorizar o patrimônio cultural mundial (AM ICOM BR, 1973, p. 2).

Entre os anos de 1971 e 1974, Soeiro esteve no cargo de vice-diretor do Comitê Nacional do ICOM. Como diretor do Departamento de Assuntos Culturais, diretor do IPHAN e membro do Comitê, Soeiro intercedeu para que ONICOM pudesse instalar a sua sede em

uma sala do Palácio da Cultura, visto que esta organização estava sem polo. Assim, Soeiro argumentou com o coronel Confúcio Pomplona, então secretário geral do MEC, reiterando a importância da organização (SOEIRO, 1971).

Em 1978, a pedido do Comitê Nacional do ICOM, o secretário geral do ICOM, sr. Luis Monreal, fez uma visita ao Brasil para a realização de uma missão, entre os dias 28 de agosto e 9 de setembro, com os seguintes objetivos: 1º - Realizar um levantamento aprofundado da conjuntura atual dos museus brasileiros, com o objetivo de coletar informações precisas e atualizadas sobre suas necessidades e desafios. Paralelamente, estabelecer um canal de comunicação com membros do ICOM e profissionais da área, visando à troca de experiências e a construção de redes de colaboração. 2º - Analisar as possibilidades de implementação, no âmbito do Comitê Nacional Brasileiro do ICOM, de projetos e programas da Organização que apresentem potencial de impacto internacional ou regional, contribuindo para o fortalecimento da área museológica no Brasil e para a inserção do país em debates globais sobre a temática. 3º - Promover encontros com autoridades governamentais responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas para o setor cultural, com o objetivo de apresentar dados e propostas que contribuam para a melhoria das condições de trabalho dos museus brasileiros e para o desenvolvimento de ações conjuntas. 4º - Organizar um seminário nacional sobre a profissão museológica, reunindo profissionais de diversas regiões do país para discutir os desafios e perspectivas da área, bem como para compartilhar experiências e boas práticas. 5º - Estabelecer parcerias com instituições de ensino superior que oferecem cursos de museologia, com o objetivo de promover a aproximação entre a academia e o mercado de trabalho, além de identificar e fomentar talentos para a área (MONREAL, 1978, p. 1).

Foram dias de visitas em museus, como o Museu de Belas Artes; reuniões com representantes de organizações internacionais, como da Unesco, do ICOM e do ICOMOS; conversas com representantes de museus universitários; encontros com governantes e membros de instituições como a FUNARTE e a CNPq. Esta missão resultou em um relatório que apontou algumas questões relacionadas ao ICOM e aos museus brasileiros.

Segundo dados do relatório, em 1978, o cenário museológico brasileiro era composto por aproximadamente seiscentos museus, os quais apresentam uma grande diversidade em termos de natureza jurídica e vinculação institucional (federais, estaduais, municipais e privados). Essa heterogeneidade levanta questionamentos quanto à adequação do termo "museu" para caracterizar todas essas instituições, uma vez que seus objetivos, públicos e recursos variam significativamente (MONREAL, 1978, p. 4).

Em âmbito nacional, o Comitê Nacional Brasileiro do ICOM, neste período, estava atuando com o propósito de promover a padronização e o aprimoramento das práticas profissionais nos museus brasileiros. Para tanto, desenvolveu uma série de atividades, como a organização de reuniões, seminários e cursos de capacitação, bem como a produção de materiais didáticos, a exemplo do Manual de Prevenção e Segurança. Por meio da divulgação regular de informações aos seus associados e ao público em geral, o Comitê buscou sensibilizar a sociedade para a importância dos museus e o papel fundamental dos profissionais que atuam nessas instituições (MONREAL, 1978, p. 5).

Esta missão foi fundamental para avaliar os desafios e objetivos do Comitê Nacional do ICOM perante ao contexto dos museus e das políticas culturais do país. A diversidade, a falta de recurso e de profissionais capacitados são grandes desafios apontados na construção de ações efetivas do ICOM para amenizar estes problemas.

É importante ressaltar que a missão de L. Monreal foi realizada a partir de um convite do Comitê Nacional do ICOM, mas com o envolvimento de outros órgãos, como o Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do MRE, e o IPHAN/ MEC. Portanto, constata-se a partir do que foi apresentado neste capítulo, que havia uma cooperação mútua entre esses órgãos apresentados neste capítulo. Cada um tinha suas demandas específicas, mas se articulavam para desenvolverem projetos maiores, sempre tendo o IPHAN participando ativamente das questões relacionadas ao patrimônio cultural nacional.

Após dissertar sobre o papel desses organismos nacionais e internacionais na proteção e difusão do patrimônio cultural e sua relação com o IPHAN, observa-se que todos tiveram uma atuação importante. Seja o MRE mediando acordos com outras instituições, emitindo passaportes especiais, concedendo bolsas de estudos e passagens; a Unesco com auxílio técnico e financeiro, organização de eventos e elaboração de normativas, regulamentações e convenções; o ICOMOS com a reunião de especialistas para discussão sobre estudos, técnicas e apoio a Unesco e ao ICCROM, por exemplo; a OEA promovendo a união dos países latino-americanos, buscando a promoção de seus patrimônios culturais e a construção de políticas em comum; o ICCROM pela difusão de diversos cursos de especialização, sendo referência na área, e possibilitando a capacitação de vários técnicos brasileiros; e/ou o ICOM com a organicidade e a disseminação dos museus brasileiros em âmbito internacional. Dessa forma, todos foram fundamentais nesse processo de internacionalização do IPHAN e no desenvolvimento das políticas e programas em prol do patrimônio cultural.

No próximo capítulo serão analisados os principais eventos internacionais que ocorreram nas décadas de 1960 e 1970 e que geraram importantes documentos que são

referências até os dias atuais. Ademais, são eventos que contaram com a participação ativa do delegado representante do governo brasileiro e diretor do IPHAN neste recorte temporal, Renato Soeiro.

4 O PATRIMÔNIO CULTURAL EM ESCALA GLOBAL: DISCUSSÕES PENDULARES ENTRE A PRESERVAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

No capítulo 4 foi analisada a participação de Renato Soeiro na Reunião de Quito (1967), na Conferência Intergovernamental sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais (1970) e na Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Arelado a isso dissertou-se sobre os principais temas discutidos internacionalmente nestes eventos, como: turismo cultural, patrimônio natural, desenvolvimento e preservação, capacitação de mão de obra, auxílio entre os países interamericanos, a elaboração de normas, regulamentações e convenções.

4.1 NORMAS DE QUITO (1967)

4.1.1 – A Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico

A Reunião sobre Conservação e Utilização de Monumentos e Lugares de Interesse Histórico e Artístico ocorreu em Quito, Equador, entre os dias 28 de novembro a 2 de dezembro de 1967. Foi promovido pelo Departamento de Assuntos Culturais da OEA, com participação dos seguintes países: Brasil, Equador, Estados Unidos da América do Norte, Guatemala, Espanha, México, Peru, República Dominicana e Venezuela. Sendo Renato Soeiro o representante brasileiro.

Para a escrita desta subseção foram analisadas algumas cópias de documentos oficiais da “Reunião de Quito”, como: o discurso inicial realizado pelo senhor Julio Prado Vallejo e por Guillermo de Zendegui; os informes produzidos no evento; a fala de encerramento; e o documento sobre a utilização de monumentos patrimoniais para atividades turística. Além disso, foi realizado um estudo sobre as notas produzidas por Renato Soeiro e da própria Normas de Quito, documento resultante desta reunião. Estes documentos estão custodiados no Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro e ajudaram a entender o contexto do patrimônio cultural nos países americanos e as principais demandas destes.

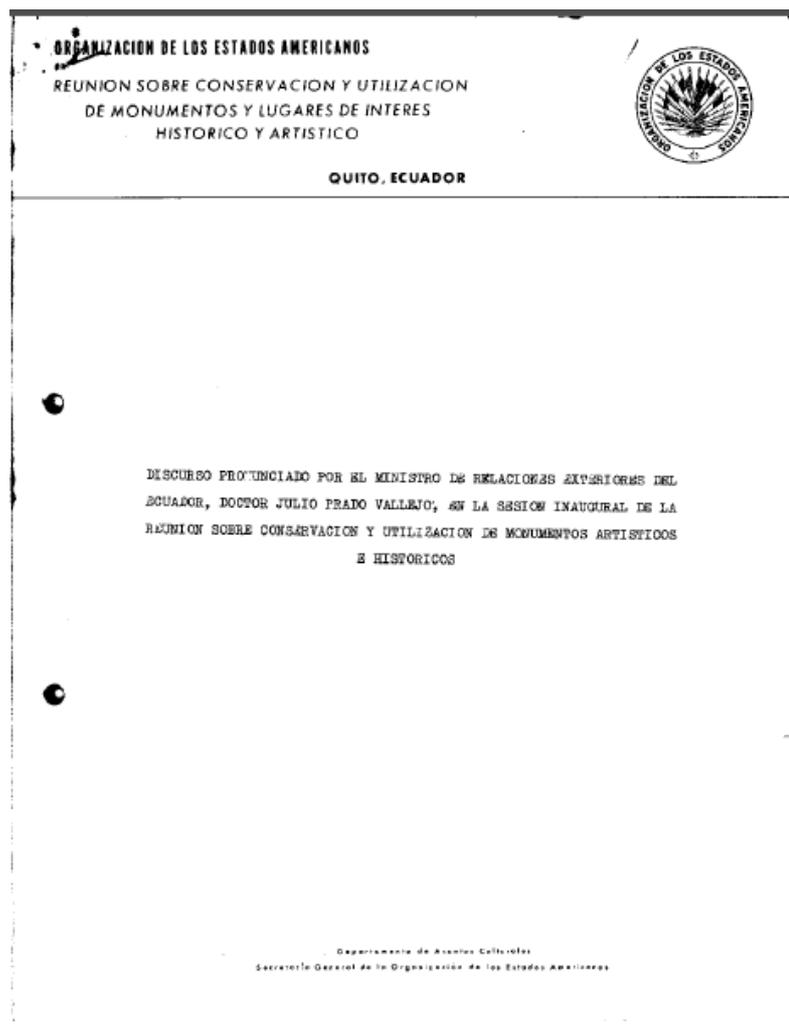
No discurso de abertura da primeira sessão do evento, o senhor Julio Prado Vallejo, ministro das Relações Exteriores do Equador, iniciou falando que junto da preocupação em manter a paz e promover o progresso existe a consideração com a preservação. Vallejo destacou que a arte da América Latina é especial e se distingue, pois

é uma virtude que reflete a condição do nosso espírito, a razão do esforço artístico, e é o que eu sonharia como a serenidade da nossa arte. A nossa arte não é uma arte inquieta, é contraditória, não é violenta. Nossa arte é inspirada na serenidade do imortal. É por isso que é permanente, é profundo, é lindo, não desaparece nem desaparece. Existe na eternidade a beleza pura e santa. Não é enigmático, mas revelador, não é imponente, mas moralizante, não imita, mas cria (VALLEJO, 1967, p. 4) (tradução nossa).

O ministro chamou a atenção para a necessidade das pessoas se preocuparem em preservar a história, a tradição, as glórias do passado, devendo assim, cuidar do patrimônio cultural, para que mantenham as raízes firmes para crescer e para que as obras dos seus artistas, cientistas, arquitetos, historiadores não desaparecessem ao decorrer dos anos, porque seria como perder a essência. No final da fala, ele ressaltou o desafio de trabalhar com patrimônios culturais e afirmou confiar no trabalho dos participantes reunidos na adoção de medidas positivas e adequadas (VALLEJO, 1967, p. 5).

Fig. 31 – Capa do discurso realizado por Julio PradoVallejo¹⁵

¹⁵ As cópias dos documentos produzidos na reunião de Quito que estão custodiados no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro estão padronizadas neste “template”. Assim, todos os documentos possuem esta capa com o cabeçalho escrito o nome do evento e o símbolo da OEA.



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

O senhor Guillermo de Zendegui, secretário-geral da OEA e secretário-técnico da “Reunião de Quito” também realizou um discurso no início do evento, evidenciando a importância da reunião para a criação de normas e medidas de conciliação entre economia e preservação. Deste modo, procurando buscar um propósito prático que interessa não apenas uma minoria intelectual, que se preocupa com o deplorável estado de deterioração e abandono em que estão muitos do patrimônio arqueológico, histórico e artístico, “mas o legislador, o político, o economista e o empresário privado, igualmente interessados no desenvolvimento econômico-social dos países e para quem patrimônio de bens culturais constitui um potencial de riqueza” (ZENDEGUI, 1967, p. 3).

Guillermo ressaltou que o desenvolvimento trouxe consigo o aumento de obras de infraestrutura e a ocupação de extensas áreas por instalações industriais e construções imobiliárias que interferem na paisagem urbana, destruindo as lembranças de uma tradição histórica. Então, ele fez uma análise do contexto da América Latina que vinha sofrendo com

estas questões, “tudo isso em nome de um progresso urbano mal compreendido e mal administrado” e reforçou a importância do papel do patrimônio cultural para o turismo e a necessidade de se investir de forma adequada na recuperação e reabilitação destes em acordo com os equipamentos turísticos na realização de um plano econômico único para o desenvolvimento regional. Ele finalizou frisando o quanto era fundamental a cooperação internacional para o desenvolvimento dos países e a preservação dos patrimônios culturais destes (ZENDEGUI, 1967, p. 5-6).

No texto *“Informe final de la Reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes historico y artistico”* de 1º de dezembro de 1967, no item II Considerações gerais, dois pontos se destacam:

1- A ideia de espaço é indissociável do conceito de monumento, pelo que a proteção do Estado pode e deve estender-se ao contexto urbano, ao ambiente natural que o enquadra, e aos bens culturais que contém.

[...]

4- Todo monumento nacional destina-se implicitamente a cumprir uma função social. Cabe ao Estado garantir a sua prevalência e determinar, nos diversos casos, até que ponto essa função social é compatível com a propriedade privada e o interesse dos particulares [...] (OEA, 1967, p. 2) (tradução nossa).

Os pontos apresentados acima foram importantes contribuições para a discussão contemporânea em torno da preservação do patrimônio cultural. Primeiro a relação do monumento com o espaço, sendo necessário considerar, analisar e respeitar o espaço em que o bem está inserido. Além disso, se refletiu sobre a importância de pensar na função social do monumento nacional, em que este deveria estar a serviço da população. No documento consta uma grande preocupação com a crescente degradação de templos, praças, fontes, vielas, patrimônios monumentais da América Latina (OEA, 1967, p. 5).

Sobre as soluções conciliatórias foi exposto no item IV do documento ser uma norma inviolável na estruturação dos planos reguladores, a nível local e nacional, a conciliação dos quesitos do progresso urbano com a salvaguarda dos valores ambientais e dos patrimônios monumentais. Dessa forma, evidenciou-se a necessidade de discutir a utilização dos patrimônios culturais para atividades econômico-culturais e do mesmo modo continuar preservando este bem. Colocando em prática a intenção dos presidentes das Américas em convocar tal reunião: “a necessidade de dar à Aliança Prosseguir um novo e mais vigoroso impulso e oferecer, por meio da cooperação hemisférica, a maior ajuda necessária ao desenvolvimento econômico dos países membros da OEA” (OEA, 1967, p. 6-7).

Nos últimos dois pontos, o “Informe geral” versa sobre a relação com o turismo, reforçando como que uma maior visibilidade dos monumentos e o crescente número de admiradores estrangeiros, contribuem para afirmar a consciência da sua importância e significado; e no âmbito cultural ressalta que para qualquer finalidade oficial que vise a revalorização do seu patrimônio monumental fosse necessário uma legislação efetiva, organização técnica e planejamento nacional.

Além do informe geral, foram publicadas recomendações em nível nacional e internacional. Em relação ao primeiro, destacou-se que os projetos de valorização do patrimônio monumental deveriam ser integrados ao plano de desenvolvimento nacional, prevendo investimentos necessários à execução dos referidos projetos. Em nível internacional recomendou-se à OEA a ampliação da cooperação e a reavaliação dos “monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico, a outros bens do patrimônio cultural que constituam fundos de museus e arquivos, bem como a herança sociológica do folclore nacional”. Em caráter emergencial foi proposto que o Conselho Interamericano de Cultura solicitasse a todos os Estados membro que adotassem medidas para eliminação dos riscos do comércio ilícito de bens culturais e que quando comprovado a clandestinidade na aquisição do bem, que fosse realizada a devolução (OEA, 1967, p. 3).

No arquivo “*El legado cultural y artístico y los Congresos Interamericanos de Turismo*” escrito pela Secretaria Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo, ressaltou-se que desde as primeiras reuniões deste congresso foi tratado da necessidade de permanecer os esforços para restaurar e preservar o patrimônio artístico e cultural, devido o valor inestimável e insubstituível. Em relação as atividades turísticas, o texto iniciou salientando que as motivações culturais e artísticas influenciavam diretamente no desejo de viajar.

Neste documento é citado o exemplo do turismo no Caminho de Santiago, afirmando que, antigamente, na Idade Média, os peregrinos eram estimulados a percorrer o Caminho de Santiago devido motivos religiosos, e atualmente, os turistas são atraídos por diversos fatores, sendo os monumentos e locais de interesse histórico e artístico, o que foi uma importante contribuição para o equipamento turístico de um país. Finalizando este documento é tratado sobre a dificuldade de arrecadar recursos para preservar o legado cultural, e como o turismo e auxiliaria com esta questão (SPCIT, 1967, p. 2).

Em seu discurso de encerramento da Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico, o senhor Carlos Manuel Larrea, presidente do evento, no sábado dia 2 de dezembro de 1967, começou agradecendo pelos

fluxos de vastos conhecimentos, da ciência e experiência, na cidade de Quito, que foi escolhida como sede para grandes deliberações. Em segundo lugar ele agradeceu a Deus por terem cumprido a missão e a elaboração do Relatório Final. Evidenciando como uma grande contribuição para a valorização do patrimônio monumental e artístico da América (Fig. 32) (LARREA, 1967, p. 1).

Ele frisou a importância que estudos sobre conservação e valorização do patrimônio monumental e artístico fossem sempre realizados com responsabilidade por técnicos competentes e conscientes. Em seguida ele tratou de um ponto fundamental: a preparação das pessoas para trabalharem com o patrimônio monumental e artístico, acentuou ainda que em alguns países isso já estava sendo realizado, devido a existência de institutos de ensino teórico e prático, assim como para a formação de exportações na área de museologia. Larrea encerrou evidenciando a necessidade da cooperação, da assistência técnica e da assistência econômica dos órgãos competentes, para que as medidas regulamentadas no documento publicado a partir desta reunião se tornassem possíveis, além da contribuição com o desenvolvimento e o progresso da América (LARREA, 1967, p. 3).

Fig. 32 –Discurso de encerramento da Reunião sobre Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico feito por Carlos Manuel Larrea

DISCURSO PRONUNCIADO POR EL SEÑOR CARLOS MANUEL LARREA, PRESIDENTE
DE LA REUNION SOBRE CONSERVACION Y UTILIZACION DE MONUMENTOS Y LUGARES
DE INTERES HISTORICO Y ARTISTICO, EN LA SESION DE CLAUSURA CELEBRADA
EL DIA SABADO 2 DE DICIEMBRE DE 1967

Honorable Señor Secretario Técnico,
Honorable Señores Representantes Técnicos y Delegados,
Señoras, Señores:

Ha llegado el momento de clausurar este ciclo de conversaciones amistosas más que discusiones formales, sobre la importantísima materia de la conservación y utilización de Monumentos y Lugares de Interés Histórico y Artístico.

Esta reunión organizada por la OEA, se ha verificado por primera vez en América Latina en esta ciudad de Quito. Y en estos momentos en que damos fin al trabajo llevado a cabo con tanta asiduidad y entusiasmo, muy diversos sentimientos embargan mi espíritu.

En primer lugar un sentimiento de sincera gratitud porque habéis querido derramar los caudales de vuestros vastísimos conocimientos, de vuestra ciencia y experiencia, en esta ciudad de Quito, a la que tuvisteis la gentileza de escoger como sede para vuestras sabias deliberaciones y que os ha recibido con toda cordialidad y contento.

En segundo lugar un sentimiento también de satisfacción, como la que todos vosotros debéis sentir, por haber, con el auxilio de Dios, cumplido bien nuestro cometido y procurado en las resoluciones

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Durante o evento, algumas notícias foram publicadas em jornais de circulação na cidade de Quito. Nelas se destacam a importância da participação dos delegados de vários países da América e da relevância de se discutir sobre os patrimônios culturais. Na notícia abaixo, publicada no jornal *El tiempo*, em 1º de dezembro de 1967, está a foto dos representantes internacionais em uma visita a Residência Presidencial¹⁶ (Fig. 33)

Fig. 33 – Foto dos representantes internacionais publicada no jornal *El tiempo*

¹⁶ Renato Soeiro está na foto. É o segundo representante sentado de frente (da direita para esquerda).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Alguns jornais de circulação em Quito, como *El tiempo* (Fig. 33) e *El comercio* (Fig. 34) noticiaram o acontecimento com grande valoração. Destacou-se a importância da reunião para efetuação uma defesa dos monumentos artísticos e históricos que estão em perigo e também para desenvolver medidas com intuito de frear o desenvolvimento irresponsável que coloca em risco a cultura dos povos em geral.

Fig. 34 – Notícia no jornal *El comercio*



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

No jornal *El comercio* do dia 29 de novembro de 1967, foi publicado um trecho de entrevista realizada com Zendegui, secretário técnico da reunião, em que ele confirmou ser um momento singular. E disse:

o primeiro passo prático dado pela OEA para a consecução de um objetivo fundamental, que apesar das repetidas recomendações das Conferências Especializadas, das iniciativas esporádicas e das tentativas isoladas, não foi alcançado, colocar em primeiro plano o problema do progresso americano (ZENDEGUI, 1967).

Ressaltou a intenção que tinham de ter uma maior cooperação técnica e financeira ao nível necessário para a conservação e aproveitamento do património monumental e património artístico dos Estados-Membros.

4.1.2 – Notas sobre a Reunião de Quito de Renato Soeiro

Após o término do evento, Soeiro produziu um documento intitulado “Notas sobre a Reunião de Quito”, em 11 de dezembro de 1967. Ele inicia suas anotações apresentando que este encontro foi uma das recomendações do *Symposium* de St. Augustine, ocorrido na Flórida, em 1965. Neste *Symposium* foi determinado a elaboração de outra reunião de especialistas dos países da América, para coordenar e estabelecer diretrizes e medidas que visassem à salvaguarda do patrimônio cultural americano (SOEIRO, 1967, p. 1).

Soeiro reforça que a grande contribuição das discussões e produções realizadas a partir da reunião de Quito foi

o estudo das medidas técnicas adequadas à conservação, mise-en valeur e utilização dos bens culturais, ratificando-se os conceitos e diretrizes fixados na Carta de Veneza, bem como aquelas que os considerem parte integrante do equipamento turístico dos países, em razão de ser reconhecida a importância do aproveitamento econômico desses meios que se equiparam aos recursos naturais (SOEIRO, 1967, p. 2).

Se pautando nas discussões realizadas na 4ª Reunião de Incremento ao Turismo, que ocorreu entre julho e agosto de 1967, onde foi sugerido que os monumentos e bens de natureza arqueológica, histórica e artística deveriam ser preservados e utilizados em

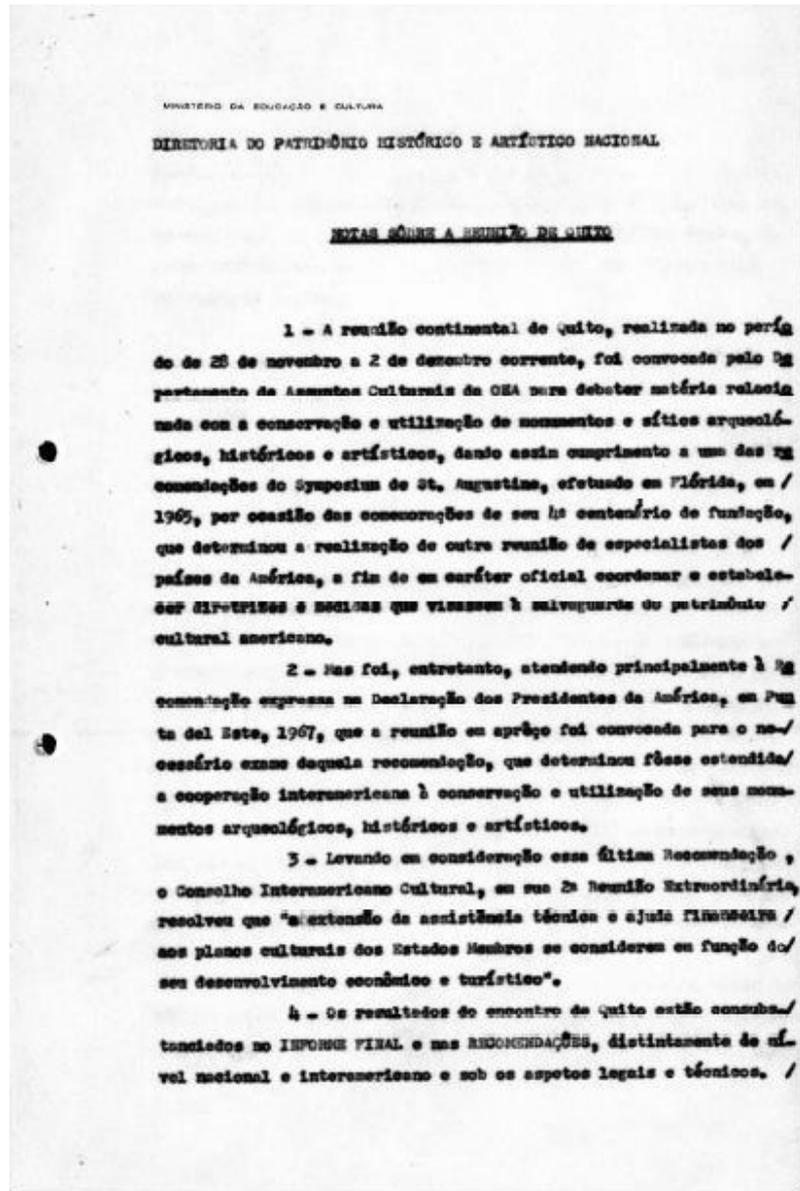
incumbência do desenvolvimento nacional, como fomento principal para os programas de atrações turísticas.

Dessa forma, o patrimônio cultural era visto como um fator importante do equipamento turístico da Nação. Continuando as análises sobre as propostas do evento, Soeiro se volta para o recorte brasileiro demonstrando que em nível nacional e internacional as recomendações já estavam em andamento pela DPHAN do MEC, em cooperação com a Unesco, que assistiu com auxílio técnico e financeiro para projetos que estão relacionados a programas como o de incentivo ao turismo cultural e também pelo planejamento do Conselho Nacional de Turismo do Ministério da Indústria e do Comércio. Segundo Soeiro, o Brasil contribuiu apresentando sua experiência nas questões técnicas alusivas aos problemas de preservação, valorização e utilização dos bens culturais como também sobre o emprego da legislação específica (SOEIRO, 1967, p. 2-3).

Por último, ele enfatizou a necessidade de ser desdobrada a Portugal a recomendação de associar a revalorização do patrimônio cultural da América a países extracontinentais, como havia sido identificado em relação a Espanha, visto que “a participação histórica de ambos na formação do dito patrimônio e dada ainda a semelhança dos valores culturais que os mantém unidos aos povos deste Continente” (SOEIRO, 1967, p. 4).

As “Notas sobre a Reunião de Quito” foram enviadas para o Ministro da Educação e Cultura, Tarso Dutra, em 15 de janeiro de 1968, ofício nº 68; e para o senhor Edmundo Macedo de Soares e Silva, presidente do Conselho Nacional de Turismo, em 29 de dezembro de 1967 (Fig. 35).

Fig. 35 – Primeira folha das “Notas sobre a Reunião de Quito”



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Em relação a este último ponto tratado por Soeiro nas notas sobre o evento, há também uma carta (nº 204) que ele escreveu para o arquiteto Fernando Peres da Diretoria Geral dos Monumentos e Palácios Nacionais, em Lisboa, consultando-o como poderia realizar essa aproximação com Portugal, a fim de revalorizar o patrimônio monumental e artístico que possuem relação com a presença de Portugal na história do Brasil (Fig. 36 e 37) (SOEIRO, 1967).

Participando de um encontro sobre utilização e conservação de monumentos históricos e artísticos em Quito, Equador, reu/-nião promovida pela OEA em cumprimento a uma recomendação constante/ de Declaração dos Presidentes da América em Punta del Este, 1967, verifiquei o interesse dos demais países

deste continente em contar, para os trabalhos de recuperação e revalorização de seus monumentos, com o auxílio da Espanha, único país extra continental nominalmente ali/ citado, tendo em vista as raízes históricas que sempre os uniram. Solicitei então fôsse consignado pelas mesmas razões idêntico interesse de parte do Brasil por outro país extra-continental, Portugal, modificando-se a indicação onde a referência fora feita apenas à Espanha, / que passou a ter a seguinte redação:

"3. Vincular a la necesaria revalorización del patrimonio monumental y artistico de las naciones de And ries a otros países extracontinentales y, da mane-ra, muy especial, a España y Portugal, dada la participación historica de ambos en la formación de / ambos patrimonio y dada la comunidad de valores / culturales que los mantienen unidos a los pueblos/ deste continente" [...]

Assim pois, consulto-lhe sobre orientação a ser / tomada no caso, quais as providências indicadas à consecução desse ob-jetivo, a quem solicitá-los e de que forma encaminhá-los. Há a melhor receptividade no Departamento de Assuntos Culturais da OEA qualquer solicitação visando a colaboração financeira daquele orga-nismo para a realização das mencionadas pesquisas[...] (SOEIRO, 1967, p. 1) (trecho do texto da Fig. 36 e 37).

Fig. 36 e 37 – Carta nº 204

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
 Cta. nº 204

20-12-67

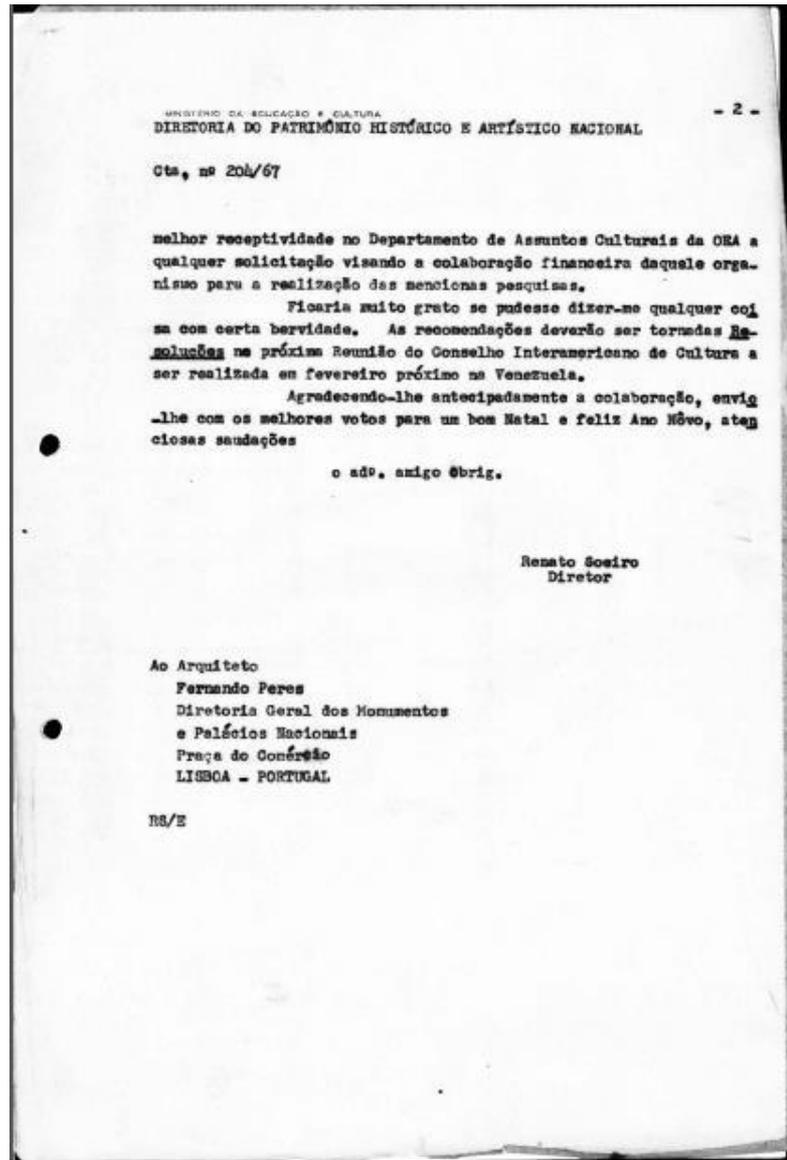
Caro Colegas:

Participando de um encontro sobre utilização e conservação de monumentos históricos e artísticos em Quito, Equador, reunião promovida pela OEA em cumprimento a uma recomendação constante da Declaração dos Presidentes da América em Punta del Este, 1967, verifiquei o interesse dos demais países deste continente em contar, para os trabalhos de recuperação e revalorização de seus monumentos, com o auxílio da Espanha, único país extra-continental nominalmente citado, tendo em vista as raízes históricas que sempre os uniram. Solicitei então fosse consignado pelas mesmas razões idêntico interesse da parte do Brasil por outro país extra-continental, Portugal, modificando-se a indicação onde a referência fora feita apenas à Espanha, que passou a ter a seguinte redação:

"3. Vincular a la necesaria revalorización del patrimonio monumental y artístico de las naciones de América a otros países extrac Continentales y, de manera, muy especial, a España y Portugal, dada la participación histórica de ambos en la formación de dicho patrimonio y dada la comunidad de valores culturales que los mantienen unidos a los pueblos de este Continente".

A redação final das Recomendações entretanto, não pôde ser discutida em plenário dado o avançado da hora da última reunião. Em consequência solicitei-me o Dr. Guillermo de Zúñegui Secretário Técnico daquele Encontro que, por escrito, propusesse as alterações à respeito. Nesse sentido, dirigi-lhe a carta cuja cópia junto em anexo bem como aquelas Recomendações.

Esclareceu-me o Dr. Zúñegui, com referência à colaboração para pesquisas em arquivos, que Portugal nunca pleiteara nada. De fato, não lhe caberia a iniciativa pois é o Brasil quem precisa dessa providência. Assim pois, consulte-lhe sobre orientação a ser tomada no caso, quais as providências indicadas à consecução desse objetivo, a quem solicitá-los e de que forma encaminhá-los. Há a me-



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Neste ponto, Soeiro enfatizou que o governo brasileiro deveria solicitar auxílio de Portugal para que eles ajudassem na preservação de acervos de arte e história do Brasil, como a Espanha estava fazendo com outros países latino-americanos.

4.2.3 – As Normas de Quito

Em relação ao informe geral da reunião publicado, as Normas de Quito, é um documento fundamental para entender a relação entre patrimônio cultural e desenvolvimento na Ibero-América, principalmente dos países latino-americanos. Elaborado em um contexto de busca por novas perspectivas para os países em crescimento, essas normas se destacam por

buscar conectar a preservação do patrimônio monumental e ambiental ao fomento do turismo cultural. Este demonstra uma preocupação na utilização do patrimônio como ferramenta para impulsionar a economia regional, valorizando as especificidades desses países.

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem se comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe disso, a maior atração exercida pelos monumentos e a fluência crescente de visitantes contribuem para afirmar a consciência de sua importância e significação nacionais. Um monumento restaurado adequadamente, um conjunto urbano valorizado constituem não só uma lição viva de história como uma legítima razão de dignidade nacional. No mais amplo marco das relações internacionais, esses testemunhos do passado estimulam os sentimentos de compreensão, harmonia e comunhão espiritual mesmo entre os povos que mantêm rivalidade política. Tudo quanto contribuir para exaltar os valores do espírito, mesmo que a intenção original nada tenha a ver com a cultura, há de derivar em seu benefício [...] (OEA, 1967, p. 6).

Assim, as Normas representam uma ruptura com a abordagem tradicional do patrimônio cultural. Ao invés de se preocupar com definições e técnicas de preservação, o documento propõe uma nova visão, na qual o patrimônio monumental se torna um instrumento para impulsionar o desenvolvimento econômico, principalmente por meio do turismo. Essa abordagem inovadora busca transformar o patrimônio em um recurso a ser explorado economicamente, gerando benefícios para a comunidade local. Marcaram um novo momento na relação entre o setor público e privado na área do patrimônio cultural. Ao contrário de documentos anteriores, que viam a iniciativa privada com desconfiança, as Normas de Quito a reconhecem como um parceiro estratégico para a preservação e valorização do patrimônio. Essa mudança de postura se justifica pela necessidade de encontrar novas fontes de financiamento para a conservação do patrimônio monumental nos países que possuem recursos públicos mais limitados. Ao identificar o turismo como um motor de desenvolvimento, este arquivo incentiva a parceria entre o setor público e privado para garantir a sustentabilidade dos projetos de conservação.

Porém, apesar de sua importância, as Normas não se aprofundam nos possíveis efeitos colaterais do turismo sobre o patrimônio cultural. O documento apresenta uma visão otimista, focando apenas nos benefícios econômicos do turismo, sem considerar os riscos de deterioração e massificação do patrimônio.

Ademais, a OEA recomendou que os países prestassem auxílios técnicos e financeiros aos que necessitassem, para conseguirem preservar seus patrimônios culturais e pudessem investir no turismo e reforçou “a cooperação que se propôs prestar à revalorização dos

monumentos de interesse arqueológico e artístico a outros bens do patrimônio cultural, constituídos do acervo de museus e arquivos, bem como do acervo sociológico do folclore nacional” (OEA, 1967, p. 11). Em relação a preservação dos espaços ao redor dos monumentos, o documento apresentou uma proposta de atualização na legislação dos países que assinaram as normas:

Para os efeitos de legislação de proteção, o espaço urbano que ocupam s núcleos ou conjuntos monumentais e de interesse ambiental deve limitar-se da seguinte forma:

- a) zona de proteção rigorosa, que corresponderá à de maior densidade monumental ou de ambiente;
- b) zona de proteção ou respeito, com maior tolerância;
- c) zona de proteção da paisagem urbana, a fim de integrá-la com a natureza circundante (OEA, 1967, p. 14).

Assim, as Normas de Quito traziam algumas novas contribuições em relação as cartas patrimoniais anteriores, podendo se destacar a importância do fortalecimento dos laços entre os países Ibero-americanos, o incentivo ao turismo (apesar de ver somente o lado positivo da questão), a preservação do entorno do bem, e a inclusão da proteção ambiental.

4.2 CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS, ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DAS POLÍTICAS CULTURAIS (1970)

Em 1970, a Unesco organizou sua primeira conferência dedicada às políticas culturais, com o objetivo de estabelecer um marco conceitual e operacional para o desenvolvimento cultural nos países-membros. A conferência aprofundou a discussão sobre os aspectos institucionais, administrativos e financeiros das políticas culturais, buscando esclarecer os requisitos para a implementação de ações eficazes nessa área. Além disso, a conferência explorou o papel central da Unesco na promoção da cooperação cultural internacional e na realização de pesquisas sobre políticas culturais.

Esta conferência evidenciou a complexidade das relações culturais em um mundo globalizado. Reconhecendo a importância da diversidade cultural e os desafios enfrentados por países menos desenvolvidos, a conferência propôs um modelo de cooperação cultural baseado na igualdade e no respeito mútuo. A ideia era promover o intercâmbio de conhecimentos e experiências entre diferentes culturas, fortalecendo as identidades locais e

contribuindo para o desenvolvimento humano. Essa proposta buscava superar a dicotomia entre centros e periferias culturais, estabelecendo um diálogo intercultural que beneficiasse todos os envolvidos (Unesco, 1970, p. 10).

Em suas resoluções, a Conferência reafirmou os princípios da Declaração de 1966 sobre Cooperação Cultural Internacional e destacou a importância dos intercâmbios culturais como instrumentos para fortalecer a paz e a compreensão internacional. A Conferência também recomendou aos Estados-membros que investissem em ações culturais para promover o enriquecimento mútuo das culturas nacionais. A Unesco foi incumbida de liderar esses esforços e de fortalecer sua atuação na área da cooperação cultural (Unesco, 1970, p. 13).

No Documento de Trabalho (SHC/CIPOC/4) (Fig. 38) distribuído aos participantes do evento, consta sobre a importância de se discutir a implementação de políticas culturais e sobre o papel da Unesco neste processo:

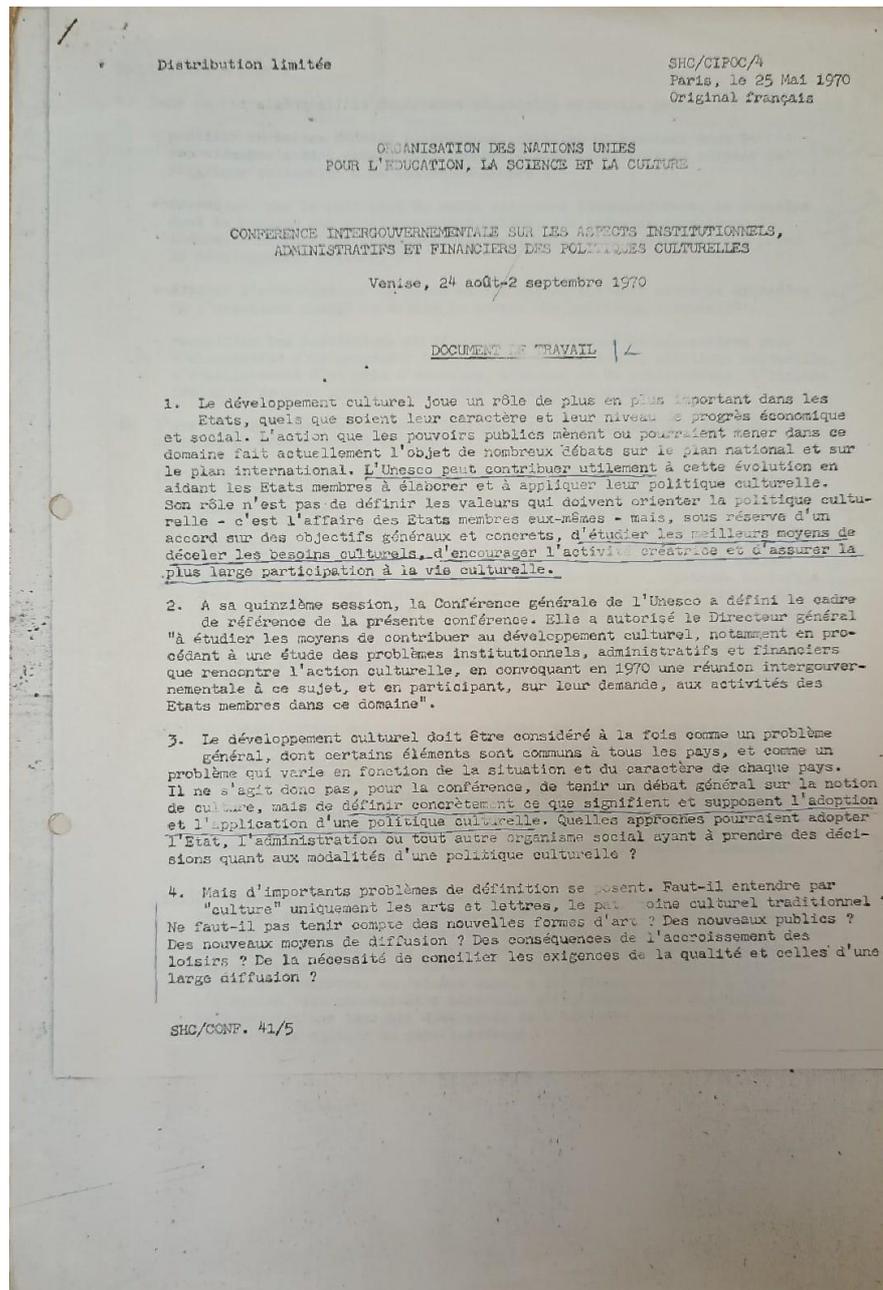
O desenvolvimento cultural desempenha um papel cada vez mais importante nos Estados, qualquer que seja a sua natureza e nível de progresso econômico e social. A ação que as autoridades públicas estão a tomar ou poderiam tomar nesta área é atualmente objeto de numerosos debates a nível nacional e internacional. A UNESCO pode dar um contributo útil para este desenvolvimento, ajudando os Estados-Membros a desenvolver e aplicar as suas políticas culturais. O seu papel não consiste em definir os valores que devem orientar a política cultural - isso cabe aos próprios Estados-Membros - mas, sujeito a acordo sobre objetivos gerais e concretos, estudar as melhores formas de identificar necessidades culturais, de encorajar uma cultura mais ampla participação na vida cultural. criativo e garantir a mais ampla participação na vida cultural (UNESCO, 1970, p. 1) (tradução nossa) (trecho do texto da Fig. 38).

Destaca-se que o objetivo não era discutir o conceito de cultura, mas de definir concretamente o que significa e implica a adoção e aplicação de uma política cultural. Aponta-se os objetivos específicos da Conferência:

- Especificar determinados dados econômicos, sociais e humanos cujo conhecimento ajudará cada Estado-Membro a melhor conceber e adaptar a sua política cultural à sua própria situação
- Promover, pelo próprio fato deste encontro internacional, o primeiro no domínio das políticas culturais, uma consciência a nível nacional e internacional da crescente importância do desenvolvimento cultural
- Chamar a atenção para o local e os meios que o ministério ou órgão responsável pela implementação de uma política cultural deve possuir;
- Recolher as indicações e recomendações concretas necessárias ao desenvolvimento de um programa de longo prazo em termos de política

cultural, ao estabelecimento de um plano de inquéritos, estudos e publicações, à implementação de projetos operacionais em alguns Estados membros (UNESCO, 1970, p. 2) (tradução nossa).

Fig. 38 – Primeira página do Documento de Trabalho da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (SHC/CIPOC/4)



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

Na 10ª Resolução da Conferência em que se trata sobre o crescimento do turismo em âmbito mundial e da atuação dos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio cultural,

apresenta-se as seguintes recomendações: a criação de um plano nacional de cultura por cada Estado-membro com o enfoque na implementação de programas de capacitação para funcionários de agências de viagens e guias turísticos, a fim de que transmitam aos visitantes a importância da valorização e respeito ao patrimônio cultural, e a criação de mecanismos para que uma parcela dos recursos provenientes do turismo seja investida diretamente na manutenção, conservação e promoção do patrimônio cultural, garantindo sua preservação para as futuras gerações; e a elaboração de um plano internacional de cultura, em que os organismos internacionais competentes elaborem e implementem mecanismos de proteção robustos, alinhados com os princípios da Carta de Veneza, para salvaguardar o patrimônio arquitetônico e natural contra a exploração turística desmedida e inadequada; e a defesa da realização de fóruns internacionais periódicos para promoção de diálogo entre especialistas em cultura e turismo, visando a elaboração de políticas públicas que harmonizem a preservação do patrimônio com o desenvolvimento sustentável do setor turístico (UNESCO, 1970, p. 8 e 9).

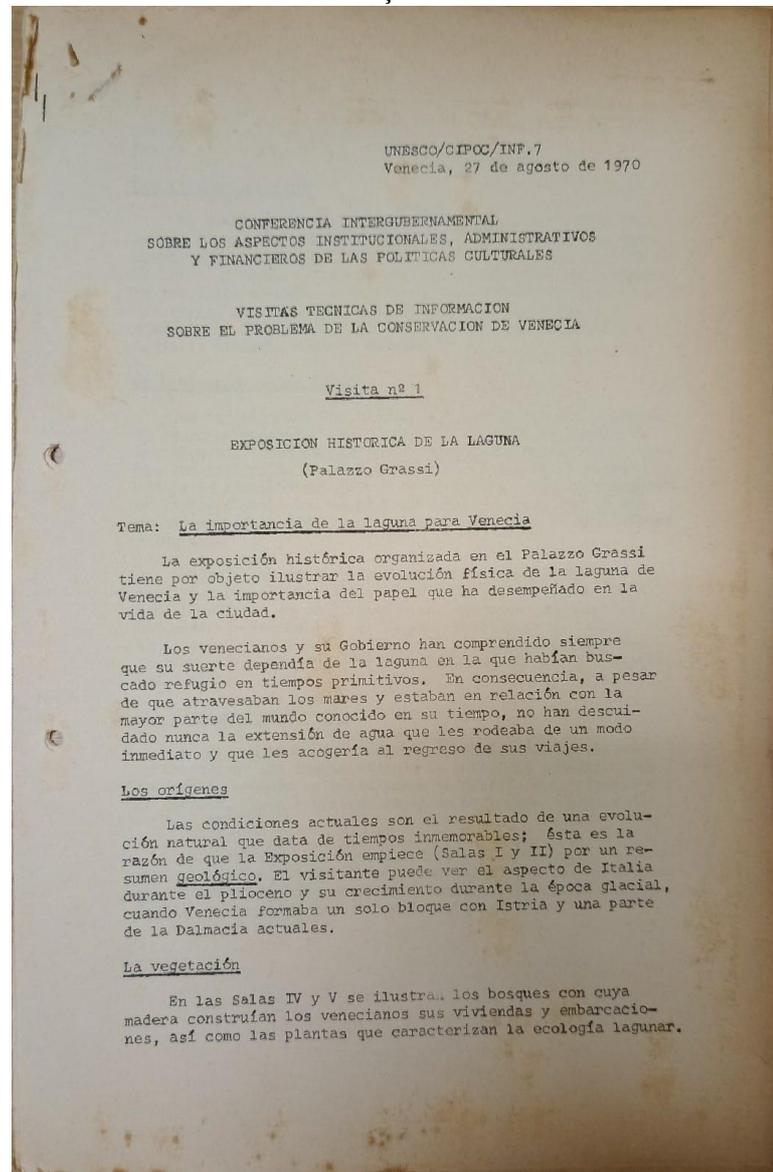
Além dessas discussões mais gerais, tinha-se como objetivo mais específico o debate sobre os problemas de conservação dos patrimônios culturais de Veneza. Além das comissões, reuniões, mesas, ocorreram visitas técnicas em exposições, monumentos, laboratórios para que se pudessem ver de fato as questões apontadas em relação a situação da cidade.

A primeira visita foi na *Exposicion histórica de la laguna* no Palazzo Grassi, com o tema: “A importância do lago para Veneza”. Esta exposição chamava a atenção para a evolução da lagoa veneziana e seu papel crucial na história da cidade. Ao mostrar como a lagoa foi negligenciada em diversos momentos, a mostra alerta para a necessidade de preservar esse ecossistema frágil, que continua sendo fundamental para a vida dos venezianos. Além disso, a mostra destacava a importância de compreender essa relação complexa e dinâmica, que moldou a identidade veneziana ao longo dos séculos (UNESCO, 1970, p. 1-2) (Fig. 39).

A segunda visita foi denominada *La conservacion de los monumentos*. O principal problema que estava afetando os patrimônios culturais da cidade eram “a umidade ascendente e a condensação causadas pelos azulejos e cimento dos palácios, igrejas e outros edifícios venezianos, danificando os seus revestimentos de pedra e marmol, as suas esculturas, frescos e bronzes”. O objetivo da visita era observar exemplos do processo de deterioração (especialmente evidente nas igrejas de S. Sefano e S. Teresa) e nas de Madonna dell'Orto e S.

Maria dei Miracoli. (que está em processo de restauração graças à assistência financeira do Comité francés para la Conservación de Venecia) (UNESCO, 1970, p. 3) (tradução nossa).

Fig. 39 – Primeira página da programação de visitas técnicas de informação sobre o problema de conservação de Veneza



Fonte: Arquivo central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

A terceira visita foi designada *Obras de arte y restauracion*. O passeio foi realizado no Museu da Academia, que oferece uma visão profunda da pintura veneziana dos séculos XV ao XVIII. Além destas obras de arte, este museu apresenta uma exposição de arte medieval e outra das obras de restauro realizadas pela Superintendência das Galerias de Veneza após a grande inundação que ocorreu em 1966.

A primeira sala reúne as obras dos grandes mestres do "Quattrocentto" (século XV): do Maestro Paulo a Lorenzo Veneziano, J. Alberengo, Catarino e Nicolo di Pietro, que se afastam do requinte bizantino em direção ao expressionismo gótico.

A evolução de Giovanni Bellini, as telas de Carpaccio e as de Gentile Bellini apresentam-nos a Veneza do Renascimento. No início do século XVI, a revolução pictórica de Giorgione transforma a arte: a Academia apresenta a sua obra-prima, *La Tempesta*.

O século XVI, o mais feliz de Veneza, viu florescer o trabalho de Tiziano, Pordenone, Lotto, Tintoretto, Bassano e Veronese. Esta época de ouro da pintura veneziana mal sobrevive no século XVII, apesar do poder de sua própria representação. No entanto, Pellegrini, Sebastiano e Marco Ricci, Jacopo Amigoni, Rosalba Carriera, Tiepolo, Longhi, Zuccarelli e, certamente, Bellotto e Guardi são todos semelhantes no nome e nas paisagens de Veneza (UNESCO, 1970, p. 3) (tradução nossa).

Nesta terceira visita os participantes da Conferência puderam ir também no Laboratório de restauração de San Gregorio e na Grande Escola de San Rocco. O laboratório localizado no antigo entro monástico e político, fundado em 806, a Igreja de San Gregorio sofreu diversos contratempos e foi fechada ao culto no ano de 1967. A Superintendência das Galerias de Veneza fez reparos no local e passou utilizá-lo como laboratório de restauração. Várias pinturas de igrejas venezianas foram restauradas neste centro. A escola foi inicialmente uma irmandade empenhada às obras de caridade e à proteção das obras de arte. Esta escola se destacou devido ao grande ciclo de pinturas pintadas por Jacopo Tintoretto entre 1564 e 1587. Um laboratório de restauração foi instalado na própria escola para preservar a cor dessas pinturas contra a deterioração (UNESCO, 1970, p. 3-4).

Assim, essas visitas técnicas tinham como objetivo mostrar o estado de deterioração dos patrimônios culturais de Veneza e os principais desafios enfrentados pelos preservadores. Ademais, buscou-se apresentar os laboratórios de restauração que eram bem equipados e contavam com excelentes profissionais. Sendo assim, um estudo de caso para os participantes da Conferência.

4.2.1 Participação do Brasil

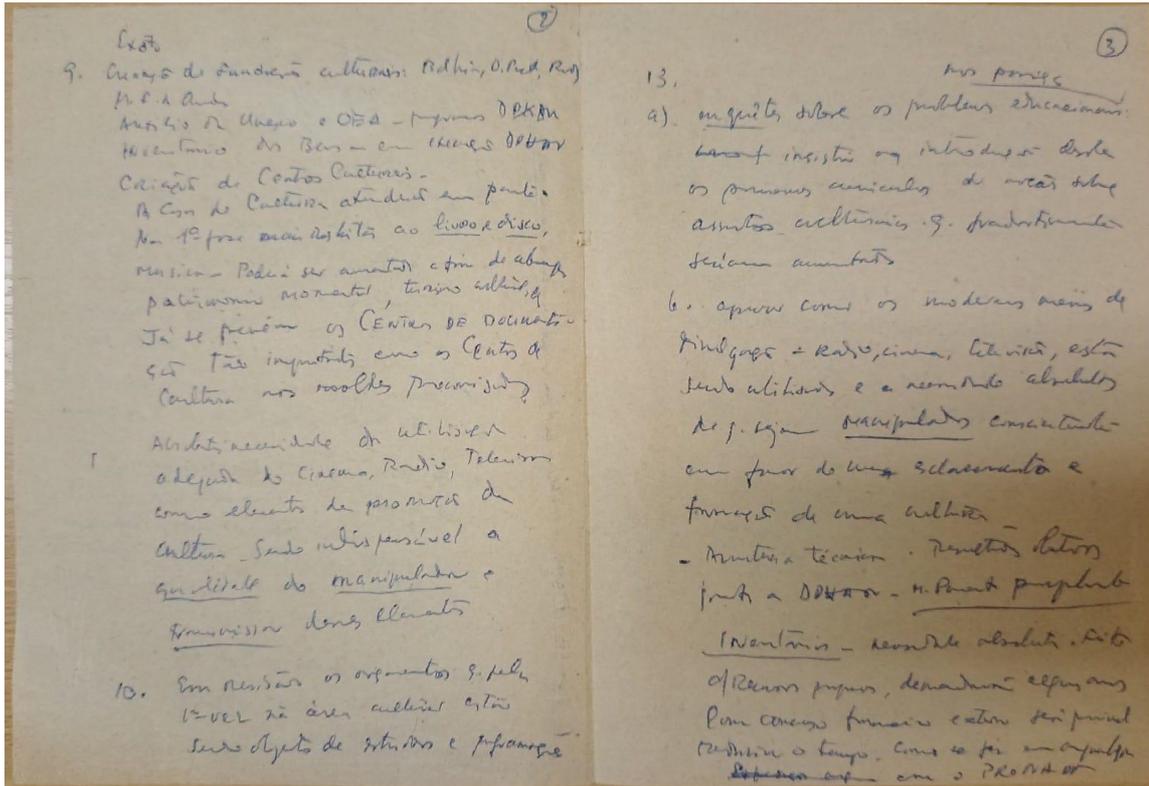
O Brasil foi representado por quatro delegados nessa Conferência: prof. Arthur C. Ferreira Reis (presidente do Conselho Federal de Cultura), Prof. Pedro Calmon M. de Bittencourt (presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro), Prof. Renato A. Soeiro (diretor do IPHAN), e M. Luis Filipe de Macedo Soares Guimaraes (membro da delegação permanente da Unesco).

Em suas anotações sobre a Conferência, Renato Soeiro associou esta reunião com outras que ocorreram na década de 1960, e que resultaram em importantes princípios, como a Carta de Veneza (1964), as Normas de Quito (1967) e o desenvolvimento do turismo cultural promovido pela Unesco. A partir dessa comparação e dos pontos da Conferência, Soeiro relacionou os apontamentos do documento produzido nesta com algumas medidas que haviam sido realizadas no Brasil, ou que estavam em desenvolvimento. Ele destaca que a Unesco vinha estimulando a preservação para além do monumento isolado de arquitetura, mas também a proteção de conjuntos urbanísticos; o empenho das autoridades responsáveis para a utilização adequada dos monumentos; e a elaboração de um inventário no campo das culturas “primitivas” e das manifestações das culturas tradicionais. A Fig. 40 apresenta exemplos das anotações de Soeiro sobre a Conferência.

A defesa, o estudo e a valorização das culturas originárias exigem um trabalho sistemático de levantamento e inventário em seus territórios. Soeiro ressalta que no Brasil, essa compreensão se refletiu em iniciativas como o Museu do Índio e a Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI), além da defesa do patrimônio arqueológico pela DPHAN. Diante da necessidade urgente de preservar de forma abrangente o patrimônio cultural, se faz necessário a implementação de medidas para um levantamento intensivo de monumentos e expressões artísticas tradicionais. No país, tais ações se somam aos esforços da DPHAN e do CFC, que neste período trabalhavam para construir um inventário extensivo das diversas culturas brasileiras¹⁷.

Fig. 40 – Exemplo das anotações de Renato Soeiro sobre a Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais

¹⁷ Política que se efetivou a partir da Constituição Federal de 1988 com a ampliação do conceito de patrimônio cultural e que se concretizou nos anos 2000, com a concessão do Decreto nº. 3.551, de 4 de agosto de 2000 que instituiu o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e criou o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial (PNPI) e consolidou o Inventário Nacional de Referências Culturais (INCR).



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

A Conferência tinha como objetivo discutir a políticas culturais de forma ampla, considerando não apenas as artes plásticas, mas também as letras, o artesanato, o teatro, a dança, dentre outras ações. No Brasil, o Departamento de Assuntos Culturais (DAC), criado em 1970, sob direção de Renato Soeiro, visto como uma primeira iniciativa para criação do Ministério da Cultura, tinha esse objetivo mais completo, direcionando as políticas de difusão para além do patrimônio cultural “pedra e cal”.

Enquanto diretor do DAC, Soeiro influenciado pelas discussões internacionais que estava participando e pela sua participação na Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais, ele criou o primeiro projeto de uma política cultural integrada no país, em 1973, lançou o Programa de Ação Cultural (PAC). Como foi tratado no segundo capítulo desta tese, uma das principais inovações do PAC era a concepção de patrimônio cultural como um fenômeno vivo, que se manifesta tanto nas tradições do passado quanto nas expressões culturais contemporâneas, sem distinção entre erudito e popular.

Dessa forma, Renato Soeiro conseguiu aproveitar as discussões realizadas nessa Conferência para a implantação de medidas relacionadas a cultura de forma geral e a preservação do patrimônio cultural, seja nas ações do DAC, do IPHAN, do CFC, ou

atividades mais expansionistas que envolviam o Ministério da Educação e Cultura, o Ministério do Planejamento e o Ministério de Relações Exteriores. Assim, na gestão de Renato Soeiro no IPHAN investiu-se no turismo cultural (principalmente em cidades consideradas históricas, como Parati, Olinda, Salvador, Ouro Preto...), criou-se cursos de capacitação, desenvolveu-se o Atlas Cultural da História da Cultura Brasileira, intensificou-se os intercâmbios de técnicos, desenvolveu o Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas do Nordeste, conhecido como PCH, dentre outros projetos.

A participação da delegação brasileira nesta Conferência foi publicada no jornal Correio da Manhã, no dia 09 de setembro de 1970, com o seguinte título “Brasil presente à reunião de cultura” (Fig. 41).

O diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, arquiteto Renato Soeiro, voltou ontem de Veneza, onde participou juntamente com os sr. Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon - da delegação brasileira à uma reunião de política cultural, que teve representantes de 84 países,

A delegação brasileira apresentou diversas recomendações, dentro do temário, incluindo aspectos institucionais, administrativos e financeiros. Uma das principais, segundo o sr. Renato Soeiro, foi no sentido de que as noções sobre cultura sejam dadas nos currículos escolares, desde o primário até o grau superior e mesmo pós-universitário.

Propostas

Outra proposta de destaque apresentada pelo Brasil foi relacionada ao problema de preservação dos conjuntos urbanos e rurais que estiverem ameaçados de extinção pelo desenvolvimento industrial. Também uma terceira recomendação brasileira foi no sentido de que os governos de países membros da UNESCO considerem a necessidade de assistir financeiramente os assuntos culturais, através de impostos e taxas criados com essa finalidade (Correio da Manhã, 1970) (texto da publicado no jornal).

Fig. 41 – Matéria no jornal Correio da Manhã “Brasil presente à reunião de cultura”

**Brasil presente à
reunião de cultura**



O diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, arquiteto Renato Soeiro, voltou ontem de Veneza, onde participou — juntamente com os srs. Arthur Cezar Ferreira Reis e Pedro Calmon — da delegação brasileira à uma reunião de política cultural, que teve representantes de 84 países.

A delegação brasileira apresentou diversas recomendações, dentro do temário, incluindo aspectos institucionais, administrativos e financeiros. Uma das principais, segundo o sr. Renato Soeiro, foi no sentido de que as noções sobre cultura sejam dadas nos currículos escolares, desde o primário até o grau superior e mesmo pós-universitário.

Propostas

Outra proposta de destaque apresentada pelo Brasil foi relacionada ao problema de preservação dos conjuntos urbanos e rurais que estiverem ameaçados de extinção pelo desenvolvimento industrial. Também uma terceira recomendação brasileira foi no sentido de que os governos de países membros da UNESCO considerem a necessidade de assistir financeiramente os assuntos culturais, através de impostos e taxas criados com essa finalidade.

C. Mmh. 09.13.70.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

4.3 CONVENÇÃO PARA A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL, CULTURAL E NATURAL (1972)

Em 1954, o governo do Egito decidiu construir a Barragem Alta de Aswan. Esta obra levaria à criação de um enorme lago artificial cobrindo o Vale do Alto Nilo, desde Assuão, no Egito, até à Catarata Dal, no Sudão - uma região culturalmente rica. No ano de 1959, os governos egípcio e sudanês solicitaram auxílio à Unesco para que protegessem e resgatassem os monumentos e locais ameaçados. Em 1960, o diretor-geral da Unesco, Vittorino Veronese, pediu aos Estados-Membros que fizessem uma campanha internacional para salvar os monumentos da Núbia. Este apelo resultou na escavação e registro de centenas de locais, na recuperação de muitos de objetos e na proteção e realocação de uma série de templos

importantes para terrenos mais elevados, sendo os mais famosos os complexos de templos de Abu Simbel e Philae. A campanha terminou em 10 de março de 1980 com um resultado positivo.

Em relação a campanha internacional, a Unesco teve um importante papel como coordenadora e intermediária entre os Estados doadores e os governos egípcio e sudanês, o que possibilitou a preservação do patrimônio cultural da Núbia. A solicitação feita pelos governos egípcio e sudanês - em abril e outubro de 1959 respectivamente - de ajuda da Unesco para salvar os monumentos e templos com 3.000 anos de idade da antiga Núbia marcou o início de uma campanha sem antecedentes.

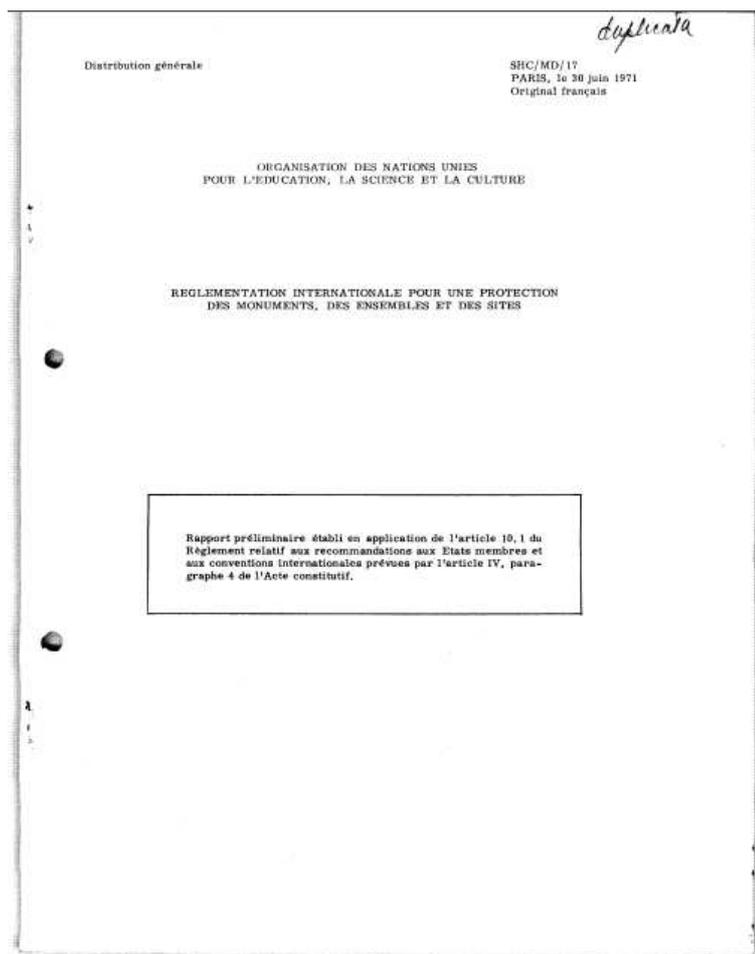
Houve a mobilização de estudiosos e fundos internacionais para desmanchar e remontar seis grupos de monumentos em novos locais. Durante 20 anos foram realocados o total de 22 monumentos e conjuntos arquitetônicos com o auxílio de 40 missões técnicas. Este é um exemplo de cooperação internacional em que os países entenderam o valor universal do patrimônio e a importância da sua conservação.

Nas décadas de 1950 e 1960 a concepção de conceber a chancela de patrimônio da humanidade se originou

a partir dos tratados da Unesco que conferem à humanidade “status de sujeito”. Faz parte desse arcabouço a noção de que a Lua, o fundo do mar e a Antártida não são de ninguém em particular, mas da humanidade e por isso os estados renunciam à soberania desses territórios. Todos os demais espaços de valor excepcional universal mereceriam uma distinção, e como tal, uma proteção especial (CHRISTOFOLETTI, 2024, p. 2).

Na 14ª sessão da Conferência Geral da Unesco o diretor geral autorizou: “coordenar e assegurar a adoção, em nível internacional, de princípios e critérios, aspectos técnicos e jurídicos aplicáveis no campo de proteção dos bens culturais, monumentos e sítios [...]”. Além disso, destacou a importância de “estudar a possibilidade de colocar sob um regime internacional apropriado, a pedido dos Estados Membros interessados, um número limitado de monumentos formando uma parte integrando do patrimônio cultural da humanidade” (Unesco, 1971, p. 3).

Fig. 42 - Reglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites



Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

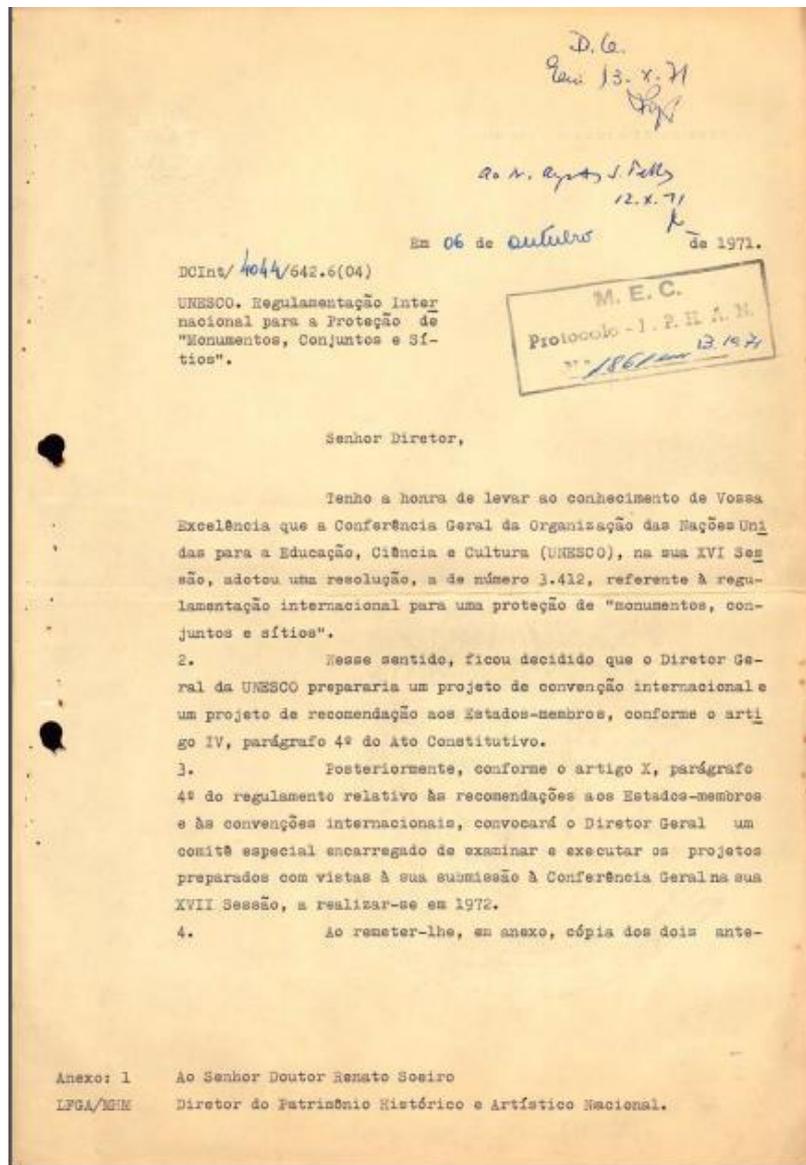
Em decorrência disso, convocou-se uma reunião de especialistas na sede da Unesco em Paris, entre 26 de fevereiro a 2 de março de 1968, onde compareceram representantes de todas as partes interessadas de organizações não governamentais internacionais. Nesta ocasião foi solicitado a Unesco “o estabelecimento de um sistema eficaz de proteção de monumentos, complexos e sítios, a nível nacional, e a implementação de um regime de proteção internacional para monumentos, complexos e sítios de valor e interesse universal” (Unesco, 1971, p. 3). Dessa forma, se deu início a criação da Convenção da Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural.

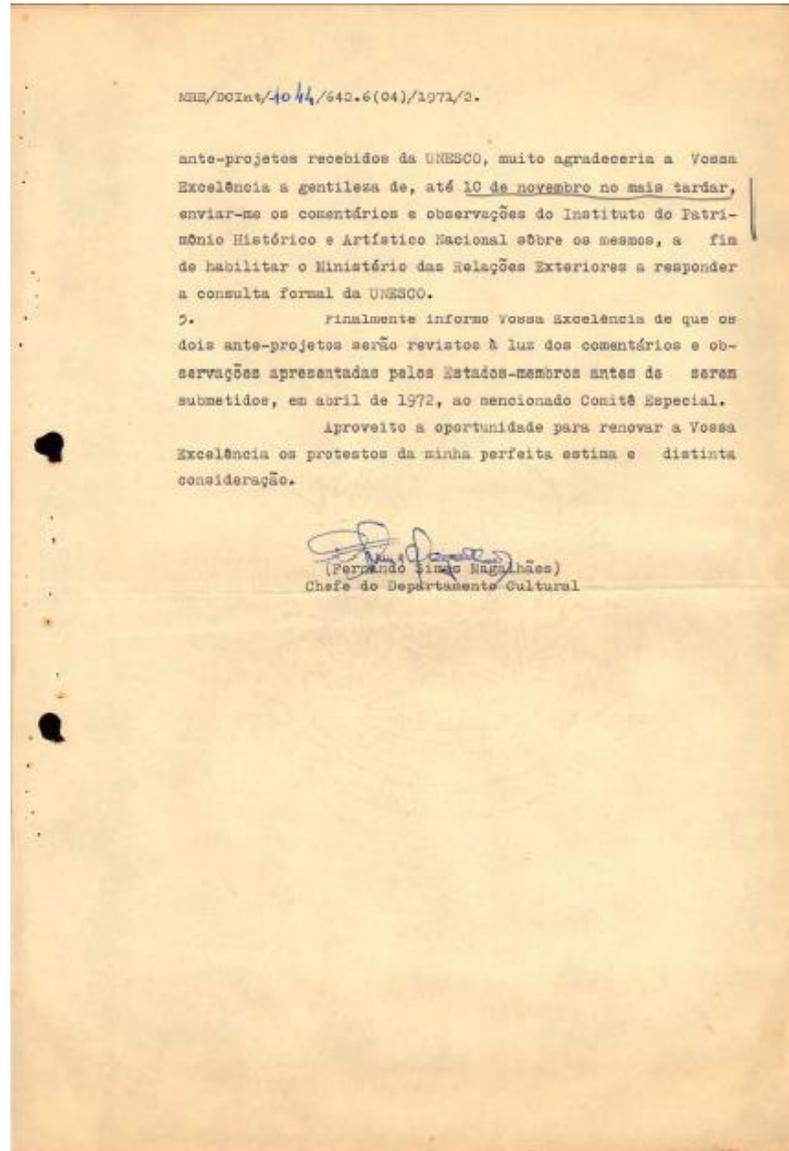
No dia 06 de outubro de 1971, o chefe do Departamento Cultural do MRE, Fernando Simas Magalhães, solicitou que Renato Soeiro analisasse o anteprojeto de recomendação e de convenção enviado pela Unesco e fizesse comentários sobre os textos, representando o IPHAN, para que o MRE pudesse responder a essa consulta formal feita pela instituição. Esses seriam levados a XVII sessão para que fossem estudados (Fig. 43 e 44).

4. Ao remeter-lhe, em anexo, cópia dos dois ante-projetos recebidos da UNESCO, muito agradeceria a Vossa Excelência a gentileza de, até 10 de novembro no mais tardar, enviar-me os comentários e observações do Instituto do Patri-mônio Histórico e Artístico Nacional sobre os mesmos, a fim de habilitar o Ministério das relações Exteriores & responder a consulta formal da UNESCO.

Finalmente informo Vossa Excelência de que os dois ante-projetos serão revistos à luz dos comentários ob-servações apresentadas pelos Estados-membros antes de serem submetidos, em abril de 1972, ao mencionado Comitê Especial (MAGALHÃES, 1971) (trecho do texto da Fig. 43 e 44).

Fig. 43 e 44 – Ofício enviado por Fernando Magalhães a Renato Soeiro





Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Em relação ao anexo I, anteprojeto de recomendação, Soeiro enviou uma sugestão sobre os itens 23, 24 e 25, que abordavam sobre a necessidade de os Estados-Membros adotarem métodos eficazes para proteger monumentos, complexos e locais ameaçados por novos perigos em estado grave de deterioração. Esses métodos deveriam se basear em um conhecimento aprofundado sobre o processo de degradação dos materiais, das estruturas e do ambiente dos edifícios. A proteção envolve aspectos científicos, técnicos e artísticos interligados, permitindo a busca por tratamentos adequados. O principal objetivo das pesquisas era avaliar o estado de conservação de um monumento, identificar as causas dos problemas, estudar possíveis intervenções e aplicar os tratamentos mais adequados, seja para restaurar a função original do monumento ou encontrar uma nova função mais adequada.

Além disso, as intervenções deveriam focar na preservação da aparência tradicional dos monumentos e evitar qualquer nova construção ou desenvolvimento que possa alterar as suas relações volumétricas ou cromáticas com o entorno. Soeiro destacou que deveria ser acrescentado nesta parte do texto o seguinte ponto: “estudos e planejamentos deverão ser cientificamente realizados com o fim de organizar, orientar e planificar o desenvolvimento urbano, industrial, turístico, rodoviário e regional, visando a salvaguarda e a valorização dos monumentos, conjuntos e sítios”, e explicou:

Principalmente nos países e nas áreas em que ocorram explosões demográficas, desenvolvimento industrial turístico, tem-se verificado a ineficácia de medidas tomadas a posteriori. Somente com planejamentos prévios, sujeitos a revisões constantes têm sido possível, de alguma forma preservar monumentos e principalmente conjuntos e sítios, resguardados no seu caráter de ambiência e vizinhança (SOEIRO, 1971, p. 2).

Sobre o anexo II, o anteprojeto de Convenção, Soeiro sugeriu mudanças no ponto 2 da página 2, e no item 20. O primeiro trata sobre a proteção mencionada no texto, que esta seria destinada exclusivamente aos bens definidos no artigo 1.º, caracterizados por seu excepcional valor estético, natural ou por sua importância como testemunhos únicos de civilizações desaparecidas. Isso inclui obras-primas arquitetônicas insubstituíveis, representativas de uma época, história ou do gênio de um povo. Esses bens, designados como monumentos, grupos e locais de valor universal para serem protegidos. Para ele deveria adicionar a seguinte nota: “O relacionamento destes bens, considerados de valor universal, atenderá, também, a um sentido continental e regional”. No item 20 que disserta sobre a concessão de proteção internacional a bens culturais ou naturais, que esta depende da inclusão na lista restrita estabelecida no artigo 9.º, n.º 3, da Convenção, pelo Comitê responsável. No caso da inserção na lista de Patrimônio Mundial em Perigo, esta só ocorre se o bem cultural imóvel estiver ameaçado por perigos graves e específicos, como degradação acelerada, grandes obras públicas ou privadas, alterações profundas, abandono por motivos políticos ou religiosos, conflitos armados, desastres naturais (incêndios, terremotos, deslizamentos, erupções vulcânicas), ou alterações no nível das águas, como inundações e maremotos. Soeiro sugeriu a integração do ponto “rápido desenvolvimento urbano e turístico”. Sobre as sugestões em relação ao anteprojeto da convenção, ele deixa o comentário a seguir:

Os países ou regiões mais jovens, no sentido de colonização ou de aproximação com o mundo civilizado que, no momento, constituem parte

considerável do Conselho das Nações, não dispõem na maior parte das vezes, de qualquer bem de valor cultural capaz de concorrer com as grandes obras de arquitetura, de urbanismo, de arte em geral, das regiões onde civilizações se sucederam por milênios.

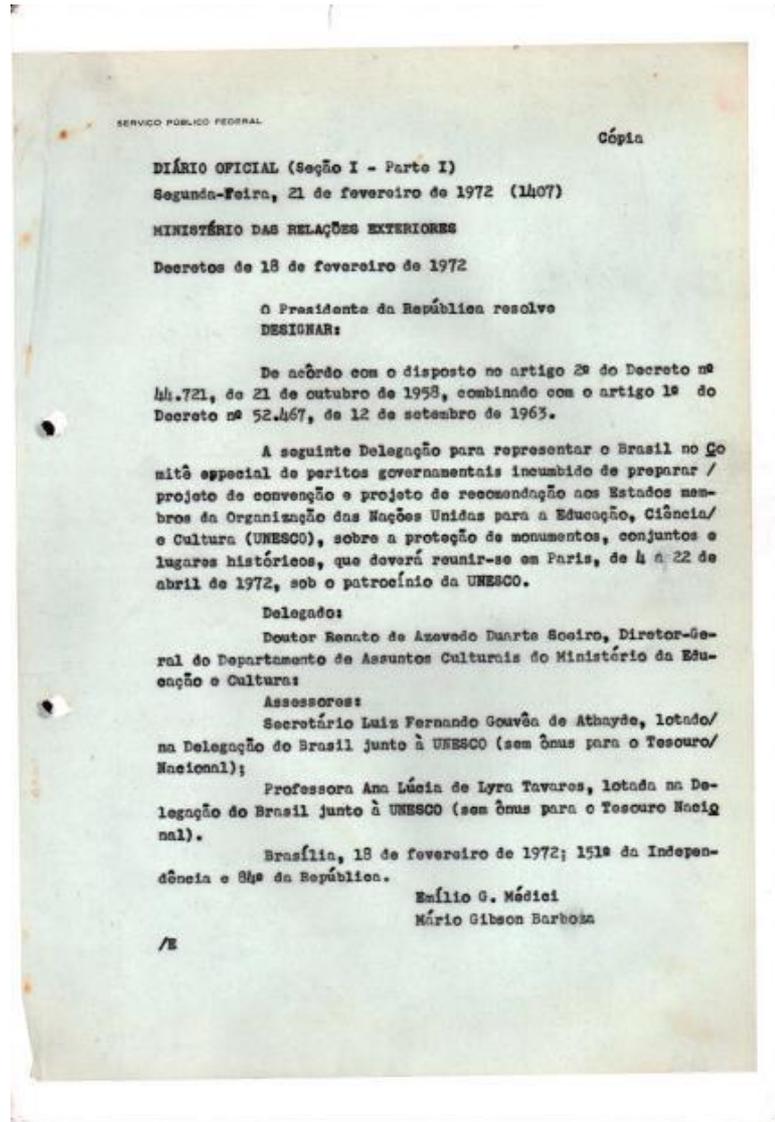
Acontece que são aqueles, justamente, os países que maiores dificuldades têm, para preservar seus bens de interesse cultural.

Estes acervos, no entanto, representam elementos fundamentais para a cultura universal (SOEIRO, 1971, p. 2).

Assim, Soeiro ressaltou a importância de fazer um planejamento eficaz no desenvolvimento de diversas áreas da cidade, visto que, vários fatores poderiam afetar a preservação do patrimônio cultural, inclusive no caso de agravamento da deterioração podendo este ser incluindo na “lista vermelha”, quando este obteve a chancela de valor universal. Ademais destaca que não somente desastres ambientais e climáticos podem colocar o patrimônio em risco, mas também o crescimento urbano e a utilização para o turismo de forma desordenada.

Após estudo do anteprojeto de recomendação e convenção, em 18 de fevereiro de 1972 foi publicado o decreto que designava a delegação que representaria o Brasil no Comitê Especial de Peritos Governamentais. Sendo assim, Renato Soeiro foi promulgado como delegado, e os assessores foram Luiz Fernando Gouvêa Athayde e Ana Lúcia de Lyra Tavares (ambos lotados na Delegação do Brasil junto a Unesco. Tal decreto foi publicado no Diário Oficial e assinado pelo então presidente do regime militar Emílio G. Médici e o Ministro das Relações Exteriores Mário Gibson Barbosa (Fig. 45).

Fig. 45 – Cópia da publicação no Diário Oficial

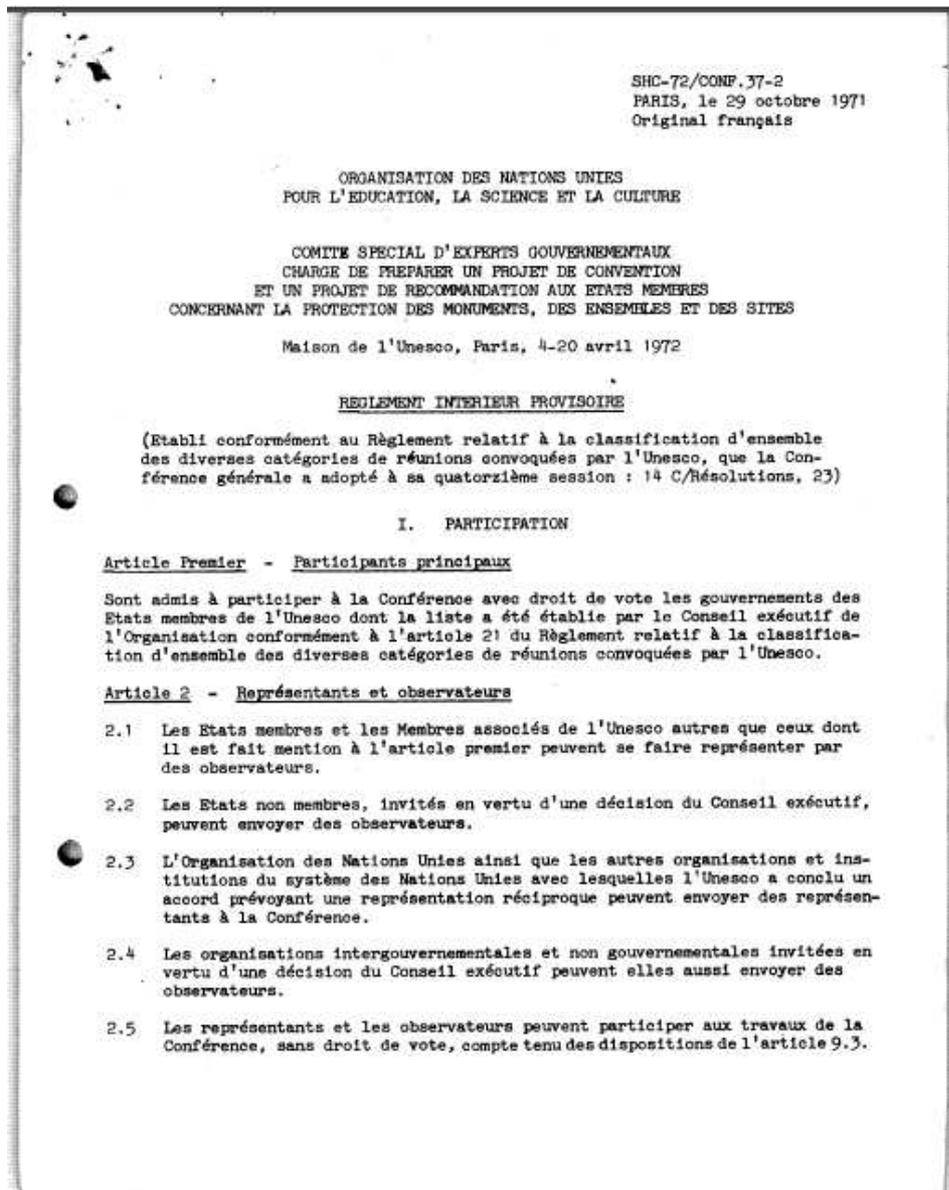


Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Entre os dias 4 e 22 de abril de 1972, ocorreu na sede da Unesco a Conferência de Peritos Governamentais com o objetivo de discutirem e analisarem os anteprojetos de Convenção e Recomendação e construir os projetos que seriam aprovados pelos Estados Membros, sobre a proteção dos monumentos, conjuntos e sítios de valor universal.

Foi eleito presidente do Comitê Especial de Peritos o Sr. Rafik Said, delegado da Tunísia. Para as 4 vice-presidências foram eleitos os delegados do Brasil, do Canadá, da Indonésia e da Polônia (Unesco, 1972, p. 2). Para delegado do Brasil, Renato Soeiro, então diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e do Departamento de Assuntos Culturais (DAC), foi designado pelo chefe de gabinete do Ministério das Relações Exteriores, Wanderley de A. Normando (1972) (Fig. 46).

Fig. 46 - Comité spécial d'experts gouvernementaux chargé de préparer un projet de convention et un projet de recommandation aux Etats Membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites



Fonte: Arquivo central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

Os projetos de Convenção e de Recomendação basearam-se no princípio de que “o patrimônio cultural e natural constitui um patrimônio universal para a proteção do qual a comunidade internacional tem o dever de cooperar”, sendo respeitado a soberania do Estado em cujo território está situado (Unesco, 1972, p. 8) (tradução nossa). Em decorrência desse princípio, entende-se por proteção internacional o estabelecimento de um sistema de cooperação internacional “que visa preservar o bem da humanidade, o seu patrimônio cultural e natural” (Unesco, 1972, p. 9) (tradução nossa).

O sistema de proteção nacional e internacional defendido neste documento, englobava medidas preventivas e corretivas, além de normas que assegurem a manutenção, a coexistência e a continuidade da cultura e da natureza.

Para os fins da presente Convenção, poderiam integrar o patrimônio cultural desde que apresentassem um interesse universal do ponto de vista artístico, histórico ou científico: monumentos (obras arquitetônicas, pinturas, esculturas monumentais, elementos ou estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas, grupos de elementos formados pela natureza); os conjuntos (grupos de construções isoladas ou reunidas que se integram na paisagem); e os sítios ou lugares (obras do homem ou obras conjugadas do homem e da natureza, incluindo-se aqui os sítios arqueológicos) (Unesco, 1972, p. 2).

Para tal é considerado patrimônio natural, desde que tenha um valor universal do ponto de vista científico ou estético: os monumentos naturais (formações ou grupos de formações físicas ou biológicas); as formações geológicas e fisiográficas e zonas rigorosamente delimitadas, “habitat” de espécies animais ou vegetais raras ou ameaçadas; os sítios naturais (ou zonas naturais rigorosamente delimitadas).

A partir desta Convenção, criou-se um Comitê Intergovernamental composto por 15 Estados Partes, eleitos nas sessões ordinárias da Conferência Geral da Unesco, para um mandato de 6 anos, com intuito de proteger o patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional avaliados pelo Comitê. O número de membros será elevado para 21 quando a Convenção obtiver 40 ratificações. As principais funções definidas para este Comitê foram: recebimento e estudo dos pedidos de proteção internacional formulados pelos Estados Partes; elaboração de uma ordem de prioridade para o atendimento de tais pedidos; análise dos inventários elaborados pelos Estados dos bens que integram o seu patrimônio cultural e natural para estabelecimento de duas listas: a primeira intitulada “Lista do Patrimônio Mundial” e a segunda “Lista do Patrimônio Mundial em Perigo” ou “Lista Vermelha”.

Além do Comitê e das listas foi criado um fundo para proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, onde os Estados partes da Convenção contribuíram voluntariamente com este. Os recursos destinados ao “Fundo do Patrimônio Mundial” são utilizados para intervenções necessárias em patrimônios culturais mundiais, implementação de projetos, programas, realização de pesquisas, dentre outras atividades definidas pelo Comitê.

Para solicitação de qualquer auxílio o bem deve estar inscrito em uma das listas e o Estado beneficiário deverá arcar com os custos financeiros, sendo retirado do fundo apenas

uma complementação. Além disso, o beneficiário deve se comprometer com a conservação do bem em questão, aplicando o projeto de proteção desenvolvido.

De acordo com uma matéria publicada no Jornal do Brasil, dia 8 de abril de 1972 (Fig. 47), intitulada “Brasileiros se destacam na reunião da UNESCO sobre a proteção dos monumentos”, o delegado brasileiro Renato Soeiro teve um papel fundamental evitando o confronto entre dois grupos que defendiam ideais diferentes. Os países europeus, asiáticos e latino-americanos queriam que a temática fossem os monumentos, conjuntos e lugares históricos, de acordo com o que havia sido convocado na reunião. Contudo os Estados Unidos e o Canadá, que possuem grandes parques e paisagens naturais, insistiram para que o foco fosse ser o patrimônio natural. Assim, manteve-se o tema dos valores culturais sem desconsiderar o patrimônio natural.

Fig. 47 – Jornal do Brasil

Brasileiros se destacam na reunião da UNESCO sobre a proteção dos monumentos

Paris (UPI-JB) — A delegação brasileira à reunião da comissão especial da UNESCO que estuda um projeto de convenção para a proteção de monumentos e paisagens está tendo um papel destacado nos debates sobre os critérios a serem adotados nos documentos internacionais.

Formam a delegação brasileira o diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, arquiteto Renato Soeiro, e dois membros da delegação permanente do Brasil na UNESCO, o diplomata Luis Fernando Gouveia de Ataíde e a professora Ana Lúcia de Lira Tavares.

DUAS CORRENTES

As deliberações começaram no dia 4 e continuarão até o dia 22, com a presença de 52 países. O arquiteto Renato Soeiro foi designado por aclamação vice-presidente da reunião de técnicos e membro de um grupo de trabalho encarregado de elaborar o texto básico das discussões.

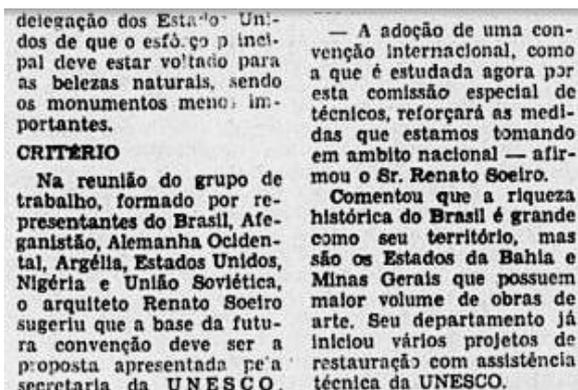
Os debates mostraram a existência de duas correntes: na primeira estão os países europeus e latino-americanos, que acham essencial um critério de proteção aos patrimônios artístico nacional, com as medidas de proteção chegando ao próprio local dos monumentos. Na segunda estão os países que defendem o critério exposto em um documento apresentado pela

mais próxima da opinião dos europeus e latino-americanos, embora sem perder de vista os interesses da proposição americana.

Depois de longo debate, o grupo de trabalho adotou o critério da delegação brasileira e nesta base prosseguem as deliberações da comissão de técnicos.

SITUAÇÃO BRASILEIRA

O Sr. Renato Soeiro explicou na comissão que a legislação para a defesa do patrimônio do Brasil começou em 1917. Por causa de sua importância, o Ministro da Educação, Sr. J. A. B. Passarinho, reuniu em 1970 e 1971 os Governadores de Estados e interessados na matéria para examinar os problemas e chegar a critérios gerais para a defesa dos monumentos.



Fonte: Hemeroteca Digital

Além disso, nesta nota do jornal é publicado um parecer de Soeiro sobre a situação brasileira em relação a preservação do patrimônio cultural. Soeiro destaca os Encontros de Governadores ocorridos em 1970 e 1971 e a importância da convenção internacional para fortalecer as ações no Brasil.

SITUAÇÃO BRASILEIRA

O Sr. Renato Soeiro explicou na comissão que a legislação para a defesa do patrimônio do Brasil começou em 1917. Por causa de sua importância, o Ministro da Educação, Sr. Jarbas Passarinho, reuniu em 1970 e 1971 os Governadores de Estados e interessados na matéria para examinar os problemas e chegar critérios gerais para a defesa dos monumentos.

- A adoção de uma convenção internacional, como a que é estudada agora por esta comissão especial de técnicos, reforçará as medidas que estamos tomando em âmbito nacional — afirmou o Sr. Renato Soeiro.

Comentou que a riqueza histórica do Brasil é grande como seu território, mas são os Estados da Bahia e Minas Gerais que possuem maior volume de obras de arte. Seu departamento já iniciou vários projetos de restauração com assistência técnica da UNESCO (Jornal do Brasil, 1972) (trecho do texto da Fig. 47).

Apesar da participação atuante de Renato Soeiro e da aprovação da Convenção na Conferência da UNESCO em 1972, o governo brasileiro promulgou esta apenas no decreto nº 80.978 de 12 de dezembro de 1977, outorgando o cumprimento da Convenção integralmente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura transcendeu suas fronteiras nacionais e passou a influenciar profundamente a dinâmica da sociedade internacional. A partir do século XIX, a cultura emergiu como um tema recorrente nas discussões internacionais, alcançando um patamar de destaque após a Segunda Guerra Mundial, impulsionado pela criação da Unesco. Essa crescente importância se manifesta na utilização da cultura como instrumento estratégico tanto na política interna quanto externa dos Estados, difundindo identidades nacionais, promovendo a cooperação internacional e, em alguns casos, gerando conflitos.

A Unesco desempenhou um papel fundamental na promoção do intercâmbio cultural, financiando projetos que abrangiam diversas áreas, como história, folclore, artesanato e arqueologia. Embora esses temas já fossem objeto de interesse, foi a partir da década de 1960 que o conceito de "patrimônio cultural" ganhou maior visibilidade na arena internacional. A criação do Patrimônio Mundial em 1972 representou um marco nesse processo, consolidando a importância do patrimônio como bem comum da humanidade e ampliando a atuação da Unesco nessa área. Neste período, houve um crescente interesse no patrimônio histórico como ferramenta para estimular o desenvolvimento econômico de regiões, especialmente por meio do turismo cultural.

Além da Unesco, outros organismos internacionais foram criados e tiveram ações importantes em torno da preservação e difusão do patrimônio cultural, como ICOMOS, ICCROM, OEA e ICOM, que atuam na organização de congressos, reuniões para discussão e promulgação de recomendações, cartas, convenções, e na fiscalização, no auxílio financeiro e técnico, dentre outras formas de atuação. Esses documentos internacionais que são emitidos por diversas organizações, atuam como uma espécie de legislação, orientando os países na proteção do patrimônio histórico. Essa influência é mútua: as recomendações internacionais moldam as políticas nacionais, enquanto as experiências nacionais alimentam as discussões internacionais, contribuindo para a evolução das normas e diretrizes internacionais, como pode-se analisar nos três casos estudados: Normas de Quito (1967), Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (1970) e a Convenção para Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Nacional (1972).

No Brasil, como pode-se ver no decorrer desta tese o MRE foi um grande mediador no relacionamento do IPHAN com esses órgãos internacionais, atuando na negociação, no contato, na emissão de passaportes, vistos, compras de passagens, dentre outras atividades.

Dessa forma, nas décadas de 1960 e 1970, atuou como um grande articulador na ida de Renato Soeiro a diversos compromissos internacionais e na realização das Missões da Unesco, por exemplo.

O apoio técnico da Unesco, no final da gestão de Rodrigo M. F. de Andrade, e as pesquisas subsequentes destacaram a urgência de uma reestruturação do sistema estatal de proteção ao patrimônio brasileiro. Alinhado com as Normas de Quito (1967), esses estudos enfatizaram o potencial econômico do patrimônio cultural, indicando o turismo como uma atividade estratégica para valorizar e preservar as cidades tombadas, especialmente em países em desenvolvimento. Inclusive, após a entrega do relatório de Michel Parent isso fica esclarecido para os técnicos do IPHAN, que precisam procurar auxílio para a implementação de uma nova política. Assim, Renato Soeiro procura o então Ministro da Educação e Cultura, Jarbas Passarinho e começa a dialogar sobre as discussões internacionais e a possibilidade de empreender essas no país, a partir da aproximação do IPHAN com os governantes estaduais, outros ministérios e órgãos internacionais.

Dessa forma, Marcia Sant'Anna ressalta que a “fase moderna” da preservação no Brasil se inicia com Renato Soeiro. Apesar da possível “falta de brilho”, o órgão manteve visibilidade durante a gestão, tanto internamente quanto na sociedade. Pelo contrário, sua relevância foi crucial para o sucesso do período Magalhães (SANTANA, 1995, p. 135). Assim, a partir do que foi analisado e a partir dessa fala de Marcia Sant'anna, observa-se que houve uma reprodução de um discurso, que escreve uma negação da conexão histórica, e particularizou a memória, impedindo que ele seja deslocado e ressignificado. Desse modo, a repetição literal impediu a compreensão profunda do enunciado do outro, que se perdeu ao ser fixado em uma única versão. Apesar das hipóteses não é possível concluir um motivo para o silenciamento da participação de Renato Soeiro do IPHAN, apenas se sabe que o discurso de “mero sucessor” do Rodrigo M. F. de Andrade e uma “gestão sem brilho”, foi repetida até que Paulo Ormino apontasse esse erro e começasse a pesquisar e publicar sobre os feitos de Soeiro.

Acredita-se que Renato Soeiro tenha tido um papel essencial na internacionalização do IPHAN, fortalecendo as relações com outros países e contribuindo significativamente para o avanço das políticas de preservação do patrimônio no Brasil. Esse processo criou um ambiente favorável ao desenvolvimento de uma série de iniciativas que podem ser vistas como uma das primeiras manifestações do poder brando brasileiro. Com o reconhecimento internacional do patrimônio nacional, especialmente entre as décadas de 1960 e 1970, o Brasil deu importantes passos, culminando em 1980 com o reconhecimento de seu primeiro bem

cultural como Patrimônio Mundial. Nesse ano, a cidade de Ouro Preto foi declarada Patrimônio Cultural Mundial pela Unesco.

Conforme exposto anteriormente, entende-se que esses intercâmbios foram possibilitados pela disseminação e consolidação, na época, das discussões globais sobre preservação de bens culturais e políticas de diplomacia cultural. Tais debates foram estimulados e aproveitados por diversas instâncias, favorecendo a defesa do patrimônio cultural tanto nas Américas quanto no cenário mundial, além de refletirem os processos vividos pela instituição brasileira, o país e a região. Nesse contexto, Renato Soeiro destacou-se como um articulador entre a realidade preservacionista latino-americana e as diretrizes estabelecidas por organizações internacionais para a proteção do patrimônio. Isso permitiu que o IPHAN se tornasse um canal de fortalecimento dos laços entre os países latino-americanos e esses organismos, além de facilitar a colaboração técnica e financeira entre o órgão brasileiro e as instituições internacionais.

A partir dessa análise o patrimônio cultural brasileiro, neste período, pode ser visto, como um *soft power*, uma grande potência em relação às possibilidades de atrair os olhares de todo o mundo para o Brasil, seja para auxílio técnico e/ou financeiro, para a vinda de intercâmbios, para o desenvolvimento de acordos e tratados, para a vinda de turistas de diversos países, para integrar e ter destaque em reuniões internacionais. Assim, ocorreu na gestão de Renato Soeiro que mostrou ao mundo a potência do patrimônio cultural do Brasil e colocou o IPHAN em contato com os principais órgãos internacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKEL, Luiz Gonzaga Montans. Atílio Corrêa Lima: uma trajetória para a modernidade. Tese de Doutorado em Projeto de Arquitetura, FAAUSP/ Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007.
- AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Renato Soeiro e a institucionalização do setor cultural no Brasil. In: AZEVEDO, Paulo Ormino David de; CORRÊA, Elyane Lins (org). Estado e sociedade na preservação do patrimônio. Salvador: Edufba; IAB, 2013, p. 19-53.
- BALLERINI, Franthiesco Poder suave (soft power). São Paulo: Summus, 2017, 155 p.
- BOMENY, Helena (org). CONSTELAÇÃO Capanema: intelectuais e políticas. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas ; Bragança Paulista(SP): Ed Universidade de São Francisco, 2001. 202p.
- CALABRE, Lia. INTELECTUAIS E POLÍTICA CULTURAL: o Conselho Federal de Cultura. In: Intellêctus. Ano 05. Vol.II. 2006.
- CANO, W. Cuestión regional y urbanización en el desarrollo económico brasileño. In Estudios Territoriales, 33:13-33, 1990.
- CASTRO, Flávio Mendes de Oliveira. Dois séculos de história da organização do Itamaraty (1808-2008) / Flávio Mendes de Oliveira Castro. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009. Vol. I e II. 644p.
- CASTRO, Thales. Teoria das relações internacionais. Brasília: FUNAG, 2012, 580 p. Catálogo Vieira nº 169. Disponível em: <https://www.numismaticavieira.com.br/>. Acesso em: 25 de fevereiro de 2023 as 13 horas e 30 minutos.
- CAVALCANTI, Lauro. Modernistas, arquitetura e patrimônio. In: PANDOLFI, Dulce. REPENSANDO o Estado Novo. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.
- CERVO, Luis Amado. Relações Internacionais da América Latina: Vehis e novos paradigmas. Brasília: IBRI/IPRI/ Fundação Alexandre de Gusmão, 2002.
- CHRISTOFOLETTI, Rodrigo. Introdução. In: Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power, 189-211, org. Rodrigo Christofolletti. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017, p. 13-42.
- CHRISTOFOLETTI, R. Patrimônio da humanidade, patrimônio mundial e patrimônio comum: conceitos em perspectiva. In: CHRISTOFOLETTI, R. Patrimônio internacional: novas abordagens, antigas preocupações. Springer. 2024.
- CHUVA, Márcia. Fundando da nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. Topoi – Revista de História. Rio de Janeiro: UFRJ, v. 04, n. 07, p. 313-333, jul./dez. 2003.

COHN, Gabriel. “A concepção oficial da política cultural nos anos 70”. In: Estado e cultura no Brasil, São Paulo, Difel, 1984.

COSTA, Lygia Martins. Entrevista-depoimento. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 31, p. 275-309, 2005.

CRUZ, Henrique de Vasconcelos. Era uma vez, há 60 anos atrás...: O Brasil e a criação do Conselho Internacional de Museus. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus - ICOM-BR, 2008.

DAIFUKU, Hiroshi. La importância de los bienes culturales. Museos y Mnumentos. La conservación de los bienes culturales, Lausana, n. XI, p. 21-30, 1969.

FARIA, V. Cinquenta anos de urbanização no Brasil. Novos Estudos Cebrap. Março de 1991.

FERNANDES, Natalia Ap. Morato. A política cultural à época da ditadura militar. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, v. 3, n. 1, jan-jun 2013, pp. 173-192.

FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. 2ª edição. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ MinC-IPHAN, 2005.

GFELLER, Aurélie Elisa. Anthropologizing and indigenizing heritage: The origins of the UNESCO Global Strategy for a representative, balanced and credible World Heritage List. Journal of Social Archeology, Londres, v. 15 , n. 3, p.366-386, 2015.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A retórica da perda: Os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Rio de Janeiro, Editora UFRJ/ IPHAN, 1996.

GOODWIN, Philip; KIDDER SMITH, G. E.. Brazil Builds: architecture new and old 1652-1942. Nova Iorque: MoMA, 1943.

GRIECO, Bettina Zellner & SORGINE, Juliana. O Estudo da cidade de Ouro Preto e o inventário cadastral. In: SORGINE, Juliana (org). “Salvemos Ouro Preto” A campanha em benefício de Ouro Preto 1949-1950 (Série pesquisa e documentação do IPHAN, 2008, p. 33-65.

GUEDES, Maria Tarcila Ferreira. A Preservação no Contexto Pan-americano. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, julho 2011.

GURGEL, José Alfredo Amaral. Segurança e democracia: uma reflexão política sobre a doutrina da escola superior de guerra. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1975. 183 p.

HAZAN, Bernardo Futuro Rodrigues. CONSIDERAÇÕES SOBRE A DISPOSIÇÃO ESPACIAL DOS PATRIMÔNIOS DA HUMANIDADE DA UNESCO. In: Bens culturais, 2017.

HOBBSAWN, Eric. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. (Tradução Maria Celia Paoli, Anna Maria Quitino – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

LAFER, Celso. CONFERÊNCIAS DA PAZ DE HAIA (1899 e 1907). In: <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CONFER%C3%84NCIAS%20DA%20PAZ%20DE%20HAIA.pdf>. Acesso em: 07 de agosto de 2022 as 20 horas e 15 minutos.

LAVINAS, Laís Villela. Um animal político na cultura brasileira: Aloísio Magalhães e o campo do patrimônio cultural no Brasil (anos 1966-1982). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2014, 223 f.

LEAL, Claudia Feierabend Baeta (org.). As Missões da Unesco no Brasil : Michel Parent. [tradução de Rejane Maria Lobo Vieira]; –Rio de Janeiro: IPHAN, COPEDOC, 2008.

_____. As missões da UNESCO no Brasil: Michel Parent. In: ANPUH –XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA –Fortaleza, 2009. Disponível em: <http://ip51.icomos.org/~fleblanc/in-memoriain/parent-michel/im_parent-michel_mission_brazil.pdf> Acesso em: 24 de junho de 2022 as 19 horas e 30 minutos.

_____. A constituição de um sistema internacional de patrimônio cultural. In: Patrimônio cultural. V. 1. / Claudia Baeta Leal, Luciano dos Santos Teixeira, Márcia Chuva. - Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2014.

_____. Patrimônio e desenvolvimento: as políticas de patrimônio cultural nos anos 1960. In: Anais do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.24. n.1. p. 99-136. jan.- abr. 2016.

LESSA, Mônica. Relações culturais internacionais. In: MENEZES, Lená; ROLLEMBERG, Denise; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. Olhares sobre o político: novos ângulos, novas perspectivas. Rio de Janeiro: UERJ, 2002. p. 11-25.

LESSA; GONÇALVES (Orgs). História das Relações Internacionais: teoria e processos. RJ: EdUERJ, 2007.

MAIA, Tatyana de Amaral “Cardeais da cultura nacional”: o Conselho Federal de Cultura e o papel civil – militar (1967 – 1975). Tese (doutorado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. 2010. 194 f.

MAINETTI, V. “La coopération culturelle internationale et l’émurgence du droit international de la culture”. Em *Alcuni aspetti della “dimensione culturale” del diritto internazionale ed interno: Profili di tutela e valorizzazione*, org. Anna Oriolo e Anna Vigorito, 171-221. Ariccia: Aracne, 2014.

MAIRESSE, François. El álbum familiar. *Museum International*, Paris, v. 50, n. 1, p. 25- 30, 1998.

MARK, Simon. A Greater Role for Cultural Diplomacy. In: *The Hague: Netherlands institute of international relations* Clingendael, 2009.

MOREL, Joaquín Bosque Conferência: O patrimônio da humanidade. In: YAGIZI, Eduardo e outros (org) *Turismo: espaço, paisagem e cultura*. São Paulo: Editora Hucitec, 1996. pp. 77-87.

NASCIMENTO, Flávia Brito. Bloco de memórias: habitação social, arquitetura moderna e patrimônio cultural. Tese (Doutorado – Área de Concentração: Habitat) – FAUUSP. São Paulo, 2011, 396 p.

NOVAIS, Bruno do Vale. Caminhos trilhados, horizontes possíveis: um olhar sobre a diplomacia cultural do Estado brasileiro no período de 2003 a 2010. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Salvador, 2013. 247 f.

NYE Jr., Joseph S.. A transformação do poder mundial. Tradução de Aiidrea Cunha. In: Diálogo, 1990.

_____. Bound to Lead: The Changing Nature of American Power. By Joseph S. Nye Jr. New York: Basic Books, 1990. 370p.

_____. “Old Wars and Future Wars: Causation and Prevention.” *Journal of Interdisciplinary History*, Vol. 18, No. 4 (Spring 1988), pp. 581–590

_____. Soft Power and US Foreign Policy: Theoretical, Historical and Contemporary Perspectives, eds. Inderjeet Parmar and Michael Cox (Abingdon: Routledge, 2010).

_____. Soft Power: The Means to Success in World Politics (New York, N.Y.: PublicAffairs, 2004).

OHNESORGE, Hendrik W. Soft Power: The Forces of Attraction in International Relations. Switzerland: Springer, 2020.

OLENDER, Marcos. 2020. “‘O Abismo Da história é Grande O Suficiente Para todos’. Os primórdios Da Carta De Atenas De 1931 E a afirmação Da noção De patrimônio Da Humanidade”. *Locus: Revista De História* 26 (2):291-313. <https://doi.org/10.34019/2594-8296.2020.v26.31204>.

_____. “Um courant sympathique”: primórdios da internacionalização da preservação do patrimônio cultural na segunda metade do século XIX. In: Bens culturais e relações internacionais: o patrimônio como espelho do soft power, 189-211, org. Rodrigo Christofoletti. Santos: Editora Universitária Leopoldinum, 2017.

OLIVEN, Ruben George. A relação Estado e Cultura no Brasil: cortes ou continuidade? In: Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984, p. 41-52.

ORLANDI, Eli Puccinelli. As formas do silêncio: no movimento dos sentidos. 6ª ed. - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

PAIVA, Ricardo A. & LIMA, Ariane C. N. TURISMO, ARQUITETURA MODERNA E INFRAESTRUTURA: A Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos Dumont. In: Anais do 14º Seminário Docomomo Brasil/ Belém, 27 a 29 de outubro de 2021.

PARREIRA, Roberto. “Estado e Cultura: fomento ‘versus’ paternalismo”. In: Miceli, Sérgio (org.). Estado e Cultura no Brasil. São Paulo, Difel, 1984, p. 223-240.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. Introdução às relações internacionais: temas, atores e visões.. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

PEREIRA, Cecília Ribeiro O turismo cultural e as missões UNESCO no Brasil. Recife: 2012. Tese (Doutorado) –Universidade Federal de Pernambuco, CAC. Desenvolvimento Urbano. Poder. Michaelis on line <https://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/poder/>

POLLACK, Michael. “Memória, esquecimento, silêncio”. In: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

RAMOS, Danielly. Introdução às Relações Internacionais. São Paulo: Editora Contexto, 2022.

RIBEIRO, Edgard Telles. Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

RICOUER, Paul. A memória, a história, o esquecimento. Tradução de Alain Franções [et al.] - Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

SANTOS, Bruna Melo dos Santos. Estação de Hidroaviões do Aeroporto Santos-Dumont 80 anos. Rio de Janeiro: Ingrafoto Produções Gráficas, 2018.

SANT’ANNA, Márcia. DA CIDADE-MONUMENTO À CIDADE-DOCUMENTO: A trajetória da norma de preservação de áreas urbanas no Brasil (1937-1990). Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. 1995. 221p.

SAPORETTI, Carolina Martins. A gestão de Renato Soeiro na direção do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) (1967-1979). Curitiba: Editora Appris, 2021.

SILVA, Vanderli Maria da. A construção da política cultural no regime militar concepções, diretrizes e programas (1974-1978). Dissertação (Mestrado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2001, 211 fl.

SOARES, Maria Susana Arrosa. A diplomacia cultural no Mercosul. In: *Rev. Bras. Polít. Int.* 51 (1): 53-69 [2008].

STANCA-MUSTEA, CRISTINA. De ideias a ações: 70 anos da UNESCO. São Paulo: Editora Brasileira de Arte e Cultura, 2015.

SILVA, Virgínia Corradi Lopes da. Entre Controles e Caminhos: o controle da circulação internacional lícita de patrimônio móvel e o procedimento do IPHAN para saída temporária. Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2020, 257 fl.

SCIFONI, Simone. A UNESCO e os patrimônios da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais” In: JACOBI, Pedro; FERREIRA, Lúcia da Costa (Orgs.) Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil. São Paulo: Annablume, 2006, p. 1-17.

Unesco Brazil: challenges and strategies/ translated by Daniela Stephenson; illustrated by Edson Fogaça – Brasília: UNESCO, 1999.

VILLANOVA, Carlos Luís Duarte. Diplomacia pública e imagem do Brasil no século XXI/ Carlos Luís Duarte Villanova. – Brasília : FUNAG, 2017.

WINTER, Tim.(2015) Heritage diplomacy, International Journal of Heritage Studies, 21:10, 997-1015, DOI: 10.1080/13527258.2015.1041412.

ZARYN, Aleksandra. The First General Assembly of ICOMOS – 1965. In: Scientific Journal Thirty years of ICOMOS. 1995. Disponível em: http://openarchive.icomos.org/id/eprint/254/1/journal_scientifique_5.pdf . Acesso em: 07 de setembro de 2022 as 19 horas e 15 minutos.

ZÉTOLA, Bruno Miranda. Quando o Itamaraty tinha bossa: formação e auge da diplomacia cultural brasileira. In: Centro de História e Documentação Diplomática (Org.). Cadernos do CHDD. Editora FUNAG - Fundação Alexandre de Gusmão. 1º ed, 2022, 625 p. Disponível em: <https://funag.gov.br/biblioteca-nova/produto/1-1200>. Acesos em: 12 de janeiro de 2022 as 20 horas.

Fontes primárias

AM ICOM BR. Para IPHAN. Carta. Verão de 1973. Nº 1. Vol. 1. 4 p.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de Andrade para o presidente do Comitê Espanhol do ICOMOS. Carta. Data: 12 de março de 1967.

ANDRADE, Carlos Drummond de. A recompensa de Soeiro. In: Jornal do Brasil. Rio de Janeiro, quinta feira, 22 de março de 1979.

ANDRADE, Rodrigo M. F. de. Carta. 10/03/1951. Rio de Janeiro – RJ, para Péricles. Sem local. 1 folha.

_____. Carta. 06/03/1967, Rio de Janeiro - RJ, para Tarso de Moraes Dutra, Rio de Janeiro. Série: PERSONALIDADES/ AA01/M036/P02?CX0129/P0417. Arquivo Central/IPHAN.

_____. Carta. 25/07/1952, para Renato Soeiro. Sem local. 1 folha.

AZEVEDO, Paulo Ormino David de. Homenagem do Conselho Consultivo do Iphan a Renato Soeiro. Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2005, p. 1. Disponível em: . Acesso em: 27/01/2021 às 18 horas e 43 minutos.

BRASIL. Decreto-lei nº 8534 de 02 de janeiro de 1946. Passa a Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional o Serviço do mesmo nome, criado pela Lei número 378, de 13 de janeiro de 1937, e dá outras providências. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8534-2-janeiro-1946-458447-publicacaooriginal-1-pe.html>. Data de acesso: 28 de janeiro de 2022 às 15 horas.

BRASIL. Decreto nº 50.293, de 23 de fevereiro de 1961. Cria o Conselho Nacional de Cultura e dá outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960->

[1969/decreto-50293-23-fevereiro-1961-390034-publicacaooriginal-1-pe.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0074.htm). Acesso em: 8 de fevereiro as 19 horas e 40 minutos.

BRASIL. Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966. Cria o Conselho Federal de Cultura e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del0074.htm. Acesso em: 8 de fevereiro as 20 horas e 20 minutos.

BRASIL. Decreto n. 66.296, de 3 de março de 1970. Provê a estrutura do Ministério da Educação e Cultura e autoriza outras providências. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66296-3-marco-1970-407656-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023 as 21 horas e 30 minutos.

BRASIL. Decreto nº 66.967, de 27 de Julho de 1970. Dispõe sobre a organização administrativa do Ministério da Educação e Cultura. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1970-1979/decreto-66967-27-julho-1970-408779-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 27 de fevereiro de 2023 as 22 horas.

BRASIL. Diário Oficial (Seção I – Parte I) Segunda-feira, 18 de fevereiro de 1972. Ministério das Relações Exteriores. (cópia).

CHAGAS, Carlos para Renato Soeiro. Carta. Data: 25 de março de 1968. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

Correio da Manhã. Brasil presente à reunião de cultura. 09/10/1970. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

Declaração dos presidentes de América. Punta del Este, 12 al 14 de abril de 1967. Disponível em: <http://www.summit-americas.org/declaración%20presidentes-1967-span,htm/> . Acesso em: 15 de julho de 2024 às 19 horas e 30 minutos.

DE LA PLATA I, Rodrigo Márquez (Comitê Nacional Chileno do ICOMOS) para Renato Soeiro (diretor IPHAN). Carta. Data: 15 de março de 1976.

El comercio Diario Independiente. Patrimonio Artístico Americano há sufrido ruina em gran parte. 29/11/1967. 1º p. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

FERNANDES, Raul. DC1/IBECC-11/642.6(04). Assistência técnica da UNESCO. Data: 28 de fevereiro de 1955.

GAZZOLA, Piero para Rodrigo M. F. de Andrade. Carta. Data. 29 de novembro de 1966.

GAZZOLA, Piero para Renato Soeiro. Carta e anexo (lista dos Comitês da América Latina). Data: 03 de outubro de 1974.

GUIMARÃES, Mário. O trabalho da Divisão Cultural, 1951, 7p. Arquivo Histórico do Itamaraty - Seção Rio de Janeiro.

ICOMOS. Carta de turismo cultural. 1976. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Turismo%20Cultural%201976.pdf>> Acesso em: 13 junho 2022 as 20 horas e 20 minutos.

ICOMOS. ICOMOS Statutes. Adopted by the Constituent Assembly on 22 June 1965 in Warsaw (Poland). 13 p.

Jornal do Brasil. Brasileiros se destacaram na reunião da UNESCO sobre a proteção dos monumentos. 8 de abril de 1972.

Jornal *El tiempo*. *Delegados de reunion sobre p proteccion de monumentos visito al presidente*. 1º/12/1967, p. 3. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro..

LARREA, Carlos Manuel. Discurso pronunciado por el sanor Carlos Manuel Larrea, presidente de la reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes historico y artistico, em la sesion de clausura celebrada el dia sábado. 2/12/67. 4 páginas. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

LEMAIRE, R. M. para Rodrigo M. F. de Andrade. Carta. Data: 10 de outubro de 1966.

MAGALHÃES, Fernando Simas. Ofício. DCInt/4044/642.6(04); 06/10/1971. Para Renato Soeiro. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro. 2 p.

MONREAL, Luis. Rapport sur la Mission du secretaire general au Bresil – 28 août – 9 septembre 1978. 25 de setembro de 1978.

OEA. *Informe final de la Reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes historico y artistico*. 1º/12/1967. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

OEA. Normas de Quito. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>. Acesso em: 13/08/24 às 21:00.

OEA para MRE. *Ofrece becas*. Data: Junho de 1973.

Secretaria Permanente dos Congressos Interamericanos de Turismo. *El legado cultural y artistico y los Congresos Interamericanos de Turismo*. 1/12/1967, 2 páginas. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

SOEIRO, Renato. Notas sobre a Reunião de Quito. 11/12/1967, 12 páginas. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Anotações sobre Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais. 1970. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Carta nº 204/67 para o arquiteto Fernando Peres (diretoria Geral dos Monumentos e Palácios Nacionais) – 20/12/67. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

- _____. Carta nº 182. 17/12/1971. Para Mario Augusto dos Santos. 2 p.
- _____. Conservação dos Monumentos Históricos no Brasil. Memória apresentada ao Simpósio Panamericano sobre Preservação de Monumentos Históricos. St. Augustine, Flórida, 10-13/06/1965.
- _____. Ofício nº 490. Data. 25 de março de 1969. Para Donatello Grieco (chefe do Departamento Cultural do MRE).
- _____. Ofício nº 959. Data: 30 de maio de 1969. Para o Secretário Mário Augusto dos Santos, então diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência do MRE.
- _____. Ofício nº 52. Data: 17 de abril de 1968. Para Carlos Chagas.
- _____. Carta nº 130. Data: 18 de agosto de 1968. Para Michel Parent.
- _____. Mercados para o desenvolvimento do turismo latino-americano. Primeiro Congresso Interamericanos de Turismo, Rio de Janeiro, 1972.
- _____. Relatório sobre reuniões realizadas no Conselho do Centro de Roma e na Sede da UNESCO, em Paris (de 23 de abril a 6 de maio de 1968). Data: 21 de maio de 1968. 3 p.
- _____. Ofício nº 710. Data: 25 de agosto de 1971 Coronel Confúcio Pamplona (secretário geral do MEC).
- _____. Discurso proferido pelo Arquiteto Renato Soeiro, no ato da posse como Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 24 de junho de 1967. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.
- _____. Discurso do novo conselheiro. In: Cultura. MEC. Agosto de 1969, ano 3, nº 26. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.
- _____. DAC: Defesa e preservação do patrimônio cultural brasileiro. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro, 1974.
- TELLES, Augusto Silva. ICOMOS. Data: 22 de julho de 1974.
- _____. A Formação de Técnicos na Preservação de Bens Culturais e Sítios, no Brasil, e o ICCROM. In: Boletim do SPHAN nº 22. Janeiro/ Fevereiro 1983. 23-26 p.
- Unesco. Comité spécial d'experts gouvernementaux charge de préparer un projet de convention et un projet de recommandation aux Etats Membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites. 29/10/1972. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.
- _____. Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais. Veneza, 24 de agosto - 2 de setembro de 1970. SHC/MD/13. Paris: UNESCO, 26 de outubro de 1970. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Constituição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0014/001472/147273por.pdf>> Acesso em: 30 de junho de 2022 as 19 horas e 20 minutos.

_____. Convenção para o Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972). Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Convencao1972%20-%20br.pdf>>. Acesso em: 1º/09/2024 às 10 horas e 30 minutos.

_____. Declaração dos Princípios da Cooperação Cultural Internacional. Paris, Unesco, 4 de outubro de 1966. Disponível em: <http://crrm.nepp-dh.ufrj.br/onu16-1.html>. Acesso em: 02/08/2024 às 20:00.

_____. La protección del patrimonio cultural de la humanidad: lugares y monumentos. 1969. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131334>. Acesso em: 22 de junho de 2024 às 20 horas.

_____. Primeira página do Documento de Trabalho da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (SHC/CIPOC/4). Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Rapport du directeur general sur l'activité de l'organisation en 1966. Unesco: 1966. Unesco. Reglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites. 30/06/1971. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

_____. Visitas técnicas de informacion sobre el problema de la conservacion de Venecia. 27/08/1970. 8p. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

VALLEJO, Julio Prado. Discurso pronunciado por el ministro de relaciones exteriores del Ecuador, Doctor Julio Prado Vallejo, em la session inaugural de la Reunion sobre conservacion de monumentos artísticos e históricos. 28/11/1967, 6 páginas. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

ZENDEGUI, Guillermo de. Palavras del Doctor Guillermo de Zendegui, secretario tecnico de la Reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes histórico y artístico. 28/11/1967, 9 páginas. Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro.

ZENDEGUI, Guillermo de. para Renato Soeiro. Carta. Data: 18 de outubro de 1968.

Entrevistas

AZEVEDO, Paulo Ormino de. Entrevista III. [Abril. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (79 min).

CHAIMOVICH, Felipe Soeiro. Entrevista II. [Abril. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (60 min).

SOEIRO, Vera Fagner. [Março. 2022]. Entrevistadora: Carolina Martins Saporetti. On line. Arquivo Mp4 (33 min).

6- ANEXO 1 – TRADUÇÕES DE DOCUMENTOS (EM IMAGENS) UTILIZADOS EM LÍNGUAS ESTRANGEIRAS

a) Fig. 17 – Carta nº 130 enviada por Renato Soeiro a Michel Parent

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Cts, nº 130

Rio, 18 de agosto de 1968

Caro amigo,

Acabo de receber a sua carta de Cannes e espero que a sua saúde esteja muito melhor e que tenha encontrado um pouco de tranquilidade para o equilíbrio essencial para enfrentar os vários compromissos da sua atividade.

Para mim, pessoalmente, seria preferível que a sua estadia no Brasil fosse depois do mês de setembro por causa do encontro em Pistoia, muito importante para nós, do qual devo participar. Nesta ocasião, espero encontrá-los em Paris, por volta do dia 15 de setembro, e também fazer novos contatos na UNESCO.

O mês de novembro em Salvador ainda é bom para você; no Rio já está um pouco quente.

Mas você sabe muitos meses no Brasil, aguardando suas notícias, envio-lhe, com meus respeitos à Madame Parent, os cumprimentos de

Renato Soeiro

Diretor

Senhor

Michael Parent

1 Avenida de Paris

78 Verailles, França

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

b) Fig. 18 – Carta do presidente do ICOMOS Piero Gazzola para Rodrigo M. F. de Andrade (presidente do Comitê Nacional Brasileiro)

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS

M. E. C. Protocolo D. P. H. A. N. N 1878, de 9.1216

O PRESIDENTE P./PG/337

Paris, 29 de novembro de 1966

Excelência,

Lamentei muito que não lhe tenha sido possível assistir à primeira reunião do Comitê Consultivo, que reuniu em Paris, no dia 16 de novembro, muitos Presidentes de Comitês Nacionais. Em anexo encontram-se alguns documentos que foram distribuídos durante esta sessão.

Nosso Secretário Geral, Sr. Lemaire, enviará posteriormente o relatório desta sessão. Na esperança de encontrá-lo numa ocasião futura, queira aceitar, Excelência, os protestos da minha elevada consideração.

(Piero Gussola)

Sr. Rodrigo MELLO FRANCO de ANDRADE, Presidente do Comitê Nacional Brasileiro,

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Ministério da Educação e Cultura RIO DE JANEIRO

BRASIL

TAL. 701.78.04 PALAIS DE CHAILLOT LUGAR ASA DE GUARDA DO TROCADERO PARIS XVI PRANCH

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

c) Fig. 20 – Carta de R. M. Lemaire para Rodrigo M. F. de Andrade

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS

M. E. C. Protocolo D. P. H. A. N. No. 1582, de 18.x.68

Louvain, 10 de outubro de 1966

O SECRETÁRIO GERAL

RL/MC/431

Ao Sr. Rodrigo Mello Franco de ANDRADE Presidente do Comitê Nacional de ICOMOS

Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Ministério da Educação e Cultura RIO DE JANEIRO
BRASIL

Senhor Presidente,

Lembro-lhes minha carta de 4 de abril de 1966 sobre a lista de especialistas da UNESCO. Você teve a gentileza de me responder em 11 de maio, enviando-me a lista anexa. Desde então, as autoridades responsáveis da UNESCO solicitaram-nos a gentileza de indicar para cada especialista.

1. a habilidade específica;
2. as línguas estrangeiras que ele fala
3. o período durante o qual poderia aceitar missões fora do seu país;
4. a duração máxima destas missões.

Ficaria muito grato se você me enviasse essas informações adicionais antes de 1º de novembro. Ao agradecer-lhe a sua gentileza, peço-lhe que aceite, Senhor Presidente, a expressão dos meus ilustres sentimentos.

Prof. Dr. R.M.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

d) Fig. 21 e 22 – Carta de Piero Gazzola para Renato Soeiro e lista dos Comitês da América Latina anexada

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS

ICOMOS

Protocolo J. P. H. A. N.

CD 16 12,74

Nº 4261 em 17/12/24

O presidente

Paris, 3 de dezembro de 1974

PG/PGG/1389

Senhor Diretor e querido amigo,

Durante a sua última sessão em Paris, nos dias 29 e 30 de Novembro, o Comité Executivo do ICOMOS desejou que fosse feito um esforço para coordenar os esforços e atividades dos Comitês Nacionais do ICOMOS na América Latina, no domínio a proteção de cidades antigas, inventários do patrimônio histórico imobiliário e que sejam realizados estudos para delimitar possíveis áreas de atuação.

Solicitei ao Senhor Jorge O. GAZANEO, Presidente do Comitê Argentino do ICOMOS e único representante dos países latino-americanos que pôde participar da reunião do nosso Comitê Executivo, que contatasse os presidentes dos nossos comitês nacionais na América Latina, a fim de estudar com eles como o desejo do Comitê Executivo pode ser seguido. O Sr. Gazaneo entrará em contato com você mais tarde. Eu ficaria muito grato pelo que você pode fazer para implementar este projeto.

Aproveito para lembrar que ficaria feliz em receber notícias da reestruturação do nosso Comitê Nacional no Brasil. Você verá, na lista que lhe envio em anexo, que a presença do ICOMOS já se afirma na América Latina...

Por favor, aceite, Sr. Diretor e querido Amigo, a garantia dos meus mais cordiais sentimentos.

(Piero Gazzola)

Sr. Renato SOBIRO Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional BRASIL

Hotel Saint Aignan 75 rue du Temple 75003. PARIS França 277

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SITES ICOMOS

COMITÊS NACIONAIS DO ICOMOS NA AMÉRICA LATINA

(Número e Direção do Presidente)

ARGENTINA

Arq. Jorge O. GAZANEO

Casilla de Correo 2163

BUENOS AIRES

BOLÍVIA

Arq. Teresa GISBERT

Diretora, Museu Nacional de Arte

LA PAZ

BRASIL

Arq. Renato SOEIRO

Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Ministério da Educação e cultura

RIO DE JANEIRO

CHILE

Arq. Rodrigo MARQUES DE LA PLATA

Agustinas 1070, de 420

SANTIAGO DE CHILE

COLÔMBIA

R.P. Alfonso BOPRERO,

S.J. Reitor da Pontifícia Universidade Javeriana Carrera

7a 40-62

BOGOTÁ D..

(+) GUATEMALA

MÉXICO

Arq. José VILLAGRAN GARCIA

Dublin 7

MÉXICO 6 D.F

PARAGUAI

Arq. Jorge PATINO MIGONE

Artigas, 299

ASSUNÇÃO

(+) GUATEMALA

Lic. Luis LUJAN MUNOZ

Vice-Presidente, Conselho Nacional para a Proteção da Antiga Guatemala Convento de Nuestra Señora del Pilar de Zaragoza

LA ANTIGUA GUATEMALA

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

e) Fig. 23 – Carta de Rodrigo Márquez de la Plata I. para Renato Soeiro

CONSELHO INTERNACIONAL DE MONUMENTOS E SÍTIOS COMITÊ CHILENO

ICOMOS

SANTIAGO CHILE, 15 de março de 1976

Senhor
Renato Soeiro
Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
Ministerio de Educação e Cultura
Rio de Janeiro

Caro senhor,

Aproveitando a viagem ao Brasil do nosso associado, prof. Vittorio di Girolamo C., e tendo presente o interesse do nosso Comitê Nacional do ICOMOS em tudo o que signifique maior informação sobre as recentes obras de restauro de edifícios ou conservação urbana, realizadas no seu país; Escrevo-lhe para pedir-lhe que proporcione ao Sr. di Girolamo os contatos necessários com pessoas e instituições relacionadas com o tema da nossa especialidade.

Esperando que este intercâmbio de informações contribua para uma melhor abordagem da tarefa comum de salvaguarda do nosso patrimônio cultural latino-americano, saúdo-vos sinceramente,

Presidente

Rodrigo Márquez de la Plata I. Comitê Nacional Chileno do ICOMOS

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

f) Fig. 26 e 27 – Oferece Bolsas

ORGANIZAÇÃO DO PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL REGIONAL DOS
ESTADOS AMERICANOS PROJETO DE PATRIMÔNIO CULTURAL

Nº 468/73 de junho de 1973

OFERECE BOLSAS

CURSO: RESTAURAÇÃO E AMBIENTE DE MONUMENTOS E COMPLEXOS
MONUMENTAIS PROJETO PEC 1.229-E

SEDE: Instituto de Cultura Hispânica, Madrid, Espanha

Data de início: 15 de janeiro de 1974

Duração: Seis meses

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO

Número de Bolsas: 10

Espanhol

METAS

Promover a formação de Especialistas em Conservação e Restauro de Monumentos e Conjuntos Histórico-Artísticos dos Estados Membros, através da formação e formação dos seus licenciados universitários (arquitetos), nos métodos e técnicas relacionados com a conservação, restauro, utilização e documentação de Monumentos e Complexos Histórico-Artísticos, para desenvolvimento e execução de projetos.

PROGRAMA

O curso será desenvolvido de acordo com o seguinte Programa:

1. História do urbanismo e da arquitetura em Espanha e na América Latina: arquitetura espanhola; Arquitetura hispano-americana; a evolução da cidade; Cidades espanholas na América; história da tecnologia; história da restauração.
2. Teoria Geral do Património Cultural: Relações entre o binómio arquitetura e cidade; a realidade histórica e o facto arquitetónico; abordagens ao estudo do espaço histórico; morfologia do espaço na história, finalidades do espaço histórico, limites e tipologias; conjunto histórico, centro histórico, edifício histórico, como elementos da estrutura urbana; o material histórico e o papel das vanguardas;

(Continuação, no verso)

REQUISITOS PARA OPTAR

1. Ser cidadão ou residente permanente de um dos Estados membros da OEA.
2. Possuir formação profissional de nível universitário com especialização em arquitetura (anexar cópia).

3. Possuir conhecimento da língua espanhola, caso esta não seja a sua língua materna, avalizado por certificado de instituição competente.

4. Possuir aptidão física para cumprimento das obrigações do curso, comprovada por atestado médico.

NOTA: O Governo espanhol concederá ao bolseiro o direito ao alojamento em residências universitárias pelo mesmo preço cobrado dos estudantes.

CANDIDATURA DE BOLSA E OUTRAS INFORMAÇÕES

Os formulários (Formulário 98 da OEA) “Solicitação de Bolsa” e (Formulário 345 da OEA) “Instruções para a apresentação de Solicitações de Bolsas” são obtidos dos Escritórios da Secretaria-Geral I da OEA nos Estados membros. As bolsas incluem os seguintes benefícios: A OEA paga as viagens de ida e volta (aérea/económica) entre o local de residência e o local de estudo. O Governo de Espanha contribui mensalmente com 7.000 pesetas para despesas de subsistência; estudos; serviços de biblioteca; e seguro saúde durante a vigência da bolsa.

IMPORTANTE: A candidatura completa, em triplicado, e a documentação pertinente deverão ser entregues ao gabinete central de planeamento ou ao órgão de ligação designado pelo governo com antecedência suficiente para que possa ser enviado à Secretaria-Geral da OEA em Washington, D.C., antes de 12 de outubro de 1973, data de encerramento do concurso internacional.

INSCRIÇÕES INCOMPLETAS NA DATA DE ENCERRAMENTO DA COMPETIÇÃO NÃO SERÃO CONSIDERADAS

SECRETÁRIO GERAL DA OEA Subsecretário de Cooperação Técnica - Escritório de Bolsas e Treinamento - Washington, D.C., 20006

INFORMAÇÕES SOBRE O CURSO: (Cont.)

...campo-cidade, relações território-cidade, ambiente ambiental e realidade histórica do complexo, centro ou edifício; conceito de membrana, fronteira e limite histórico; funções, usos e transformações dos conjuntos histórico-artisticos; elementos característicos do conjunto histórico; debate sobre a forma no complexo histórico; ideologia e expressão histórica; a arquitetura como memória de

exposição ideológica; realidade e mito do monumentalismo; estruturas históricas de decadência e estruturas históricas de regeneração; o papel da teoria na transformação do espaço histórico;

3. Planejamento Urbano dos Conjuntos Histórico-Artísticos: Análise de situações possíveis do conjunto histórico-artístico em relação ao seu entorno; fenômenos geradores de novas construções; problemas gerais do centro histórico estático; degradação e possível vitalização de bens patrimoniais; problemas gerais do centro histórico interior num povoado que é ou foi dinâmico; evolução e transformação do complexo histórico-artístico; o problema dos usos no complexo histórico-artístico; análise da metodologia de informação do capacete em conjunto histórico-artístico; prospecção direta; problemas de pesquisa; prospecção direta especializada. Dados bibliológicos. Vegetação. Dados de análise ecológica e paisagística; as tipologias; estado da construção, avaliação de danos e avaliação de remodelações; análise gráfica. Fotografia e desenho; estudo econômico-financeiro. Estudo histórico. Estudo socioecológico; transcrição dos dados da pesquisa.

4. Conservação e Restauro de Monumentos: Significado das estruturas monumental; análise do contexto urbano e paisagístico; análise histórica. Análise artística. Análise arquitetônica. Análise construtiva; tipologia. Metodologia; fundações, pisos, paredes e estruturas verticais; estruturas horizontais; conclusões das análises e documentação anterior; objectivos do restauro, Tipos de restauro; revitalização; superposição de elementos; apresentação do monumento; arte de parede; arte móvel anexada ao monumento; o projeto de restauração; o tratamento do contexto do monumento.

5. Legislação: Conceito e natureza do património artístico; elementos e bens que o compõem; protecção do património histórico-artístico; enquadramento legislativo; abrangência e cronologia das disposições sobre património histórico-artístico; legislação vigente; legislação comparada; acordos internacionais; organizações internacionais para a protecção do património cultural e natural; trabalhos práticos e seminários.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

g) Fig. 28 e 29 – Carta de Guillermo de Zendegui para Renato Soeiro

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

UNIÃO PAN AMERICANA

Washington 6, DC, EUA Endereço do cabo: PAU WASH DC

Protocolo D.P.H.A.N.N. 1601 2310-68

18 de outubro de 1968

Caro amigo:

Permitimo-nos sugerir seu nome para integrar um grupo de especialistas que se encarregará de formalizar o projeto de programa a que se refere a Resolução CIC-23/68, que anexo a você para sua melhor informação.

A designação final corresponde à Comissão Executiva do Conselho Cultural Interamericano presidida pelo Professor Patricio Rojas. Consequentemente, estas linhas não têm outro valor senão saber, a nível pessoal, se, caso fosse selecionado, estaria em condições de aceitar a honrosa responsabilidade que tal missão implica.

Está prevista a realização de dois períodos de sessões, de cinco dias cada, durante os meses de dezembro e janeiro. As reuniões seriam realizadas em nossa sede em Washington e, claro, a OEA seria responsável pelo transporte (duas viagens: ida e volta ao país de origem) e por um subsídio de subsistência razoável para despesas de subsistência.

Renato Soeiro Diretor, Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Ministério de Educação e Cultura

Rio de Janeiro, Brasil

Não é necessário dizer que por ser um dos signatários das Normas de Quito, e constituir uma parte muito importante do programa a ser discutido, o problema do patrimônio monumental e artístico, sua experiência e conselhos devem ser altamente benéficos para nós.

Rogo-lhe, querido amigo, que me informe o mais rápido possível como aceita a possibilidade que lhe aponto.

Guillermo de Zendegui Diretor Adjunto, Departamento de Assuntos Culturais

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

h) Fig. 31 – Capa do discurso realizado por Julio PradoVallejo

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS

ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE MONUMENTOS E LOCAIS DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO

QUITO, EQUADOR

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO EQUADOR, DOUTOR JULIO PRADO VALLEJO, NA INAUGURAÇÃO DO ENCONTRO SOBRE CONSERVAÇÃO E USO DE MONUMENTOS ARTÍSTICOS E HISTÓRICOS

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

i) Fig. 32 –Discurso de encerramento da Reunião sobre Conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico feito por Carlos Manuel Larrea

DISCURSO PROFERIDO POR BAIXO CARLOS MANUEL LARREA, PRESIDENTE DA REUNIÃO SOBRE CONSERVAÇÃO E UTILIZAÇÃO DE ADHUMINTES E LOCAIS DE INTERESSE HISTÓRICO E ARTÍSTICO, NA SASÃO DE ENCERRAMENTO

ERA SÁBADO, 2 DE DEZEMBRO DE 1967

Ilustre Senhor Secretário Técnico, Ilustres Senhores Representantes Técnicos e Delegados, Senhoras, Senhores

Chegou o momento de encerrar este ciclo de conversas amigáveis e não de discussões formais, sobre a tão importante questão da conservação e utilização de Monumentos e Locais de Interesse Histórico e Artístico.

Encontro beta organizado pelo o que aconteceu pela primeira vez na América Latina nesta cidade de Quito. E no exato momento em que terminamos o trabalho realizado com tanta assiduidade e entusiasmo, sentimentos muito diferentes preenchem o meu espírito.

Em primeiro lugar, um sentimento de sincera gratidão porque quiseste derramar a riqueza do teu vasto conhecimento, da tua ciência e da tua experiência nesta cidade de Quito, que tiveste a amabilidade de escolher como local das tuas sábias deliberações e que recebi você com toda cordialidade e felicidade.

Em segundo lugar, um sentimento de satisfação, como o que todos vocês deveriam sentir, por terem, com a ajuda de Deus, cumprido bem a nossa tarefa e alcançado os propósitos.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

j) Fig. 33 – Foto dos representantes internacionais publicada no jornal O Tempo

QUITO, SEXTA-FEIRA, 19 DE DEZEMBRO DE 1967

O TEMPO

INFORMAÇÃO NACIONAL

DELEGADOS À REUNIÃO SOBRE A PROTEÇÃO DE MONUMENTOS VISITAM O PRESIDENTE - Os Delegados dos países Americanos e da Espanha participantes da Reunião sobre a Proteção e Utilização de Monumentos Históricos e Artísticos, que se realiza nesta capital, visitaram pela última vez o Presidente da República noite, o Dr. Otto Arosemena e conversaram com ele por vários minutos. O gráfico capta um momento da visita realizada na sala da Residência Presidencial.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

k) Fig. 34 – Notícia no jornal O Comércio

O COMÉRCIO

DIÁRIO INDEPENDENTE

ANO LXII

EDIÇÃO DE 36 PÁGINAS (duas seções)

Quito Equador, quarta-feira, 29 de novembro. de 1967

Preço: UM SUCRE

Nº 23.067

O Ministro das Relações Exteriores, Dr. Julio Prado Vallejo, ao proferir o discurso de abertura do Encontro para a Conservação e Aproveitamento de Monumentos e Locais de Interesse Histórico e Artístico, ontem de manhã, na sala de sessões do CIESPAL.

O patrimônio artístico americano sofreu em grande parte a ruína

Sua conservação e utilização são de excepcional importância, afirmou na abertura da reunião continental organizada pela OEA.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

D) Fig. 36 e 37 – Carta nº 204

MINISTERIO DE EDUCACIÓN CIATURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTORICO & ARTÍSTICO NACIONAL

cta, nº 204

20-12-67

Caro Colegas

Participando de um encontro sobre utilização e conservação de monumentos históricos e artísticos em Quito, Equador, reunião promovida pela OEA em cumprimento a uma recomendação constante / da Declaração dos Presidentes da América em Punta del Este, 1967, verifiquei o interesse dos demais países deste continente em contar, os trabalhos de recuperação e revalorização de seus monumentos, com o auxílio da Espanha, único país extra-continental nominalmente alf/ citado, tendo em vista as raízes históricas que sempre os uniram, 80 licitei então fosse consignado pelas mesmas razões idêntico interesse de parte do Brasil por outro país extra-continental, Portugal, modificando-se a indicação onde a referência fôra feita apenas à Espanha, que passou a ter a seguinte redação.

"3. Ligação à necessária revalorização do património monumental e artístico das nações de América para outros países extra-bontinenses e, de forma muito especial, para Espanha e Portugal, dada a participação histórica de ambos na formação de/disse património e dada a comunidade de valores culturais que os mantêm unidos aos povos deste Continente".

A redação final das Recomendações entretanto, não pode ser discutida em plenário dado o avançado da hora da última reunião. Em consequência solicitou-me o Dr. Guillermo de Zendegui Secretário Técnico daquele Encontro que, por escrito, propusesse as alterações à respeito. Nesse sentido, dirigi-lhe a carta cuja cópia junto em anexo bem como aquelas Recomendações.

Esclareceu-se o Dr. Zéndegui, com referência à colaboração para pesquisas em arquivos, que Portugal nunca pleiteara nada. De fato, não lhe caberia a iniciativa pois é o Brasil quem precisa dessa providência. Assim pois, consulto-lhe sobre orientação a ser tomada no caso, quais as providências indicadas à consecução desse objetivo, a quem solicitá-los e de que forma encaminha-los.

m) MINISTERIO DE BOUCAÇÃO CIALTURA

DIRETORIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL

Cta, n.º 20/67

Melhor receptividade no Departamento de Assuntos Culturais da OEA a qualquer solicitação visando a colaboração financeira daquele organismo para a realização das mencionas pesquisas.

Ficaria muito grato se pudesse dizer-me qualquer coisa com certa brevidade. As recomendações deverão ser tornadas Re- soluções ne próxima Reunião do Conselho Interamericano de Cultura a ser realizada em fevereiro próximo na Venezuela.

Agradecendo-lhe antecipadamente a colaboração, envio-lhe com os melhores votos para um bom Natal e feliz Ano Novo, atenciosas saudações,

amigo obrig.

Renato Soeiro Diretor

Ao Arquiteto

Fernando Peres

Diretoria Geral dos Monumentos

Palácios Nacionais

Praça do Conversão

LISBOA PORTUGAL

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

n) Fig. 38 – Primeira página do Documento de Trabalho da Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais (SHC/CIPOC/4)

Distribuição limitada

SHC/CIPOC/4 Paris, 25 de maio de 1970

ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE OS ASPECTOS INSTITUCIONAIS,
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DAS POLÍTICAS CULTURAIIS

Veneza, 24 de agosto a 2 de setembro de 1970

DOCUMENTO DE TRABALHO

1. O desenvolvimento cultural desempenha um papel cada vez mais importante na Estados-Membros, qualquer que seja a sua natureza e nível de progresso econômico e social. A ação que as autoridades públicas estão a tomar ou poderiam tomar nesta área é atualmente objeto de numerosos debates a nível nacional e internacional. A UNESCO pode dar um contributo útil para este desenvolvimento, ajudando os Estados-Membros a desenvolver e aplicar as suas políticas culturais. O seu papel não é definir os valores que devem orientar a política cultural; é da responsabilidade dos próprios Estados-Membros, mas, sujeito a acordo sobre objetivos gerais e concretos, estudar os melhores meios de

detectar necessidades culturais, encorajar a atividade criativa e garantindo a mais ampla participação na vida cultural.

2. Na sua décima quinta sessão, a Conferência Geral da Unesco definiu o quadro de referência para esta conferência. Autorizou o Diretor-Geral "a estudar formas de contribuir para o desenvolvimento cultural, nomeadamente através da realização de um estudo dos problemas institucionais, administrativos e financeiros encontrados pela ação cultural, através da convocação de uma reunião intergovernamental em 1970 para esse fim. assunto, e por participar, a seu pedido, nas atividades dos Estados-Membros neste domínio.

3. O desenvolvimento cultural deve ser considerado tanto como um problema geral, cujos elementos são comuns a todos os países, como como um problema que varia de acordo com a situação e o carácter de cada país. Portanto, não se trata, para a conferência, de realizar um debate geral sobre a noção de cultura, mas de definir concretamente o que significa e implica a adopção e aplicação de uma política cultural. Que abordagens poderiam adoptar o Estado, a administração ou qualquer outra organização social que tenha de tomar decisões sobre as modalidades de uma política cultural?

4. Mas surgem importantes problemas de definição. Devemos entender por “cultura” apenas artes e letras, património cultural tradicional? Não deveríamos levar em conta novas formas de arte? Novos públicos? Novos meios de distribuição? Consequências do aumento do lazer? A necessidade de conciliar as exigências de qualidade e as de ampla distribuição?

SHC/CONF. 41/5

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

o) Fig. 39 – Primeira página da programação de visitas técnicas de informação sobre o problema de conservação de Veneza

UNESCO/CIPOC/INF.7 Veneza, 27 de agosto de 1970

CONFERÊNCIA INTERGOVERNAMENTAL SOBRE ASPECTOS INSTITUCIONAIS,
ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS DAS POLÍTICAS CULTURAIS

VISITAS DE INFORMAÇÃO TÉCNICA SOBRE O PROBLEMA DA CONSERVAÇÃO DE VENEZA

Visite nº 1

EXPOSIÇÃO HISTÓRICA DE LAGUNA

(Palácio Grassi)

Tema: A importância da lagoa para Veneza

A exposição histórica organizada no Palazzo Grassi pretende ilustrar a evolução física da lagoa de Veneza e o importante papel que desempenhou na vida da cidade.

Os venezianos e o seu governo sempre compreenderam que o seu destino dependia da lagoa onde se refugiaram nos tempos primitivos. Consequentemente, embora tenham cruzado os mares e se relacionassem com a maior parte do mundo conhecido em sua época, nunca negligenciaram a extensão de água que imediatamente os rodeava e que os receberia no retorno de suas viagens.

As origens

As condições atuais são o resultado de uma evolução natural que remonta a tempos imemoriais; É por esta razão que a Exposição começa (Halls I e II) com um resumo geológico. O visitante poderá ver como era a Itália durante o Plioceno e seu crescimento durante a Idade do Gelo, quando Veneza formou um único bloco com a atual Ístria e parte da Dalmácia.

A vegetação

As salas IV e V ilustram as florestas com cuja madeira os venezianos construíram as suas casas e barcos, bem como as plantas que caracterizam a ecologia lagunar.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

p) Fig. 41 -Regulamentações internacionais para a proteção de monumentos, complexos e sítios

Distribuição geral

SHC/MD/17

PARIS, 30 de junho de 1971

Original francês

ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS

REGULAMENTOS INTERNACIONAIS PARA A PROTEÇÃO DE MONUMENTOS,
ASSEMBLEIAS E SÍTIOS

Relatório preliminar elaborado nos termos do artigo 10.1 do Regulamento relativo às recomendações aos Estados-membros e às convenções internacionais previstas no artigo IV, parágrafo 4 do Ato Constitutivo.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

q) Fig. 45 - Comité especial de peritos governamentais responsável pela preparação de um projeto de convenção e de um projeto de recomendação aos Estados-Membros relativos à proteção de monumentos, grupos e sítios

SHC-72/CONF.37-2 PARIS, 29 de outubro de 1971 Original francês

ORGANIZAÇÃO EDUCACIONAL, CIENTÍFICA E CULTURAL DAS NAÇÕES UNIDAS

COMITÊ ESPECIAL DE PERITOS GOVERNAMENTAIS ENCARREGADO DE PREPARAR UM PROJETO DE CONVENÇÃO E UM PROJETO DE RECOMENDAÇÃO AOS ESTADOS MEMBROS RELATIVO À PROTEÇÃO DE MONUMENTOS, ASSEMBLÉIAS E SÍTIOS

Casa da Unesco, Paris, 4 a 20 de abril de 1972

REGRAS INTERNAS PROVISÓRIAS

(Estabelecido de acordo com o Regulamento relativo à classificação geral das diversas categorias de reuniões convocadas pela Unesco, que a Conferência Geral adotou na sua décima quarta sessão 14 C/Resoluções, 23)

I. PARTICIPAÇÃO

Artigo 1.º Principais participantes

Governos dos Estados Membros da Unesco cuja lista foi estabelecida pelo Conselho Executivo da Organização de acordo com o Artigo 21 do Regulamento relativo à classificação de todas as diversas categorias de reuniões convocadas pela Unesco.

Artigo 2.º

Representantes e observadores

2.1 Os Estados Membros e Membros Associados da Unesco que não sejam os mencionados no Artigo 1 poderão ser representados por observadores.

2.2 Os Estados não membros, convidados em virtude de uma decisão do Conselho Executivo, poderão enviar observadores.

2.3 As Nações Unidas e outras organizações e instituições do sistema das Nações Unidas com as quais a Unesco tenha celebrado um acordo que prevê a representação recíproca poderão enviar representantes à Conferência.

2.4 As organizações intergovernamentais e não governamentais convidadas por decisão do Conselho Executivo também poderão enviar observadores.

2.5 Os representantes e observadores poderão participar nos trabalhos da Conferência, sem direito a voto, observado o disposto no artigo 9.3.

Fonte: Arquivo Central do IPHAN/Seção Rio de Janeiro

ANEXO 2 – CATALOGAÇÃO DOS DOCUMENTOS

a) Catalogação do acervo levantado no Arquivo Central do IPHAN/ Seção Rio de Janeiro

ASSUNTOS INTERNACIONAIS

0006_P.0039 Centre International D'Etudes pour la conservation et la restauration des biens culturels – ICCROM

0007-P.0040 Pasta - SPHAN – Estrangeiro – Centro Internacional de Estudos para a conservação e restauração e restauração dos bens culturais (ICCROM) – ex centro de Roma

- Documento da UNESCO (Percy Stulz – directeur, Divisão do Patrimônio Cultural) para o IPHAN - 03/04/1979

- Ofício nº 475 do IPHAN diretor geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Renato Soeiro) para o chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica – 23/02/1979

- Para The Chairman ICCROM Council – Missão do Brasil – 2 a 9 de outubro de 1979 – diretor do IPHAN Aloísio Magalhães

- ICCROM – Derniere Minute nº 6 – setembro de 1980

- ICCROM – Stop – Press nº 6

- Regular training at ICCROM 35 p.

0009_P.0044_Congresso

- IBECC/445 – Circuito de Turismo Cultural nas Missões Jesuíticas de Agostinho Olavo Rodrigues – secretário executivo – 03/12/79

- Do Ministério de Cultura y Educacion Comision Nacional Argentina para la UNESCO ao presidente do Instituto de la Educacion, la Ciencia y la Cultura – 21/11/79

- Do Ministério de Cultura y Educacion Comision Nacional Argentina para la UNESCO ao presidente do Instituto de la Educacion, la Ciencia y la Cultura – 04/12/1979

- Ct nº78 – ao secretário permanente da Comission Nacional Paraguai de Cooperación com la UNESCO – Assuncion – Paraguai – Agugosto C. Da Silva Telles Diretor da DCR/IPHAN – 25/09/79

- Cópia para controle de serviço – José Villalba Boscarino – do IPHAN – 21/09/79

- Cópia para controle de serviço – José Villalba Boscarino para o IPHAN – 11/09/79

- Remetec – MEC – Para Dra. Myrian Dauelsberg –Acúmulo de cargo do arquiteto Augusto Carlos Silva Telles - 2/06/79

- RIOPH – pedido de afastamento de Augusto Carlos Silva Telles – 27/04/75

- RIOPH – indicação de Augusto Carlos Silva Telles como representante do IPHAN nas Missões Jesuíticas – 18/04/1979

- RETEMEC – de Aloísio Magalhães para Dra. Mirian Dauelsberg – confirmação da indicação de Augusto Carlos Silva Telles 24/04/79

- Villalba secretário comnacional UNESCO para Renato Soeiro – delegado para participar da Reunião sub-regional Turismo Cultural – 26/03/79

- Do Ministro da Educação para Agostinho Olavo Rodriguez – IBECC – Palácio Itamarati – sobre reserva de passagens e hotel para a Reunião do Turismo Cultural – cita o nome de Soeiro – 1979

- De José Villalsa Boscarenno – secretário permanente da Comissão Nacional Paraguaya de Cooperação com a UNESCO para Renato Soeiro – 07/04/1979 (foto 23 e 24)

- Villalba secretário comnacional UNESCO para Renato Soeiro – delegado para participar da Reunião sub-regional Turismo Cultural – 26/03/79

- Ofício 555 de Renato Soeiro para Ministro de Estado da Educação e Cultura professor Euro Brandão – sobre as Missões Jesuíticas – 06/03/79 (foto 29 e 30)

- telegrama De José Villalsa Boscarenno para Carlos Telles sobre adiamento das Missões Jesuíticas – 16/10/78

- CNUP nº 110/78 - De José Villalsa Boscarenno para Carlos Telles – 26/06/1978

- CNUP nº 21/78 – para Agostinho Olavo Rodrigues De José Villalsa Boscarenno 10/02/78

- Ofício nº808 De Renato Soeiro para secretário executivo do IBECC – indicação de um técnico do IPHAN para reunião sub-regional sobre desenvolvimento turístico-cultural da área das Missões Jesuíticas – 05/04/78

- IBECC/92 – de Agostinho Olavo Rodriguez para Renato Soeiro – pedido de dois participantes brasileiros fossem um do IPHAN e outro da EMBRATUR na reunião subregional para organizar normas do Turismo Cultural para o desenvolvimento da área das Missões Jesuíticas. 8/03/78 (47 e 48 foto)

- TELEX nº22 de Renato Soeiro para Dra. Nelly Paschoal Figueiredo – subchefe do Gabinete do Ministério da Educação e Cultura – sobre consulta ao Itamaraty para indicação do arquiteto Augusto Telles participar da comissão do projeto das Missões Jesuíticas (1976)

- Ofício 3581 – de Renato Soeiro para Ministro de Educação e Cultura – designação para o Projeto “Circuito das Missões Jesuíticas” – p. 27/10/76 (foto 56 e 57)

- Ofício nº 3512/76 do diretor do IPHAN para o presidente do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – assunto: designa representante do IPHAN no projeto de Turismo do Circuito das Missões Jesuíticas (20/10/76)

- Atestado – Renato Soeiro atesta que o arquiteto Antônio Luiz Dias de Andrade participou como delegado da reunião para elaboração do projeto de restauração e valorização das Missões Jesuíticas – 21/09/76 (foto 72)

- Ofício 1433/76 – de Renato Soeiro para Bolivar Madruga Duarte – esclarecimentos sobre o IPHAN e sobre a atuação nas Missões Jesuíticas – 27/10/76

- Ofício nº20 – ao sr. Agostinho Olavo Rodrigues – da Comissão Nacional Brasileira de cooperação com a UNESCO – de Luis A. Guedes – secretário da Comissão nacional da UNESCO no Paraguai. 16 (foto 78)

- Ofício nº1714 ao chefe do Serviço Auxiliar do IPHAN e diretor adjunto do DAC Dr. João Pacheco Netto enviado por Solano Santos de Moraes – chefe do S.A. - cópia de expediente, encaminha – cópia dos documentos e ofício enviado firmando o convênio com a Faculdade de Arquitetura de Assunção, para que estes fizessem o levantamento fotográfico dos restos das Missões paraguaias. (foto 81)

- Ofício 148/73 do chefe do 4º Distrito do IPHAN, Luiz Saia, ao diretor do IPHAN – assunto: convênio com a faculdade de Arquitetura de Assunção - 02/07/1973

- Ofício nº 1499 – ao diretor do Departamento de Assuntos Culturais (sr. Chefe do 4º Distrito do IPHAN – comunicação – Soeiro indicou ele para ministro do MEC para a realização do anteprojeto nacional sobre o Circuito Cultural e Turístico da Área das Missões Jesuíticas. (083 foto)

- Ofício nº 1498 – do diretor do Departamento de Assuntos Culturais (Renato Soeiro) ao senhor Ministro de Estado da Educação e Cultura – general Jarbas G. Passarinho sobre o Seminário sobre as Missões Jesuíticas (Neste documento Soeiro fala da participação nas Normas do Quito). 26/06/72

- Ofício nº1497 – do diretor do Departamento de Assuntos Culturais (Renato Soeiro) para o Senhor presidente do IBICC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (Prof. Renato Almeida) – endereço Palácio do Itamaraty – comunicação – 26/06/72

- IBICC/274 “Seminário sobre as Missões Jesuíticas” ao Renato Soeiro diretor do DAC e do IPHAN de Agostinho Olavo Rodrigues – secretário executivo – 29/05/1972 (foto 98)

- Reunião de especialistas em formação de arquitetos e de técnicos em conservação e sítios, promovida pela UNESCO, nos dias 9/14 de setembro de 1968, em Pistóia, Itália – MEC/IPHAN (foto 142)

- International Congress of Anthropological and sciences – Chicago, USA – August-September – Tipologias Urbanística em el Paraguay durante la dominacion hispanica (foto 238-247)

- Circuito de las misiones – Uruguay – calera de las huereanas – Preservacion, restitucion y ambientacion de las ruinas yvestigios de la casa principal de la estancia jesuitica “de belen” o “de las vacas” com instalacion de un centro de informacion y servicios, em el sitio denominado actualmente “calera de las huerfanas” – arquitecto Eduardo Signorelli (foto 246-261)

- Informe – Para Unidad Tecnica de Patrimonio cultura organizacion de los estados americanos Washington, USA – de Arq. Graziano Gasparini – arquitecto contratado por la OEA para elaborar el proyeto de consolidacion y restauracion de las misiones jesuiticas del Paraguay - assunto? Informe tecnico que acompaña el proyeto de consolidacion y restauracion ed los conjuntos monumentales de Trinidad, Jesus y San Cosme – Caracas – julio 1974 (foto 262-280)

- Referencias historicas y tipologicas sobre iglesias jesuiticas em el Paraguay – Arquitecto Ramón Gutiérrez (foto 281-287)

Presencia de las misiones jesuiticas em territorio uruguayo: su importância histórica y socio-económica em la formación rural del país – Fernando O. Assunção – Mondevi – 1972 (fotos 288-310)

- Historia de las misiones jesuiticas em el Paraguay: su papel humano, social y económico (fotos 311-318)

- Aporte cultural de las misiones jesuíticas: Arquitectura definición de los objetivos em la perspectiva de un programa de conservacion y restauracion – Arq. Eulalio Campos Cervera – (fotos 319-332)
- La Arquitectura Paraguaya em el periodo mispano – Roberto Cuevedo – (fotos 333-341)
- Recomendaciones de la delegacion del Brasil – (fotos 351-352)
- Comision Nacional Paraguaya de Cooperacion com la UNESCO – N.Nº 50 – Arq. Luís Saia – 27/09/1974 (oficio sobre envio de um documento final sobre as Missões jesuíticas feito pelo delegado do Brasil) (foto 353)
- Informe Final – Reunión para adoptar un Plan Común de Restauración y Puesta em Valor del Patrimonio Cultural de las Misiones Jesuíticas y establecer un Circuito de Turismo Cultural – 9-14 de setembro de 1974 em Asunciona-Paraguay (foto 354-421)

0013-P.00660

- Carta 187 de Renato Soeiro (diretor do Iphan) para Robert C. Smith (em Portugal) 12/77/68 (p.237 do pdf)
- Oficio nº14 – do Diretor do Patrimônio e Artístico Nacional - ao chefe do Departamento Cultural e de Informações do **MRE** – assunto: professor Robert Cherster Smith – 06/01/1969 (2 páginas)
- Of. nº 289 – do diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao senhor chefe do Departamento Cultural do **MRE** – 21/02/69 (página 241 do pdf)
- **MRE/ DCInt/173/542.6 (22)** assunto Visita ao Brasil do Professor Robert Chester Smith de Donatello Grieco (chefe do Departamento Cultural) ao Renato Soeiro – 23/01/69 Obs.: com a frase carimbada: “A Revolução de 64 é irreversível e consolidará a Democracia no Brasil” (2 páginas) (página 242 do pdf)
- Carta nº 33 – de Renato Soeiro ao professor Robert C. Smith (University of Pennsylvania) – 24/02/69 (245 página do pdf)
- Carta do Robert C.Smith ao Renato Soeiro enviado da Univerdity Pennsylvania) – 18/01/69
- Carta nº225 de Renato Soeiro para Robert Smith – 30/12/1968

- Ofício nº490 – do Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao embaixador **Donatello Crieo** chefe do departamento Cultural do **Ministério das Relações Exteriores**: agradece comunicação de concessão de passagem ao professor Robert Smith – 25/03/69 (página 248 do pdf)

- DCInt/689/542.6 (22) assunto: vinda ao Brasil do professor Robert Chester Smith da Universidade de Pennsylvania de **Donatello Crieo** chefe do departamento Cultural do **Ministério das Relações Exteriores** para Renato Soeiro – 20/03/69 + duas páginas sobre as conferências e oficinas propostas pelo professor Robert C. Smith. (foto 250-252)

-várias cartas convidando diversos diretores de museus e outros órgãos culturais para o curso do professor Robert C. Smith

- Conselho Federal de Cultura – processo nº 2.6600/69-CPHAN – 03/07/69 – Renato Soeiro

- Texto escrito por Soeiro sobre Robert C. Smith – 16/07/69 (4 páginas – fotos 275-278)

- Ofício nº100/69/P do chefe do 1º Distrito da DPHAN (Ayrton de Almeida Carvalho) ao diretor-geral da DPHAN (Renato Soeiro) – 28/08/69 (2 páginas – página do pdf 290 e 291)

- Carta nº 212 de Renato Soeiro para o professor Robert Smith – 10/10/69

- Papel da University of Pennsylvania de Robert C. Smith para Soeiro – 22/09/1969

- Carta nº 253 – De Renato Soeiro para Robert C. Smith – notícias sobre alguns desdobramentos do curso, como por exemplo, a autorização da reprodução da carta de Vilhena – 27/11/1969

-P.0151

- Conselho Interamericano Cultural (5ª reunião) – Maracay, Estado Aragua, Venezuela, 15 al 22 de febrero de 1968 (137p.)

- Proposta para criação de um Centro Latino-Americano de formação de arquitetos e de técnicos especializados em conservação e restauração de obras de arte e monumentos com a organização complementar de um laboratório-atelier e de um centro regional de documentação artística, localizados na cidade do Rio de Janeiro – 1968 (2-Documentos)

-03_Plano Geral de Recuperação do Pelourinho

-04-Documentos

- Carta nº178 de Soeiro para Guillermo de Zendegui (subdiretor do Departamento de Assuntos Culturais da OEA) – 25/10/1968

- Cópia do Projeto do Pelourinho

- Carta nº117 de Soeiro para Sr. José B. Lacret (Especialista del Programa de Protección y Utilización del Patrimonio Cultural – OEA) – 25/10/1968)
- Guillermo de Zendegui (subdirector do Departamento de Assuntos Culturais da OEA) para Renato Soeiro – 18/10/1968
- Notas sobre el Proyecto de Puesta em Valor de las Misiones Jesuíticas

- 06-Emb.Quito – Anexo 1 e 2 [13-1968]
- 07- documentos
 - Notas para a reunião provida pela OEA – Quito – Novembro, 1967 (páginas 1-14 pdf)
 - Notícia de jornal: “Tarso resalta Êxito brasileiro na Venezuela” – Jornal do Brasil – 04/03/68
 - Notícia de jornal: “Aliança debate fórmula para aproveitar monumentos históricos” - Jornal do Brasil – 06/03/68
 - DCInt/DEA/209/641.2 (00) – Enviado a Renato Soeiro - Monumentos históricos. Documentos (em anexo as recomendações e o relatório da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico que se realizou em Quito. 05/05/68
 - Ofício nº151 – de Renato Soeiro para Ministro da Educação e Cultura – sobre as recomendações das Normas do Quito – 26/01/1968 (página 17 do pdf)
 - recomendações do encontro realizado em Quito (página 19 e 20 pdf)
 - Carta nº25 de Renato Soeiro para o senhor arquiteto Fernando Peres (chefe da repartição técnica, direção geral dos edificios e monumentos nacionais, ministério das obras públicas – Lisboa-Portugal) (cita o Ministério de Relações Exteriores)
 - Ofício nº 68 – fo Renato Soeiro para o Ministro da Educação e Cultura Senhor Tarso Dutra – 15/01/68 – envio de documentos referentes as normas do Quito
 - Carta ao Ministro Edmundo Amoedo de Soares e Silva, presidente do Conselho Nacional de Turismo, escrito por Renato Soeiro (conselheiro do CNTUR) – 29/12/67
 - Carta nº 204/67 de Soeiro para o arquiteto Fernando Peres (diretoria Geral dos Monumentos e Palácios Nacionais) – 20/12/67
 - Notas sobre a reunião de Quito – Renato Soeiro
 - Carta 199/67 de Renato Soeiro de Doctor Guillermo Zéndequi – secretaria técnico – subdiretor del Departamento de Asuntos Culturales – Unión Panamericana (página 37 pdf)
 - Ofício nº 1038/68/SG/GB do secretário geral do Ministério da Educação (Édson Franco – secretário geral) e Cultura ao Renato Soeiro – assunto: agradecimento – 05/12/1967
 - “Defensa del patrimonio artístico – Ek comercio – Quito – Ecuador, Domingo 3 de Debre, de 1967 – Tercera Sección
 - Delegados de reunion sobre proteccion de monumentos visito al presidente – El tempo – Informacion Nacional – Quito, Viernes 1º de diciembre de 1967
 - Patrimonio Artístico Americano há sufrido ruina em gran parte – El comercio – Diario Independient – Quito – Ecuador, Miércoles 29/11/1967 (página 43 do slide)
 - Hoy iníciase reunión sobre patrimônio artístico americano – El comercio – Diario Independient – Quito – Ecuador, Miércoles 28/11/1967 (página 45 do slide)

- “Carta” de Guillermo de Zéndegui (Technical Secretary of the Meeting) para Renato Soeiro – 22/11/67

- Radiograma – Designação de Renato Soeiro para participação para reunião do Quito – José A. Mora – secretário geral – 05/11/67

- Carta de Renato Soeiro para Zéndagui – 28/10/67

- Carta de Zéndagui para Soeiro 18/10/67 (51 página slide)

- *08_Organizacion de los Estados Americanos [Quito-Ecuador]* - Discurso pronunciado por el ministro de relaciones exteriores del Ecuador, doctor Julio Prado Vallejo, em la sesion inaugural de la reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos artísticos e históricos – 1/12/1967

Obs: na página 34 cita a participação de Soeiro)

- El patrimonio cultural de America y la accion cooperativa interamericana (texto)

- *Documento 9*

- Doc. 4 The cultural heritage of the Americas and inter-american cooperative action (página 1-12 do pdf)

- Doc. 5 El regimen de proteccion legal em America: referencias para un estudio de la legislacion vigente em materia de patrimonio cultural – Quito (Equador) – OEA (página 13-28 pdf)

- Doc 5 Anexo 2 – Sumario de legislacion sobre preservacion historico-cultural em los Estados Unidos “El congreso de la preservacion” (legislatura 89) (página 29-34 pdf)

- Doc 5 Anexo 1 – Ley sobre proteccion; conservacion y utilizacion del patrimonio cultural (bases para un Anteproyecto preparado por el Departamento de Asuntos Culturales de la OEA, División de Relaciones Culturales a solicitud del Gobierno Dominicano. (35-45 pdf)

- Doc 6 La puesta em valor del patrimonio monumental em funcion del desarrollo – Guillermo de Zéndegui – subdirector do Departamento Asuntos Culturales, Secretario Técnico de la Reunión sobre Conservación y Utilización de Monumentos y lugares de Interés Histórico y Artístico (46-65 pdf)

- *Documento 10*

- La puesta em valor del patrimonio monumental em funcion del desarrollo – Quito, Ecuador – OEA – 1 noviembre 1967 – Guillermo de Zéndegui – subdirector, Departamento asuntos Culturales, Secretario Técnico de la REUNIÓN SOBRE Conservación y Utilización de Monumentos y Lugares de Interés Histórico y Artístico (1-21 pdf)

- El legado cultural y artistico y los congresos interamericanos de Turismo – OEA – Quito (Ecuador) – 1/11/67 (22-33 pdf)

- Informe final de la reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes historico y artistico – Informe Final de la Reunión sobre Conservación y Utilización de Monumentos y lugares de Interés Xistórico y Artístico - 2/12/67 (34-52 pdf)

- texto de Soeiro (recomendações do encontro realizado Quito) (53-70 pdf)

- Discurso pronunciado por el sanor Carlos Manuel Larrea, presidente de la reunion sobre conservacion y utilizacion de monumentos y lugares de interes historico y artistico, em la sesion de clausura celebrada el dia sábado 2/12/67 (71-74 pdf)

- Superintendencia de Turismo da cidade de Salvador – autarquia municipal – UNESCO/? - Flávio Corte (Ou Conte?) (Bahia) – para Graeme Shankland - 04/03/69
- CH/A6 de Graeme Shankland para Renato Soeiro – 21/10/69
- Secretaria de Estado das Relações Exteriores – telegrama recebido – da delegação permanente do Brasil junto à UNESCO (Carlos Chagas) – Paris – 17/11/69
- Carta 25/11/69 de Vianna de Lima (4 pdf)
- Carta nº 251 de Renato Soeiro para o arquiteto português Alfredo Evangelista Vianna de Lima – 26/11/69
- Nota de jornal - Um urbanista português – Diário de Notícias – 07/12/69
- Carta para M. Lallens de Sarney governador do Maranhão – 11/12/69 (solicitando visita do arquiteto Vianna de Lima)
- Ofício 270 – para Mr. Shankland de Renato Soeiro – 19/12/69
- Texto sobre a entrega de relatório do arquiteto Viana de Lima (cita DPHAN, MRE e UNESCO)
- Ofício nº 2525 de Renato Soeiro para o General Carlos Braga Chagas (Diretor de Serviço Geográfico do Exército): solicita colaboração – 12/12/69 (10 pdf)
- Boletim Trimestral do Instituto Brasileiro de Educação, Ciências e Cultura – nº 45 de julho a setembro de 1969 (11-14)
- bilhete de Dr. Soeiro – Missão da UNESCO no Brasil – encaminhamento da tradução do relatório só Sr. Shankland – 11/12/69 (15-27 pdf) Proposta ao P.N.U.D. Projeto de Turismo Cultural
- Notícia de jornal - “UNESCO promoverá duas reuniões em Salvador e no DF” – O Globo – 25/11/68 – pg. 31 (28 pdf)
- Notícia de jornal – “UNESCO quer salvar a cidade de Parati” – O DIA, 14/03/69 (29 pdf)
- Notícia de jornal – “Brasil solidário com Veneza” – O Globo, 14/08/69 (30 pdf)
- UNESCO – Le Cournier – jun 1968 - A bold plan for cultural tourism in Brazil by Michel Parent (31-34 pdf)
- Viana de Lima ao arquiteto Augusto Carlos da Silva Telles – 26/05/69
- Missão da UNESCO no Brasil - de Jean Labbens (chefe da Missão da Unesco no Brasil) para Renato Soeiro – 26/05/69 (46 pdf)
- Ofício nº 964 – de Renato Soeiro para arquiteto Ivo Porto de Menezes – assunto: Plano Diretor de Ouro Preto – 30/05/69
- Ofício nº 965 – DPHAN – Ao senhor Comandante da Base Aérea da Pampulha Coronel Comandante Haroldo Ribeiro de Renato Soeiro – assunto: levantamento fotogramétrico da cidade de Ouro Preto - 30/05/69
- Ofício nº 958 – de Renato Soeiro para o chefe da Missão da UNESCO do Brasil – para Jean Labbens (chefe da Missão da UNESCO no Brasil) – 30/05/69
- Ofício nº 959 – de Renato Soeiro para secretário Mário Augusto dos Santos – diretor-executivo da Comissão Nacional de Assistência – MRE – assunto: programa de assistência técnica da UNESCO – 30/05/1969 (50 pdf)
- CNAT/DCInt/2161/650.01(04) – PNUD-AT. UNESCO/BRA/68/18 Turismo Cultural – Mario Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica)– 11/08/69 (51 pdf)

- Ofício nº 1432 do Renato Soeiro para Mário Augusto Santos (Diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica) – assunto: assistência técnica da UNESCO – 14/08/69
- Ofício nº 1489 – de Renato Soeiro para Seven Julin (representante permanente) – assunto: assistência técnica da UNESCO – 20/08/69
- Carta - Representação permanente – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – Sven Julin para Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores) – 06/08/1969 (com cópia para Renato Soeiro) (59 pdf)
- Ofício nº1535 – do Renato Soeiro para Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores) – assunto: pagamento dos custos locais dos peritos da UNESCO – 26/08/69 (61 pdf)
- Ofício 2295 – Turismo Cultural. UNESCO. Custos locais. De Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores) para Renato Soeiro – 21/08/1969 (papel timbrado do Ministério das Relações Exteriores (62 e 63 pdf)
- Proc. nº 249 815/69 – MEC – do Renato Soeiro para o Ministro das Relações Exteriores – assunto: revalorização de bairro de Pelourinho, em Salvador, Bahia (relatório da UNESCO) – 29/09/69
- Carta nº 214/69 – de Renato Soeiro para Mr. Shankland (em inglês e tradução posterior) – 14/10/69 (68-73 pdf) - Carta de Shankland para Soeiro – 06/09/1969 (74 e 75 pdf)
- Proposal for U.N.D.P – project for Tourist Planning – um relatório para a UNESCO feito por Shankland (projeto Pelourinho) (78-87 pdf) – 12/03/69
- Carta nº 222 – De Soeiro para Shakland – 26/12/68 (89 pdf)
- Carta de Shakland para Soeiro – fala sobre UNESCO, Embratur...12/12/68 (90 e 91 pdf)
- Ofício nº13 – De Renato Soeiro para Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência – Ministério das Relações Exteriores – referente ao envio de documentos sobre o pedido de assistência técnica do Brasil a UNESCO – 6/01/1969 (95-97 pdf)
- Urgente CNAT/77/660.0 (04) – Custos locais. Projeto do Pelourinho. UNESCO. De Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência – Ministério das Relações Exteriores – para Soeiro – sobre pagamento referente aos custos das vindas do perito (102-103 pdf)
- Ofício nº 121 - de Soeiro para Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores – custos locais relativos ao projeto do Pelourinho *em Salvador – BA.* - 17/01/69 (105 pdf)
- Carta nº 21 De Renato Soeiro para Graene Shankland – sobre recebimento de carta sobre a Missão no Brasil. - 07/02/69
- Carta de Graene Shankland para Soeiro – 24/01/69 (108-109 pdf)
- Notícia de jornal – “Unesco inicia o projeto de restauração de Ouro Preto” – O Globo – 11/02/69
- Institut de l’Etat pour la reconstruction des sites et des monuments para Soeiro do Arquiteto Vilem Lorerc – 20/02/1969
- Ofício nº 51 de Renato Soeiro para Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores – sobre concordância de Vossa Senhoria para o interesse da vinda ao Brasil de uma Missão da UNESCO. 17/03/69 (115 pdf)
- Ofício nº 539 de Renato Soeiro para Maria Isabel Paranhos Janot (assistente da biblioteca do Centro de Informações das Nações Unidas no Brasil – assunto: agradece remessa de relatório 02/04/69
- Reunion D’experts pour coordonner em vue leur aadopton a l’echelon international, les principes et les criteres scientifiques, techniques et juridiques applicables dans le domaine de la protection des biens

culturels, des monuments et des sites – Maison de l’Unesco, Paris 26/02 a 2/03 1968 – Rapport final (118-152 pdf)

- De Hiroshi Daifuku (Section for the Development of the Cultural Heritage – UNESCO Paris) para Renato Soeiro – 04/04/1969

- De Jean Labbens – Chefe da Missão da Unesco no Brasil – comunicado sobre o andamento da Missão da Unesco no Brasil. Cópia para Sr. Hardouin e Dr. Soeiro – 15/05/69 (carimbo Missão da Unesco no Brasil) (154 pdf)

- Ofício 1479 - Para Ministro Nestor Luiz dos Santos Lima (chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores) de Lucio Costa (diretor da Divisão dos Estudos e Tombamento, repsondendo pela DPHAN) – assunto: agradecimento pelo envio de 2 exemplares do relatório de Michel Parent) – 16/09/1968

-Ct. Nº 164/68 de Renato Soeiro para Mr. Daifuku – 04/10/68

- Ofício nº1615 de Renato Soeiro ao Dr. Godofredo Filho (chefe do 2º distrito da DPHAN) – envio de carta da UNESCO - 03/10/68

- CLT. 122/24/1028 – Carta de Hiroshi Daifuku para Renato Soeiro – 26/09/68 (162-165 pdf) - Brouillon de Lettre A. M. Parent Commentaires – ref: UNESCO/Bahia

- Of. nº 1639 – do Renato Soeiro para o embaixador Donatello Grieco (chefe do Departamento Cultural e de Informação do Ministério das elações Exteriores – assunto: relatório da UNESCO – 8/10/68 (168 pdf)

- DCInt/1952/.642.(04) – Relatório da UNESCO sobre valorização do patrimônio cultural (Michel Parent) – 30/09/1968

- Cta nº 179 – Hiroshi Daifuku para Renato Soeiro – 29/10/68

- C. Nº 188 – De Renato Soeiro para o embaixador Carlos Chagas Filho – enviada para a França – 12/11/68 (177 pdf)

- DCInt/2113/642.6 (04) – do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores para a DPHAN – envio da cópia do relatório final da reunião de peritos da UNESCO para a valorização do patrimônio cultural e para o desenvolvimento econômico” – 18/10/68 (180 pdf)

- Ofício nº1896 do Renato Soeiro ao senhor ministro Nestor dos Santos Lima – agradecimento do envio do relatório final da reunião do comitê de peritos da UNESCO – 14/11/68

- Notícia de jornal – Unesco quer fazer cidade nova para salvar Vila Rica – 19/11/68 – pág. 9 (182 pdf)

- Notícia de jornal – Ouro Preto terá cidade-satélite de linhas modernas – O Globo – 3/1/68

- Notícia de jornal – Vila Rica poderá ser Universidade dos Inconfidentes – 05/12/1968

- Notícia de jornal – Técnicos da UNESCO em Ouro Preto para salvá-la – 6/12/68

- Ofício nº605 – do DPHAN para o Luiz Emery Trindade (diretor Executivo substituto da Comissão Nacional Assistência Técnica) – MRE -18/04/68

BRA/375 – de John M. Howe (chefe da Missão da UNESCO no Brazil) para Soeiro – 17/05/68 (208-209 pdf)

- Carta ao Secretário Luiz Emery Trindade – diretor executivo substituto da Comissão Nacional de Assistência Técnica – Ministério das Relações Exteriores – de John M. Howe – chefe da Missão UNESCO no Brasil – 18/05/68 (213 do pdf)

- Carta de Viana de Lima a Renato Soeiro – enviada de Porto – Portugal – 27-05-68

- Carta nº 88 – de Renato Soeiro para Doutor Viana de Lima – 17/06/1968
- Carta nº95 – de Renato Soeiro para Doutor Viana de Lima – 21/06/1968
- Carta de Viana de Lima para Renato Soeiro – 19/06/1968 (233 pdf)
- Carta de J. Hardouin (section de la mise em valeur du patrimoine culturel dans le cadre du developpement) para Alfredo Viana de Lima – 22/05/1968
- Carta nº106 de Renato Soeiro para Michel Parent – 14/07/1968 (242 e 243 pdf)
- Carta de Michel Parent para Soeiro – 02/07/1968 – slide 244 e 245
- Of. nº 1165 – Ao Embaixador Donatello Grieco chefe do Departamento Cultural e de Informação do MRE – Missão da UNESCO – Projeto do Pelourinho – de Renato Soeiro – 31/07/68
- DCInt/Dct/1342/642.6(04) - Projeto do Pelourinho – Missão da UNESCO - 18/07/68
- Carta nº130 – De Renato Soeiro para Michel Parent – 18/10/68
- Carta de Michel Parent para Soeiro – 13/08/68(249 e 250 pdf)
- Carta nº52 de Soeiro para o embaixador Carlos Chagas – 17/04/68
- Delegação do Brasil da UNESCO – de Carlos Chagas para Renato Soeiro – 25/03/68
- Ofício 1287/69 – de Renato Soeiro ao secretário Mário Augusto Santos (Diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica MRE)– pedido de assistência técnica – 25/07/69
- Delegação do Brasil na UNESCO – do embaixador Carlos Chagas para Rodrigo M. F. De Andrade – 10/03/67 (275 e 276. pdf)
- Carta UNESCO -Paris – de A. Vrioni (directeur p.i. Departament de la Culture) para Rodrigo M. F. De Andrade – 6/04/67
- DPHAN – C. Nº161 – de Renato Soeiro para Monsieur J. Hardouin (section de la mise em valeur du patrimoine) – 13/09/67
- Carta de J. Hardouin (section de la mise em valeur du patrimoine) para Renato Soeiro – 09/10/67
- Delegação do Brasil pela UNESCO – De Carlos Chagas (embaixador delegado permanente) para Renato Soeiro – 8/12/67 (342 pdf)
- Carta nº26 – De Renato Soeiro para Carlos Chagas Filho (delegação do Brasil da UNESCO) – 08/02/1968
- Delegação do Brasil da UNESCO – nº3 – de Carlos Chagas Filho (delegação do Brasil da UNESCO)para Renato Soeiro – 15/01/68
- Missão da UNESCO no Brasil – de John M. Howe (chefe da Missão da UNESCO no Brasil) para Renato Soeiro – 09/11/67
- Missão da UNESCO no Brasil – de John M. Howe (chefe da UNESCO no Brasil) para Dr. Francisco Albornoz (representante do BID no Brasil) – 09/11/67(2 paginas – 349-350 pdf)
- Cópia da carta acima enviado para Wladimir Alves de Souza (diretor executivo da Embratur) – 09/12/67
- Relatório sobre a solicitação de recursos ao BID e a proposta realizada – fevereiro de 1967 (353-359)
- Job description data sheet – post title “Senior or intermediate level expert in conservation of historical sites and monuments – abril 1968 (360-362 pdf)

- Cópia Delegação Permanente do Brasil junto à UNESCO-Paris – Turismo Cultural - janeiro 68 -
- Ofício nº 301 -De Renato Soeiro para Luiz Emery Trindade (Diretor Executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica (CNAT) do Ministério das Relações Exteriores) - 25/02/68
- Introduction – Orientation générale (368-386 pdf)
- Programa objetivando auxílio da UNESCO – Planejamento da defesa da paisagem histórica do litoral brasileiro - (\$20.000) (389-393)
- Secretaria de Estado das Relações Exteriores – telegrama recebido – Confidencial – urgentíssimo – turismo cultural – pedidos de peritos – Carlos Chagas Filho – 09/09/66
- nº218 – Projeto da UNESCO para proteção de patrimônio histórico e da natureza – ao Ministro de Educação e Cultura de Carlos Chagas (chefe da delegação permanente do Brasil junto à UNESCO) – 18/08/66
- Matéria de jornal - UNESCO pediu há 2 anos defesa do nosso patrimônio histórico – O Globo – 31/12/66 (420 pdf)
- 427-445 slide cartas assinadas por Rodrigo M.F de Andrade
- Proposta para criação de um Centro latino-americano de formação de arquitetos e de técnicos especializados em conservação e restauração de obras de arte e monumentos com a organização complementar de um laboratório-atelier e de um Centro Regional de Documentação Artística, localizados na cidade do Rio de Janeiro – (446-452 pdf)
- Programa da UNESCO para 1971-1972 – Urgentíssimo – para Senhor Deputado Tarso Dutra (Ministro de Estado da Educação e Cultura) de José de Magalhães Pinto??? 28/03/69 (453-456slide)
- Guia para descrições de tarefas – UNESCO – (457-470 slide)
- Turismo Cultural – UNESCO – Mário Augusto Santos (diretor executivo da Comissão Nacional de Assistência Técnica) para Renato Soeiro – 22/07/1969 (papel timbrado MRE)
- XVIII Congresso Nacional de Botânica – 1º Simpósio Brasileiro de Conservação da Natureza – 22 a 30/01/1967 (478-485 pdf)

0060-P.0192 . 01

- Ofício nº1215 – do Aloísio Magalhães (diretor do IPHAN) para o reitor da Universidade Federal do Maranhão – assunto: remessa de plano do Professor Viana de Lima – 09/05/79
- Página – Caderno B – Jornal do Brasil – Rio de Janeiro, 266/09/73 – matéria sobre a atuação da UNESCO na preservação dos bens culturais.
- Ofício nº2286 – de Renato Soeiro para o conselheiro Mário Augusto dos Santos (chefe da Divisão de Cooperação Técnica) – assunto: relatório do consultor da Unesco M Jean B Perrin – 21/09/73 (27 slide)
- Informação nº 221 – relatório do Sr. Perrin sobre “Mise en valeur des ensembles e sites classés”- UNESCO – assinado por Augusto da Silva Telles – 06/11/73
- Urgente – UNESCO -Turismo Cultural – de Joaquim Paiva (chefe, substituto, da Divisão de Cooperação Técnica) para Renato Soeiro – 05/07/73
- UNESCO – para ministro Mário Gibson Barbosa de René Maheu – 13/06/73

- Missão UNESCO – Alain Peskine – Plan de travail pour periode du 15 juin au 15 juillet 1972 – a Bahia – 17/06/72 53-54 pdf)

I- Evolution du probleme des villes et des quartiers historiques depuis la mission de Mr. Parent em 1967 (1-13)

0060-P.0192 . 02

- Plan de travail et de deplacements pour la periode du 20 mai au 15 out

0060-P.0192 . 03

- Núcleo Histórico de Salvador – Estudo de reintegração DPHAN

- Delimitação da área e método de estudo

- Anexo I – Minuta de anteprojeto de lei elaborada pelo economista Rômulo Almeida em 1959, e que poderá servir de base a uma legislação específica sobre financiamento de restaurações de imóveis tombados (45 pdf)

- Anexo II – Zonas de preservação rigorosa (48 pdf)

- Anexo III – Especificação e normas complementares de serviços

0064

P.0203 Unesco XII int

- pdf 01. Textos

- recorte de jornal – Turismo e cultura por Paulo Carneiro – Jornal do Brasil – 29/01/73

MEC – Renato Soeiro (diretor Departamento de Assuntos Culturais) – of. nº 1 1096 – Ao Fernando Simas Magalhães (chefe do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores) – assunto: remessa de relatório – 05/05/72

- Ofício nº 1054 - Renato Soeiro (diretor Departamento de Assuntos Culturais) para Jarbas Passarinho (Ministro da Educação e Cultura) – assunto: relatório -28/04/72

- pdf 02. Conferência de Peritos

- Conferência de Peritos governamentais encarregados da elaboração de um projeto de convenção e de recomendação sobre a proteção dos monumentos, conjuntos e sítios de valor universal – relatório – 4 a 22 e abril de 1972

- pdf 03 - Derniere minuta (francês)

- pdf 04 – Comité special d’experts gouvernementaux chargé de préparer un project de contion et un projet de recommandation aux Etats Membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites – Maison de l’Unesco, 4-22 avril 1972 – Projet de rapport (francês)

(lista de presentes p. 39 aparece o nome do Renato Soeiro) (1-65)

-Projet de convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel (67-fim pdf)

- pdf 5. Textos

- UNESCO. Comitê especial para a regulamentação de lugares históricos. De Fernando Simas Magalhães (chefe do Departamento Cultural) para Renato Soeiro (diretor do DAC) – 07/03/72

- Informação nº12/72 – de João Pacheco Netto (diretor-adjunto) – Soeiro ciente – MEC – DAC

-Telegrama – João Frank da Costa – chefe, substituto, do DAC – para Renato Soeiro (diretor do IPHAN) – de Itamaraty Brasília – 08/02/72

- Ofício – ao diretor do Departamento Cultural do MRE de Wenderley de A. Normando (chefe do gabinete) – 31/01/72

-Ofício DCINT – assunto: Convenção sobre proteção de monumentos, conjuntos e lugares de valor histórico – de João Frank da Costa (chefe, substituto, do Departamento Cultural para Renato Soeiro - 16/12/71 + anexo 1 Réglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites

- Carta nº – de Renato Soeiro para Mário Augusto dos Santos (chefe substituto do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores – 17/12/71 + Anexo Regulamento Internacional para a proteção dos monumentos, conjuntos e sítios

- pdf 06_SHC-72-CONF.37-2 [Reglement Inter. Provisoire]

-UNESCO – Comite Special D’experts gouvernementaux charge de preparer un projet de convention et un projet de recommandation aux etats membres concernant la protection des monuments, des ensembkes et de sites – 4-20/04/72 (evento) 1-29/10/71 (documento)

- pdf - 07_SHC-MD-17 [Introducton]

- Introduction (1-3 pdf)

- A- Objet D’UNE Recommandation concernant la protection sur le plan national des monuments, des ensembles et des sites (4-17); B. Objet d’une convention (18-24); C. Conclusion (25-26)

-pdf 08_SHC-MD-17 [Reglementation Internationale ...]- 30/06/71 – UNESCO – Reglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites - A. Objet d’une recommandation concernant la protection sur le plan national des monuments, des ensembles et des sites (11-24); B. Objet d’une concention (25-31); C. Conclusion (32); Annexe 1 Avant-projet de recommandation concernant la protection, sur le plan national, des monumentos, des ensembles et des sites (33-44); Annexe II – Avant-projet de convention concernant la protoection des monuments, des ensembles et des sites de valeur universelle (45-56)

- pdf UNESCO - Reglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites (informe definitivo) – Introduction (1-4); Anexo I – Respuestas recibidas de los estados miembros em 14 de enero de 1972 a la carta cl/2156 y al documento shc/md/17 (5-24); Anexo II Estudio analitico de las observaciones generales y los comentarios formulados por los estados miembros que entranan unas propuestas encaminadas a modificar el anteproyecto de recomendacion y

el anteproyecto de convencion – documento shc/md/17 (25-40); Anexo III – Proyecto revisado de recomendacion sobre la proteccion, em el ambito nacional de los monumentos, conjuntos y lugares (41-); Anexo IV Proyecto revisado de convencion sobre la proteccion de monumentos, conjuntos y lugares de valor universal (51-60) - 21/02/72

- pdf 10 - Carta nº182 – de Renato Soeiro para Mário Augusto dos Santos – chefe substituto do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores – ANEXO I: assunto Regulamento internacional para a proteção dos monumentos, conjuntos e sítios - 17/12/71

- UNESCO – Regulamentação Internacional para a Proteção de “monumentos, conjuntos sítios” – de Fernando Simas Magalhães (chefe do Departamento Cultural) para Renato Soeiro – 06/10/71

- Ministério das Relações Exteriores – decreto de 18 de fevereiro de 1972 – designando delegação para representar o Brasil no Comitê especial de eventos e projeto de recomendação aos Estados membros da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) – assinado por Emílio G. Médici e Mário Gibson Barboza – 21/02/72

-Oficio 1078 – para diretor de Departamento Cultural do Itamaraty – assunto: Campanha Internacional para os Monumentos Históricos – de Lúcio Costa (diretor da DET pelo diretor geral) – 1º/10/63

- DCInt - Campanha internacional para os monumentos históricos – 11/07/63

- Informação nº 163 – assunto: campagne internationale pour les monuments de valeur historique ou artistique (14-17 pdf)

- Oficio nº 962 – Ministro Carlos Callero Rodriguez (chefe da Secretaria-Geral Adjunta para Organismos) – UNESCO/CUA/122 – Medidas visando à preservação de monumentos de Rodrigo M. F. De Andrade – 27/08/63

- Estudos das medidas que visam a preservação de monumentos – sobre envio do documento CL 1660- 5/08/63

- UNESCO – CL/1660 – objet: etude des mesures tendant a la preservation des monuments (25-31 pdf)

Pasta 0065

P.204

- **Doc 1** – Allocution de M. René Maheu (directeur général de l’Organisation des Nations Unies pour l’éducation, la science et la culture (Unesco) à l’ouverture de la réunion du Comité spécial d’experts gouvernementaux chargé de préparer un projet de convention et un projet de reommandation aux Etats membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites. Paris 1 e 4/04/72 (1-5 pdf)

- A partir da página 6 do pdf são comentários, sugestões de cada país para acrescentar/ alterar na Convenção

- **Doc 2** – Texto da convenção (rascunho) com anotações do Comitê de revisão

- **Doc 3** – Anexo I – Anteproyecto de recomendación sobre la protección, en el ámbito nacional de los monumentos, conjuntos y lugares (1-10 pdf)

- Anexo II – Anteproyecto de convención sobre la protección de monumentos, conjuntos y lugares de valor universal (11-19)

- UNESCO – réglementation internationale pour une protection des monuments, des ensembles et des sites; Annexe 1 réponses à la lettre CL/2156 et document SHC/MD/17 reçus à la date du 14 janvier 1972; Annexe A Projet de convention de l'Unesco concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites; Annexe B Avant-projet de convention concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites de valeur universelle (20-39 pdf)

- Annexe II – Etude analytique des observations générales et des commentaires formulés par les États membres impliquant des propositions tendant à modifier l'avant-projet de recommandation et l'avant-projet de convention document shc/md/17 (40-90)

- Anexo III – Proyecto revisado de recomendación sobre la protección, en el ámbito nacional de los monumentos, conjuntos y lugares (91-100)

- Anexo IV – Proyecto revisado de convención sobre la protección de monumentos, conjuntos y lugares de valor universal (101-109)

- Addendum (110-119)

- Addendum 2 (120-126)

- Addendum 3 (127-129)

- **Doc 4**

– UNESCO – ADDENDUM (1-3 pdf)

- Comments on preliminary draft convention concerning the protection of monuments, groups of buildings and sites of universal value.

- ANNEXE III – Projet révisé de recommandation concernant la protection, sur le plan national, des monuments, des ensembles et des sites. (4-13 pdf)

- ANNEXE IV – Projet révisé de convention concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites de valeur universelle (14-22 pdf)

- considerações de países sobre o texto da convenção (23-50 pdf)

- UNESCO – Document de travail préparé par le groupe de travail – Projet de Convention Concernant la protection du Patrimoine Mondial Culturel et Naturel – 1 a 7/04/1972 (51-54 pdf)

- considerações de países sobre o texto da convenção (55-63 pdf)

- **Doc 5** - considerações de países sobre o texto da convenção (01-15 pdf)

- UNESCO – Comité Spécial D'Experts Gouvernementaux chargé de préparer un projet de convention et un projet de recommandation aux États membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites – 1-30 de abril de 1972 -

- **Doc 6** – Proyecto de convención para la protección del patrimonio cultural y el patrimonio natural – La conferencia general de la Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia y la Cultura, en su 17ª Reunión celebrada en París del al – 20/04/72 (1-13)

- Projet de convention pour la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel 1 e 20/04/72 (14-27 pdf)
- Draft convention for the protection of the cultural and natural world Heritage – (28-41 pdf)
- Projet de recommandation concernant la protection, sur le plan national, du patrimoine culturel et naturel (42-59 pdf)
- Document de travail prepare par le groupe de travail – Projet de convention concernant la protection du patrimoine mondial culturel et naturel (60-65)
- Documento de trabajo preparado por el grupo de trabajo II – Proyecto de convencion sobre la proteccion del patrimonio mundial cultural y natural – sugestões de mudanças de países participantes (60-81 pdf)

- Doc 07 – Sugestão dos países participantes da convenção sobre o texto (1-27 pdf)
- Lista de participantes (nome de Soeiro na página 30 do pdf) (28-39 pdf)

- Doc 08- Tableau Comparatif des dispositions du projet revise de convention concernant la protection des monuments, ensembles et sites de valeur universelle presente par le directeur general de l’Unesco, et de Celles Contenues Dans le projet de convention d’union pour la sauvegarde du patrimoine mondial, concernant la preservation et la protection des zones naturelles et sites culturels de valeur universelle presente par les etats-unis d’amerique – Maio de 1972 (1-17 pdf)

0075_P.0242

- Unesco-Publicações (XLVIII)
 - Brazil – São Salvador de todos os Santos – Town Planning, Conservation, and Tourism. A report to UNESCO – 1968 – 43 páginas
 - Plan national de mise em valeur de Parati dans le cadre d’un développement touristique – janvier 1968 – par Frédéric de Limburg Stirum - 71 páginas
 - Conservation de quartiers anciens et développement touristique à Salvador 8 a 28/10/68 par G. Shankland – 48 páginas
 - Rapport de Mission Au Bresil du 28 mai au 4 juin 1979 – 13 páginas

0075_P.0253-1.4

- Conférence intergouvernementale sur les politiques culturelles em Afrique – Rapport final – organisée par l’Unesco avec la coopération de l’OUA 27/10-06/11/1975 – 107 páginas

CX.01 Assuntos Internacionais

- E.05 Carta_Européia Pat.Arquitetural e Declaração de Amsterdam – 21-25/10/75 – 12 páginas
- E.07 Conferência_SU-Estocolmo 1972 – 7 páginas

- E.12 ONU Resolução das Nações Unidas sobre Restituição de Obras de Arte a Países Vítimas de Expropriação – 11 páginas
- E. 16 Carta de Pelotas – 21/04/78 – 15 páginas

CX.03 Assuntos Internacionais

E028_CHI-Assoc.Lat. de Museus [ALAM]

- De arq. Hernán Crespo Toral (diretor do Museo Arqueológico y Galerias de Arte del Banco Central del Ecuador, Quito) para Professora Lygia Martins Costa – sobre reunião inicial da ALAM – 8 a 14 de abril de 1973
- Para Renato Soeiro de Aurelia de Espinosa (Secretaria Ejecutiva encargada de la direccion) – 13/03/73
- Para Renato Soeiro de Arq. Hernán Crespo Toral (diretor do Museo Arqueológico y Galerias de Arte del Banco Central del Ecuador, Quito) sobre a reunião de 8 a 4/04/73 da ALAM.
- Para Renato Soeiro de Fernanda de Camargo e Almeida (presidente da Associação de membros do ICOM (AMICOM) – 13/03/73
- MEC-DAC – Of. nº 872 – de Renato Soeiro (diretor do DAC) para Jarbas Gonçalves Passarinho (ministro da Educação e Cultura) – assunto afastamento do país da funcionária Lygia Martins da Costa – 22/03/73
- MEC-DAC – of. nº 904 – Renato Soeiro (diretor-geral do DAC) para Fernanda de Camargo e Almeida (presidente da Associação dos Membros do ICOM) – sobre a ausência no evento e a ida da representante Lygia Martins da Costa – 23/03/73
- Associação Latino-Americana de Museus - ALAM - V. antecedentes (reunião no Chile, que criou esta Associação), Pasta nº XIV da UNESCO - 10/05/73 por Lygia Martins da Costa – chefe da Seção de Arte)
- Carta da AM ICOM – BR – Verão de 1973 – nº 1 – vol. 1 – AMICOM e ICOM (20-23 pdf)

CX.05 Assuntos Internacionais

E.35 PER-Congresso -Seminário

- Primeiro curso de restauração de monumentos e obras de arte – abril-settembre – 1975 (02-42 pdf)
- Carta de Paulo Ormino de Azevedo para Augusto (Telles?) de Cusco (Peru) – 10/07/76 (45 e 46 pdf)
- La puesta em valor de monumentos em funcion de programas integrales de Turismo Cultural – Conversatório entre técnicos peruanos e brasileiros (programação)
- La protecció y la valorizació de los núcleos urbanos de valor cultural em Brasil por Augusto Carlos da Silva Telles (arquiteto- assessor do IPHAN) - 07/10/76 – (49-54 pdf) de 57-62 em português
- Of. nº3350 – de Renato Soeiro para Reginaldo Andrade de Brito (chefe do Serviço de Passaportes da Delegação do Ministério das Relações Exteriores no Estado do Rio de Janeiro) – assunto: pedido de passaporte do serviço – 05/10/76

- Of. nº437/76 – de Mário Mendonça de Oliveira (diretor executivo) para Renato Soeiro – resposta de interesse ao convite para participar do Seminário Peruano-Brasileiro – 27/09/76
- Of. nº 3210/76 – de Renato Soeiro para Ministro de Estado da Educação e Cultura – assunto: Seminário de Cuzco, Peru – 21/09/76 (87-88 pdf)
- Of. nº3231/76 – do Renato Soeiro para Ney Braga (Ministro de Estado da Educação e Cultura) – assunto: pedido de afastamento do país de funcionário – 21/09/76
- CPX/BRA/498 – lista de participantes confirmados para participar do Seminário Peruano – brasileiro – por Afonso de Silva (representante da Unesco no Brasil) – 18/09/76 – papel timbrado da Missão da Unesco no Brasil.
- Projeto de Cooperação técnica internacional – Título: Formação de pessoal técnico especializado em restauração de monumento e de sítios de valor cultural – 1976 (99-102 pdf)

E.36 MEX-Congresso Interamericano de Conservação do Patrimônio Artístico – 1978 – México

- De arquiteto Carlos Flores Marini para Renato Soeiro (direção de Arquitetura e Conservação do Patrimônio Artístico Nacional – 29/06/77
- Panfleto – Instituto Nacional de Bellas Artes – Actividades Paralelas al XIII Congreso Mundial de la U.I.A, Octubre 1978 – Symposium interamericano de conservacion del Patrimonio Artístico” 15 a 21/10/78
- Ofício nº2420 – Assessor chefe da Coordenação de Assuntos Internacionais da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura ao Renato Soeiro – Simpósio Interamericano de Conservação do Patrimônio Artístico – 15/08/1978
- Of. nº 1222 do Renato Soeiro para o Ministro da Educação e Cultura – assunto: Symposium Interamericano de Conservação do Patrimônio Artístico Nacional – 18/05/78

CX15-P65.01-Doc [1-08]

- Reunião de peritos sobre os problemas urbanos e a formação urbanística da América Latina – Cusco-Peru – 2 a 6/10/78 – Rapport final (1-16 pdf)

CX15-P65.02-Doc [1-13]

Pdf 05 – Seminário “Proteção de Monumentos em Áreas Sísmicas” 27 a 30 de agosto de 1974 – Guatemala

- Carta nº18 – de Augusto Telles (diretor da DCR do SPHAN) ao sr. Sylvio Mutal (assessor técnico principal e coordenador regional- Projeto PNUD/UNESCO) – agradecimento pelo envio das conclusões e recomendações do Seminário sobre Proteção de Monumentos em Áreas Sísmicas - 07/04/1980

- Seminário sobre Proteção de Monumentos em Áreas Sísmicas - Conclusiones y recomendaciones – Noviembre 4 – 11,1979 – La Antigua, Guatemala – (5-21 páginas do pdf)

- Carta informativa do Consejo Nacional para la protecci3n de la Antigua Guatemala – Ano III/Nº 11 – novembro de 1976 – 9º parte – enviada ao Renato Soeiro (22-27 p3ginas do pdf)
- Carta informativa do Consejo Nacional para la protecci3n de la Antigua Guatemala – Ano III/Nº 12 – dezembro de 1976 – 10º parte e final – enviada ao Renato Soeiro (28-33 p3ginas do pdf)
- Oficio nº30 – do Renato Soeiro para o arq. Roberto Ogarrio Marin (conservador da cidade da Antigua Guatemala) – agradecimento – 04/01/77
- Carta informativa do Consejo Nacional para la protecci3n de la Antigua Guatemala – Ano III/Nº 06 – junho de 1976 – quinta parte – enviada ao Renato Soeiro (35-38 p3ginas do pdf)
- Carta informativa do Consejo Nacional para la protecci3n de la Antigua Guatemala – Ano III/Nº 07 – julho de 1976 – enviada ao Renato Soeiro (39-44 p3ginas do pdf)

pdf 06 - Segundo Semin3rio Interamericano sobre Conserva3o e restaura3o do patrim3nio monumental – Caracas (Venezuela), 06 a 11 de dezembro de 1976

- carta de Henry Raymont (director do Departamento de Assuntos Culturales da OEA) para Renato Soeiro – assunto: cria3o de um grupo t3cnico para atua3o em casos de emerg3ncia na prote3o, conserva3o e restaura3o do patrim3nio hist3rico e art3stico e anexado c3pia da Resolu3o CIECC 331/77 – 28/12/77 (pdf p3ginas 04 e 05)

- CIECC-331/77 ano de la recuperacion del patrimonio monumental de America – (pdf p3gina 07)

- Carta nº 34/76 – de Renato Soeiro para Graciano – Soeiro n3o pode ir ao 2º Semin3rio interamericano de conserva3o e Restaura3o do Patrim3nio Monumental devido restri3oes – 1º/12/76

- “telegrama” – De Renato Soeiro para Graziano Gasparini – sobre impossibilidade de ir ao 2º Semin3rio interamericano de conserva3o e Restaura3o do Patrim3nio Monumental devido motivos de for3a maior. 19/11/76 (abaixo do carimbo est3 escrito esg (seria Escola Superior de Guerra?))

Pdf 07- Comemora3oes dos centen3rios da morte de Vasari e do nascimento de Michelangelo – 20 a 23/10/75

- Telex nº326 – de ministro Francisco de Assis Grieco (Departamento Coopera3o Cultural do MRE) – confirma3o da designa3o do conservador Edson Mota para representar o Brasil na reuni3o de Floren3a sobre defesa de restaura3o de obras de arte – 17/10/75 (p3gina 4 pdf)

- Telex nº 21 – 14.x.975 – de Renato Soeiro para Ministro Francisco Assis Grieco - solicita3o do custeio do transporte do conservador Edson Mota para a ida deste nas reuni3oes em Floren3a sobre defesa da restaura3o de obras de arte. (p3gina 8 do pdf)

Pdf 13 – Simp3sio Internacional sobre Azulejaria

- documentos sobre a libera3o da arquiteta Dora Monteiro e Silva Alc3ntara para participar do I Simp3sio Internacional sobre Azulejaria

CX43-P145 IPHAN-ICOM III

doc 4 – DCINT 03 [1979]

- DCINT/03/641.3 (00) – Conselho Internacional de Museus. Visita do Secretário Geral ao Brasil. Envio de Relatório – envio o relatório da visita efetuada no Brasil em setembro de 1978 pelo Secretário do Conselho Internacional de Museus, Senhor L. Monreal - 03/01/1979

- The International Council of Museums//Conseil International des Musees - Rapport sur la mission du Secretaire General au Bresil – 25/09/78 (03-08 pdf)

Doc.05 Bolletin Trimestriel Du Conseil ... [1976-Vol.29]

- Nouvelles de I'COM – Bulletin trimestrial du Conseil International des Musees – volume 29/ numero 3 number/1976

Doc.06 The Intern Conuncil Of Museums ... [1973]

- Tha international Council of Museums// Conseil International des musees 73/EX.11 – Rapport D'Activites du secretariat de L'Com – juillet 1972 – 15 juin 1973.

Doc 9 - 9º Conferencia geral e 10º Assembleia geral do Conselho Internacional de Museus (ICOM) – relatório informativo da Museóloga Fernanda de Camargo e Almeida - 20/10/1971

Doc 11 -

- Telex NR 4626/71 ao Renato Soeiro (DAC) do Conselheiro Cultural (Franck da Costa chefe Divisão Cooperação Intelectual Itamaraty?) sobre a compra de passagens para a Conferência ICOM PT 28/06/71

- Of. nº 499/71/DAC – De Renato Soeiro (DAC) para o Coronel Jarbas Goçálves Passarinho (Ministro da Educação e Cultura) – assunto: remete expediente – nº151/71 – D.A.C – 21/66/71

- Sobre a participação de representantes brasileiros nos IX Conferência Internacional de Museus – 22/04/1971 – Renato Soeiro

- DC/AOI/55/141.3 – IX Conferência Internacional de Museus. Participação do Brasil – De Danderley? A. Normando (chefe do gabinete) para Jarbas Passarinho (Ministro do MEC) 2/07/71 (pedido de encaminhamento a Renato Soeiro) – (pdf 15 e 16)

- pdf Doc 16 – Diversos

- Of. 53 de Antônio Joaquim de Andrade e Almeida (diretor do Museu do Ouro) ao Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) – assunto ICOM 74 – 05/04/74

- Ofício 47 – de Antônio Joaquim de Andrade e Almeida (diretor do Museu) do Ouro ao Francisco Azeredo da Silveira (Ministro das Relações Exteriores do Brasil) assunto: 10º Conferência do ICOM – 1º/04/74

-pdf doc 20 – diversos

– Carta nº22/72 - de Renato Soeiro provavelmente para Hugues de Varine-Sahan – 18/10/72

- Ref: HM/86 – de Hugues de Varine-Sahan para Renato Soeiro – 25/09/72

- Ref: Of n)1810 DAC/MEC de 28/07/1972 – De Fernanda de Camargo e Almeida para Renato Soeiro (DAC) – sobre missão junto a UNESCO e o retorno ao Brasil (pdf 19 e 20)

- doc 23 – The internacional council of museums [1972]

- The internacional council of museums // Conseil international des musees – Avril 1972 – 72 AD.5 – 29º Session du Comite Consultatif – Paris, 3 & 4 juillet 1972 (2-12 pdf)

- Rapport D'Activites Du Secretariat – 10 septembre 1971 – 1 er juin 1972 (13-23 pdf)

- Tableau des Activites du Centre de Documentation UNESCO-ICOM (juillet 1971 – juin 1972) (24-25 pdf)

- Programme Revise D'Activites Pour 1972 – (26-30 pdf)

- Budget Revise de L'Exercice 1972 (31-33 pdf)

- 2 ème Session Du Bureau de L'Icom 1971 – Paris, 9 & 10 décembre 1971 (34-38 pdf)

- 1 ère Session Du Bureau De L'Icom 1972 – Paris, 10 & 11 avril 1972 (39-43 pdf)

- Doc – 24 – Diversos

- Organização Nacional do ICOM - 19/08/1971 – Ao senhor ministro (Jarbas Passarinho - MEC) – posteriormente destinado ao Soeiro de Heloísa Alberto Tôrres – 19/08/71 (1-2 PDF)

- Compte-rendu de la premiere session 1971 du Bureau de L'ICOM – Séville, 4-6 juin 1971 (31-05-72) – (03-08 pdf)

- Conseil International des Musées – International Council of Museums – ICOM'71 Nevième Conférence Générale de L'Icom – Paris – Drenoble 29 AOÛT = 10 septembre 1971 – Première Circulaire - 23/10/70 – enviado ao Soeiro pelo Jean Chatelain – Président du Comité National Français – (13 – 16 pdf)

- Ofício nº 1785 – de Renato Soeiro para Flora Schlesinger (diretora do Museu do Índio) – assunto: visita do senhor Michel Vunjak, da UNESCO, ao Rio de Janeiro, GB. - 20/08/1971

- Of. nº1584 – De Renato Soeiro para Secretário Reginaldo Andrade de Brito (chefe do Serviço de Passaportes da Delegação do M.R.E.), no estado da Guanabara – assunto: concessão de passaporte especial – 5/08/1871 (24 pdf)

-Of. nº 1560 – do Renato Soeiro para o Hugues de Varine – Bohan (Director Conseil International des Musées – Maison de l'UNESCO) – 02/08/1971 (25 pdf)

- Ref: BC/250 – The International Council of Museums // Conseil International des Museés – de Hugues de Varine-Bohan para Renato Soeiro – Paris, le 14 juin 1971

- Telex 559 – De Renato Soeiro para Ministro Fernando Paulo Simas Magalhães (Ministério Relações Exteriores) – agradecimento pelo apoio a Missão da UNESCO do Michel Vunjak -24/06/1971

Doc 25 – Ofícios

- Ofícios divulgando o Seminário sobre problemas de conservação de bens culturais, ministrado pelo senhor Michel Vunjak, para vários setores culturais - 07/07/1971

- Doc.27 The Intern Conuncil Of Museums ... [1971]

- Ref BC/64 – de Hugues de Varine-Bohan para Ulpiano Bezerra de Menezes – 1 a 9/02/1971

- The International Council of Museums// Conseil International des Musees – Memorandum Aux Comites Nationaux adopté par le Bureau de l'Icom le 11 décembre 1970 – janeiro 1971 (4-8 pdf)

- Doc.28 The Intern Conuncil Of Museums ... [Statuts]

- Estatuto do ICOM – 1969

A.I._CX41-P0141 [int]

-Doc.01 Icomos [1969]

- Rapport sur les activites des Comites Nationaux em 1969 – Paris, le 27 de octobre 1970

-Doc. Icomos [1970]

- Rapport de Milton E. Lord Sur L'Etablissement D'Un Centre International de Documentation pour le Conseil International des Monuments et des sites – 24 février 1970

- Doc.03 ISP – Icomos [1972]

- La photogrammétrie Architecturale em 1972 – Architectural Photogrammetry in 1972

- Doc. 04 ColoquIcomos [1972]

- Conseil International des Monuments et des sites (ICOMOS) – de Piero Gazzola para Renato Soeiro – 1 e 3/12/1974

- Doc.05 Diversos [1974]

- Comite International de Photogrammetrie Architecturale International Committe for Architectural Photogrammetry (ICOMOS – ISP) – 2 avenue Pasteur, F-94160 St- Mandé (France) – septembre 1973

- Ct. N° 053/74 – de Renato Soeiro para M. R. M. Lemeire – 1 e 5 septembre 1974

- International Council of Monuments and sites - MG/MP/306 – de R. M. Lemaire para Renato Soeiro – Louvain, 08/07/1974

- International Council of Monuments and sites – de Piero Gazzola para Soeiro - Paris, le 14/02/1974

- Of. n° 2506 – de Renato Soeiro para arquiteto Flavio Salamanca G. (Instituto Nacional de Bellas Artes do México) - Rio de Janeiro – 06/09/1972

- de Flavio Salamanca G. (Instituto Nacional de Bellas Artes do México Departamento de Arqitetura) para Renato Soeiro – assunto Año de Juarez – 18/08/1972

- Ofício nº 524 de Renato Soeiro para Luiz Emidio de Mello Filho (diretor do Museu Nacional) – assunto: solicitação do ICOMOS dos nomes e endereços dos geólogos brasileiros que se interessem por Petrografia – 29/02/1972

- ICOMOS – para Soeiro de J. Parent (Service de Géologie, Faculté des Sciences Appliquées, Université Libre de Bruxelles) - Bruxelas, 01/02/1972

- de Soeiro para J. Parent (Service de Géologie, Faculté des Sciences Appliquées, Université Libre de Bruxelles) – Rio de Janeiro le 21 juin 1972

- C/2172 – para Renato Soeiro de Ivan Gonçalves de Freitas (diretor técnico – pelo diretor geral do DTC) – assunto: lista dos geólogos interessados – 24/05/1972

- International Council of Monuments and sites – de Piero Gazzola para Soeiro - Paris, le 07/02/1974

- ICOMOS – do secretário geral Dr. R. M. Lemaire para Soeiro – Paris, 18/01/71

- Doc 9 – Conseil International des Monuments et des sites ICOMOS

- Informação nº42 – assunto Carta do ICOMOS sobre vantagens dadas no Brasil, aos membros de entidade internacional. De Augusto Silva Telles para Soeiro – 19/11/1971

- PG/124 Le Maurice Berry Trésorier - 4/03/1970

- Résolution adoptée par le colloque sur la conservation, la préservation et la mise en valeur des monuments et des sites dans le cadre du développement du tourisme culturel – sur la Ville de Venise – 11/07/1969

- Note sur la seconde Assemblée Generale -6 a 12/07/1969 (16 e 17 pdf)

- PG/78 de prof. Dr. R.M. Lemaire para Soeiro – 17/02/1970

- Réf.: 69/SEC.43 – Hugues de Varine-Bohan – directeur

- Carta nº 21 – de Soeiro para L.F. Genicot – 23/02/1970

- de L.F. Genicot para Soeiro – 17/08/1969 (data do carimbo do envelope da carta para psotagem)

- Carta nº 94 – de Soeiro para W. Bornheim (ICOMOS) – 29/04/69

- Para Soeiro sobre evento organizado pelo Comite Nacional do ICOMOS em Ludwingsburg – enviado por M.W. Bornheim – 22/04/1969

- Carta nº 52 – de Soeiro para L.F. Genicot (ICOMOS) – 19/03/1969

- De L.F. Genicot para Soeiro – 10/02/1969

- De L.F. Genicot para Soeiro – 3/01/1969

- Carta nº 195/68 – de Renato Soeiro prof. Dr. Raymond M. Lemaire (Secretaria geral de ICOMOS) – 21/11/1968

- De R.M.Lemaire para Soeiro – 12/11/1968

- Carta nº194 – de Renato Soeiro para Piero Gazzola – 21/11/1968

- PG/565 – de Piero Gazzola para Renato Soeiro – 6/11/1968

- PG/560 – para Arturo Saavedra (Uruguai) de Piero Gazzola - 5/11/1968 (ICOMOS)

- Carta nº 191 – de Renato Soeiro (DPHAN) para Prof. Dr. Raymond M. Lemaire – Secrétaire General de ICOMOS -20/11/1968 (pdf 46)

- MG/DV/809 - Papel timbrado do ICOMOS – le secrétaire geral – Raymond M. Lemaire para Soeiro – 22/10/1968

- MG/DV/766 - Papel timbrado do ICOMOS – le secrétaire geral – Raymond M. Lemaire para Soeiro – 15/10/1968

- Third Conference on the decay of stones – Troisième colloque sur l’altération des pierres – Bruxelles – IRPA, 11-14 décembre 1968 – Lista provisória de participantes (nome do Soeiro está incluso) (54-56 pdf)

Doc 12 – ICOMOS

- Colloque sur l’organisation du Centre International de Documentation de l’ICOMOS, Bruxelles, 14-15 decembre 1966 – Na programação tem participação de Soeiro

DOC 13 -Diversos [1967]

- Notas sobre o colóquio realizado em Bruxelas, de 13 a 15 de dezembro/66 – assinado por Renato Soeiro (31-33 página do pdf)

- liste des experts proposes par le comite national du Bresil – Renato Soeiro é um dos nomes citados (comitê do ICOMOS) (pdf página 43) – neste período Rodrigo M. F. de Andrade era presidente do Comitê Nacional do Brasil do ICOMOS

AI. CX045 – P.152

- Doc.06 Bases P.Un Programa Regional de Desarrollo Cultural – México – assinado por Alberto M. Vázquez, representante de los Estados Unidos de América, presidente;Vianna Moog, representante do Brasil; Weber Hippolyte, representante de Haiti; Manuel Bravo Jiménez, representante do México – 17/09/1968

- Doc.11 Organizacao dos Estados Americanos {OEA]

- Doc.13 Subsidios do MEC para reuniao da CECLA

- Doc.14 MEC-Resumo de Reuniao – 24/02/1969 (tem o nome do Soeiro e do Donatello Grieco diretor geral do departamento cultural do MRE entre outros participantes)

CX44-P149 O.E.A. Bolsa de Estudos III-A [int]

Doc. 02 – Carvalho, Ayrton

- Ofício nº92/72/P – do chefe do Ayrton de Almeida Carvalho (1º Distrito do IPHAN) ao senhor Renato Soeiro (diretor geral do IPHAN) – assunto: bolsas de estudo oferecidas pela OEA – 11/09/72

- Ofício nº2282 – Do senhor Renato Soeiro (diretor geral do IPHAN) para o chefe do Ayrton de Almeida Carvalho (1º Distrito do IPHAN): curso sobre restauração e ambientação de monumentos e sítios históricos – 17/08/72

Doc.03 Liberal, Castro

- C.45 de Alda Menezes (secretária) para o senhor Dr. José Liberal de Castro – sobre o envio de uma declaração feita por Soeiro sobre Castro ser o candidato do IPHAN a bolsa de estudos da OEA. - 15/10/1973
- Declaração de Renato Soeiro – indicação de Castro para a bolsa de estudos da OEA – 15/10/73
- Of. 2376 – de Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para senhor Coronel Confúcio Pamplona (secretário geral do Ministério da Educação) – assunto: anúncio de bolsa nº468/73 da OEA – 1º/10/1973
- Of. nº 2285 – do Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para Conselheiro Mário Augusto Santos (Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual) : anúncio de bolsa nº 468/73, da OEA - 21/09/73
- DCT/644.1 (040)(B46)- Divulgação de Curso da OEA. - curso realizado ela Divisão de Cooperação Técnica das Relações Exteriores - 27/07/73

Doc 4 Cesari, Lucila

- Of. nº2 22/74 - do Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para o secretário Reginaldo Andrade de Brito (chefe do Serviço de Passaportes da Delegação do MRE na Guanabara) - assunto: solicita passaporte - 27/08/74
- Of. nº1524 - do Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para Dinah Flusse (a chefe substituta da Divisão de Cooperação Técnica do MRE) - assunto: encaminha documento relativo à pedido de bolsa da OEA - 20/06/73 (página 8 do pdf)
- Of. nº 1432/74 - do Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para Conselheiro Mário Sérgio da Fonseca Costa Couto (chefe da Divisão de Cooperação Técnica do MRE) - 31/05/74

Doc 5 COELHO, Maria Augusto Pontual.

- Of.nº1845 - de Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para o secretário Reginaldo Andrade de Brito (chefe do Serviço de Passaportes da Delegação do MRE na Guanabara) - assunto: solicita passaporte especial - 06/08/73
- Of.nº 1315/73 - Do Renato Soeiro (diretor do IPHAN) para o responsável pela unidade Técnica do Patrimônio Cultural - assunto: bolsa de estudo - projeto nº437/73 - 4/06/73

Doc6 -Godofredo Filho

CX002 P.25 SPHAN - Estrangeiro. Centro: Latinoamericano e do Caribe para o Desenvolvimento Cultural - CLACDEC (Caracas - Venezuela)

1. - Ata. Do Comitê Organizador do Centro Tepoztlan (Eduardo Terrazas, Victor Urquidi e Vicente Sánchez) a Aloysio de Magalhães. Assunto: Discussões sobre a criação de um centro sobre questões fundamentais que afetam o homem na modernidade, em especial referência à realidade da América Latina e Caribe. 10/01/1980. 8p.

2. - Relatório. Informe del Centro Latinoamericano y del Caribe para el Desarrollo Cultural (CLACDEC). Actividades Cumplidas en los Años 1975 - 1976 - 1977 - 1978 | Actividades a cumplirse en el año 1979. Assunto: Relatório do Centro Latino-Americano e do Caribe sobre as atividades realizadas entre os anos de 1975 a 1978. Fevereiro de 1979. 20p.

3. - Relatório. Republica de Venezuela - Ministerio de la Secretaria de la Presidencia - Consejo Nacional de la Cultura. Centro Latinoamericano y del Caribe para el Desarrollo Cultural (CLACDEC). ¿Qué es el Centro Latinoamericano y del Caribe para el Desarrollo Cultural? Assunto: O que é o Centro Latino-Americano e do Caribe para o Desenvolvimento Cultural?. s/d. 29p.

CX025 P.94 IPHAN - Estraneiro. Patrimônio (diversos)

- Comunicado. De Sylvio Mutal (assessor técnico e coordenador regional PNUD/UNESCO) a Augusto da Silva Telles (diretor da divisão de Conservação e Restauro do SPHAN). Assunto: Comunicado sobre o envio do Plano de atividades do projeto regional do patrimônio cultural e desenvolvimento cultural do PNUD/UNESCO. Janeiro de 1986. 1p.

- Ofício. Of. nº 6914/86. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Informe de Actividades 1985 | Planes y Programas 1986. Assunto: RLA/83/002: Informe de atividades 1985 | Planos e programas 1986. 05/06/1986. 1p.

- Plano de atividades. De Sylvio Mutal (assessor técnico e coordenador regional PNUD/UNESCO) para Augusto da Silva Telles (diretor da divisão de Conservação e Restauro do SPHAN). Informe de 1985 y Plan de Actividades 1986 - Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo PNUD/UNESCO RLA/83/002. Assunto: Plano de atividades do projeto regional do patrimônio cultural e desenvolvimento cultural do PNUD/UNESCO. Janeiro de 1986. 12p.

- Ofício. Of. nº 4418/84. V Curso de Administracion de Proyectos Culturales. Escuela Interamericana Administracion Publica. Fundacion Getúlio Vargas, Rio, Brasil (Jun-Set.1985). Assunto: V Curso de Administração de Projetos Culturais - Fundação Getúlio Vargas, RJ. 24/09/1984. 2p.

- Ficha. Solicitação de inscrição. Escola Interamericana de Administração Pública. Assunto: Solicitação de inscrição no V Curso de Administração de Projetos Culturais - Fundação Getúlio Vargas, RJ. s/d. 4p.

- Projeto. Organização dos Estados Americanos. Programa Regional de Desarrollo Cultural | Subprograma de Patrimonio Cultural | Proyectos Multinacionales. Assunto: Projetos Multinacionais sobre preservação do patrimônio cultural. s/d. p.

- Oficio. Of. nº 7198/86. Signatarios Proyecto Regional de Patrimonio Cultural y Desarrollo PNUD/UNESCO RLA/83/002. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Assunto: Informativo sobre os países signatários do Projeto Regional de Patrimônio Cultural e Desenvolvimento. 11/07/1986. 1p.

- Oficio. Of. nº 6666/86. Escrito por Sylvio Mutal. Colloquium on Administration of Conservation Projects for Movable and Immovable Objects. Escuela Interamericana Administracion Publica. Fundacion Getulio Vargas. Assunto: Colóquio de Administração de Projetos de Conservação de Objetos Móveis e Imóveis. 03/04/1986. 2p.

- Oficio. Of. nº 5543/85. Escrito por Sylvio Mutal. Cuestionario sobre la formación de Gerentes de Capacitación. Assunto: Questionário sobre a formação de Gerentes de Capacitação. 24/06/1985. 2p.

- Oficio. Of. nº 7549. Escrito por Sylvio Mutal. Separata de un artículo publicado en Cooperación Sur nº 2/1986 por el Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo en Nueva York. Assunto: Informativo de reimpressão do artigo publicado na Cooperación Sur nº 2/1986, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento em Nova York. 28/10/1986. 1p.

- Oficio. Of. nº 3670/86. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Reciente publicacion “La arqueologia en el Peru: investigaciones y formación profesional”, de Elías Mujica Barreda. Assunto: Informativo sobre o envio da recente publicação “A arqueologia no Peru: investigações e formação profissional”, de Elías Mujica Barreda. 06/04/1984. 1p.

- Oficio. Of. nº 558/81. Escrito por Sylvio Mutal. Assunto: Informativo sobre o apoio de iniciativas de museus nacionais peruanos em relação a criação e exibição de amostras sobre o tema de proteção do patrimônio cultural. 25/06/1981. 2p.

- Oficio. Of. nº 254/81. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Assunto: Informes sobre a organização do Seminário/Workshop de Reciclagem, Avaliação e Orientação dos Cursos Regionais de Restauro de Monumentos - Conservação de Centros Históricos. 16/04/1981. 1p.

- Prospecto. Instituto Nacional de Cultura | Proyecto Regional Cultural PNUD/UNESCO. Seminário - Taller de Reciclaje, Evaluación y Orientación de los Cursos Regionales de Restauración de Monumentos - Conservación de Centros Históricos. 31 de agosto a 25 de setembro de 1981. p.

- Oficio. Of. nº 054. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Terceros Cursos Regionales de Museologia - 1981. Assunto: Terceira edição do evento “Cursos Regionais de Museologia” - 1981. 18/01/1981. 1p.

- Oficio. Of. nº 053. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. VII Curso-Taller de Restauracion de Monumentos, Conservacion de Centros-Sítios Históricos. Assunto: VII Curso-Oficina de Restauro de Monumentos, Conservação de Centros-Sítios Históricos. 18/01/1981. 2p.

- Oficio. Of. nº 475. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Assunto: Informes a respeito da elaboração de um vídeo pelo Projeto Regional do Patrimônio Cultural sobre os Centros Históricos do Brasil para o próximo ano. 26/06/1980. 1p.

- Oficio. Of. nº 424. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Assunto: Informes a respeito da realização de estudos pelo Projeto Regional do Patrimônio Cultural sobre o impacto da urbanização nos centros históricos e também a respeito da contratação de consultores, dirigidos pelo arquiteto Jorge Enrique Hardoy, para auxiliar no processo. 17/06/1980. 1p.

- Ficha. Instrucciones para el uso de la ficha sobre Centros Históricos. s/d. 5p.

- Ficha. **Cópia**. Instrucciones para el uso de la ficha sobre Centros Históricos. s/d. 5p.

- Oficio. Of. nº 844. De Sylvio Mutal a Augusto da Silva Telles. Assunto: Atestado de recebimento de comunicações do dia 28 de outubro e informes sobre o envio das últimas brochuras a respeito dos cursos de restauração de monumentos e conservação de Centros-Sítios Históricos (CUSCO) e Museologia (Bogotá). 06/11/1980. 1p.

- Oficio. Of. nº 245. De Sylvio Mutal a Renato Soeiro. Seguimiento del Seminario Regional Andino de Inventario y Catalogación. Assunto: Acompanhamento do Seminário Regional Andino de Inventário e Catalogação. 09/08/1978. 2p. **(sem anexo)**

- Oficio. Of. nº 111. De Sylvio Mutal a Renato Soeiro. Anexo I. Seguimiento del Seminario Regional Andino de Inventario y Catalogación. Assunto: Acompanhamento do Seminário Regional Andino de Inventário e Catalogação. 08/05/1978. 3p.

- Oficio. Of. nº 331. De Sylvio Mutal (assessor técnico e coordenador regional PNUD/UNESCO) a Gustavo López (representante da UNESCO em Brasília). Assunto: Informe sobre o envio do Contrato Especial de Prestação de Serviços, elaborado para a Sra. Martha Plazas de Fontana. 20/05/1980. 1p.

- Oficio. Of. nº 3463. De Augusto da Silva Telles a Sylvio Mutal. Assunto: Agradecimentos sobre o envio da publicação “Salvemos lo Nuestro!”. 19/12/1979. 1p.

- Carta. De Carmen Alberti a Augusto da Silva Telles. Assunto: Comunicação sobre a publicação de uma pequena coleção a respeito da proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural e

monumental de vários países americanos a pedido do Projeto de Patrimônio Cultural Regional Andino. 24/10/1979. 1p.

- Ofício. Of. nº 078. De Sylvio Mutal para Gustavo López. Assunto: Eventos internacionais a se realizarem durante o ano de 1979 dentro do Programa Regional de Patrimônio Cultural UNESCO/PNUD. 02/02/1979. 2p.

- Ofício. Of. nº 456. De Augusto da Silva Telles a Sylvio Mutal. Assunto: Atestado de recebimento da programação internacional do evento programado para o referido ano. 20/02/1979. 1p.

- Ofício. **Cópia**. Of. nº 078. De Sylvio Mutal para Gustavo López. Assunto: Eventos internacionais a se realizarem durante o ano de 1979 dentro do Programa Regional de Patrimônio Cultural UNESCO/PNUD. 02/02/1979. 2p.

CX025 P.95 Pasta nº 95

1. - Ofício. MINC/SEDI/GAB/ nº 1030/88. Da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural ao Secretário da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico. Assunto: Nomeação, pelo Papa, de Francesco Marchisano e Paolo Rabitti para assumirem a Secretaria e Subsecretaria da Pontifícia Comissão para a Conservação do Patrimônio Artístico e Histórico da Igreja. 22/11/1988. 2p.

CX036 P.128 Pasta Estrangeiro - Diversos CX065 P.204

1. - Encarte. Ministério da Educação e Cultura - Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Arquivo da Seção de História. Assunto: Tailândia. s/d. 1p.

2. - DAO/616/641.2(58). Lei sobre Monumentos, Antiguidades, Objetos de Arte e Museus Nacionais da Tailândia. Assunto: Cumprimentos entre Secretaria Geral Adjunta para Assuntos da Europa Oriental e Ásia do Ministério das Relações Exteriores à diretoria do IPHAN e envio da Lei em anexo. 13/04/1967. 1p.

3. - Relatório. Emb. Bangkok/70/641.2(58)/1967/Anexo. Act on Ancient Monuments, Antiques, Objects of Art and National Museums, B.E 2504. 30/09/1961. 15p.

CX054 P.175 IPHAN - Estrangeiro - OEA XIII - 1) 1ª Reunião Interamericana de Diretores de Cultura - Washington - 1963; 2) 2º Reunião do Comitê Interamericano de Cultura (1971); 3) 6ª Reunião do Conselho Cultural - Washington - 20 a 27/01/1969

PASTA 1) 1ª Reunião Interamericana de Diretores de Cultura - Washington - 1963

1. - Relatório. Consejo Interamericano Cultural - Secretaria Ejecutiva. Primera Reunion Interamericana de Directores de Cultura. Informe Final. 1963. 49p.

PASTA 2) 2ª Reunião do Comitê Interamericano de Cultura (1971)

1. - Comunicado. Organizacion de los Estados Americanos. De Javier Magalón (diretor do departamento de assuntos culturais) para Renato Soeiro. Assunto: Recomendações sobre o início dos projetos do Comitê em 1972. 25/02/1971. 1p.

2. - Relatório. Critérios e Processos para a Operação dos Programas Regionais de Desenvolvimento Educacional e de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Apresentado pelo Secretário Executivo, modificado e aprovado pela Comissão Executiva do Conselho Cultural Interamericano). 22/04/1969. 29p.

PASTA 3) 6ª Reunião do Conselho Cultural - Washington - 20 a 27 de janeiro de 1969

1. - Carta postal. De Renato Soeiro a Rodolfo Martinez. Confirm flight 854 Varig leaving Rio eighteenth. Assunto: Confirmação de voo saindo do Rio de Janeiro. 16/01/1969. 1p.

2. - Carta postal. De Renato Soeiro a Guillermo Zendegui. Confirm flight 854 Varig leaving Rio eighteenth. Assunto: Confirmação de voo saindo do Rio de Janeiro. 16/01/1969. 1p.

3. - Ofício. Of. nº 73. De Renato Soeiro (Diretor da DPHAN) ao Professor Tarso Dutra (Ministro da Educação e Cultura). Assunto: Autorização para se afastar do país. 10/01/1969. 1p.

4. - Comunicado. De Rodolfo Martinez a Renato Soeiro. Assunto: Tratativas sobre o evento da reunião de especialistas do Programa de Desenvolvimento Cultural, de 20 a 27 de janeiro. s/d. 1p.

5. - Ofício. Of. nº 96. De Renato Soeiro a Osmar Chohsi (Chefe da Divisão de Passaportes do Ministério das Relações Exteriores). Assunto: Visto em passaporte. 15/01/1969. 1p.

6. - Ofício. Of. nº 73. De Renato Soeiro (Diretor da DPHAN) ao Professor Tarso Dutra (Ministro da Educação e Cultura). Assunto: Autorização para se afastar do país. 10/01/1969. 1p. (documento assinado pelo professor)

7. - Comunicado. De Rodolfo Martinez a Renato Soeiro. Assunto: Reunião do Conselho Cultural Interamericano. 27/11/1968. 2p.
8. - Comunicado. **Cópia.** De Rodolfo Martinez a Renato Soeiro. Assunto: Tratativas sobre o evento da reunião de especialistas do Programa de Desenvolvimento Cultural, de 20 a 27 de janeiro. s/d. 1p.
9. *SUBPASTA - Matéria usada pelo Diretor da DPHAN na Reunião da OEA, realizada em Washington - USA, em janeiro de 1969.
10. - Anexo I. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - Brasil. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Comentários sobre os documentos referentes à reunião do Conselho do Centro de Roma. 1968. 3p.
11. - Ofício. Of. nº 2.293. De Renato Soeiro a Nestor dos Santos Lima (Ministro do Departamento Cultural do Ministério das Relações Exteriores). Assunto: Solicitação de envio de mensagem na capital através de figura diplomática representativa. 05/12/1968. 2p.
12. - Projeto. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Laboratório de Pesquisas (Centro de Roma). s/d. p.
13. - Centre International d'Etudes pour la Conservation et la Restauration des Biens Culturels. Conseil du Centre - 13^a Session. Assunto: . 10/12/1968. 7p.
14. - Nota. Notas para o encontro promovido pela OEA - Quito - Novembro, 1967. 1967. 6p.
15. - Relatório. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Escrito por Renato Soeiro. Reunion d'Experts de l'UNESCO sur la Formation des architectes et des techniciens en matière de conservation des monuments et des sites (Pistoia, 9/14 septembre, 1968). Assunto: Encontro de Especialistas da UNESCO sobre a Formação de Arquitetos e Técnicos na área da Conservação de Monumentos e Sítios. Abril de 1968. 7p.

CX056 P.180 Pasta IPHAN - Estrangeiro - O.E.A XVI - Centro Regional de Restauração de Bens Culturais Móveis

1. - Ofício. Of. nº 46/77. Do Centro de Restauração de Obras de Arte do IPHAN ao Diretor do IPHAN. Assunto: Informe de fim de missão cultural para a criação do Centro Regional para Conservação do Patrimônio Cultural em Salvador (BA), de A.E. Werner. 28/11/1977. 2p.

2. - Relatório. Informe de fin de Mision RP/1975-76./3.411.5 - Movilización y organización de la solidaridad internacional para la conservación y presentación de monumentos y lugares - Brasil | Creacion de un Centro Regional para la Conservacion del Patrimonio Cultural en Salvador/Bahia. Escrito por A.E. Werner. Assunto: Informe de fim de missão cultural para a criação do Centro Regional para Conservação do Patrimônio Cultural em Salvador/Bahia. Agosto de 1977. p.
3. - Ofício. Of. nº 626. MEC/IPHAN. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Fernando da Rocha Peres (Diretor Regional do IPHAN - 4ª Diretoria Regional). Assunto: Convênios sobre a Catedral Basílica e a criação do Centro Regional de Restauração de Bens Culturais Móveis. 15/03/1978. 1p.
4. - Ofício. Of. nº 1141/77. MEC/IPHAN/4ª Diretoria. Do Diretor Regional do IPHAN - 4ª DR ao Diretor Geral do IPHAN. Assunto: Encaminhamento dos convênios sobre a Catedral Basílica e a criação do Centro Regional de Restauração de Bens Culturais Móveis para as providências cabíveis. 19/12/1977. 1p.
5. - Termo. Termo de Convênio que Celebram o Ministério da Educação e Cultura, a Universidade Federal da Bahia e o Estado da Bahia para a execução de um Programa de Cooperação Cultural visando a Preservação de Bens Culturais Móveis. 02/12/1977. 3p.
6. - CPX/BRA/80. De Alfonso de Silva (Representante da UNESCO no Brasil) a Valentim Calderón (Diretor do Museu de Arte Sacra). Assunto: Informativo sobre a missão a ser realizada por A.E. Werner no Brasil em março de 1977, acompanhado de currículo em anexo. 01/02/1977. 3p.

CX058 P.198 UNESCO - VII - Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais - Veneza/1970. I - Documentos Básicos

1. - Comunicação. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Assunto: Diretor-Geral apresenta os seus cumprimentos e tem a honra de remeter alguns documentos relativos à conferência. s/d. 1p.
2. - SHC/CIPOC/INF.1. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Assunto: Informativos Gerais. 02/03/1970. 4p.
3. - SHC/CIPOC/INF. 3 rev. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Liste Definitive des Delegates, Observateurs et Representants. Assunto: Lista Definitiva de Delegados, Observadores e Representantes. 29/08/1970. 38p.
4. - UNESCO/CIPOC/INF.7. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles. Visitas Tecnicas de Informacion sobre el

Problema de la Conservacion de Venecia - Visita nº 1 - Exposicion Historica de la Laguna (Palazzo Grassi) | Tema: La importancia de la laguna para Venecia. Assunto: Visitas Técnicas de Informação sobre o Problema da Conservação de Veneza - Visita nº 1 - Exposição Histórica da Laguna (Palazzo Grassi) | Tópico: A importância da laguna para Veneza. 27/08/1970. 8p.

5. - UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Diario nº5. 29/08/1970. 4p.

6. - UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Diario nº3. 27/08/1970. 3p.

7. - UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Diario nº2. 26/08/1970. 4p. (contém manuscrito no verso da última página)

8. - UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Diario nº1. 25/08/1970. 5p. (contém manuscrito no verso da primeira e da última página).

9. - UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Diario nº1. Cópia. 25/08/1970. 5p. (contém manuscrito no verso da segunda e da última página)

10. - Manuscrito. Documento de Base. Assunto: Apontamentos a serem tratados na Conferência. s/d. 4p.

11. - Questionário. Questionnaire sur les Structures Administratifs des Affaires Culturelles. s/d. 3p. (contém manuscrito no verso da última página)

12. - Manuscrito. s/d. 2p.

13. - SHC/CIPOC/4. UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Document de travail. Assunto: Documento de trabalho. 25/05/1970. 4p.

14. - Manuscrito. CIPOC/1 ADD. Ordem do dia provisória. s/d. 4p.

15. - SHC/CIPOC/4. UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Document de Base. 25/05/1970. 37p.

16. - Manuscrito. CIPOC/3 pg.6. Planos de Cultura. s/d. 1p.

17. - SHC/CIPOC/1 REV. Intergovernmental conference on the institutional, administrative and financial aspects of cultural policies - Venice, 24 August-2 September 1970. Provisional Agenda. Assunto: Ordem do Dia Provisória. 22/04/1970. 1p.

18. - SHC/CIPOC/1 Add. Intergovernmental conference on the institutional, administrative and financial aspects of cultural policies - Venice, 24 August-2 September 1970. Annotated Provisional Agenda. Assunto: Ordem do Dia Provisória Anotada. 22/04/1970. 4p. (versão em inglês)

19. - SHC/CIPOC/1 Add. UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Ordre du Jour Provisoire Annoté. Assunto: Ordem do Dia Provisória Anotada. 22/04/1970. 4p. (versão em francês)

20. - SHC/CIPOC/1 Rev. UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Ordre du Jour Provisoire Annoté. Assunto: Ordem do Dia Provisória Anotada. 22/04/1970. 2p.

21. - SHC/CIPOC/2 Rev. UNESCO. Intergovernmental conference on the institutional, administrative and financial aspects of cultural policies - Venice, 24 August-2 September 1970. Provisional Rules Of Procedure. Assunto: Regras de Procedimento Provisórias. 14/04/1970. 6p.

22. - SHC/CIPOC/2 Rev. UNESCO. Conférence intergouvernementale sur les aspects institutionnels, administratifs et financiers des politiques culturelles - Venise, 24 août-2 septembre 1970. Reglement Interieur Provisoire. 14/04/1970. 4p.

CX063 P.199 UNESCO - VIII - Conferência Intergovernamental sobre os Aspectos Institucionais, Administrativos e Financeiros das Políticas Culturais - Veneza/1970 II - Políticas Culturais dos Estados-Membros

1. - Conferência. UNESCO. Escrito por Maurice Gastaud. Conference Intergouvernementale sur les Aspects Institutionnels Administratifs et Financiers des Politiques Culturelles - Expose de l'observateur de la federation syndicale mondiale. Assunto: Apresentação para a Federação Sindical Global. 24 de agosto a 2 de setembro de 1970. 4p.

2. - Conference Intergouvernementale sur les Aspects Institutionnels Administratifs et Financiers des Politiques Culturelles - Discours prononcés lors de la séance inaugurale au Palais des Doges le 24 août 1970. Assunto: Discursos proferidos na sessão inaugural no Palácio Ducal em 24 de agosto de 1970. 24 de agosto a 2 de setembro de 1970. 13p.

3. - Descritivo. Réference: DR.70. Assunto: Recomendações da Conferência, a nível nacional, que cada estado siga os passos para manter a missão de valorizar o patrimônio cultural, considerando a escala crescente do turismo mundial. s/d. 1p.
4. - Relatório. Política Cultural. s/d. 6p.
5. - Projeto. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura. Projeto para o Estudo das Características Culturais da América Latina. s/d. 6p.
6. - DCINT/642.6(04). Da Delegação Permanente do Brasil (Everaldo Dayrell de Lima) junto à UNESCO para a Secretaria de Estado. Assunto: Conferência Ministerial sobre política cultural. 12/06/1970. 3p.
7. - Ministério da Educação e Cultura. Compromisso de Brasília. Assunto: Encontro para o estudo da complementação das medidas necessárias à defesa do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. s/d. 6p. (no verso da última página deste documento há um manuscrito)
8. - Relatório. Instituto Nacional de Cultura y Bellas Artes. Lineamientos Generales. Escrito por Gloria Stolk. Assunto: Apresentação do Instituto Nacional de Cultura e Belas Artes (INCIBA). s/d. 4p.
9. - Conference Intergouvernementale sur les Aspects Institutionnels Administratifs et Financiers des Politiques Culturelles - Discours de son Ex. M. Pahlbod, Ministre de la Culture et des Arts (Iran). Assunto: Discurso do sr. Ex. M. Pahlbod, Ministro da Cultura e Artes (Irã). s/d. 19p. (no verso da última página deste documento há um manuscrito)
10. - Relatório. Considerations about the problems under three headings: archeology and the conservation of historical sites and monuments, ecology, folk dance. Assunto: Análise pelos delegados da Conferência Cultural e de Conservação, realizada em Kingston - Jamaica, sob o patrocínio da UNESCO, dos problemas sobre arqueologia e conservação de sítios e monumentos históricos; ecologia; e dança folclórica. s/d. 8p.
11. - Relatório. SHC/CONF.40/3. Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture. Reunion d'Experts sur les problems les politiques culturelles en Afrique - Dakar, 6-10 octobre 1968 - Rapport Final. Assunto: Reunião de Especialistas em questões de Política Cultural na África - Dakar, 6 a 10 de outubro de 1968. 24/11/1969. 23p.
12. - Relatório. SHC/CONF.39/3 (rev). Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture. Reunion d'Experts en Vue de Preparer la Conference Intergouvernementale de 1970 sur les Politiques Culturelles - Maison de l'UNESCO, 16-19 juin 1969 - Rapport Final. Assunto: Reunião de Especialistas para a Preparação da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais de 1970. 17/07/1969. 23p. (com anexos)
13. - Relatório. SHC/CONF.39/3 (rev). Organisation des Nations Unies pour l'Education, la Science et la Culture. Reunion d'Experts en Vue de Preparer la Conference Intergouvernementale de

1970 sur les Politiques Culturelles - Maison de l'UNESCO, 16-19 juin 1969 - Rapport Final. Assunto: Reunião de Especialistas para a Preparação da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais de 1970. 17/07/1969. 26p. (com anexos)

CX065 P.204 Pasta Não Identificada

1. - Documento avulso. SHC/MD/12- Annexe IV page 7. Assunto: Versa sobre os Artigos 23, 24, 25; 26 e 27 [programas educativos]; e 28 [relatórios]. s/d. 1p.
2. - Convenção. SHC.72/CONF.37/DR.94. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Comité spécial d'experts gouvernementaux chargé de préparer un projet de convention et un projet de recommandation aux Etats Membres concernant la protection des monuments, des ensembles et des sites. Projet d'Amendement présenté par la délégation du Canada. Assunto: Projeto de Emenda apresentado pela delegação do Canadá (contém artigos nº 19, 21, 22, 26, 29, 34 e 37.1). 12/04/1972. 9p.
3. - Documento avulso. SHC-72/CONF.37.2. Rev.1 - Page 2. Assunto: Organização da Conferência - versa sobre os Artigos 3 [eleições], 4 [escritório], 5 [órgãos subsidiários] e 6 [atribuições do presidente]. s/d. 1p.
4. - Documento avulso. SHC-72/CONF.37.2. Rev.1 - Page 4. Assunto: Versa sobre os Artigos 12 [conclusões e recomendações; emendas], 13 [idiomas de trabalho] e 14 [voto]. s/d. 1p.
5. - Convenção. SHC.72/CONF.37/19. Comité especial de expertos gubernamentales encargado de preparar un proyecto de convención y un proyecto de recomendación para los Estados Miembros sobre la protección de monumentos, conjuntos y lugares de interés artístico o histórico. Proyecto de Informe. Assunto: Rascunho do relatório sobre o projeto de recomendação sobre a proteção do patrimônio cultural e natural da humanidade. 21/04/1972. 3p.

CX065 P.205 Pasta IPHAN - UNESCO XIII - Campanha Internacional para a restauração dos bens culturais de Florença e Veneza

1. - Ata. De Edson Motta a Renato Soeiro. Assunto: Reunião internacional sobre a conservação das obras de arte e dos bens culturais religiosos e sobre a defesa e a recuperação das obras de arte. 12/12/1975. 3p.
2. - Anexos. Convenzione de "L'Aja del 14 maggio 1954 per la protezione dei beni culturali in casi di conflitto armato", nella Convenzione di Parigi dell'UNESCO del 14 novembre 1970. 2p.

3. - Livro. Accademia delle arti del disegno. Celebrazioni dei centenari della morte di Giorgio Vasari e della nascita di Michelangelo Buonarroti (Italian text and English Translation). 29/11/1975. 22p.
4. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Jornal do Brasil Rio de Janeiro sob papel. Assunto: “Técnicos brasileiros vão acompanhar o trabalho desenvolvido pelo Governo italiano na restauração do acervo artístico da cidade de Veneza. A experiência italiana poderá ser aplicada na restauração do patrimônio histórico-artístico brasileiro”. 1p.
5. - Recorte de jornal. Jornal O Globo. Roma destina verba para salvar Veneza. Assunto: Aprovação do projeto de lei que destina 250 bilhões de liras para salvar Veneza de inundações. 02/08/1972. 1p. [verso contém manuscrito “Recolocar na pasta do Congresso do Circuito Turístico”]
6. - Campagne internationale pour les monuments historiques. Assinado por L. Gomes Machado, diretor do Departamento de Atividades Culturais. Assunto: Informativo sobre a inauguração da campanha internacional dos monumentos históricos em 1964. 30/07/1964. 7p.
7. - Relatório. Comité Consultatif pour Venise - Première session. Campagne internationale pour la Restauration des Biens Culturels a Florence et Venise. Assunto: Campanha Internacional para a Restauração de Bens Culturais em Florença e Veneza. 1969. 46p.
8. - Programme du Conseil National des Recherches (C.N.R) pour Venise. Assunto: Descritivo do CNR em relação a campanha internacional de salvaguarda para Veneza. s/d. 4p.
9. - Relatório. Rapport sur Venise. Ministère du Budget et du Plan - Direction Générale pour l'exécution du Plan Economique. Assunto: Plano de desenvolvimento econômico e detalhamento dos problemas da cidade. s/d. 5p.
10. - Relatório. Rapport au Comité Technique Consultatif sur la sauvegarde du patrimoine culturel de Florence. Ministère de L'education Nationale - Direction Générale des Antiquités et des Beaux-Arts. Assunto: Salvaguarda do patrimônio cultural de Florença. s/d. 28p.
11. - Relatório. Comité d'Etude pour les mesures de defense de la Ville de Venise et pour la sauvegarde des caractères ambiants et des monuments. Ministère des Travaux Publics. Assunto: Medidas de defesa para a cidade de Veneza e salvaguarda dos monumentos circundantes. s/d. 9p.
12. - Relatório. Rapport sur Venise. Ministère de L'Interieur - Direction Générale des Archives Nationales - Division Photodocumentation et Restauration. Assunto: Nota para o diretor da Unesco sobre a restauração dos documentos de Veneza. s/d. 5p.
13. - Relatório. Rapport sur Venise. Ministère de L'education Nationale - Direction Générale des Antiquités et des Beaux-Arts. s/d. Assunto: Danos e perigos. 11p.

14. - Relatório. Rapport sur la sauvegarde de Venise. Ministère de L'Instruction Publique - Direction Générale des Académies et Bibliothèques et pour la diffusion de la culture. s/d. Assunto: Proteção de venezia. 3p.

15. - Relatório. Rapport sur Florence. Ministère de L'Interieur - Direction Générale des Archives Nationales - Division Photodocumentation et Restauration. Assunto: Nota para o diretor da Unesco sobre a restauração dos documentos de Florença. s/d. 8p.

16. - *Relatório. Comité Consultatif pour Florence - Première session. Campagne internationale pour la restauration des biens culturels a Florence et Venise. Assunto: Campanha Internacional para a Restauração de Bens Culturais em Florença e Veneza. 1969. 22p. (com apelo e anexos)

17. - *Apelo de René Maheu, diretor geral da Unesco. 02/12/1966. 4p. (sem anexos)

18. - Relatório. Rapporto del direttore generale sulla campagna internazionale per Firenze. Assunto: Primeira reunião do Conselho Consultivo em 1969 sobre a formulação de nove recomendações a respeito da Campanha Internacional de Firenze. 22/08/1969. 46p.

CX067 P.210 Pasta IPHAN - Estrangeiro - UNESCO XVIII - Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (ou Proteção do Patrimônio Internacional Cultural e Natural da UNESCO)

1. - Comunicado. Memo - MINC / SEDI / CCD nº 238. De Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural ao Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assunto: Cópia da carta que versa sobre o relatório da sessão do Comitê do Patrimônio Mundial. 25/08/81. 5p.

2. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Estado de São Paulo sob papel. Assunto: "Patrimônio Histórico - embaixador do Brasil na Unesco reeleito para o Comitê do Patrimônio Mundial da Unesco". 01/11/1987. 1p.

3. - Ofício. Of. nº 209 - 87 / SPHAN-RJ. Do Chefe de Gabinete da SPHAN (Maria Eugênia Correa) ao Chefe da Divisão de Difusão Cultural do Itamarati (Conselheiro Lauro Moreira). Assunto: Investigação sobre a existência de comunicações sobre a inclusão de determinados monumentos (vide doc.) na lista do Patrimônio Mundial. 19/06/1987. 1p.

4. - Ofício. Of. nº 7653. Escrito por Sylvio Mutal. Assunto: Comunicado a respeito da publicação da tradução do Compilado de Convenções e Recomendações da Unesco sobre a Proteção do Patrimônio Cultural. 27/10/1986. 1p.

5. - DCINT/22/Pemu-Unesco. Assunto: Apresentação de candidatos ao posto de Diretor da Divisão do Patrimônio Cultural. De Rache de Almeida a Marisa Ricupero. 30/10/1985. 7p. (com versão em francês e anexos)

6. - *Versão em francês do DCINT/22/Pemu-Unesco. Assinado por Amadou-Mahtar M'Bow. 28/08/1985. 2p.
7. - Telex 081 - 2743. Assunto: Resposta de Augusto Silva Telles (diretor DTC/SPHAN) a Marisa Ricupero a respeito do ofício 002 referente ao Programa Unesco 86/87. s/d. 1p.
8. - Ofício. Of. CIRC. SRI / SG / MinC nº 002/85. Marisa Ricupero a Augusto Silva Telles. Assunto: Unesco - Programa para o período 1986/1987. 23/07/1985. 12p.
9. - DCINT/01/103(105). UNESCO. Década Mundial de Desenvolvimento Cultural. Pedido de Subsídios. Assunto: Solicitação de propostas relativas à Década Mundial de Desenvolvimento Cultural pela Divisão de Cooperação Intelectual do Depto de Cooperação e Divulgação Cultural do Ministério das Relações Exteriores. 19/04/1985. 27p. (contém 3 anexos)
10. - Ata. “Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial e natural (1972)” - World Heritage Convention. José Candido de Melo Carvalho. 03/07/1984. 4p.
11. - TXL. / MEC / BSB RETRANSMISSÃO. Documento avulso sob papel. De Cícero Araújo para Augusto da Silva Telles. Assunto: Aprovação de recursos para a Missão Parent. 24/06/83. 1p.
12. - Boletim. Boletim de Informação nº 15. Patrimonio Cultural de La Humanidad. UNESCO. s/d. 3p.
13. - Recorte de Jornal. O Correio da UNESCO. Contracapa de jornal. Assunto: Descrições gerais sobre os conteúdos das páginas 5 (Natureza e Cultura, Patrimônios da Humanidade) e 33 (As Mil e Uma Maravilhas do Mundo). Outubro de 1980. 1p.
14. - DCINT/DAI/DAM-I/103/640.4(015). Ratificações de Convenções da UNESCO. 01/08/1979. 1p.
15. - DCINT/168/641(015). UNESCO. Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 22/06/1979. 1p.
16. - Ata. Deuxieme Assemblee Generale des Etats Parties a la Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Compte rendu des travaux. Assunto: Segunda Assembléia Geral dos Estados Partes da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. 24/11/1978. 13p.
17. - Informe del Comite Intergubernamental de Proteccion del Patrimonio Mundial Cultural Y Natural. 20/10/1978. 6p.

18. - DCINT/1108/641(015). Convenção relativa ao Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. Remessa de documentos referentes à 2ª reunião do Comitê do Patrimônio Mundial. De Guy M. de Castro Brandão a Renato Soeiro. 25/09/1978. 1p.
19. - Ofício. Of. nº 2118. Unesco - II Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial - Indicação de representante brasileiro. De Renato Soeiro a Manuel Diegues Junior. 22/08/1978. 2p.
20. - Ofício. Of. nº 2317. Unesco - II Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial - Indicação de representante brasileiro. De Armando Dias Mendes a Manuel Diegues Junior. 04/08/1978. 1p.
21. - DCINT/73/641(015). UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial - II Sessão. Assunto: Ordem do dia Provisória da Segunda Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial a se realizar em Washington DC, de 5 a 8 de setembro daquele ano. 12/07/1978. 1p.
22. - DCINT/73/641(015). UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial - II Sessão. Assunto: Ordem do dia Provisória da Segunda Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial a se realizar em Washington DC, de 5 a 8 de setembro daquele ano (em francês). 12/07/1978. 10p.
23. - Nota. Nota de informação. Assunto: Faz referência à carta DG/4.5/01/23/360.2a/1035 datada de 14 de junho de 1978 relativa à reunião em Washington. 07/08/1978. 5p.
24. - Ofício. Of. nº 1588. Representação do Brasil no Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Internacional Cultural e Natural da UNESCO. De Renato Soeiro a Euro Brandão. 26/06/1978. 2p.
25. - Ofício. Of. nº 1535. Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Escrito por Renato Soeiro. 20/06/1978. 2p.
26. - Acordo de cooperação. Projet de modèle d'accord de cooperation technique entre le Comité intergouvernemental de la protection du patrimoine mondial culturel et naturel et un Etat Partie a la Convention pour la protection du patrimoine mondial culturel et naturel. 15/07/1978. 6p.
27. - Conferência. Point 3 de l'ordre du jour provisoire: Etude des modalités d'assistance préparatoire. Assunto: Tema 3 da agenda provisória: estudo das modalidades de assistência preparatória. 15/07/1978. 6p.
28. - Conferência. Points 7 et 8 de l'ordre du jour provisoire. Assunto: Lista de patrimônios mundiais e demandas de cooperação. 15/07/1978. 2p.
29. - Lista. Liste de documents. Assunto: Conf.010/4; Conf.010/5; Conf.010/6; Conf.010/7. 15/07/1978. 14p.

30. - Ofício. Of. SUBIN/G/14/78. Assunto: Representação do Brasil no Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Internacional Cultural e Natural da UNESCO. Escrito e assinado por Álvaro Gurgel de Alencar. 23/05/1978. 2p.
31. - DCINT/DE-I/356/641(B46). Assunto: Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural. Comunicação aos estados-membros. 11/04/1978. 3p.
32. - Ofício. Of. nº 805. Assunto: Inventário dos Tesouros do Mundo. Do Diretor Geral do IPHAN ao Secretário Executivo do IBECC. 08/04/1978. 1p.
33. - Lista. UNESCO - Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial - Formulaire de proposition d'inscription. s/d. 13p.
34. - Unesco. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Demande de cooperation technique. s/d. 10p.
35. - DG/4.5/360.2/633. Do diretor geral da UNESCO ao ministro das Relações Exteriores. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel - Communication aux Etats Parties. Assunto: Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural - Comunicação aos Estados Membros. 20/01/1978. 4p.
36. - Ofício. Of. nº 01310. Do diretor-geral do departamento de Assuntos Culturais (Manuel Diegues Júnior) ao diretor-geral do IPHAN (Renato Soeiro). Assunto: Implementação da Convenção da Proteção do Patrimônio Cultural e Natural da Humanidade. 02/08/1977. 1p.
37. - Ofício. Of. nº 02152. Do diretor-geral do departamento de Assuntos Culturais (Manuel Diegues Júnior) ao diretor-geral do IPHAN (Renato Soeiro). Assunto: Cópia do Ofício nº 2834/77 sobre a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, adotada na Conferência da UNESCO em 16/11/1972. 01/12/1977. 1p.
38. - Ofício. Of. nº 2834/77 MEC/SEG/CODEAI. Do assessor chefe da coordenação de Assuntos Internacionais da Secretaria Geral do Ministério da Educação e Cultura ao diretor geral do departamento de Assuntos Culturais. Assunto: Ratificação e Aceitação de Convenções. 17/11/1977. 1p.
39. - DCINT/DE-I/14/641(015). UNESCO. Assunto: Inventário dos Tesouros do Mundo. I Reunião do Comitê de Proteção do Patrimônio Cultural e Natural. Julho de 1977. 2p.
40. - CC-77/Conf.001/2 Rev. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Comitê intergovernamental de la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Regulamentos internos. 15/07/1977. 9p. (com anexo -cópia "Assunto: Demande de cooperation technique").

41. Cópia. UNESCO - Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Demande de cooperation technique. s/d. 11p.
42. Cópia. UNESCO - Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Demande de cooperation technique. s/d. 11p.
43. - Recorte de jornal. Recorte de notícia sob papel. Assunto: “Propriedade artística debatida na UNESCO”. 20/03/1976. 1p.
44. - Relatório. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Comitê intergovernamental de la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Premiere session - Rapport Final. Assunto: Discutir sobre os objetivos fundamentais da organização: a preservação e valorização dos valores do patrimônio cultural e natural do mundo. 30/09/1977. 16p.
45. - Relatório. Premiere session - Orientations levant guider la mise en œuvre de la convention pour la protection du patrimoine mondial. Assunto: Diretrizes que orientam a implementação da convenção para a proteção do patrimônio mundial. 30/09/1977. 11p.
46. - Ct. nº 1/76. De Renato Soeiro a Gerard Bolla. Assunto: Proceder à ratificação sobre a Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 08/01/1976. 1p.
47. - Ofício. Of. nº 11/76. Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Renato Soeiro) para o Ministro da Educação e Cultura (Ney Braga). Assunto: Ratificação pelo Brasil da Convenção da UNESCO. 07/01/1976. 1p.
48. - DHC/1B/7/3/360/962. De Gerard Bolla a Renato Soeiro. 27/11/1975. 1p.
49. - Lista. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste des Etats Parties au 25 novembre 1975. Assunto: Lista de Estados Membros de 25 de novembro de 1975. s/d. 1p.
50. - Ct. nº 81/75. Escrito por Renato Soeiro. Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Assunto: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 03/11/1975. 1p.
51. - Ofício. Of. nº 3 418/75. De Renato Soeiro para o Ministro de Estado da Educação e Cultura (Ney Braga). Assunto: Convenção da UNESCO. 22/10/1975. 2p.
52. - Ata. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. Conclusions de la reunion de representants d’organisations internationales, gouvernementales et non gouvernementales, organisée par l’Unesco et la commission nationale belge pour l’Unesco afin

d'étudier à titre préliminaire le problème des risques encourus par les biens culturels et la couverture de ce risques. Assunto: Conclusões da reunião de representantes de organizações internacionais para estudar sobre os riscos incorridos pelos bens culturais. Setembro de 1972. 14p.

53. - SHC/MS/01/7.3/360/563. De Gerard Bolla a Renato Soeiro. Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel (1972). Assunto: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. 04/08/1975. 1p.

54. - CL/2459. Escrito por Amadou-Mahtar M'Bow. Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel (1972). Assunto: Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural. s/d. 3p.

55. - CLP.12/360/726. Documento aos participantes da reunião do comitê de especialistas. Escrito por Gerard Bolla, diretor do Patrimônio Cultural. Fevereiro de 1973. p.

56. - Ofício. Of. nº 654. Renato Soeiro a Jarbas Passarinho. Assunto: Relatório sobre a Conferência de Peritos Governamentais. 27/04/1972. 1p.

57. - Relatório. Assunto: Relatório sobre a Conferência de Peritos Governamentais encarregados da elaboração de um projeto de convenção e de recomendação sobre a proteção dos monumentos, conjuntos e sítios de valor universal. s/d. 17p.

CX067 P.211 Pasta SPHAN - Estrangeiro - UNESCO - Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (ou Proteção do Patrimônio Internacional Cultural e Natural da UNESCO) - Pedidos para inscrição países: A a H

1. - (Alemanha) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Catedral de Aachen, República Federal da Alemanha. 03/04/1978. 7p.

2. - (Argélia) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 102. Assunto: Sítio Arqueológico de Beni Hammad. 1980. 2p.

3. - (Argélia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Escrito por Kalâa Beni Hammad. Assunto: Liste du patrimoine mondial - Proposition d'Inscription présentée par la République Algérienne Démocratique et Populaire. s/d. 10p.

4. - (Brasil) Escrito por Roberto de Aquino Lordy a Antonio Luiz Dias de Andrade. Assunto: Pedido judicial a fim de que declare Paranaguá como monumento nacional. 11/10/1983. 7p.

5. - (Brasil) Informação nº 51/85. Assunto: Pedidos para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial. Escrito por Augusto C. da Silva Telles. 26/04/1985. 1p.
6. - (Brasil) Parecer. Escrito por Augusto C. da Silva Telles. Assunto: Apontamento de pautas e diretrizes baseados em documentos e reuniões. 24/04/1985. 4p.
7. - (Brasil) Documento escrito por Eron Jayme do Nascimento para Augusto Silva Telles. Encontro Nacional de Dirigentes de Educação, Cultura e Desporto. Assunto: Apoio da secretaria da cultura para viabilizar esforços para que Goiás se torne um patrimônio cultural da humanidade reconhecido pela UNESCO. 28/09/1983. 1p.
8. - (Brasil) Relatório. Assunto: Relação de bens culturais e naturais a serem indicados para a Lista dos Patrimônios Mundiais. s/d. 19p.
9. - (Brasil) Manuscrito. Assunto: Lista de pareceres. s/d. 1p.
10. - (Brasil) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 309. Assunto: Centro Histórico da Cidade de Salvador. Maio de 1985. 5p.
11. - (Brasil) Manuscrito. Assunto: Lista de pareceres. s/d. 1p.
12. - (Brasil) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 334. Assunto: Santuário de Bom Jesus de Matosinhos em Congonhas, MG. Maio de 1985. 4p.
13. - (Brasil) Manuscrito. Assunto: Lista de pareceres. s/d. 1p.
14. - (Brasil) Descritivo. Designation pour la liste du patrimoine mondial - Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Parque Nacional do Iguaçu. s/d. 3p. (incluindo mapa)
15. - (Brasil) Descritivo. Designation pour le patrimoine mondial - Evaluation Technique de L'UICN. Assunto: Parque Nacional do Iguaçu. s/d. 4p.
16. - (Canadá) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Parque de História Nacional da Enseada aos Prados, Canadá. s/d. 13p.
17. - (Canadá) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Parque de História Nacional Nahanni, Canadá. s/d. 9p.

18. - (Canadá) Documento nº 133. Commentaire de L'UICN. Candidature a la liste des sites du patrimoine mondial - Site de Burgess Shale. Escrito por Harold Eidsvik. Assunto: Candidatura à Lista de Sítios do Património Mundial - Burgess Shale. s/d. 3p.
19. - (Canadá) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Canada - Site des Schistes de Burgess. s/d. 18p.
20. - (Costa Rica) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 104. Assunto: Missão Orosi. 1980. 2p.
21. - (Costa Rica) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Costa Rica - Eglise d'Orosi. 17/04/1979. 5p.
22. - (Costa Rica) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 105. Assunto: Monumento Nacional. 1980. 2p.
23. - (Costa Rica) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Costa Rica - Monument National de San José. 17/04/1979. 4p.
24. - (Costa Rica) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 105. Assunto: Monumento Nacional de San José. 1980. 5p.
25. - (Costa Rica) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº108. Assunto: Teatro Nacional de San José. 1980. 2p.
26. - (Costa Rica) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Costa Rica - Théâtre National de San José. 17/04/1979. 7p.
27. - (Costa Rica) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº110. Assunto: Igreja em Nicoya.1980. 2p.
28. - (Costa Rica) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Costa Rica - Eglise de Nicoya. 17/04/1979. 6p.

29. - (Ecuador) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Ilhas Galápagos. 28/03/1978. 5p.
30. - (Ecuador) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Cidade de Quito. 28/03/1978. 6p.
31. - (EUA) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº77. Assunto: Sítio histórico nacional de Edison. Maio de 1980. 2p.
32. - (EUA) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Sítio histórico nacional de Edison. 02/03/1979. 22p.
33. - (EUA) Documento nº 134. Commentaire de L'UICN. Candidature a la liste des sites du patrimoine mondial - Parque Nacional de Redwood. Assunto: Candidatura à Lista de Sítios do Património Mundial - Parque Nacional de Redwood. Abril de 1980. 2p.
34. - (EUA) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par les Etat Unis d'Amérique - Parc National de Redwood. 30/12/1979. p.
35. - (EUA) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Mesa Verde. 05/06/1978. 21p.
36. - (EUA) Lista. UNESCO. Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel. Assunto: Liste du patrimoine mondial, formulaire de proposition d'inscription - Parque Nacional de Yellowstone. 05/06/1978. 17p.
37. - (Etiópia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription soumise par l'Ethiopie - Basse Vallée de l'Aouache. 24/04/1978. 7p.
38. - (Etiópia) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 10. Assunto: Baixo Vale de Aouache. 1980. 3p.
39. - (Etiópia) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 12. Assunto: Tiya. 1980. 3p.

40. - (Etiópia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription soumise par l'Ethiopie - Tyia. 24/04/1978. 6p.
41. - (Etiópia) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 15. Assunto: Axum. 1980. 3p.
42. - (Etiópia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription soumise par l'Ethiopie - Axum. 24/04/1978. 6p.
43. - (Etiópia) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List nº 17. Assunto: La basse Vallée de l'Omo. 1980. 3p.
44. - (Etiópia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription soumise par l'Ethiopie - La basse Vallée de l'Omo. 24/04/1978. 4p.
45. - (Etiópia) IUCN REVIEW nº 112. World Heritage Nomination. Assunto: Abiyatta-Shalla National Park. Abril de 1980. 2p.
46. - (Etiópia) Documento IUCN REVIEW nº 112. World Heritage Nomination - 1980 Addendum to 1979. Assunto: Revisão de proposta Parque Nacional Abiyatta-Shalla. 1p.
47. - (Etiópia) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par l'Ethiopie - Parque Nacional de Abijatta-Shalla. 26/04/1979. 7p.
48. - (Etiópia) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Parque Nacional do Simien. 24/04/1978. 7p.
49. - (Etiópia) UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel - Demande de coopération technique. Assunto: Parque Nacional do Simien. 24/04/1978. 5p.
50. - (Etiópia) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Lugares na Etiópia: Vale de Aouache (10), Adulis (11), Tiya (12), Malka-Kontoure (13), Matara (14), Axum (15), Yeha (15), Baixo Vale do Omo (17). 24/04/1978. 56p.

51. - (Etiópia) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Les églises creusées dans le roc a Lalibela. Assunto: Igrejas escavadas na rocha em Lalibela, Etiópia. 24/04/1978. 7p.

52. - (Etiópia) Lista. UNESCO. Assunto: Convention concernant la protection du patrimoine mondial, culturel et naturel, formulaire de proposition d'inscription - Fasil Ghebbi / Região de Gondar. 24/04/1978. 6p.

53. - (Gana) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List n° 35. Maisons traditionnelles Asante. Assunto: Casas Tradicionais Asante. 1980. 2p.

54. - (Gana) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Gana - Bâtiments Traditionnels Asante. 13/06/1978. 4p.

55. - (Honduras) Lista. ICOMOS. Assunto: Liste du patrimoine mondial - World Heritage List n° 129. Le Site Maya de Copán. Assunto: Sítio Maia de Copán / Ruínas de Copán. 1980. 4p.

56. - (Honduras) Convention Concernant la Protection du Patrimoine Mondial, Culturel et Naturel. Liste du patrimoine mondial, proposition d'Inscription présentée par le Honduras - Le site maya de Copán. 27/10/1979. 10p.

CX071 P.223 Pasta IPHAN - Estrangeiro - UNESCO XXI - Preservação (salvaguarda) de bairros, cidades e sítios históricos

1. - Comunicado Sérgio Porto. Assunto: Divulgação dos estudos de caráter internacional empreendidos pela UNESCO em relação ao patrimônio natural. 04/08/1975. 12p.

2. - Ata. Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, reunida em Nairóbi de 26 de outubro a 30 de novembro de 1976 em sua décima nona sessão. Recommendation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur role dans la vie contemporaine. 9p. (numeração: de 21 à 29)

3. - Comunicado escrito por Alfonso de Silva. Vinda ao Brasil do Sr. Luis Lopez Fernandez (Alvarez). Assunto: Presença do Conselheiro Regional da UNESCO para Cultura em agosto de 1976. Recebido em 14/08/1978. 2p.

4. - Cópia (**primeira página**) - Comunicado escrito por Alfonso de Silva. Vinda ao Brasil do Sr. Luis Lopez Fernandez (Alvarez). Assunto: Presença do Conselheiro Regional da UNESCO para Cultura em agosto de 1976. Recebido em 14/08/1978.

5. - Cópia (primeira página) - Comunicado escrito por Alfonso de Silva. Vinda ao Brasil do Sr. Luis Lopez Fernandez (Alvarez). Assunto: Presença do Conselheiro Regional da UNESCO para Cultura em agosto de 1976. Recebido em 14/08/1978.
6. - Conferência. Conférence générale. Project de recommandation concernant la sauvegarde des ensembles historiques ou traditionnels et leur role dans la vie contemporaine. Assunto: projeto de recomendação sobre a salvaguarda de conjuntos históricos ou tradicionais e o seu papel na vida contemporânea. Julho de 1976. 21p.
7. - Ofício nº 2 031 do IPHAN. Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Renato Soeiro) para o chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (Francisco de Assis Grieco). Assunto: Atestado de recebimento do ofício nº 183 e agradecimentos escrito por Soeiro. 01/07/1976.
8. - DCINT/183/641.2(015). Patrimônio histórico. Recomendação aos Estados membros. Comitê especial de peritos governamentais. 17/03/1976.
9. - Cópia DCINT/183/641.2(015). Patrimônio histórico. Recomendação aos Estados membros. Comitê especial de peritos governamentais. 17/03/1976.
10. - Organización de las Naciones Unidas para la Educación, la Ciencia e la Cultura. Salvaguardia de los barrios, ciudades y lugares historicos y su integracion en un medio moderno. Assunto: Informe definitivo sobre as recomendações aos estados membros e às convenções internacionais de acordo com a Constituição. 04/02/1976. 5p.
11. - Referência Anteprojeto Recomendação UNESCO. Francisco de Assis Grieco. 10/12/1975. 2p.
12. - Cópia Referência Anteprojeto Recomendação UNESCO. Francisco de Assis Grieco. 10/12/1975. Segunda página.
13. - Referência Anteprojeto Recomendação UNESCO. Francisco de Assis Grieco. 10/12/1975. Segunda página escrita em francês.
14. - Manuscrito em francês - Referência Anteprojeto Recomendação UNESCO. Francisco de Assis Grieco. 10/12/1975. Segunda página.
15. - DCINT/1603/641(015). Patrimônio histórico. Recomendação aos Estados-Membros relativa à salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração em um ambiente moderno. Assunto: Informes sobre a existência de carta do diretor-geral da UNESCO e encaminhamento do relatório preliminar sobre a salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração num ambiente moderno, acompanhado de um anteprojeto de recomendação sobre o assunto (documento SHC/MD/26). 15/11/1975. 1p.

16. - Cópia DCINT/1603/641(015). Patrimônio histórico. Recomendação aos Estados-Membros relativa à salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração em um ambiente moderno. Assunto: Informes sobre a existência de carta do diretor-geral da UNESCO e encaminhamento do relatório preliminar sobre a salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração num ambiente moderno, acompanhado de um anteprojeto de recomendação sobre o assunto (documento SHC/MD/26).15/11/1975. 1p.
17. - Relatório (documento SHC/MD/26). De Amadou-Mahtar M'Bow para o Ministro de Negócios Estrangeiros de Brasília. Recommendation aux Etats membres concernant la sauvegarde des quartiers, villes et sites historiques et leur intégration dans un environnement moderne. 12/09/1975. 2p.
18. - Relatório. UNESCO. La sauvegarde des quartiers, villes et sites historiques et leur intégration dans un environnement moderne. Assunto: Aplicação do artigo 10.1 do regimento da UNESCO relativo às recomendações aos estados membros e a convenções internacionais fornecido pelo artigo IV, parágrafo 4, do Ato Constitucional. 26/08/1975. 12p.
19. - Anexos. Relatório UNESCO. La sauvegarde des quartiers, villes et sites historiques et leur intégration dans un environnement moderne. Assunto: Aplicação do artigo 10.1 do regimento da UNESCO relativo às recomendações aos estados membros e a convenções internacionais fornecido pelo artigo IV, parágrafo 4, do Ato Constitucional. 26/08/1975. 7p.
20. - Ofício nº 4321 do IPHAN **(contém 3 pares de cópias e todas estão juntas)**. Diretor Geral do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Renato Soeiro) para o chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica (Francisco de Assis Grieco). Assunto: Comentários sobre a recomendação aos Estados-Membros sobre a preservação de bairros, cidades e sítios históricos. 05/12/1975. 6p.
21. - Cópia DCINT/1570/641.2(015). Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do Ministério das Relações Exteriores ao IPHAN. Patrimônio Histórico. Recomendação aos Estados-Membros relativa à salva guarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração num ambiente moderno. Assunto: Relatório preliminar sobre a salvaguarda dos bairros, cidades e sítios históricos e sua integração num ambiente moderno, acompanhado de um anteprojeto de recomendação sobre o assunto (documento SHC/MD/26). 14/10/1975. 1p.
22. - Cópia Relatório (documento SHC/MD/26). De Amadou-Mahtar M'Bow para o Ministro de Negócios Estrangeiros de Brasília. Recommendation aux Etats membres concernant la sauvegarde des quartiers, villes et sites historiques et leur intégration dans un environnement moderne. 12/09/1975. 12p. acrescido de anexo em 1p.

1. - Relatório escrito por Graeme Shankland à UNESCO. Conservation de quartiers anciens et développement touristique à Salvador. Assunto: Conservação de bairros antigos e desenvolvimento do turismo em Salvador. Janeiro de 1969. 44p.
2. - Relatório escrito por Frédéric de Limburg Stirum à UNESCO. Plan national de mise en valeur de Parati dans le cadre d'un développement touristique. Assunto: Plano nacional de valorização de Parati no marco do desenvolvimento turístico. Agosto de 1968. 69p.
3. - Relatório escrito por Pierre Habib à UNESCO. Rapport de mission au Bresil du 28 mai au 4 juin 1979. Assunto: Missão ao Brasil em junho de 1979. 11 de junho de 1979. 21p.
4. - Relatório escrito por Graeme Shankland e Dave Walton à UNESCO. São Salvador de Todos os Santos. Town Planning, Conservation, and Tourism. A Report to UNESCO. Dezembro de 1968. 40p.

ATA-CX42-P143 SPHAN-FNPM - ICOMOS III

1. - Relatório. ICOMOS. Rapport d'Activite du centre de Documentacion UNESCO-ICOMOS. Assunto: Relatório de Atividade do Centro de Documentação UNESCO-ICOMOS. 1984. 19p. (páginas 1 a 19)
2. - Manuscrito. Cartão postal e envelope. De Augusto da Silva Telles a O. Chvidkovsky (Presidente do Comitê Nacional Soviético do ICOMOS). s/d. 2p. (páginas 1 e 2 do pdf)
3. - Ofício. Ofício s/n. Escrito pelo Professor O. Chvidkovsky. Assunto: Comunicado sobre futura realização de investigações detalhadas a respeito do problema da preservação do patrimônio arquitetônico do século 20 em conexão com as resoluções da 22ª Conferência Geral da Unesco. s/d. 1p. (página 3 do pdf)
4. - Folhetim. ICOMOS. ICOMOS - Nouvelles nº30. Outubro de 1984. 8p. (páginas 1 a 10 do pdf)
5. - Colóquio. ICOMOS. Programação do Colóquio, realizado em Olinda, Pernambuco. 1984. 2p. (páginas 1 e 2 do pdf)
6. - Lista. ICOMOS. Consultation d'Experts sur les Villes Historiques. Assunto: Lista de participantes do Encontro de Especialistas em Cidades Históricas. 5 7 de setembro de 1984. 1p. (página 3 do pdf)
7. - Relatório. Documento em francês intitulado “Compte-Rendu”. Assunto: Relatório do Encontro de Especialistas em Cidades Históricas. s/d. 4p. (páginas 4 a 7 do pdf)

8. - Cronograma. Cronograma de viagem de Madame A. Raidi (?), de 27 de outubro a 16 de novembro de 1984. 1984. 1p. (página 8 do pdf)
9. - Comunicação. De Marcos Vinícius Vilaça (Secretário da Cultura do Ministério da Educação e da Cultura) a Michel Parent (Presidente do ICOMOS). Assunto: Atestado de recebimento de carta a respeito da eleição de Augusto Telles a vice-presidente do Comitê Executivo do ICOMOS. 22/08/1984. 1p. (página 9 do pdf)
10. - Comunicação. De Abdelaziz Daoulatli (Secretária Geral) a Augusto da Silva Telles. Objet: Vème symposium interaméricain de conservation du 7 au 12 octobre 1984 à Xalapa (Mexique). Assunto: Comunicado sobre a realização do 5º Simpósio Interamericano de Conservação do Patrimônio, no México. 1984. 1p. (página 10 do pdf)
11. - Recomendação. Recommandation au Comité Executif. Recomendação ao Comitê Executivo Assunto: Discussões a respeito da necessidade do ICOMOS desempenhar um papel ativo no campo do Turismo Cultural. 19/11/1984. 1p. (página 12 do pdf)
12. - Recomendação. Anexo I [Recommandation au Comité Executif] - Recommendations du Bureau. Recomendações do escritório (anexo I do documento anterior). Assunto: Recomendações quanto ao grupo de trabalho em Arqueologia e a modificações de artigo. 19/11/1984. 1p. (página 13 do pdf)
13. - Errata. ICOMOS. Erratum. Escrito por Delphine Lapeyre (Diretora). Assunto: Correção a respeito da data em que acontecerá a reunião do Comitê Consultivo. 19/09/1984. 1p. (página 14 do pdf)
14. - Calendário de Reuniões. Calendário de reuniões administrativas de novembro de 1984. Assunto: Documento que contém descritivo das próximas seis reuniões a serem realizadas. s/d. 1p. (página 15 do pdf)
15. - Informativo. ICOMOS. Información. Assunto: Convite do Comitê Nacional de RDA - ICOMOS para a VII Assembleia Geral do órgão. 1984. 2p. (páginas 16 e 17 do pdf)
16. - Cronograma. Cronograma da VII Assembleia Geral do ICOMOS 1984. 1984. 2p. (páginas 18 e 19 do pdf)
17. - Formulário. VII Plenária do ICOMOS 1984. Assunto: Formulário de inscrição. s/d. 2p (páginas 20 e 21 do pdf)
18. - Comunicado. Escrito por Andràs Romàn (Presidente do Comitê Húngaro do ICOMOS). Assunto: Adoção da Carta Internacional dos Sítios Históricos na Sétima Assembleia Geral do ICOMOS. 25/04/1984. 1p (página 1 do pdf)

19. - Carta. Carta Internacional dos Sítios Históricos - Projeto Final adaptado para ser lido na Primeira Sessão Civil. s/d. 8p. (páginas 2 a 9 do pdf)
20. - Carta. ICOMOS. Charte de Florence. Assunto: Elaboração da Carta de Florença pelo Comitê Internacional dos Jardins Históricos. 21/05/1981. 6p. (páginas 10 a 15 do pdf)
21. - Relatório. ICOMOS. Compte Rendu Du Bureau III-1984. 1984. 5p. (páginas 1 a 5 do pdf)
22. - Relatório. ICOMOS. Compte Rendu de la reunion du Comite Scientifique et de la reunion du Comite de Organisation pour la VIIème Assemblée Generale de l'ICOMOS. Assunto: Atas da reunião do Comitê Científico e da reunião do Comitê Organizador da VII Assembleia Geral do ICOMOS. 19/11/1984. 3p. (páginas 6 a 8 do pdf)
23. - Relatório. ICOMOS. Compte Rendu de la 33ème Session du Comite Executif. Assunto: Ata da 33ª Sessão do Comitê Executivo. 19 e 20 de novembro de 1984. 6p. (páginas 9 a 14 do pdf)
24. - Telegrama. De Henrique Oswaldo de Andrade (Fundação Pró Memória) a José Luis Motta Menezes, com cópia para Lúgia Amorim. Assunto: Correspondência que informa sobre o acerto de pagamento feito por Augusto Telles. s/d. 1p. (página 1 do pdf)
25. - Relatório. ICOMOS. Escrito por Delphine Lapeyre (Diretora). Compte Rendu de la reunion du Bureau III, Paris, 15, 16 et 18 novembre 1984. Assunto: Ata da reunião da Mesa III. 18 de janeiro. 1p. (página 1 do pdf)
26. - Ata. ICOMOS. Compte Rendu de la 26ème session du Comite Consultatif, Paris, 16-17 novembre 1984. Assunto: Ata da 26ª sessão do Comitê Consultivo. 1984. 9p. (páginas 2 a 10 do pdf)
27. - Folhetim. ICOMOS. ICOMOS - Nouvelles n°29. Fevereiro de 1984. 4p. (páginas 1 a 4 do pdf)
28. - Index. IAI - Index Analytique de l'ICOMOS n° 1. Assunto: Seleção de literatura técnica sobre a conservação de monumentos históricos. 1984. 8p. (páginas 5 a 12 do pdf)
29. - Folhetim. ICOMOS. Candidats aux elections de mai 1984 - Candidats remommandes par le Comité Consultatif, 24º session. Assunto: Documento que aponta os candidatos recomendados pelo Comitê Consultivo para as eleições de maio de 1984. Novembro de 1983. 4p. (páginas 13 a 16 do pdf)
30. - Folhetim. ICOMOS. ICOMOS - Nouvelles n°26. Fevereiro de 1983. 8p. (páginas 17 a 24 do pdf)
31. - Lista. Centro de Documentação do ICOMOS. Liste des acquisitions. 1981. 8p. (páginas 25 a 32 do pdf)

32. - Questionário. Questionnaire Sur-Les Jeunes et le Patrimoine. Assunto: Questionário modelo Juventude e Património. s/d. 1p. (página 1 do pdf)
33. - Informativo. Jeunesse & Patrimoine. Assunto: Apresentação da ação. Janeiro 1984. 1p. (página 2 do pdf)
34. - Questionário. **Cópia**. Questionnaire Sur-Les Jeunes et le Patrimoine. Assunto: Questionário modelo Juventude e Património. s/d. 1p. (página 3 do pdf)
35. - Ata. Comité Executif. 30ème Session, Paris, 17-18 novembre 1983. Assunto: Ata da 30ª sessão do Comité Executivo. 1983. 14p. (páginas 4 a 17 do pdf)
36. - Relatório. ICOMOS. Compte Rendu des reunions du comite de redaction et du comite de gestion de monumentum. Assunto: Atas das reuniões do Conselho Editorial e do Comité Gestor do Monumentos. 13/11/1983. 2p. (páginas 1 e 2 do pdf)
37. - Ata. Comité Consultatif. 24ème Session, Paris, 14-15 novembre 1983. Assunto: Ata da 24ª sessão do Comité Consultivo. 1983. 17p. (páginas 3 a 19 do pdf)
38. - Relatório. ICOMOS. Compte Rendu de la reunion du Bureau III, Paris, 12 et 16 novembre 1983. Assunto: Ata da reunião da Mesa III. 1984. 6p. (páginas 20 a 25 do pdf)
39. - Lista. ICOMOS. Terminologie - Liste préliminaire 1981. 1981. 5p. (páginas 26 a 30 do pdf)
40. - Comunicado. Comunicado Ref. RKK/335. ICOMOS. De Abdelaziz Daoulatli (Secretária Geral) a Todos os Presidentes dos Comitês Nacionais. Assunto: Recomendações gerais aos presidentes e membros dos comitês. 12/05/1982. 1p. (página 31 do pdf)
41. - Comunicado. Comunicado Ref. ED/300. ICOMOS. De Abdelaziz Daoulatli (Secretária Geral) a Todos os Presidentes dos Comitês Nacionais. Assunto: Lista de palavras-chave. 25/05/1982. 3p. (página 32 a 34 do pdf)
42. - Comunicado. **Cópia**. Comunicado Ref. RKK/335. ICOMOS. De Abdelaziz Daoulatli (Secretária Geral) a Todos os Presidentes dos Comitês Nacionais. Assunto: Recomendações gerais aos presidentes e membros dos comitês. 12/05/1982. 1p. (página 35 do pdf)
43. - Comunicado. **Cópia**. Comunicado Ref. ED/300. ICOMOS. De Abdelaziz Daoulatli (Secretária Geral) a Todos os Presidentes dos Comitês Nacionais. Assunto: Lista de palavras-chave. 25/05/1982. 3p. (página 36 a 38 do pdf)

44. - Proposta. Proposta de tradução para o português dos termos técnicos constantes da Lista Preliminar - 1981, enviada pelo ICOMOS. 3p. s/d. (página 39 a 41 do pdf)
45. - Informe nº 17. Fundação Pró Memória. Relação de periódicos ICOMOS. Julho de 1981. 29p. (página 1 a 29 do pdf)
46. - Simpósio. ICOMOS. Congresso Internazionale di Studi - Roma, Bari, Firenze, Verona. 1981. 31p. (página 1 a 31 do pdf)
47. - Ofício. Ofício nº 444. Do Diretor da Divisão de Conservação e Restauração da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional ao Diretor do Banco Central. Assunto: Autorização para remessa de moeda estrangeira. 24/04/1981. 1p. (página 1 do pdf)
48. - Diário Oficial. Atos do Ministro Chefe do Gabinete Civil. Assunto: Dispensa de ponto. 13/04/1981. 1p. (página 2 do pdf)
49. - Ofício. Ofício s/n. Do Aloísio Magalhães (Secretário do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a Rubem Ludwig (Ministro de Estado da Educação e Cultura). Assunto: Autorização de Augusto Telles para representar o Brasil na VI Assembleia Geral e Congresso Internacional de Estudos do ICOMOS em Roma. 24/02/1981. 2p. (página 3 e 4 do pdf)
50. - Formulário. Assunto: Pedido de afastamento de Augusto Telles. s/d. 2p. (página 5 e 6 do pdf)
51. - Formulário. Assunto: Pedido de passaporte de serviço a Augusto Telles. s/d. 1p. (página 7 do pdf)
52. - Formulário. Assunto: Cadastro de candidatos a viagens e cargos, de Augusto Telles. s/d. 1p. (página 8 do pdf)
53. - Formulário. **Cópia**. Assunto: Pedido de passaporte de serviço a Augusto Telles. s/d. 1p. (página 9 do pdf)
54. - Ofício. Ofício s/n. De Aloísio Magalhães ao arquiteto Jorge O. Gazaneo. Assunto: Solicitação de ajuda para obter os planos das missões jesuíticas do Brasil. 22/12/1980. 1p. (página 10 do pdf)
55. - Telex. Telegrama. De Jorge Gazaneo para Augusto Telles. Assunto: Aceite em integrar o Comitê Executivo Representando o Brasil. s/d. 1p. (página 11 do pdf)
56. - Telex. Telegrama. De Carlos da Silva. Assunto: Eleições urgente ICOMOS: carta de proposta assinada por três membros do comitê. s/d. 1p. (página 12 do pdf)

57. - Telex. Telegrama. De Carlos da Silva. Assunto: Contestação para integrar lista representativa do Brasil em futuro comitê executivo. s/d. 1p. (página 13 do pdf)
58. - BMF/EA. To Prospective Authors. Escrito pelo arquiteto Bernard M. Feilden - ICCROM. Assunto: Recomendações de escrita. 28/07/1980. 1p. (página 14 do pdf)
59. - Carta. Ct.nº 9. De Augusto Telles a Ernest Allan Connally (Secretário Geral do ICOMOS). Assunto: Respostas à carta escrita em 02 de janeiro sobre indicação de nomes para as missões na África. 19/01/1980. 1p. (página 15 do pdf)
60. - Comunicado. Comunicado Ref. RKK/01. ICOMOS. De Ernest Allan Connally a Carlos da Silva Telles. Assunto: Busca por consultores para missões na África. 02/01/1980. 2p. (página 16 e 17 do pdf)
61. - Ficha. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. De Henrique Osvaldo a Silva Telles. Assunto: Ficha em branco, apenas com remetente e destinatário escrito à mão, junto à data. 20/02/1978. 1p. (página 18 do pdf)
62. - Currículo. Curriculum Vitae de Helg Franca. 15/12/1977. 2p. (página 19 e 20 do pdf)
63. - Relatório. Meeting of experts on the Protection of Monuments in Seismic Areas - Final Rapport. Assunto: Relatório Final da reunião de Especialistas sobre a Proteção de Monumentos em Áreas Sísmicas. 19 a 21 de dezembro de 1977. 13p. (páginas 1 a 13 do pdf)
64. - Relatório. UNESCO. Meeting of experts on the improvement and possible harmonisation of systems of inventories and catalogues of monuments and sites used in countries of Europe and North America. Assunto: Reunião de especialistas sobre o aperfeiçoamento e eventual harmonização de sistemas de inventários e catálogos de monumentos e sítios utilizados em países da Europa e América do Norte. 26 a 28 de setembro de 1977. 11p. (páginas 1 a 11 do pdf)
65. - Lista. ICOMOS/UNESCO. Lista de participantes (anexo I do documento anterior). 26 a 28 de setembro de 1977. 3p. (páginas 12 a 14 do pdf)
66. - CC-77/CONF.001/9. Relatório. UNESCO. Intergovernmental Committee for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage - First Session: Final Report. Assunto: Comitê Intergovernamental para a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural - Primeira Sessão: Relatório Final. 17/10/1977. p. (páginas 1 a 12 do pdf)
67. - CC-77/CONF.001/9. Lista. UNESCO. Lista de participantes - Anexo I (anexo I do documento anterior). 1977. 5p. (páginas 13 a 17 do pdf)

COMITÊ / (RJ) Arquivo Técnico Administrativo do IPHAN - Comitê / ICOM - Conselho Internacional de Museus / 1954-1983 /

1. - Manuscrito. Cartão postal. Do ICOM a Augusto da Silva Telles. s/d. 1p. (páginas 2 e 3 do pdf - frente e verso)
2. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Luís de Castro Faria. Assunto: Comunicado sobre a designação de Faria a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 4 do pdf)
3. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Lina Stilben. Assunto: Comunicado sobre a designação de Stilben a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 5 do pdf)
4. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Luís Marques Poliano. Assunto: Comunicado sobre a designação de Poliano a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 6 do pdf)
5. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Wolfgang Pfeiffer. Assunto: Comunicado sobre a designação de Pfeiffer a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 7 do pdf)
6. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Francisco Marques dos Santos. Assunto: Comunicado sobre a designação de Francisco a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 8 do pdf)
7. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Mário Lúcio Brandão. Assunto: Comunicado sobre a designação de Brandão a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 9 do pdf)
8. - **Cópia**. Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Mário Lúcio Brandão. Assunto: Comunicado sobre a designação de Brandão a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 18/12/1954. 1p. (página 10 do pdf)
9. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Jenny Dreyfus. Assunto: Comunicado sobre a designação de Jenny a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 22/12/1954. 1p. (página 11 do pdf)
10. - Carta. De Rodrigo Mello Franco de Andrade (Presidente do Comitê Regional) a Elza Peixoto. Assunto: Comunicado sobre a designação de Elza a uma das comissões preparatórias do 1º Congresso Brasileiro de Museus. 22/12/1954. 1p. (página 12 do pdf)

11. - Ofício. Ofício nº 2071/71. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Wilson Brandão (Representante da Secretaria de Apoio Administrativo na Guanabara). Assunto: Agradecimentos quanto à cessão da sala 1.510 no Palácio da Cultura para a instalação da Organização Nacional do Conselho Internacional de Museus, a ONICOM. 17/09/1971. 1p. (página 13 do pdf)
12. - Manuscrito. Bilhete. De Wilson Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre cópia de documentação solicitada. 16/09/1971. 1p. (página 14 do pdf)
13. - Ofício. Ofício RSEA/GB/nº 10/71. De Wilson Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Resposta favorável à solicitação da sala 1.510 para a instalação da ONICOM. 09/09/1971. 1p. (página 15 do pdf)
14. - Carta. De Heloisa Alberto Torres (Conselheira Permanente da ONICOM) para Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Agradecimentos em relação ao evento da ONICOM. 20/09/1971. 1p. (página 16 do pdf)
15. - Cópia. Ofício. Ofício RSEA/GB/nº 10/71. De Wilson Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Cessão de sala para a ONICOM. 09/09/1971. 1p. (página 17 do pdf)
16. - Comunicado. Escrito por Heloisa Alberto Torres (Presidente da ONICOM). Assunto: Assinatura da Revista Museum [contém a assinatura de Sérgio Martins Costa no verso]. 1967. 2p. (página 18 e 19 do pdf)
17. - Comunicado. De Heloisa Alberto Torres (Presidente da ONICOM) a Lygia Martins Costa. Assunto: Informativo sobre a retomada de cobrança de anuidade. 16/06/1967. 1p. (página 20 do pdf)
18. - Comunicado. De Heloisa Alberto Torres e Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de data para a instalação da Organização Nacional do ICOM. 15/07/1971. 1p. (página 21 do pdf)
19. - Ofício. Ofício nº 710/71/DAC. De Renato Soeiro (Diretor de Departamento de Assuntos Culturais) a Confúcio Pamplona (Secretário Geral do MEC). Assunto: Cessão de sala no Palácio da Cultura, no Rio de Janeiro, para sede da ONICOM. 25/05/1971. 2p. (página 22 e 23 do pdf)
20. - Ofício. Ofício nº 424/77. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Lourdes Maria M. do Rego Novaes (Diretora Secretária Geral do Comitê Brasileiro do ICOM). Assunto: Agradecimento de envio de comunicação prévia referente à eleição da nova diretoria do Comitê Brasileiro do ICOM. 28/02/1977. 1p. (página 24 do pdf)
21. - Comunicado. De Lourdes Maria M. do Rego Novaes para Renato Soeiro. Assunto: Comunicado sobre o resultado da eleição da nova Diretoria do Comitê Brasileiro do ICOM, composta por cinco museólogos. 27/01/1977. 1p. (página 25 do pdf)

22. - Ofício. Ofício nº 400/78. De Renato Soeiro (Diretor de Departamento de Assuntos Culturais) a Guy M. de Castro Brandão (Chefe do Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica). Assunto: Agradecimento de telegrama informativo sobre a autorização de publicação. 25/02/1978. 1p. (página 26 do pdf)
23. - Telex | DCINT/DE-I. De Guy M. de Castro Brandão para Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre a autorização, pela Direção dos Museus na França, de publicação no Brasil da obra “Segurança e Preservação das Coleções dos Museus”. 02/02/1978. 1p. (página 27 do pdf)
24. - Ofício. Ofício nº 320/81. Da Secretaria IPHAN (assinado por Aloísio Magalhães) a Fernanda de Camargo Almeida Moro (Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM). Assunto: Dia Internacional de Museus. 17/03/1981. 1p. (página 28 do pdf)
25. - Ofício. Ofício nº 006/81. De Fernanda de Camargo Almeida Moro (Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM) a Aloísio Magalhães (Presidente da Fundação Pró Memória). Assunto: Comunicado sobre a realização da 1ª Conferência Geral dos Museus Brasileiros, de 18 a 22 de maio de 1981. s/d. 1p. (página 29 do pdf)
26. - Ofício. Ofício nº PRE.038.05.81. De Fernanda de Camargo Almeida Moro (Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM) a Edson de Britto Maia (Chefe de Arquivo da Fundação Nacional Pró Memória - SPHAN). Assunto: Esclarecimentos a respeito da retirada de documentos solicitados pela museóloga Maria Cristina Alves de Azevedo. 27/05/1981. 1p. (página 30 do pdf)
27. - Ofício. Ofício nº 337/81. De Edson de Britto Maia (Chefe de Arquivo da Fundação Nacional Pró Memória - SPHAN) a Lourdes Maria M. do Rego Novaes (Chefe do Centro de Documentação da Associação de Membros do ICOM Brasil/Comitê Brasileiro). Assunto: Solicitação de cópias dos livros “Registrations Methods - for the Small Museum”, de Daniel B. Reibel e “History artefact A5 Cord instructions (part 2), Information Retrieval Group of the Museum Association”. 26/05/1981. 1p. (página 31 do pdf)
28. - Ofício. Ofício Circular IV/83. Escrito por Fernanda de Camargo Almeida Moro (Presidente do Comitê Brasileiro do ICOM). Assunto: Informativo sobre a realização da 13ª Conferência Geral sobre Museologia. 13/07/1983. 1p. (página 32 do pdf)
29. - Ficha. Ficha de inscrição. Assunto: Ficha de inscrição do Seminário “Os Museus para um Mundo em Desenvolvimento”. s/d. 1p. (página 33 do pdf)
30. - Cronograma. Cronograma de evento. Assunto: Programa do Seminário “Os Museus para um Mundo em Desenvolvimento”, contendo informações sobre os dias e horários de cada apresentação. s/d. 1p. (página 34 do pdf)

1. - Ofício. Of. nº 2 815/76. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Belmira Finageiv (Chefe do Núcleo do IPHAN em Brasília). Assunto: Bolsa de estudo de D. Maria Luíza Brandão - atestado de recebimento de ofício nº 340/76/IPHAN/BSB. 15/08/1976. 1p. (página 2 do pdf)
2. - Ofício. Of. nº 340/76/IPHAN/BSB. De Belmira Finageiv (Chefe do Núcleo do IPHAN em Brasília) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Bolsa de estudo de D. Maria Luíza Brandão - informativo de sua classificação. 02/08/1976. 1p. (página 3 do pdf)
3. - Carta. Carta s/n. Pedido de inscrição para participar de curso da OEA. De Mary Chamberlain (Chefe da Unidade de Becarios - Oficina de Becas e Administração) a Maria Brandão. Assunto: Curso Interamericano de Capacitação Museológica no México. 19/07/1976. 1p. (página 4 do pdf)
4. - Ficha. Ficha de inscrição. OEA. Assunto: Pedido de bolsa de Estudo. s/d. 1p. (página 5 a 8 do pdf)
5. - Informação. Informação nº 99. Escrito por Lygia Martins Costa. Assunto: Solicitação para estabelecer contato com Maria Luísa Brandão para falar a respeito da bolsa de estudo para o México. 19/04/1979. 1p. (página 9 do pdf)
6. - Ofício. Of. nº 789/76/ MEC / SEG/ CODEAI / BSB. De Danilo José Loureiro (Chefe de Gabinete do Secretário Geral do MEC) ao Presidente do IPHAN. Assunto: Oferta de bolsa de estudo. 07/04/1976. 1p. (página 10 do pdf)
7. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 772/76. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Curso Interamericano de habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Fevereiro de 1976. 1p. (página 11 do pdf)
8. - Manuscrito. Bilhete. Assunto: Recomendação a Maria Brandão, por intermédio de Belmira Finageiv, em relação a inscrição no curso. 30/04/1975. 1p. (página 12 do pdf)
9. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do “Curso Interamericano de habilitação em Museografia”, a ser realizado no México, da OEA. 24/04/1975. 1p. (página 13 do pdf)
10. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 681/75. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Curso Interamericano de habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1975. 1p. (página 14 do pdf)
11. - Ofício. Of. nº 1044. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Ayrton Carvalho (Chefe do 1º Distrito do IPHAN). Assunto: Divulgação e oferecimento de bolsas de estudo relativas ao Curso

Interamericano de Restauração de Bens Culturais a ser realizado no México. 25/04/1974. 1p. (página 2 do pdf)

12. - Ofício. Of. nº 92/72/P. De Ayrton Carvalho (Chefe do 1º Distrito do IPHAN) a Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Recebimento de ofício que trata sobre a oferta de bolsas de estudos a arquitetos interessados em se especializar em restauração e ambientação de monumentos e sítios históricos. 11/09/1972. 1p. (página 3 do pdf)

13. - Ofício. Of. nº 2282. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Ayrton Carvalho (Chefe do 1º Distrito do IPHAN). Assunto: Formulários das bolsas de estudo relativas ao Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Sítios Históricos. 17/08/1972. 1p. (página 4 do pdf)

14. - NR 63. Para Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre bolsa concedida em Portugal. 13/03/1975. 1p. (página 2 do pdf)

15. - Carta. Carta nº 232. Para Prof. Liberal de Castro. Assunto: Informativo sobre entrega de documentos sobre hospedagem Casa Madri. 29/10/1973. 1p. (página 3 do pdf)

16. - Carta. Carta nº 45. De Alda Menezes (secretária) para Prof. José Liberal de Castro. Assunto: Envio de documento anexo em relação a declaração dada por Renato Soeiro sobre indicação a bolsa de estudos no curso de Conservação de Documentos de Madri. 15/10/1973. 1p. (página 4 do pdf)

17. - Carta. Carta s/n. De José Liberal de Castro a Alda Menezes. Assunto: Pedido de alojamento na Casa do Brasil em Madri. 25/10/1973. 1p. (página 5 do pdf)

18. - Declaração. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Indicação de Liberal de Castro como candidato da bolsa de estudo no curso de Restauração e Ambientação de Monumentos, oferecido pela OEA. 15/10/1973. 1p. (página 6 do pdf)

19. - NR 73. Para Alda Menezes. Assunto: Processo de candidatura de bolsa de estudos em Portugal. 10/10/1973. 1p. (página 7 do pdf)

20. - Carta. Carta nº 39. De Alda Menezes (secretária) para José Liberal de Castro. Assunto: Atestado de recebimento de documentação relacionado à bolsa em que concorre como candidato. 01/10/1973. 1p. (página 8 do pdf)

21. - Manuscrito. Carta s/n. De José Liberal de Castro para Alda Menezes. Assunto: Comunicado sobre envio de documentos da bolsa. 20/09/1973. 2p. (página 9 e 10 do pdf)

22. - Ofício. Of. nº 2376. De Renato Soeiro a Confúcio Pamplona. Assunto: Anúncio de bolsa nº 468/73 da OEA [referente ao curso de Restauração e Ambientação de Monumentos]. 01/10/1973. 1p. (página 11 do pdf)

23. - NR 16. De José Liberal de Castro ao IPHAN. Assunto: Reforço do informativo sobre interesse em participar do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos, em Madrid. 05/10/1973. 1p. (página 12 do pdf)
24. - NR 3. De José Liberal de Castro a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre interesse em participar do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos, em Madrid. 09/08/1973. 1p. (página 13 do pdf)
25. - NR 84. De Renato Soeiro a José Liberal de Castro. Assunto: Informativo sobre outro candidato concorrendo à bolsa de estudos no curso de Restauração na Espanha, o sr. Roberto Lacerda. 12/09/1972. 1p. (página 14 do pdf)
26. - NR 12. De José Liberal de Castro a Renato Soeiro. Assunto: Pedido para informar o nome do candidato interessado na bolsa de estudos do curso de Restauração, na Espanha (que seria o sr. Roberto Lacerda). 11/09/1972. 1p. (página 15 do pdf)
27. - NR s/n. De Alda Menezes a José Liberal de Castro. Assunto: Mapeamento de interesse para participar do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos. 03/06/1973. 1p. (página 16 do pdf)
28. - Ofício. Of. nº 2285. De Renato Soeiro a Mario Augusto Santos (Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual). Assunto: Informativo sobre a indicação de Liberal de Castro à bolsa de estudos nº 468/73 da OEA [referente ao curso de Restauração e Ambientação de Monumentos]. 21/09/1973. 2p. (página 17 e 18 do pdf)
29. - DCT/644.1(644) (B46). Assunto: Divulgação de curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais, da OEA. 23/07/1973. 1p. (página 19 do pdf)
30. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 468/73. Oferece Becas. Informações sobre o Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais - Projeto PEC 1229-E. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Junho de 1973. 2p. (página 20 e 21 do pdf)
31. - Ofício. Of. nº 2229. De José de Souza Reis (Diretor da DCR) a João Pacheco Netto (Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Solicitação de bolsa de estudos referente ao curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais. 17/01/1973. 1p. (página 22 do pdf)
32. - Ofício. Of. nº 2586. De João Pacheco Netto (Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais) a José de Souza Reis (Diretor da DCR). Assunto: Envio de cópias de documentos [Ofício nº 3 439/73/SG/CODEAI; DCT 644.1 (040) B46; e Anúncio 468/73]. 23/08/1973. 1p. (página 23 do pdf)

33. - OAS Form (Rev. 10-71). OEA. Solicitud de Beca. Assunto: Ficha de candidatura em bolsa de estudos. s/d. 4p. (páginas 24 a 27 do pdf)
34. - OAS Form 342. Ficha. Organizacion de los Estados Americanos. Certificado de aptitud en idiomas para becas de la OEA. Assunto: Ficha de certificação em aptidão de idiomas para bolsas da OEA. s/d. 1p. (página 28 do pdf)
35. - Ofício. Of. nº 2 252/74. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Reginaldo Andrade de Brito (Chefe do Serviço de Passaportes da Delegação do MRE na Guanabara). Assunto: Solicitação de passaporte especial. 27/08/1974. 1p. (página 2 do pdf)
36. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a Lucila Cesari. Assunto: Solicitação de comparecimento para assinar contrato de trabalho. 22/08/1974. 1p. (página 3 do pdf)
37. - Ofício. Of. nº 2533/74/SG/CODEAI. De Euro Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de devolução de documento. 11/07/1974. 1p. (página 4 do pdf)
38. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 552/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1974. 1p. (página 5 do pdf)
39. - Ofício. Of. nº 2 306-A/74. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Euro Brandão. Assunto: Documentação de Lucila Cesari à candidatura de bolsa de estudo para o Curso Interamericano de habilitação Museográfica. 31/05/1974. 1p. (página 6 do pdf)
40. - Telegrama. Do Chefe substituto da Divisão de Cooperação Técnica a Renato Soeiro. Assunto: Andamento ao pedido de bolsa de estudo de Lucila Cesari. s/d. 1p. (página 7 do pdf)
41. - Ofício. Of. nº 1524/74. De Renato Soeiro a Dinah Fluses (Chefe substituta da Divisão de Cooperação Técnica). Assunto: Encaminhamento de documento relativo a pedido de bolsa de Lucila Cesari. 20/06/1974. 1p. (página 8 do pdf)
42. - Ofício. Of. nº 1459/74. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Remessa de documentos. 12/06/1974. 1p. (página 9 do pdf)
43. - Ofício. Of. nº 1432/74. De Renato Soeiro a Mário Sérgio de Fonseca Costa Couto (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do MRE). Assunto: Documentação da candidata Lucila Cesari relacionada a bolsa de estudos. 31/05/1974. 1p. (página 10 do pdf)
44. - DCT/644.1(040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso Interamericano de Habilitação em Museografia, a ser realizado no México. 05/04/1974. 1p. (página 11 do pdf)

45. - Carta. De Renato Soeiro a Lucila Cesari. Assunto: Pedido de comparecimento à sede do IPHAN. 20/05/1974. 1p. (página 12 do pdf)
46. - Ofício. Of. nº 1064/74. De Renato Soeiro a Euro Brandão. Assunto: Agradecimento a respeito do envio de remessa de documentos. 30/04/1974. 1p. (página 13 do pdf)
47. - Ofício. Of. nº 1558/74 / SG/ CODEAI. De Euro Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Encaminhamento de anúncios relativos aos cursos interamericanos de Restauração de Bens Culturais e de Habilitação em Museografia. 23/04/1974. 1p. (página 14 do pdf)
48. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 551/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Restauração de bens Culturais. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1974. 1p. (página 15 do pdf)
49. - Carta. C. nº22-A. De Renato Soeiro a José Luis Lorenzo (Diretor do Centro Latinoamericano para Conservação e Restauração de Bens Culturais). Assunto: Apresentação de Maria Augusto Pontual Coelho, bolsista da OEA, futura estagiária do IPHAN. 13/09/1973. 1p. (página 2 do pdf)
50. - Ofício. Of. nº 3901/73 / SG / CODEAI. De Confúcio Pamplona a Renato Soeiro. Assunto: Encaminhamento de processo que trata sobre o pedido de afastamento do país de Maria Augusto Pontual Coelho. 23/08/1973. 1p. (página 3 do pdf)
51. - Ofício. Of. nº 1846/73. De Renato Soeiro a Assessoria para Assuntos Internacionais. Assunto: Comunicado de seleção de Maria Augusto Pontual Coelho para participar como bolsista do curso de Capacitação Museológica. 06/08/1973. 1p. (página 4 do pdf)
52. - Ofício. Of. nº 1846/73. De Renato Soeiro a Reginaldo Andrade de Brito. Assunto: Solicitação de passaporte especial. 06/08/1973. 1p. (página 5 do pdf)
53. - Ofício. Of. nº 1315/73. De Renato Soeiro ao Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural. Assunto: Bolsa de estudo - projeto nº 437/73 (Curso Interamericano de Capacitação Museológica). 04/06/1973. 1p. (página 6 do pdf)
54. - Carta. Carta s/n. De Javier Malagon a José B. Lacret. Assunto: Projeto do Plano de Operações para o Curso de Restauração de Bens Culturais [documento em espanhol]. 12/04/1972. 1p. (página 7 do pdf)
55. - Projeto. Programa Regional de Desarrollo Cultural. Proyecto: Curso Interamericano de Restauración de Bienes Culturales - Plan de Operaciones (docente y financiero). Assunto: Projeto do

Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais - Plano de Operações que aponta objetivos, duração, disciplinas, cronograma e atividades. s/d. 14p. (páginas 8 a 14 do pdf)

56. - Ofício. Of. nº 1042. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Godofredo Rabello de Figueiredo Filho (Chefe do 2º Distrito do IPHAN). Assunto: Encaminhamento de cópias de divulgação e oferecimento de bolsas de estudo relativas ao Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais a ser realizado no México, e pedido de mapeamento de interesse em candidatos elegíveis. 25/04/1974. 1p. (página 2 do pdf)

57. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 05/04/1974. 1p. (página 3 do pdf)

58. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 551/74. Oferecimento de Bolsas de Estudo. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1974. 1p. (página 4 do pdf)

59. - Protocolo. Protocolo de entrada. Assunto: Missão do Brasil à OEA - Protocolo de entrada, s/n. 20/03/1974. 1p. (página 5 do pdf)

60. - Ofício. Of. nº 144/72. De Godofredo Rabello de Figueiredo Filho a Renato Soeiro. Assunto: Agradecimento de notícias sobre oferta de bolsa de estudos. 23/08/1972. 2p. (páginas 6 e 7 do pdf)

61. - Carta. Carta s/n. De Godofredo Rabello de Figueiredo Filho a Renato Soeiro. Assunto: Aproveitamento de bolsa de estudo a Eduardo Furtado de Simas. 23/08/1972. 1p. (página 8 do pdf)

62. - Ofício. Of. nº 2283. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Godofredo Rabello de Figueiredo Filho (Chefe do 2º Distrito do IPHAN). Assunto: Curso sobre Restauração e Ambientação de Monumentos e Sítios Históricos. 17/08/1972. 1p. (página 9 do pdf)

63. - Ofício. Of. nº 1039. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Roberto Lacerda (Chefe do 3º Distrito do IPHAN). Assunto: Encaminhamento de cópias de divulgação e oferecimento de bolsas de estudo relativas ao Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais a ser realizado no México, e pedido de mapeamento de interesse em candidatos elegíveis. 25/04/1974. 1p. (página 2 do pdf)

64. - Ofício. Ofício s/n. De Roberto Lacerda (Chefe do 3º Distrito do IPHAN) a Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Afastamento do país. 02/02/1973. 1p. (página 3 do pdf)

65. - Ofício. Of. nº 2389. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Artur Mascarenhas Façanha (Presidente do CNP). Assunto: Anúncio de bolsas de estudos do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos, da OEA. 25/08/1972. 1p. (página 4 do pdf)

66. - Carta. C/3072. De Artur Mascarenhas Façanha (Presidente do CNP) a Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Divulgação de nove exemplares do anúncio de bolsas de estudos do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos, da OEA, nº 338/72. 19/07/1972. 1p. (página 5 do pdf)
67. - Ofício. Of. nº 2387. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a José B. Lacret (Responsável pela Unidade Técnica de Patrimônio Cultural). Assunto: Bolsas de estudos - Projeto nº 1229-D [Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos]. 25/08/1972. 1p. (página 6 do pdf)
68. - Ofício. Of. nº 2386. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Mário Augusto Santos (Chefe da Cooperação Técnica). Assunto: Bolsas de estudos oferecidas pela OEA - Projeto nº 1229-D. 25/08/1972. 1p. (página 7 do pdf)
69. - Ofício. Of. nº 2385. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Mário Augusto Santos (Chefe da Cooperação Técnica). Assunto: Agradecimentos em relação aos documentos que tratam sobre as bolsas de estudos do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos. 25/08/1972. 1p. (página 8 do pdf)
70. - Ofício. Of. nº 2284. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Roberto Lacerda (Chefe do 3º Distrito do IPHAN). Assunto: Formulários relativos às bolsas de estudo para o curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos a ser realizado na Espanha. 17/08/1972. 1p. (página 9 do pdf)
71. - DCT/2059/nº 644 (040) (B46). OEA. Assunto: OEA. PEC. Projeto nº 1229-D. Curso sobre Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais. 17/07/1972. 2p. (páginas 10 e 11 do pdf)
72. - NR 25. Para Augusto Telles. Assunto: Viagem da arquiteta Nadir Gomes Franco Lima. 13/09/1979. 1p. (página 2 do pdf)
73. - Ofício. Of. nº 56/79-SSA. De Fernando da Rocha Peres (Diretor da 4ª Diretoria Regional do IPHAN) a Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Informe sobre o curso de Restauração de Bens Culturais a ser ministrado pela arquiteta Nadir Gomes Franco Lima. 23/01/1979. 1p. (página 3 do pdf)
74. - Carta. De Nadir Gomes Franco Lima para Fernando da Rocha Peres. Assunto: Informe sobre programa correspondente ao curso de Restauração de Bens Culturais. 02/01/1979. 1p. (página 4 do pdf)
75. - Informe. De Nadir Gomes Franco Lima para Fernando da Rocha Peres. Assunto: Informe detalhado com especificações dos objetivos das disciplinas, professores e horários (anexo do documento anterior). 02/01/1979. 4p. (páginas 5 a 8 do pdf)

76. - NR 55. Para Augusto Telles. Assunto: Bolsa de Nadir Gomes Franco Lima. 30/08/1978. 1p. (página 9 do pdf)
77. - NR 92. Para Renato Soeiro. Assunto: Informe de expediente NR 327/78. 29/05/1978. 1p. (página 10 do pdf)
78. - Manuscrito. Bilhete. De José B. Lacret ao Diretor da OEA. Assunto: Informe sobre não recebimento de solicitação de Maria Emília Souza Matos, museóloga e estagiária na Seção de Arte e no Arquivo de História do IPHAN, para o curso de Arquivo (**frente e verso**). s/d. 2p. (página 2 e 3 do pdf)
79. - Carta. De José B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de notícias sobre o status do andamento da candidatura de Maria Emília Souza Matos para o curso de Arquivo. 21/01/1974. 1p. (página 4 do pdf)
80. - Carta. De Maria Emília Souza Matos. Assunto: Atualizações sobre pedido de bolsa de estudos. 04/08/1973. 1p. (página 5 do pdf)
81. - Ofício. Of. nº 2039. De Renato Soeiro ao Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores. Assunto: Bolsas de estudo oferecidas pela OEA. 24/08/1973. 1p. (página 6 do pdf)
82. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso sobre Organização de Arquivos. 16/07/1973. 1p. (páginas 7/8 do pdf)
83. - Informativo. Organizacion de los Estados Americanos nº 466/73. Ofrece Becas. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso de Capacitação Arquivística, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Junho de 1973. 1p. (página 9 do pdf)
84. - Informativo. Organizacion de los Estados Americanos nº 437/73. Ofrece Becas. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Capacitação Museográfica, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Março de 1973. 1p. (página 10 do pdf)
85. - Carta. De Maria Emília Souza Matos a Mary Chamberlain (Chefe da Unidade de Seleção de Bolsistas da OEA). Assunto: Atestado de recebimento de documento que trata sobre o seu pedido de bolsa de estudos para o curso de Arquivo. 20/04/1973. 1p. (página 11 do pdf)
86. - Carta. Carta nº 5. De Renato Soeiro a Mary Chamberlain. Assunto: Pedido de bolsa de estudos para o curso de Arquivo feito por Maria Emília Souza Matos. 28/02/1973. 1p. (página 12 do pdf)

87. - Telex. De Jose B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de atualizações sobre o resultado da bolsa do Projeto 1227-D, relacionada a Maria Emília Souza Matos. s/d. 1p. (página 13 do pdf)
88. - Carta. Carta Ref. PEC 1227-D. De Mary Chamberlain a Maria Emília Souza Matos. Assunto: Agradecimentos ao envio de candidatura à bolsa de estudos [documento em espanhol]. 17/01/1973. 1p. (página 14 do pdf)
89. - Declaração. De Judith Martins (Chefe da Seção de História) a Maria Emília Souza Matos. Assunto: Indicação de Souza Matos a candidata do IPHAN à bolsa de estudo oferecida pela OEA no curso de Organização e Administração de Arquivos. 13/12/1972. 1p. (página 15 do pdf)
90. - Ofício. Of. nº 2955. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Desempenho de Maria Emília Souza Matos nos estágios que fazem parte da Seção de Arte e no Arquivo Histórico do órgão. 06/11/1972. 1p. (página 16 do pdf)
91. - Ofício. Of. nº 2770. De Renato Soeiro a Mário Santos (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica). Assunto: Curso sobre Organização e Administração de Arquivos. 19/10/1972. 1p. (página 17 do pdf)
92. - DCT/2625/N644.1 (040) (B46). OEA. PEC. Projeto nº 1.227-D. Assunto: Curso sobre Organização e Administração de Arquivos. s/d. 2p. (página 18 e 19 do pdf)
93. - Carta. Carta nº 14. De Renato Soeiro para José B. Lacret. Assunto: Atestado de recebimento de carta do dia 05/06/72 referente ao pedido de bolsa de Ana Lúcia Uchoa Peixoto (museóloga e funcionária do Museu Nacional). 21/06/1972. 1p. (página 2 do pdf)
94. - Ofício. Of. nº 14. De Renato Soeiro para Dalcy de Oliveira Albuquerque (Diretor do Museu Nacional). Assunto: Bolsa de estudos da OEA para o Curso de Capacitação Museográfica. 21/06/1972. 1p. (página 3 do pdf)
95. - Carta. De Jose B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre recebimento de pedido de bolsa da funcionária Ana Lúcia Uchoa Peixoto, para o curso de Curso de Capacitação Museográfica, do Programa de Desenvolvimento Cultural [documento em espanhol]. 05/06/1972. 1p. (página 4 do pdf)
96. - Ofício. Of. nº 1318. De Renato Soeiro para Dalcy de Oliveira Albuquerque. Assunto: Bolsa de estudos para o curso de Curso de Capacitação Museográfica oferecido pela OEA. 26/05/1972. 1p. (página 5 do pdf)
97. - Ofício. Of. nº 303. De Dalcy de Oliveira Albuquerque para Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre o aceite de indicação de Ana Lúcia Uchoa Peixoto como candidata à concorrência da bolsa de estudos oferecida pela OEA. 12/05/1972. 1p. (página 6 do pdf)

98. - Cartão. Organização de los Estados Americanos. Con un cordial saludo, Director Departamento de Asuntos Culturales y Secretaria General de la Organizacion de los Estados Americanos. 18/04/1972. 1p. (página 7 do pdf)
99. - Ofício. Of. nº 1243. De Renato Soeiro para Jose B. Lacret. Assunto: Bolsas de estudo para cursos dentro do Projeto Multinacional de Patrimônio Cultural. 22/05/1972. 2p. (páginas 8 e 9 do pdf)
100. - Carta. De Jose B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Agradecimentos em relação ao acompanhamento de divulgação das bolsas de estudos para os cursos de Restauração de Bens Culturais e de Capacitação Museográfica [documento em espanhol]. 23/03/1972. 1p. (página 10 do pdf)
101. - Ofício. Of. nº 1170. De Renato Soeiro para Mario Augusto Santos. Assunto: Bolsas de estudo para o curso de Capacitação Museográfica. 11/05/1972. 1p. (página 11 do pdf)
102. - Ofício. Of. nº 1144. De Renato Soeiro para Dalcy de Oliveira Albuquerque. Assunto: Informativo sobre o aproveitamento da bolsa de estudo para o curso de Capacitação Museográfica por Ana Lucia Uchoa Peixoto. 10/05/1972. 1p. (página 12 do pdf)
103. - DCT/DEA/970/550.0(20). OEA. Projeto Multinacional de Patrimônio Cultural. Assunto: Curso de Capacitação Museográfica. 05/04/1972. 2p. (páginas 13 e 14 do pdf)
104. - Manuscrito. Bilhete. Assunto: Encaminhamento de papeis a respeito da bolsa de estudo para o curso de Madeira, OEA. 20/07/1972. 1p. (página 2 do pdf)
105. - Manuscrito. Bilhete. Assunto: Informativos sobre retenção, solicitação e devolução de documentos relacionada a bolsa de estudos de José de Souza Reis. s/d. 1p. (página 2 do pdf)
106. - Ofício. Of. nº 1040. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Luis Saia (Chefe do 4º Distrito do IPHAN). Assunto: Encaminhamento de cópias de divulgação e oferecimento de bolsas de estudo relativas ao Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais a ser realizado no México, e pedido de mapeamento de interesse em candidatos elegíveis. 24/04/1974. 1p. (página 2 do pdf)
107. - Ofício. Of. nº 2285. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Ayrton Carvalho (Chefe do 1º Distrito do IPHAN). Assunto: Formulários das bolsas de estudo relativas ao Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Sítios Históricos. 17/08/1972. 1p. (página 3 do pdf)
108. - Ofício. Of. nº 1412. De Renato Soeiro (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais) a Luis Saia (Chefe do 4º Distrito do IPHAN). Assunto: Remessa do Projeto para o Curso de Restauração de Bens Culturais. Junho de 1972. 1p. (página 4 do pdf)

109. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a Cláudio Garcia de Sousa. Assunto: Recomendação da museóloga Virgínia Neves Sales à realização de estágio na Argentina como bolsista da OEA. 31/05/1976. 1p. (página 2 do pdf)
110. - Ofício. Of. nº 1013. De Renato Soeiro a Euro Brandão. Assunto: Pedido de autorização para saída do Brasil de Virgínia Neves Salles. 19/04/1976. 1p. (página 3 do pdf)
111. - Telegrama. Telegrama 11014. Para Virgínia Neves Sales. Assunto: Informações sobre duração do curso de Habilitação em Arquivos. s/d. 1p. (página 4 do pdf)
112. - Ofício. Of. nº 892. De Renato Soeiro a Reginaldo Andrade de Brito. Assunto: Pedido de passaporte especial de Virgínia Neves Salles. 23/03/1976. 1p. (página 5 do pdf)
113. - Carta. Carta s/n. De Francisco de Assis Greco a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre a seleção de Virgínia Neves Salles a participar do curso de Habilitação em Arquivos. 22/03/1976. 1p. (página 6 do pdf)
114. - Carta. Carta s/n. Escrito por Virgínia Neves Sales. Assunto: Envio de certificado. 22/03/1976. 1p. (página 7 do pdf)
115. - Informativo. OEA. Instrucciones a los becarios de la Organizacion de los Estados Americanos sobre seguro de salud. Assunto: Instruções aos bolsistas da Organização dos Estados Americanos sobre seguro saúde. s/d. 2p. (páginas 8 e 9 do pdf)
116. - OAS Form 143 (3-73). OEA. Concesion y aceptacion de beca. Assunto: Concessão e aceitação da bolsa [documento preenchido para candidatura ao curso de Capacitação Arquivística na Argentina]. s/d. 2p. (páginas 10 a 12 do pdf)
117. - Declaração. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Declaração de estágio no Arquivo do IPHAN. 27/10/1975. 1p. (página 13 do pdf)
118. - Informativo. Informação nº 323. Escrito por Lygia Martins Costa. Assunto: Bolsa de estudos da OEA - Arquivos Históricos. 26/10/1975. 1p. (página 14 do pdf)
119. - Ofício. Of. nº 3452. De Renato Soeiro a Mario Sergio Souto (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do MRE). Assunto: Documentação de Virgínia Neves Sales para concorrer a bolsa de estudos. 21/10/1975. 1p. (página 15 do pdf)
120. - Ofício. Of. nº 3451. De Renato Soeiro a Euro Brandão. Assunto: Envio de documentação de Virgínia Neves Sales para participar do Curso de Habilitação em Arquivos. 21/10/1975. 1p. (página 16 do pdf)

121. - Telex. Telexograma. De Francisco de Assis Grieco para Renato Soeiro. Assunto: Oferecimento de bolsas de estudo para curso de Organização e Administração de Arquivos na Espanha. 02/12/1975. 1p. (página 17 do pdf)
122. - Manuscrito. Bilhete. De Lygia Martins Costa a Euro Brandão. 05/12/1975. 1p. (página 18 do pdf)
123. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 738/75. Oferecimento de Bolsas de Estudo. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso de Organização e Administração de Arquivos, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Outubro de 1975. 1p.(página 19 do pdf)
124. - Ofício. Of. nº 1318/75. De Renato Soeiro a Euro Brandão. Assunto: Envio de documentação de Virgínia Neves Sales para participar do Curso Interamericano de Capacitação Museográfica no México. 20/05/1975. 1p. (página 20 do pdf)
125. - Ficha. Information sur l'institution qui present le candidat. Assunto: Informações sobre a instituição que apresenta o candidato (preenchida pelo IPHAN). s/d. 1p. (página 21 do pdf)
126. - Carta. Carta s/n. De Manuel Diégues Júnior a Renato Soeiro. Assunto: Encaminhamento de cópia dos formulários das Bolsas de Estudo a serem preenchidas pelos interessados do instituto. 15/03/1975. 1p. (página 22 do pdf)
127. - Ofício. Of. s/n. De Manuel Diégues Júnior a Renato Soeiro. Assunto: Encaminhamento de cópia de expedientes referentes aos Cursos Interamericanos de Capacitação Museográfica e de Restauração de Bens Culturais. Maio de 1975. 1p. (página 23 do pdf)
128. - DCT/644.1(040) (B46). Divulgação do Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais, da OEA. 22/04/1975. 1p. (página 24 do pdf)
129. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 680/75. Oferecimento de Bolsas de Estudo. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1975. 1p. (página 25 do pdf)
130. - Informativo. MEC / SG / CODEAI / 1975. Assunto: Instruções e documentação necessárias à inscrição de candidatos a bolsa de estudos, seminários, congressos e reuniões no exterior. 1975. 1p. (página 26 do pdf)

131. - Informativo. Instrução. Escrito por João Pacheco Netto (Coordenador). Instrução nº 1325. Assunto: Transmissão de expediente à funcionária Baby Nobre, para providenciar o ofício adequado ao assunto em causa (Ref. Of. 311, de 24 de abril de 1975). 29/04/1975. 1p. (página 27 do pdf)

132. - Ofício. Of.SUBIN / BSB / CT / 311 / 75. De Aderbal Costa (Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional) a João Pacheco Netto (Coordenador das Atividades Administrativas do IPHAN). Assunto: Divulgação do Curso Interamericano de Habilitação em Museografia - Bolsa OEA. 24/04/1975. 1p. (página 28 do pdf)

133. - Informativo. Organización de los Estados Americanos nº 681/75. Ofrece Becas. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Capacitação em Museografia, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1975. 1p. (página 29 do pdf)

134. - Informativo. Instrução. Escrito por João Pacheco Netto (Coordenador). Instrução nº 1324. Assunto: Transmissão de expediente à funcionária Baby Nobre, para providenciar o ofício adequado ao assunto em causa (Ref. Of. 310, de 24 de abril de 1975). 29/04/1975. 1p. (página 30 do pdf)

135. - Ofício. Of.SUBIN / BSB / CT / 310 / 75. De Aderbal Costa (Secretário de Cooperação Econômica e Técnica Internacional) a João Pacheco Netto (Coordenador das Atividades Administrativas do IPHAN). Assunto: Divulgação do Curso Interamericano de Restauração e Bens Culturais - Bolsa OEA. 24/04/1975. 1p. (página 31 do pdf)

136. - Ofício. Of.nº 1038/75. De Renato Soeiro a Mauro Sérgio Couto. Assunto: Encaminhamento de cópia de telegramas recebidos e expedidos ao Departamento de Cultura da OEA sobre bolsa de estudo pleiteada por Virginia Neves Sales para o curso de Habilitação em Arquivos. 18/04/1975. 1p. (página 32 do pdf)

137. - Carta. Carta s/n. De Javier Malagon a Renato Soeiro. Assunto: Apoio de candidatura de Virginia Neves Sales. s/d. 1p. (página 33 do pdf)

138. - Carta. Carta Ref. FEMCIECC, Archivos-Argentina. Para Mary Chamberlain. Assunto: Envio de cópia dos documentos solicitados para instruir ao pedido de bolsa de um candidato no Curso de Arquivos, na Argentina. 14/02/1975. 1p. (página 34 do pdf)

139. - Carta. Carta Ref. FEMCIECC, Archivos-Argentina. Para Mary Chamberlain. Assunto: Envio de cópia dos documentos solicitados para instruir ao pedido de bolsa de um candidato no Curso de Arquivos, na Argentina. 14/02/1975. 1p. (página 34 do pdf)

140. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a José B. Laret. Assunto: Informativo a respeito da manifestação, por meio de telex, de apoio à candidatura de Virginia Neves Sales. 14/02/1975. 1p. (página 35 do pdf)

141. - Carta. Carta s/n. De José B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Pedido de manifestação, por meio de telex, de apoio a candidatura de Virginia Neves Sales. s/d. 1p. (página 36 do pdf)
142. - Ficha. De Mary Chamberlain a Virginia Neves Sales. Assunto: Informações sobre os documentos necessários a serem enviados ao IPHAN referente a bolsa de estudo. 03/02/1975. 1p. (página 37 do pdf)
143. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Encaminhamento de documentação de Virginia Neves Sales. 06/02/1975. 1p. (página 38 do pdf)
144. - Ofício. Of.nº 234/75 SG / MEC/ CODEAI / BSB. De Euro Brandão a Renato Soeiro. Assunto: Informe sobre a impossibilidade de solicitar a inscrição de Virginia Neves Sales no curso de Habilitação em Arquivos devido ao encerramento das inscrições. 27/01/1975. 1p. (página 39 do pdf)
145. - Ofício. Of.nº 182/75. De Renato Soeiro a Renato de Araujo (Assessor do Conselho Nacional de Pesquisas). Assunto: Agradecimentos ao envio de remessa de cópia do Anúncio nº 615/74 relativo a bolsa de estudos do curso de Habilitação em Arquivos. 22/01/1975. 1p. (página 40 do pdf)
146. - Carta. C/Cir.nº 1378. De Renato de Araújo ao IPHAN. Assunto: Envio de remessa de cópia do Anúncio nº 615/74 relativo a bolsa de estudos do curso de Habilitação em Arquivos. 15/10/1974. 1p. (página 41 do pdf)
147. - Informativo. Organizacion de los Estados Americanos nº 615/74. Oferecimento de Bolsas de Estudo. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Habilitação em Arquivos, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Setembro de 1974. 1p. (página 42 do pdf)
148. - Ofício. Of.nº 145/75. De Renato Soeiro a Euro Brandão. Assunto: Envio de documentação de Virginia Neves Sales à bolsa de estudo do curso de Habilitação em Arquivos. 17/01/1975. 1p. (página 43 do pdf)
149. - Ofício. Of.nº 146/75. De Renato Soeiro a José B Lacret. Assunto: Envio de documentação de Virginia Neves Sales à bolsa de estudo do curso de Habilitação em Arquivos. 16/01/1975. 1p. (página 44 do pdf)
150. - Ofício. Of. nº 2554. De Augusto Carlos da Silva Telles (pelo Diretor-Geral do IPHAN) a Manuel Diegues Junior (Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Bolsa de estudos da OEA na Espanha em 1978. 25/10/1977. 1p. (página 2 do pdf)
151. - Ofício. Of. nº 01870. De Manuel Diegues Junior (Diretor-Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor-Geral do IPHAN). Assunto: Encaminhamento de cópia

de radiograma que trata sobre bolsas de estudos para os cursos de “Restauração e Ambientação de Monumentos” e “Administração de Arquivos Históricos”. 20/10/1977. 1p. (página 3 do pdf)

152. - NR 15083. De Dalton Melo de Andrade (Assessor chefe da Coordenação de Assuntos Internacionais SEG/MG) a Manuel Diegues Junior. Assunto: Comunicado sobre oferta de bolsas de estudos para os cursos de Restauração e Ambientação de Monumentos e Administração de Arquivos Históricos. 14/10/1977. 1p. (página 4 do pdf)

153. - Carta. De Renato Soeiro a Mauro Sehoto Couto (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores). Assunto: Comunicado sobre a inexistência de candidatos para as bolsas ofertadas do curso de Restauração e Ambientação de Monumentos de 1978. 13/10/1977. 1p. (página 5 do pdf)

154. - NR 5. De Américo Silva Telles a Renato Soeiro. Assunto: Comunicado sobre a impossibilidade do arquiteto Eduardo Simas ser elegível à concorrência das bolsas de estudos. 03/10/1977. 1p. (página 6 do pdf)

155. - NR 144. Para Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de esclarecimentos. 29/09/1977. 1p. (página 7 do pdf)

156. - Telex. Telexogramas de Renato Soeiro. s/d. 1p. (página 8 do pdf)

157. - Ofício. Of. nº 2296. De Renato Soeiro a Fernando da Rocha Peres. Assunto: Bolsa OEA. 27/09/1977. 1p. (página 9 do pdf)

158. - NR 100. Para SSAPH. Assunto: Recomendações sobre envio de documentação. 1p. (página 10 do pdf)

159. - Telex. Telex nº10. De Renato Soeiro a Fernando da Rocha Peres. Assunto: Mapeamento de interesse em aproveitamento de bolsa do curso de Restauração e Ambientação de Conjuntos e Monumentos. 26/09/1977. 1p. (página 11 do pdf)

160. - Ofício. Of. AESP / CDE-S / nº-CIRCULAR. De Henrique Oswaldo de Andrade a Augusto Carlos da Silva Telles. Assunto: Bolsa OEA - Curso de Restauração e Ambientação de Conjuntos e Monumentos - Espanha. 12/09/1977. 1p. (página 12 do pdf)

161. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 869/77. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Restauração e Ambientação de Conjuntos e Monumentos PEC 1229-H. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Agosto de 1977. 1p. (página 13 do pdf)

P.0142 IPHAN-ICOMOS II

1. - Livro. International Council on Monuments and Sites - ICOMOS. Adopted by the General Assembly (Moscow). 22/05/1978. 12p. (páginas 1 a 8 do pdf)
2. - Livro. Conseil International des Monuments et des Sites. ICOMOS - 1977 - Annuaire des Membres. Assunto: ICOMOS - 1977 - Diretório de Sócios. 1977. 92p. (páginas 1 a 51 do pdf)
3. - Carta. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) para W. Brown Morton III (Presidente ICOMOS nos EUA). Assunto: Cumprimentos e agradecimento a respeito da carta enviada previamente em 25 de outubro. 08/12/1978. 1p. (página 1 do pdf)
4. - Carta. De W. Brown Morton III (Presidente ICOMOS nos EUA) para Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). Assunto: Informativo a respeito de abertura de seu próprio consultório particular como Consultor de Preservação Histórica em Waterford, Virginia. 25/10/1978. 1p. (página 2 do pdf)
5. - Formulário. ICOMOS. Formulário individual de candidatura [documento em inglês]. s/d. 1p. (página 3 do pdf)
6. - Boletim. Boletim nº 1. ICOMOS. Assunto: Primeira Reunião Hemisférica de Coordenação do ICOMOS. 1978. 2p. (páginas 4 a 5 do pdf)
7. - Colóquio. Colloque 'Utiliser les Monuments Historiques'. Assunto: Colóquio sobre Monumentos Históricos. 1978. 6p. (páginas 6 a 9 do pdf)
8. - Boletim de Notícias. ICOMOS. Newsletter nº 13. 1978. 12p. (páginas 1 a 7 do pdf)
9. - Divulgação. ICOMOS. Palermo Art Festival offers ICOMOS Members Special Terms. Assunto: Palermo Art Festival oferece condições especiais aos membros do ICOMOS. s/d. 1p. (página 8 do pdf)
10. - Ofício. Ofício nº 2.206. De Renato Soeiro ao Chefe da Divisão de Cooperação Intelectual do Ministério das Relações Exteriores. Assunto: Agradecimentos pelo documento CC/CH/SP1.9/YRI/SS, que diz respeito ao estabelecimento de inventários e catálogos de monumentos, vestígios arqueológicos e conjuntos urbanos e rurais em sua proximidade. 04/09/1978. 3p. (página 1 a 3 do pdf)
11. - CC/CH/SP1.9/YRI/SS. UNESCO. Escrito por Percy Stulz (Diretor da Divisão de Patrimônio Cultural). Assunto: Estudo sobre o aperfeiçoamento e harmonização dos sistemas utilizados nos países da Europa e América do Norte para criar inventários e catálogos de monumentos, vestígios arqueológicos e conjuntos urbanos e rurais em sua proximidade. 13/07/1978. 2p. (página 4 e 5 do pdf)

12. - CC/CH/01/1.9/Icomos/WS. Relatório. UNESCO. Escrito por . Reunion d'experts pour l'amélioration éventuelle des différents systèmes d'inventaire et de catalogue des monuments et des sites utilisés dans les pays d'Europe et d'Amérique du Nord: Rapport Final. Assunto: Reunião de especialistas para o possível aperfeiçoamento dos diversos sistemas de inventariação e catalogação de monumentos e sítios utilizados nos países da Europa e América do Norte: Relatório Final (com dois anexos). 26 a 28 setembro de 1977. 16p. (página 6 a 21 do pdf)
13. - Manuscrito. Carta para Renato Soeiro. Assunto: Convite. 16/06/1978. 1p. (página 1 do pdf)
14. - Manuscrito. Assunto: Contém assinatura e data. 05/08/1977. 1p. (página 2 do pdf)
15. - Convite. ICOMOS - Comitê Soviético. Escrito por V. Ivanov (Presidente do Comitê Soviético do ICOMOS). Assunto: Realização da Assembleia Geral em Moscow entre 20 e 27 de maio de 1978 [documento em espanhol]. 02/08/1977. 1p. (página 3 do pdf)
16. - Programa Preliminar. da Assembleia Geral do ICOMOS e do Colóquio Científico Monumentos da história e da cultura na sociedade contemporânea [documento em inglês]. s/d. 1p. (página 4 do pdf)
17. - Formulário. Registration Form. ICOMOS. 1978. Assunto: Quarta Assembleia Geral e Exame Oral Científico Monumentos Históricos e Culturais na Vida da Sociedade Moderna [documento em inglês]. s/d. 1p. (página 5 do pdf)
18. - Boletim de Notícias. ICOMOS. Newsletter nº 12. 1978. 8p. (páginas 1 a 5 do pdf)
19. - Ofício. Ofício nº 840. De Renato Soeiro ao Ney Braga (Ministro de Estado da Educação e Cultura). Assunto: Assembleia Geral do Conselho Internacional de Monumentos e Sítios (ICOMOS). 10/04/1978. 1p. (página 1 do pdf)
20. - Carta. C.15. De Renato Soeiro para R. M. Lemaire (Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios). Assunto: Agradecimentos pelo envio do documento que convida o Brasil a ser representado na Assembleia Geral em Moscou [documento em francês]. 06/04/1978. 1p. (página 2 do pdf)
21. - Carta. Carta nº 308. De R. M. Lemaire para Renato Soeiro. Assunto: Importância da representação do Brasil na Assembleia Geral em Moscou [documento em francês]. 16/03/1978. 1p. (página 3 do pdf)
22. - Carta. Carta nº 307. Da Secretaria do ICOMOS para Renato Soeiro. Assunto: Menção ao envio do anexo do programa da V Assembleia Geral da UNESCO em Moscou [documento em francês]. 16/03/1978. 1p. (página 4 do pdf)

23. - Ficha. ICOMOS. Vème Assemblée Generale de l'ICOMOS - Moscou et Souzdal, 21-27 Mai 1978 | Enregistrement. Assunto: Cadastro. s/d. 1p. (página 5 do pdf)
24. - Programa. ICOMOS. Vème Assemblée Generale de l'ICOMOS - Moscou et Souzdal, 21-27 Mai 1978. Assunto: V Assembleia Geral do ICOMOS - Moscou e Suzdal. 1978. 4p. (páginas 6 a 8 do pdf)
25. - Comunicação. De Augusto Telles a Ernest Allen Connally. Assunto: Discussões a respeito do Comitê Brasileiro -e em anexo, o acompanhamento d a relação dos membros do Comitê Brasileiro do ICOMOS [documento em francês]. 07/01/1978. 3p. (páginas 9 a 12 do pdf)
26. - Comunicação. De Maurílio Lemos de Avellar Filho (Secretário Particular) a Renato Soeiro. Assunto: Aviso sobre o envio do anexo expediente remetido ao Sr. Ministro da Educação e Cultura. [documento em português]. 13/12/1977. 1p. (página 1 do pdf)
27. - Comunicado. ICOMOS. De Ernest Allen Connally a Ney Braga. Assunto: Convite a participar da consulta aos representantes dos Serviços de Monumentos. 10/11/1977. 1p. (página 2 do pdf)
28. - Listagem. ICOMOS. Consultation des representants des services d'etat pour la protection et la mise en valeur des monuments historiques. Assunto: Consulta aos representantes dos serviços estatais de proteção e valorização dos monumentos históricos. 26 e 27 de outubro de 1977.4p. (páginas 3 a 6 do pdf)
29. - Ata. ICOMOS. Consultation des representants des services d'etat pour la protection et la mise en valeur des monuments historiques: Groupe de travail charge d'examiner les problemes financiers de l'ICOMOS. Assunto: Consulta aos representantes dos serviços estatais de proteção e valorização dos monumentos históricos: Grupo de trabalho responsável pela análise dos problemas financeiros do ICOMOS. 26 e 27 de outubro de 1977. 1p. (página 7 do pdf)
30. - Relatório. ICOMOS. Consultation des representants des services d'etat charges de la sauvegarde des monuments et des sites: groupe de travail sur l'organisation de l'ICOMOS. Assunto: Consulta aos representantes dos serviços do Estado responsáveis pela salvaguarda dos monumentos e sítios: grupo de trabalho sobre a organização do ICOMOS. 26 e 27 de outubro de 1977. 2p. (página 8 e 9 do pdf)
31. - Relatório. ICOMOS. Consultation des representants des services charges des monuments historiques: groupe de travail sur le programme et sur les activités de l'ICOMOS. Assunto: Consulta aos representantes dos serviços responsáveis pelos monumentos históricos: grupo de trabalho sobre o programa e as atividades do ICOMOS. 26 e 27 de outubro de 1977. 5p. (página 10 a 14 do pdf)
32. - Comunicado. ICOMOS en tant que conseil d'experts. Assunto: Apresentação do ICOMOS como consultoria especializada para participar da equipe de especialistas. s/d. 1p. (página 15 do pdf)

33. - Manuscrito. Carta para Renato Soeiro. 29/10/1977. 1p. (página 16 do pdf)
34. - Descritivo. Commentaire sur la Charte de Venise. Escrito por Augusto Telles. Assunto: Comentário sobre a Carta de Veneza, aprovada no 10º Congresso de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. 10/11/1977. 2p. (página 1 e 2 do pdf)
35. - Boletim de Notícias. ICOMOS. ICOMOS Nouvelles nº 11. 1978. 8p. (páginas 3 a 7 do pdf)
36. - Comunicado. De Renato Soeiro a Ernest Connelly. Assunto: Comunicado sobre a chegada de Silva Telles para a Reunião do ICOMOS. 14/11/1977. 1p. (página 8 do pdf)
37. - Comunicado. NR 531. De Carlos Alberto Menezes (Diretor Chefe - Gabinete Ministro da Educação e Cultura). Assunto: Comunicado de afastamento de Augusto Carlos da Silva Telles para participar da Reunião do ICOMOS, em Paris. 10/11/1977. 1p. (página 9 do pdf)
38. - Telex. Telex NR 14. Para Nelly Figueiredo Paschoal (Sub-Chefe do Gabinete - Ministro da Educação e Cultura). Assunto: Informativo sobre despesas de viagem a Paris do funcionário Augusto Carlos da Silva Telles. 09/11/1977. 1p. (página 10 do pdf)
39. - Descritivo. **Cópia**. Commentaire sur la Charte de Venise. Escrito por Augusto Telles. Assunto: Comentário sobre a Carta de Veneza, aprovada no 10º Congresso de Arquitetos e Técnicos em Monumentos Históricos. 10/11/1977. 2p. (página 11 e 12 do pdf)
40. - Carta. De Augusto Carlos da Silva Telles para Piers Rodgers (Diretor da Secretaria do ICOMOS). Assunto: Informativo sobre anexo de carta da Secretaria Geral a respeito da indicação de membros convidados a participar do Comitê Provisório [documento em francês]. 07/01/1978. 1p. (página 13 do pdf)
41. - Carta. De Ernest Connelly para Augusto Carlos da Silva Telles. Assunto: Agradecimentos sobre o envio da carta de 27 de setembro e informativos a respeito das conversas com Camargo e Almeida-Moro quanto a equipe do ICOMOS [documento em inglês]. 05/10/1977. 1p. (página 14 do pdf)
42. - Carta. REF. 225. De Ann Webster Smith (Membro Adjunta do Secretário Geral) para Dr. de Camargo e Almeida-Moro (Membro do Comitê Brasileiro do ICOM). Assunto: Comentários gerais sobre o andamento dos projetos e ações do ICOMOS [documento em inglês]. 20/09/1977. 1p. (página 15 do pdf)
43. - Carta. De Fernanda de Camargo e Almeida-Moro para Ann Webster Smith. ICOM. Assunto: Comentários a respeito da inatividade do Comitê Brasileiro do ICOMOS e convite para integrar o Secretariado da organização [documento em inglês]. 09/09/1977. 1p. (página 16 do pdf)

44. - Ofício. Of. nº 2262. De Renato Soeiro a R. M. Lemaire. Assunto: Comentários a respeito do comunicado sobre o falecimento da sra. Jean Salusse, Secretária Geral Adjunta e Tesoureira do Conselho [documento em francês]. 23/09/1977. 1p. (página 17 do pdf)
45. - Carta. De Ernest Allen Connally e R. M. Lemaire para Renato Soeiro. ICOMOS. Assunto: Comunicado sobre o falecimento da sra. Jean Salusse, Secretária Geral Adjunta e Tesoureira do Conselho [documento em francês]. 27/07/1977. 1p. (página 18 do pdf)
46. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Jornal do Brasil colado sob papel. Assunto: “O Canto de Cisne da Ópera de Paris”. 23/08/1976. 1p. (página 19 do pdf)
47. - Ofício. Of. nº 2244. De Renato Soeiro a R. M. Lemaire. Assunto: Resposta à carta de recomendação da Senhora Madeira Rodrigues [documento em francês]. 22/09/1977. 1p. (página 20 do pdf)
48. - Carta. Carta de Recomendação. De R. M. Lemaire a Renato Soeiro. Assunto: Carta de recomendação da Senhora Madeira Rodrigues pela sua tese de doutorado, intitulada “Interpretação da dinâmica urbana das colônias portuguesas. A evolução das cidades do nordeste brasileiro - Pernambuco” [documento em francês]. 25/07/1977. 1p. (página 21 do pdf)
49. - Carta. ICOMOS. De Ernest Connelly para os Presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS. Assunto: Comentários sobre a carta (Ref. SG/77/7/F) sobre a apresentação de relatórios anuais de atividades dos Comitês Nacionais do ICOMOS [documento em francês]. 18/08/1977. 1p. (página 22 do pdf)
50. - Esboço. ICOMOS. Schema pour les rapports annuels d’activités des comites nationaux. Assunto: Esboço para os relatórios anuais de atividades dos comitês nacionais [documento em francês]. Período coberto pelo relatório sugere as datas de 1º de setembro a 31 de agosto. 2p. (página 23 e 24 do pdf)
51. - Ofício. Of. nº 1407/77. De Renato Soeiro ao Ministro de Estado da Educação e Cultura. Assunto: Comunicado sobre a próxima reunião do Conselho a ser realizada em Paris [documento em português]. 29/06/1977. 1p. (página 25 do pdf)
52. - Carta. Carta Ref. SG/77/10-F. Assunto: Comentários a respeito do Comitê Executivo e Consultivo de Bruges [documento em francês]. 25/05/1977. 1p. (página 26 do pdf)
53. - Projeto. Draft Statues of ICOMOS. Assunto: Projeto de Estatutos do ICOMOS. Março de 1977. 11p. (páginas 1 a 11 do pdf)

54. - Carta. ICOMOS. De Ernest Allen Connally e R. M. Lemaire para os Presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS. Assunto: Comentários sobre o processo de revisão da Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios [documento em francês]. 07/07/1976. 2p. (página 1 a 2 do pdf)
55. - Calendário. Calendrier pour la Revision de la Charte de Venise. Assunto: Cronograma para a Revisão da Carta de Veneza (anexo do documento anterior). 07/07/1976. 1p. (página 3 do pdf)
56. - Boletim de Notícias. ICOMOS. ICOMOS Nouvelles n° 9 - Volume XIII: Monumentum 1976. 1976. Documento em francês. 4p. (páginas 4 a 6 do pdf)
57. - Simpósio. Symposium ICOMOS CSSR - 1976. 1976. Documento em russo. 10p. (páginas 7 a 10 do pdf)
58. - Livro. Conseil International des Monuments et des Sites. ICOMOS - 1974/1975 - Annuaire des Membres. Assunto: ICOMOS - 1974/1975 - Diretório de Sócios. 1975. 74p. (páginas 1 a 41 do pdf)
59. - Comunicados. Secretaria do ICOMOS aos membros do Conselho. Assunto: Pedido de preenchimento de formulário e anexo dos cartões de membro para os anos de 1976-1977 [documento em francês e inglês]. s/d. 1p. (página 1 do pdf)
60. - Carta. ICOMOS. De Ernest Allen Connally para os Presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS. Assunto: Solicitação de pedidos a serem dirigidos ao Comitê do Patrimônio Mundial [documento em francês]. 15/06/1976. 1p. (página 2 do pdf)
61. - Recomendações. ICOMOS. Recommandations concernant le contenu des demandes à adresser au comite du patrimoine mondial en vue de l'obtention d'une assistance internationale du fonds du patrimoine mondial. Assunto: Recomendações relativas ao conteúdo dos pedidos a serem dirigidos ao Comitê do Patrimônio Mundial, com vista à obtenção de assistência internacional do Fundo do Patrimônio Mundial [documento em francês]. s/d. 2p. (páginas 3 e 4 do pdf)
62. - Recomendações. ICOMOS. Normes recommandees pour la documentation a fournir a l'apput des demandes d'inscription sur la liste du patrimoine mondial. Assunto: Normas recomendadas para a documentação ao fornecimento de apoio nos pedidos de inscrição na Lista do Patrimônio Mundial [documento em francês]. s/d. 2p. (páginas 5 e 6 do pdf)
63. - Recomendações. ICOMOS. Recommandations concernant les criteres d'inscription des biens relevant du patrimoine culturel sur la liste du patrimoine mondial. Assunto: Recomendações relativas aos critérios para inscrição de bens do patrimônio cultural na Lista do Patrimônio Mundial [documento em francês]. s/d. 7p. (páginas 7 a 13 do pdf)
64. - Informativo. Nouvelles de l'ICOMOS - n° 6 e 7. Assunto: Notícias do ICOMOS. 1975/1976. 15p. (página 15 a 29 do pdf)

65. - Recomendações. ICOMOS. Systeme de priorite recommande pour l'attribution de sommes provenant du fonds du patrimoine mondial au titre de l'assistance internationale. Assunto: Sistema prioritário recomendado para a alocação de fundos do Fundo do Patrimônio Mundial para Assistência Internacional [documento em francês]. s/d. 3p. (páginas 30 a 32 do pdf)
66. - Carta. Carta Ref. SG/76/6-F. ICOMOS. De Ernest Allen Connally para os Presidentes dos Comitês Nacionais do ICOMOS. Assunto: Comentários sobre a reunião do Conselho Consultivo [documento em francês]. 15/06/1976. 1p. (página 33 do pdf)
67. - Esboço. Schema de rapport d'un Comite National. Assunto: Esboço do relatório de um Comitê Nacional. s/d. 1p. (página 34 do pdf)
68. - Carta. ICOMOS. De Rodrigo Márquez de la Plata (Presidente do Comitê Nacional Chileno do ICOMOS) a Renato Soeiro. Consejo Internacional de Monumentos y Sitios - Comite Chileno ICOMOS. Assunto: Solicitação de expansão de rede de contatos que trabalham com patrimônio cultural [documento em espanhol]. 15/03/1976. 1p. (página 1 do pdf)
69. - Lista. Annexe al'Annuaire des Membres de l'ICOMOS. Assunto: Anexo ao Diretório de Membros do ICOMOS. 12/08/1975. 1p. (página 2 do pdf)
70. - Ofício. Of. nº 1096/75. De Renato Soeiro a 5ª Assembleia Geral do ICOMOS. Assunto: Impossibilidade de comparecer ao evento da 5ª Assembleia Geral do ICOMOS [documento em inglês]. 28/04/1975. 1p. (página 3 do pdf)
71. - Informativo. Nouvelles de l'ICOMOS - nº 5. Assunto: Notícias do ICOMOS. Abril de 1975. 9p. (página 4 a 12 do pdf)
72. - Comunicado. ICOMOS. De Regine Villing a Renato Soeiro. IVème Assemblée Generale de l'ICOMOS - Rothenburg ob der Tauber, 25-30 mai 1975. Assunto: IV Assembleia Geral do ICOMOS, em Rothenburg ob der Tauber, na Alemanha. 17/03/1975. 1p. (página 13 do pdf)
73. - Cartão. Cartão com o inscrito ICOMOS Deutsches Nationalkomitee -Geschäftsstelle- D 6500 Mainz/Rhein. Fischtorplatz 23. Tradução: ICOMOS Comitê Nacional Alemão -escritório- D 6500 Mainz/Rhein. Fischtorplatz 23. s/d. 1p. (página 14 do pdf)
74. - Carta. Carta Ref. PGG/1322. De Piero Gazzola a Renato Soeiro. Assunto: Notícias sobre a situação do Comitê Nacional Brasileiro do ICOMOS. 25/10/1974. 1p. (página 15 do pdf)
75. - Ata. Discussões sobre o ICOMOS [documento em português]. Escrito por Augusto Silva Telles. 31/12/1974. 2p. (página 16 e 17 do pdf)

76. - Descritivo. IAB. Apresentação do ICOMOS [documento em português]. Escrito por Augusto Silva Telles. 22/07/1974. 2p. (página 18 e 19 do pdf)

77. - Livroto. ICOMOS. IVème Assemblée Generale de l'ICOMOS - Rothenburg ob der Tauber, 25-30 mai 1975. Assunto: IV Assembleia Geral do ICOMOS, em Rothenburg ob der Tauber, na Alemanha. 1975. 28p. (páginas 1 a 28 do pdf)

P.146 IPHAN - O.E.A. I [int]

1. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Jornal O Globo colado sob papel. Assunto: “OEA aprova convenção destinada a preservar cultura continental”. 22/06/1976. 1p. (página 2 do pdf)

2. - DDC/14/105.2(040). Cumprimentos entre o Departamento de Cooperação Cultural, Científica e Tecnológica do MRE ao IPHAN. Assunto: Remessa de publicação “Cultura” da OEA. 09/01/1976. 1p. (página 3 do pdf)

3. - OEASer.P | AG/Com.III/doc.1/72. Comissão III - Assuntos Educacionais, Científicos e Culturais. Assunto: Fortalecimento do patrimônio cultural da América como meio de favorecer a integração regional [projeto de resolução apresentado pela Delegação do México - tema 29 da Agenda]. 14/04/1972. 1p. (página 4 do pdf)

4. - Boletim. Boletim del Consejo Interamericano de Música (CIDEM) nº1. OEA, Washington. s/d. 8p. (páginas 1 a 5 do pdf)

5. - Revista. Secretaria General | Organizacion de Los Estados Americanos. Prede Actualidades - Actividades del Programa Regional de Desarrollo Educativo. Noviembre 1974 - Fevereiro 1975. 18p. (páginas 1 a 18)

6. - Projeto. Projeto nº 04. Ministério da Educação e Cultura. Conselho Federal de Cultura. Projeto para o Estudo das Características Culturais da América Latina. Assunto: Apresentação dos objetivos do projeto, do planejamento de etapas, e também dos prazos e custos envolvidos. s/d. 7p. (páginas 1 a 7)

7. - Projeto. Projeto nº RLA/79/005/A/01/13. Programa de Las Naciones Unidas para el Desarrollo. Assunto: Projeto Regional dos Governos da Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Chile, Equador, Peru e Venezuela. 1979. 83p. (páginas 1 a 83)

8. - Livroto. General Secretariat Organization of American States. Proyecto de Proteccion del Patrimonio Historico y Artistico. Assunto: Livroto com textos e imagens com explicações sobre o Programa Regional de Desenvolvimento Cultural. s/d. 11p. (páginas 1 a 11 do pdf)

9. - Livreto. General Secretariat Organization of American States. Proyecto Multinacional de Desarrollo de Archivos. Assunto: Livreto com textos e imagens com explicações sobre o Programa Regional de Desenvolvimento Cultural e sobre o Projeto Multinacional de Desenvolvimento de Arquivos. s/d. 11p. (páginas 1 a 11 do pdf)
10. - Livreto. General Secretariat Organization of American States. Proyecto Multinacional de Presevation del Folklore. Assunto: Livreto com textos e imagens com explicações sobre o Programa Regional de Desenvolvimento Cultural e sobre o Projeto Multinacional de Preservação do Folclore. s/d. 11p. (páginas 1 a 11 do pdf)
11. - Apêndice Metodológico. Organização dos Estados Americanos. Proyecto Consolidado de Programas y Presupuestos de la Secretaria General - Bienio 1970/72. Assunto: Projeto Consolidado de Programas e Orçamentos da Secretaria-Geral - biênio 1970-1972. 1970. 21p. (páginas 1 a 21 do pdf)
12. - Livreto. OEA. Livreto - Séries sobre Tratados nº 1C. Carta da Organização dos Estados Americanos [reformada pelo protocolo de Buenos Aires em 1967]. 1968. 27p. (páginas 1 a 27 do pdf)
13. - Livreto. OEA. Declaração dos Presidentes da América - Reunião dos Chefes de Estado Americanos. 12 a 14 de abril de 1967. 17p. (páginas 1 a 17 do pdf)
14. - Boletim. Boletim Interamericano de Música (CIDEM) nº87. OEA, Washington. Julho - Outubro de 1978. 43p. (páginas 1 a 27 do pdf)

P.148 O.E.A. Bolsas de Estudos III [int]

1. - OAS Form 345 (Rev 10-74). Organização dos Estados Americanos. Instruções para apresentação de pedidos de bolsa de estudo. s/d. 2p. (páginas 1 e 2 do pdf)
2. - OAS Form 98 (4-73). Formulário. Organização dos Estados Americanos. Pedido de bolsa de estudo. s/d. 4p. (páginas 3 a 6 do pdf)
3. - OAS Form 342 (5-72). Organização dos Estados Americanos. Atestado de proficiência em idiomas para fins de bolsa de estudo da OEA. s/d. p. (páginas 7 a 9 do pdf)
4. - Circular. Memo Circular nº 16/86/FNPM. Fundação Pró Memória. Da Chefia de Gabinete da Presidência para Dr. Augusto Carlos da Silva Telles - DTC. Assunto: Divulgação das bolsas de estudos dos cursos promovidos pela Organização dos Estados Americanos (OEA). 17/09/1986. 1p. (página 10 do pdf)

5. - Ofício. Ofício Circular SEDI / MINC / nº 041/86. Da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural ao Diretor de Tombamento e Conservação da SPHAN. Assunto: Divulgação das bolsas de estudos para os cursos de Conservação e Restauração de Obras de Arte e Organização e Administração de Arquivos Históricos, promovidos pela OEA. 01/09/1986. 1p. (página 11 do pdf)
6. - Anúncio. Anúncio nº 026/86. Organização dos Estados Americanos. Curso de Organização e Administração de Arquivos Históricos PEC 1227-S. Assunto: Informações gerais sobre o curso, quantidade de bolsas, benefícios e datas de inscrição. 1986. 1p. (página 12 do pdf)
7. - Anúncio. Anúncio nº 024/86. Organização dos Estados Americanos. Curso de Conservação e Restauração de Obras de Artes PEC 1458-R. Assunto: Informações gerais sobre o curso, quantidade de bolsas, benefícios e datas de inscrição. 1986. 1p. (página 13 do pdf)
8. - Ofício. Ofício Circular SEDI / MINC / nº 041/86. Da Secretaria de Difusão e Intercâmbio Cultural ao Presidente da Fundação Pró Memória. Assunto: Informativo sobre prazos de recebimento da documentação dos candidatos. 01/09/1986. 1p. (página 14 do pdf)
9. - Ofício. Ofício Circular nº81. Assunto: Oferecimento de bolsa de estudos para o curso de Etnomusicologia e sua Aplicação no Ensino, a ser realizado em Caracas, na Venezuela. 14/09/1981. 1p. (página 15 do pdf)
10. - Informativo. Organização dos Estados Americanos nº 060/81. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Etnomusicologia e sua Aplicação no Ensino. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição. Julho de 1981. 1p. (página 16 do pdf)
11. - Ofício. Ofício Circular nº71/80. Do Secretário de Modernização Administrativa ao Assessor do Diretor-Geral do IPHAN junto a 7ª DR - Brasília. Assunto: Encaminhamento de documento sobre o curso de Mestrado em Administração [Magister en Administración], na Universidade do Chile, em Santiago. 22/10/1980. 2p. (páginas 17 e 18 do pdf)
12. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 058/80. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Mestrado em Administração. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Agosto de 1980. 2p. (página 19 e 20 do pdf)
13. - Carta. Organización de los Estados Americanos. De José B. Lacret (Chefe da Unidade Técnica de Proteção e Fomento do Patrimônio Histórico e Artístico e seu Entorno) para Aloísio Magalhães (Diretor do IPHAN). Assunto: Informativos sobre o início do curso de Conservação e Restauração e Ambientação de Monumentos, PEC 1229-K. 18/06/1980. 1p. (página 21 do pdf)
14. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 045/80. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Conservação e Restauração e Ambientação de Monumentos, PEC 1229-

K. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Maio de 1980. 1p. (página 22 do pdf)

15. - Ofício. Ofício / MEC / SEG / SEAI / CODAM. Do Secretaria de Assuntos Internacionais - SEAI ao Secretário do SPHAN. Assunto: Bolsa da OEA - curso de Conservação e Restauração de Obras de Arte. 16/07/1980. 1p. (página 23 do pdf)

16. - Ofício. Ofício nº 054/80. De Maria de Lourdes Castro O. Moreira (Coordenadora do Programa de Comunicação da Fundação Nacional Pró-Memória) a Augusto Carlos da Silva Telles (Diretor da Divisão e Conservação e Restauração da SPHAN). Assunto: Curso de Conservação e Restauração de Obras de Arte e pedido de indicações de candidatos. 20/06/1980. 1p. (página 24 do pdf)

17. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 040/80. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Conservação e Restauração de Obras de Arte, PEC 1458-K. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Maio de 1980. 1p. (página 25 do pdf)

18. - Ofício. Ofício nº 1259. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Fernando da Rocha Peres (Diretor da 4ª Diretoria Regional do IPHAN). Assunto: Oferecimento de bolsas de estudos para o curso Interamericano de Bens Culturais, da OEA. 22/05/1978. 1p. (página 26 do pdf)

19. - Ofício. Ofício nº 00631. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Cursos oferecidos pela OEA. Maio de 1977. 1p. (página 27 do pdf)

20. - Ofício. Ofício nº 00609. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Indicação de candidatos para as bolsas de estudos, cujos objetivos visam a formação de especialistas em projetos de restauração de edifícios e conjuntos de monumentos de interesse arqueológico, histórico e artístico. Abril de 1977. 1p. (página 28 do pdf)

21. - Carta. OAS Form 359. Organização dos Estados Americanos nº 845/77. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de pós-graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1977. 1p. (página 29 do pdf)

22. - Carta. OAS Form 359 (5-76). Organização dos Estados Americanos nº 848/77. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1977. 1p. (página 30 do pdf)

23. - Carta. OAS Form 359 (5-76). Organização dos Estados Americanos nº 849/77. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1977. 1p. (página 31 do pdf)
24. - Carta. OAS Form 359 (5-76). Organização dos Estados Americanos nº 741/77. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Preparação de Bibliotecários Escolares. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Fevereiro de 1977. 1p. (página 32 do pdf)
25. - Carta. De Henrique Oswaldo de Andrade (Assessor Especial do Ministro / Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional - SUBIN) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Curso de Habilitação em Arquivos em Córdoba, na Argentina. 01/10/1976. 1p. (página 33 do pdf)
26. - Carta. OAS Form 359 (5-76). Organização dos Estados Americanos nº 793/76. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Habilitação em Arquivos. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Julho de 1976. 1p. (página 34 do pdf)
27. - Ofício. Ofício nº 379/76. De Belmira Finageiv (Chefe do Núcleo do IPHAN em Brasília) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Representação na OEA. 30/08/1976. 1p. (página 35 do pdf)
28. - Ofício. Ofício nº 283/77. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Bolsas de estudos para os cursos da OEA. 15/06/1977. 1p. (página 36 do pdf)
29. - Ofício. Ofício nº 1801/76. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Formulários da bolsa de estudos oferecida pela OEA para o curso de Treinamento em Artesanato e Artes Populares a ser realizado na Espanha. 12/05/1976. 1p. (página 37 do pdf)
30. - Ofício. Ofício Circular nº 05/76. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Pedido para divulgação do formulário do curso de Treinamento em Artesanato e Artes Populares. 30/04/1976. 1p. (página 38 do pdf)
31. - Ofício. Ofício nº 894/76. MEC / SEG / SEAI / CODEAI / BSB. De Danilo José Loureiro (Chefe de Gabinete do Secretário Geral do MEC) a Miguel Diégues Júnior (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Oferta de bolsas de estudo pela OEA e definição de data final para indicar candidatas. 26/04/1976. 1p. (página 39 do pdf)

32. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do curso “Treinamento em Artesanato e Artes Populares”, a ser realizado na Espanha, da OEA. 19/04/1976. 1p. (página 40 do pdf)
33. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 774/76. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o curso de Treinamento em Artesanato e Artes Populares, PEC 1356-F. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1976. 2p. (página 41 e 42 do pdf)
34. - Ofício. Ofício nº 336/76. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Mauro Sérgio Costa da Fonseca Couto (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do MRE). Assunto: Agradecimentos sobre as informações passadas no documento DCT/644.1 (040) referente ao Curso Interamericano de Habilitação em Museografia, a ser realizado no México. 03/05/1976. 1p. (página 43 do pdf)
35. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso Interamericano de Habilitação em Museografia, a ser realizado no México, da OEA. 02/04/1976. 1p. (página 44 do pdf)
36. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 772/76. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Fevereiro de 1976. 2p. (página 45 do pdf)
37. - Ofício. Ofício nº 1337/76. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Miguel Diégues Júnior (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Agradecimentos sobre as informações passadas no ofício circular nº 03/76 referente ao Curso Interamericano de Habilitação em Museografia, a ser realizado no México. 29/04/1976. 1p. (página 46 do pdf)
38. - Ofício. Ofício Circular nº 03/76. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Pedido para divulgação do formulário do Curso Interamericano de Habilitação em Museografia. 19/04/1976. 1p. (página 47 do pdf)
39. - Ofício. Ofício nº 792/76. MEC / SEG / SEAI / CODEAI / BSB. De Danilo José Loureiro (Chefe de Gabinete do Secretário Geral do MEC) a Miguel Diégues Júnior (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Oferta de bolsas de estudo pela OEA e definição de data final para indicação de candidatos. 08/04/1976. 1p. (página 48 do pdf)
40. - Ofício. Ofício Circular nº 01/76/DAC/MEC. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Pedido para divulgação do formulário do Curso de Capacitação para Dirigentes do Setor de Artesanato e Artes Populares. 19/04/1976. 1p. (página 49 do pdf)
41. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso de Capacitação para Dirigentes do Setor de Artesanato e Artes Populares, da OEA. Fevereiro de 1976. 1p. (página 50 do pdf)

42. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 743/75. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso de Capacitação para Dirigentes do Setor de Artesanato e Artes Populares. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Novembro de 1975. 2p. (página 51 e 52 do pdf)
43. - Ofício. Ofício Circular nº 92/75. MEC / SEG / SEAI / CODEAI. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Pedido para encaminhamento de inscrições para as bolsas de estudos da OEA a serem feitas à Secretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional - SUBIN. 15/12/1975. 1p. (página 53 do pdf)
44. - Ofício. Ofício nº 3275/75. De Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN) a Miguel Diégues Júnior (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais). Assunto: Atestado de recebimento de ofício que trata sobre o Curso de Metodologia de Tecnologia Educacional, a ser realizado nos EUA, sob patrocínio da OEA. 15/10/1975. 1p. (página 54 do pdf)
45. - Ofício. Ofício Circular nº 01880/75. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Envio de cópia de expediente referente ao Curso de Metodologia da Tecnologia Educacional. 02/10/1975. 1p. (página 55 do pdf)
46. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso de Metodologia da Tecnologia Educacional, da OEA. 10/09/1975. 1p. (página 56 do pdf)
47. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 721/75. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso de Tecnologia Educacional. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Agosto de 1975. 2p. (página 57 e 58 do pdf)
48. - Ofício. Ofício Circular nº 12/75/DG?DAC. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Cancelamento do Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais, a ser ministrado na Espanha. 13/08/1975. 1p. (página 59 do pdf)
49. - Ofício. Ofício nº 01487/75. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Cópia do programa do Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais, a ser ministrado na Espanha. Agosto de 1975. 1p. (página 60 do pdf)
50. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais, da OEA. 21/07/1975. 1p. (página 61 do pdf)

51. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 704/75. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos Monumentais, PEC 1229-G. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Junho de 1975. 1p. (página 62 do pdf)
52. - Ofício. Ofício Circular nº 89/75. SG / CODEAI / MEC / BSB. De Euro Brandão (Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Anúncio do Curso para Administradores Culturais, patrocinado pela OEA. 10/01/1975. 1p. (página 63 do pdf)
53. - Informativo. Organización de los Estados Americanos. Programa Regional de Desarrollo Cultural - Proyecto Multinacional de Política Cultural. Ofrece Becas. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso para Administradores Culturais, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. 05/05/1975. 3p. (página 64 a 66 do pdf)
54. - Ofício. De Fernando Sales (Assessor de Divulgação do DAC) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Cursos no exterior. 18/12/1974. 1p. (página 67 do pdf)
55. - Ofício. Ofício Circular nº 17/74. De Miguel Diégues Júnior (Diretor Geral do Departamento de Assuntos Culturais) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Cursos no exterior. 11/12/1974. 1p. (página 68 do pdf)
56. - Carta. Organização dos Estados Americanos. Assunto: Informações sobre a viagem da professora Eliana Breitler Medina, diretora do Instituto Interamericano de Educação Musical (INTEM) para selecionar candidatos para os cursos oferecidos na instituição. [documento em espanhol]. 05/12/1974. 1p. (página 69 do pdf)
57. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 633/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso de Planejamento da Educação Musical, do Instituto Interamericano de Educação Musical (INTEM), na Universidade do Chile. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Novembro de 1974. 1p. (página 70 do pdf)
58. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 609/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso da Orquestra Sinfônica Mundial da Juventude PEC 1398-F, do National Music Camp, em Michigan, EUA. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Agosto de 1974. 2p. (página 71 e 72 do pdf)
59. - DCT/644.1 (040) (B46). Assunto: Divulgação do Curso de Administradores Culturais, da OEA. 04/12/1974. 1p. (página 73 do pdf)

60. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 634/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso de Administradores Culturais, em Caracas, na Venezuela. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Novembro de 1974. 2p. (página 74 e 75 do pdf)
61. - Carta. Organização dos Estados Americanos nº 552/74. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Habilitação em Museografia. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1974. 2p. (página 76 e 77 do pdf)
62. - Ofício. Ofício Circular nº 04/74 / SG / CODEAI. De Confúcio Pamplona (Secretário Geral do Ministério da Educação e Cultura) a Renato Soeiro (Diretor Geral do IPHAN). Assunto: Documentação necessária à inscrição de candidatos a bolsa de estudos. 21/01/1974. 2p. (página 78 e 79 do pdf)
63. - Ficha. Ficha de pedido de afastamento de servidores, conforme cumprimento da Portaria Ministerial nº 639, publicada em 13/09/1972. s/d. 2p. (página 80 e 81 do pdf)
64. - Ficha. Ministério da Educação e Cultura | Divisão de Segurança e Informações. Ficha de qualificação (com observações e instruções no verso). s/d. 2p. (página 82 e 83 do pdf)
65. - Recorte de jornal. Recorte de notícia colado sob papel do Diário do Comércio de Belo Horizonte, Minas Gerais. Assunto: “OEA dá bolsas para curso sobre museus”. 24/08/1973. 1p. (página 84 do pdf)
66. - Ofício nº 1425/73. De João Pacheco Netto (Diretor Adjunto do Departamento de Assuntos Culturais) a Lygia Martins Costa (Chefe da Seção de Arte do IPHAN). Assunto: Bolsa de estudo sobre Administração e Conservação de Museus. 08/05/1973. 1p. (página 85 do pdf)
67. - Ofício nº 134/72 / IPHAN / DAC / BSB. De Belmira Finageiv (Chefia que responde pelo Núcleo do IPHAN/BSB) a Alda Menezes (Secretária do Diretor do IPHAN/BG). Assunto: Remessa de formulário do Projeto PEC 1229-D. 06/09/1972. 2p. (página 86 do pdf)
68. - Ofício nº 968/72. De Renato Soeiro (Diretor do IPHAN) a Mário Augusto Santos (Chefe da Divisão de Cooperação Técnica do Ministério das Relações Exteriores). Assunto: Bolsa de estudos sobre Restauração de Bens Culturais. 20/04/1972. 1p. (página 87 do pdf)
69. - DCT/DEA/968/550.0 (20). OEA. Projeto Multinacional de Patrimônio Cultural. Assunto: Curso sobre Restauração de Bens Culturais. 04/12/1974. 2p. (página 88 e 89 do pdf)
70. - Telex 399. De José B. Lacroet para Renato Soeiro (Diretor do IPHAN). 20/05/1971. Assunto: Solicitação de bolsas de estudo para o curso de especialização de Ambientação de Monumentos e Conjuntos Urbanísticos, em Quito (documento em espanhol). 1p. (página 90 do pdf)

71. - Livreto. Secretaria General Organizacion de los Estados Americanos. Programa Regional de Desarrollo Cultural. Assunto: Livreto com textos e imagens com explicações sobre o evento Programa Regional de Desenvolvimento Cultural. s/d. 9p. (páginas 1 a 9 do pdf)
72. - Anúncio. Anuncio nº 303/72. Anuncio de becas. Proyecto: Multinacional de Patrimonio Cultural. Curso Interamericano de Bienes Culturales, México. Assunto: Divulgação e bolsas para o Curso Interamericano de Bens Culturais. Março de 1972. 6p. (páginas 1 a 6 do pdf)
73. - Anúncio. Anuncio nº 304/72. Anuncio de becas. Proyecto: Multinacional de Patrimonio Cultural. Curso Interamericano de Capacitación Museográfica, México. Assunto: Divulgação e bolsas para o Curso Interamericano de Capacitação Museográfica. Março de 1972. 6p. (páginas 1 a 6 do pdf)
74. - Anúncio. Anuncio nº 338/72. Projeto: PEC 1229-D. Restauração e Ambientação de Monumentos e Conjuntos de Monumentos, Espanha. Assunto: Divulgação e bolsas para o Curso de Restauração e ambientação de monumentos e conjuntos de monumentos. Junho de 1972. 6p. (páginas 1 a 5 do pdf)

P.150 O.E.A C. Interamericano Restauração Bens Culturais-Rio [CIRBC-R]

1. - Ofício. Ofício nº 960/76. De Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a Carlos Chanfon Olmos (Diretor do Centro Inter-Americano Regional de Restauração de Bens Culturais). Assunto: Centro Participante do Projeto Multinacional dos Bens Culturais. 29/03/1976. 2p. (páginas 1 e 2 do pdf)
2. - Ofício. Ofício nº 965/76. De Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a José B. Lacet (Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural). Assunto: Encaminhamento de cópia de correspondência - a mesma enviada a Carlos Chanfon Olmos. 29/03/1976. 1p. (página 3 do pdf)
3. - Ofício. Ofício nº 4587/75. De Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a José B. Lacet (Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural). Assunto: Centro de Restauração. 22/12/1975. 1p. (página 4 do pdf)
4. - Manuscrito. Carta para Renato Soeiro. Assunto: Pedido de pauta de comunicação com o arquiteto Carlos Olmos. s/d. 1p. (página 5 do pdf)
5. - Informativo. De José B. Lacet (Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural) e Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assunto: Informativo sobre as recomendações do Comitê Interamericano de Cultura em relação ao Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. De 17/11/1975. 2p. (páginas 6 e 7 do pdf)

6. - Ofício. Ofício nº 04/75. De Paulo Padilha Vidal (Embaixador Representante do Brasil junto a OEA) a Galo Plaza (Secretário Geral da OEA). Assunto: Informativo sobre a impossibilidade de transferência da Sede do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais do México ao Brasil. 08/01/1975. 1p. (página 8 do pdf)
7. - Informativo. Organización dos Estados Americanos nº 680/75. Oferecimento de bolsas de estudo. Informações sobre o Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. Assunto: Informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em português]. Março de 1975. 1p. (página 9 do pdf)
8. - Informativo. Organizacion de los Estados Americanos nº 680/75. Ofrece Becas. Assunto: Oferecimento e divulgação de bolsas de estudos para o Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais, com informações gerais sobre início e duração, idioma a ser ministrado, objetivos e requisitos para inscrição [documento em espanhol]. Março de 1975. 1p. (página 10 do pdf)
9. - Ofício. Ofício nº 3382/74. De Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) a Euro Brandão (Secretário Geral do Ministério da Cultura). Assunto: Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 08/11/1974. 2p. (página 11 e 12 do pdf)
10. - Ofício. Ofício nº 15/74. De Edson Motta (Conservador) a Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assunto: Informativo sobre a resposta do processo 1.180/74 a respeito dos requisitos propostos para o Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 09/08/1974. 1p. (página 13 do pdf)
11. - Ofício. Ofício nº 13/74. De Edson Motta (Conservador) a Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assunto: Parecer sobre o Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 06/08/1974. 5p. (páginas 14 a 19 do pdf)
12. - Comunicado. De José B. Lacet (Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural) a Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assunto: Comunicado sobre a aprovação, pelo Comitê Interamericano de Cultura, da recomendação que cria o Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 20/08/1974. 1p. (página 20 do pdf)
13. - Informativo. Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos à Missão do Brasil. Assunto: Cumprimentos e informativo a respeito da aprovação da recomendação do acordo de cooperação para criar o Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais, que permitirá organizar um curso de mesmo nome em setembro de 1975. 05/08/1974. 1p. (página 21 do pdf)
14. - Plano. Escrito por José Carlos Ruiz (Representante da Secretaria Geral da OEA no México) e Guillermo Bonfil Batalla (Diretor do Instituto Nacional de Antropologia e História). Plano de Operações (docente e financeiro) - Ano Fiscal 1974/75. Assunto: Projeto Multinacional de Antropologia e História, Departamento de Restauração do Patrimônio Cultural, dependência da Secretaria de Educação Pública [documento em espanhol]. 13p. (páginas 22 a 34 do pdf)

15. - Ofício. Ofício nº 580/74. De Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) ao Professor Edson Motta (Conservador). Assunto: Pedido de definições específicas para a criação do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 27/06/1974. 1p. (página 35 do pdf)
16. - Cartão. Cartão de visita de José B. Lacret. Inscrições: José B. Lacret - Especialista Principal | Organización de Estados Americanos, Washington, D.C. 20006 | Unidad de Patrimonio Cultural - Departamento de Asuntos Culturales. s/d. 2p [frente e verso]. (páginas 36 e 37 do pdf)
17. - Comunicado. De José B. Lacet (Responsável pela Unidade Técnica do Patrimônio Cultural) e Renato Soeiro (Diretor do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Assunto: Comunicado para saber sobre a disponibilidade do Laboratório Atelier, em setembro, para a realização do Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 06/03/1974. 1p. (página 38 do pdf)
18. - Ata. Assunto: Documento intitulado 'Aide Memoire', que tratou de falar sobre os tópicos da Quinta Reunião do Conselho Interamericano Cultural (CIC). Enviado ao Sr. Roberto Cruz de Abreu [documento em espanhol]. 25/03/1974. 3p. (páginas 39 a 41 do pdf)
19. - Plano. Escrito pelo Instituto Nacional de Antropologia e História, Departamento de Restauração do Patrimônio Cultural “Paul Coramans”, dependência da Secretaria de Educação Pública. Plano de Operações (docente e financeiro) - Ano Fiscal 1973/74. Assunto: Projeto Multinacional de Patrimônio Cultural. Segundo Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais [documento em espanhol]. 16p. (páginas 1 a 16 do pdf)
20. - Carta. Carta nº 024/74. Renato Soeiro a Javier Malagón. Assunto: Discussões sobre o III Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 04/04/1974. 1p. (página 1 do pdf)
21. - Comunicação. Representação da Secretaria Geral da OEA no Brasil a Renato Soeiro. Assunto: Comunicado para saber sobre a disponibilidade do Laboratório Atelier, em setembro, para sediar o III Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 07/03/1974. 1p. (página 2 do pdf)
22. - Carta. De Renato Soeiro a Guillermo de Zéndegui (Diretor Adjunto de Assuntos Culturais da OEA). Assunto: Resposta da carta escrita por Guillermo a respeito do curso do Rio de Janeiro. 05/05/1972. 1p. (página 3 do pdf)
23. - Carta. De Guillermo de Zéndegui (Diretor Adjunto de Assuntos Culturais da OEA) a Renato Soeiro (Diretor do DAC). Assunto: Comentários sobre a Reunião do CIDEDEC, relativa ao Centro Atelier do Rio de Janeiro [documento em espanhol]. 02/03/1972. 2p. (páginas 4 e 5 do pdf)
24. - Informação. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Informativos sobre as atividades e o funcionamento do Laboratório de Restauração de Obras de Arte e apresentação de proposta para a criação do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. s/d. 2p. (páginas 6 e 7 do pdf)

25. - Carta. Carta nº 272/69. De Renato Soeiro para Jose B. Lacret. Assunto: Resposta da carta escrita por Lacret a respeito do Centro Interamericano no Rio. 11/12/1969. 2p. (página 8 e 9 do pdf)
26. - Carta. De Jose B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de opinião de Soeiro quanto a tomada de decisões e propostas relacionadas ao Curso Interamericano de Restauração de Bens Culturais [documento em espanhol]. 27/10/1969. 2p. (página 10 e 11 do pdf)
27. - Projeto. Programa Regional de Desarrollo Cultural. Proyecto 'Conservacion y Restauracion del Patrimonio Artistico'. Assunto: Explicação de objetivos, atividades de cooperação técnica e orçamentos [documento em espanhol]. s/d. 3p. (página 12 e 14 do pdf)
28. - Carta. Carta nº 32/69. De Renato Soeiro para Guillermo Zendégui. Assunto: Atestado de recebimento de relatório e comentários sobre o trabalho desenvolvido em equipe na coordenação do Programa de Desenvolvimento Cultural Latino Americano. 21/02/1969. 1p. (página 15 do pdf)
29. - Ata. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Assunto: Detalhamento das pautas discutidas na reunião do Conselho Interamericano de Cultura, em Washington. 06/02/1969. 1p. (página 16 do pdf)
30. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Jornal O Globo colado sob papel. Assunto: "Verba de NCr \$2800 mil e OEA conservação monumentos". 04/02/1969. 1p. (página 17 do pdf)
31. - Ofício. Ofício nº 118. De Renato Soeiro a Tarso Dutra (Ministro da Educação e Cultura). Assunto: Encaminhamento de carta sobre o laboratório-atelier pretendido pelo Brasil. 17/01/1969. 1p. (página 18 do pdf)
32. - Recorte de jornal. Recorte de notícia colado sob papel. Assunto: "Brasil terá um centro internacional para restauração de arte". s/d. 1p. (página 19 do pdf)
33. - Proposta. Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Proposta para a criação de um Centro Latino-Americano de Formação de Arquitetos e de Técnicos especializados em Conservação e Restauração de obras de arte e monumentos com a organização complementar de um laboratório-atelier e de um Centro Regional de Documentação Artística, localizados na cidade do Rio de Janeiro. Assunto: Justificativa; Proposição; Detalhamento dos cursos e do funcionamento do laboratório. s/d. 7p. (páginas de 1 a 7 do pdf)
34. - Proposição. Proposição inicial apresentada pelo Ministro. Assunto: Documento para criar um programa de dois estágios de cooperação interamericana com objetivos de assegurar a adequada proteção e valorização dos bens culturais integrantes do patrimônio histórico, artístico e arqueológico universal localizados em territórios latino-americano. s/d. 4p. (páginas 1 a 4 do pdf)
35. - Proposta. Proposta de criação de um Centro Regional de Documentação Artística Latino-Americana a ser integrado no Centro Latino Americano de Conservação e Restauração de Obras de

Arte e Monumentos. Assunto: Justificativa; Apresentação da documentação existente no Brasil; e Exposição do Plano Técnico de Instalação. 15/01/1969. 6p. (páginas de 1 a 6 do pdf)

36. - Proposição. DPHAN | Ministério da Educação e Cultura. Proposição para criação de um curso de formação de arquiteto especializado em restauração de bens culturais a ser integrado no Centro Latino-Americano de formação de Técnicos em Conservação e Restauração de Obras de Arte e Monumentos, com sede na cidade do Rio de Janeiro. s/d. 4p. (páginas 1 a 4 do pdf)

37. - Processo. Processo nº 1180/74 / DAC / MEC. Secretaria Geral do MEC/BSB/DF. Assunto: Resposta negativa do MRE quanto à instalação do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais no Rio de Janeiro. 1974. 1p. (página 1 do pdf)

38. - Ofício. Ofício nº 2538/74 / SG / CODEAI. Euro Brandão a Manoel Diégues Júnior. Assunto: Informativo sobre a resposta negativa a respeito da criação do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 11/07/1974. 1p. (página 2 do pdf)

39. - DEA/DCINT/548/641.2 (040). De Espedito de Freitas Resende (Secretário-Geral Interino das Relações Exteriores) a Euro Brandão. Assunto: Transferência do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais para o Rio de Janeiro. 01/07/1974. 1p. (página 3 do pdf)

40. - Processo. Processo nº 1180/74/ DAC/ MEC. De Judith Fernandes a Renato Soeiro. Assunto: Pedido para que Soeiro se pronuncie a respeito da resposta negativa do MRE. 24/07/1974. 1p. (página 4 do pdf)

41. - Processo. Processo nº 1180/74/ DAC/ MEC. De Renato Soeiro ao Professor Edson Motta. Assunto: Esclarecimentos e argumentos para negociação da criação do Centro Interamericano de Restauração de Bens Culturais. 01/08/1974. 2p. (páginas 5 e 6 do pdf)

P147 IPHAN-O.E.A Correspondência [int]

1. - Organización de los Estados Americanos. Plan del gran Caribe para los Monumentos y los Sitios. Resumen 1982-1986. Assunto: Análise do Projeto Regional de Preservação do Patrimônio Cultural da região do Caribe, iniciado em março de 1982. 14/02/1986. 7p. (página 1 a 7 do pdf)

2. - Carta. Organización de los Estados Americanos. De Inés G. Chamorro (Chefe da Divisão do Patrimônio Cultural) para Clara Neto de Ponce de León (Diretora da Oficina Regional de Cultura para América Latina e Caribe da UNESCO). Assunto: Comentários sobre o relatório final da Primeira Reunião de Coordenação ORCALC/ICOMOS/ICOM celebrada em Havana. 06/08/1986. 5p. (página 1 a 5 do pdf)

3. - Simpósio. Symposium on Interrelations of Culture, Technology and Development in Latin America. Escrito por Joan Wadlow (Presidente do Grupo de Discussão de Tecnologia e Cultura),

Rodrigo Lopez (Presidente do Grupo de Discussão de Humanismo e Tecnologia) e Marry Mussman (Presidente do Grupo de Desenvolvimento e Cultura). Simpósio sobre Interrelações de Cultura, Tecnologia e Desenvolvimento na América Latina Assunto: Resumo, Conclusões e Recomendações. s/d. 9p. (página 1 a 9 do pdf)

4. - Cartão. Organization of American States. With the compliments of the Director Department of Cultural Affairs and General Secretariat of the Organization of American States. Cartão com inscritos impressos “Com os cumprimentos do Diretor do Departamento de Assuntos Culturais e Secretaria-Geral da Organização dos Estados Americanos” acrescido de mensagem escrita à mão. 14/08/1974. 1p. (página 10 do pdf)

5. - Folder de evento. Symposium on the Interrelations of Culture, Technology and Development in Latin America. April 18-18, 1974. Assunto: Apresentação e divulgação do evento em Lincoln, Nebraska. 1974. 2p. [\(documento aberto\)](#) / 8p. [\(documento fechado\)](#) (páginas 11 e 12 do pdf)

6. - OEA/Ser.P | AG/doc.474/74 corr.2. Organizacion de los Estados Americanos. Informe de la Relatora de la Tercera Comision. Assunto: Assuntos Educativos, Científicos e Culturais. Mexine E. Roberts (Relatora). 27/04/1974. 5p. (página 1 a 5 do pdf)

7. - Cartão. Organización de los Estados Americanos. Con un cordial saludo, Javier Malagón, Director Departamento de Asuntos Culturales y Secretaria General de la Organizacion de los Estados Americanos. 24/07/1974. 1p. (página 6 do pdf)

8. - Acuerdo entre el Gobierno de la República de Venezuela y la Secretaria General de la Organizacion de los Estados Americanos sobre el Instituto Interamericano de Etnomusicologia y Folklore. Assunto: Recomendações aos órgãos competentes a OEA criar e ampliar os serviços de extensão e conservação do patrimônio cultural e estimular a atividade intelectual e artística nos países americanos. 26/06/1973. 7p. (página 1 a 7 do pdf)

9. - Cartão. Organizacion de los Estados Americanos. Con un cordial saludo, Javier Malagón, Director Departamento de Asuntos Culturales y Secretaria General de la Organizacion de los Estados Americanos. 06/12/1973. 1p. (página 8 do pdf)

10. - Comunicação. De Javier Malagón a Renato Soeiro. Assunto: Discussões da Reunião do Comitê Interamericano de Cultura, sobre o II Encontro Nacional sobre a Defesa do Patrimônio Histórico e Artístico e sobre a reunião sobre a defesa do patrimônio monumental e artístico acordada pelo CIECC. 14/10/1971. 1p. (página 1 do pdf)

11. - Comité Interamericano de Cultura. Tercera Reunion del CIDECC, del 26 al 29 de octubre de 1971. Proyecto de Temario. Assunto: Aprovação do calendário de projetos e da agenda de trabalho. 06/10/1971. 1p. (página 2 do pdf)

12. - F/C-eg.190/72. Comunicação. Escrito de Galo Plaza (secretário geral) para Don Rafael de la Colina (embaixador representante permanente do México perante a Organização dos Estados Americanos). Assunto: Discussões sobre a nota nº 1855 relacionada a quantia necessária a ser dada ao Fundo Especial Multilateral do Conselho Interamericano para a Educação, Ciência e Cultura. 30/09/1971. 1p. (página 3 do pdf)
13. - Comunicado. Organizacion de los Estados Americanos. Assunto: Saudações do Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da OEA a Renato Soeiro. s/d. 1p. (página 1 do pdf)
14. - Cartão. Anexo de nota. Assunto: Anexo da nota enviada pelo Diretor do Programa Regional de Desenvolvimento Cultural. 08/10/1971. 1p. (página 2 do pdf)
15. - FEMCIECC/Cultural Rev.2. Desarrollo de Bibliotecas y de la Bibliografía. Proyecto Multinacional de Desarrollo de Sistemas Nacionales de Bibliotecas y Documentacion. Unidad Técnica de Desarrollo de Bibliotecas. Assunto: Projeto Multinacional de Desenvolvimento de Sistemas Nacionais de Biblioteca e Documentação. Unidade Técnica de Desenvolvimento de Bibliotecas. 23/09/1971. 5p. (página 3 a 7 do pdf)
16. - Comunicado. Organizacion de los Estados Americanos. Assunto: Saudações de José B. Laerer a Renato Soeiro para o aviso do Curso de Restauração e Ambientação de Monumentos em Madrid, de janeiro a junho de 1972. 07/10/1971. 1p. (página 1 do pdf)
17. - Anúncio. Anuncio nº186/71. Proyecto PEC 1.229-C. Restauracion y Ambientacion de Monumentos, España. Secretaria General de La Organizacion de los Estados Americanos. Anuncio de Becas. Assunto: Divulgação e bolsas de estudos para o Curso de Restauo e Ambientação de Monumentos. Setembro de 1971. p. (página 2 a 7 do pdf)
18. - Formulário. Organización de los Estados Americanos. Solicitud de Beca. Assunto: Formulário de inscrição para a bolsa de estudos. s/d. 4p. (página 8 a 11 do pdf)
19. - Ficha. Organizacion de los Estados Americanos. Becas de la OEA. Certificado Medico. Assunto: Ficha de Inscrição Médica. s/d. 2p. (página 12 e 13 do pdf)
20. - Ficha. Organizacion de los Estados Americanos. Becas de la OEA. Certificado de Aptitud en Idiomas. Assunto: Certificado de Aptidão em Língua Estrangeira. s/d. 2p. (página 14 e 15 do pdf)
21. - Comunicado. Comunicado interno. De Ecila M. Ford (Assessoria de Cooperação Técnica Internacional da Fundação Pró Memória) a DTC. Assunto: Envio de documentação conforme solicitação do Ofício Circular MinC/SEDI/CAI nº 024/87. 14/04/1987. 1p. (página 2 do pdf)
22. - Ofício. Ofício Circular MinC. MinC/SEDI/CAI nº 024/87. Escrito por Ana Maria Tapajós (Secretária Substituta de Difusão e Intercâmbio Cultural). Assunto: Envio de cópia de Nota S/N que

trata sobre a divulgação da Resolução 810, da XVI Assembleia-Geral Ordinária da OEA. 31/03/1987. 1p. (página 3 do pdf)

23. - Carta. Carta s/n. De João Clemente Baena Soares (Secretário-Geral) a Dário Moreira de Castro Alves (Embaixador Representante Permanente do Brasil junto a OEA). Assunto: Encaminhamento da Resolução aprovada pelo Décimo Sexto Período Ordinário de Sessões da Assembleia Geral - Resolução AG/RES.810 (XVI-0/86), Cajamarca: Marco da História da Cultura e da Arte Americana. 25/02/1987. 1p. (página 4 do pdf)

24. - Resolução. Resolução AG/RES.810 (XVI-0/86). Assunto: Cajamarca: Marco da História da Cultura e da Arte Americana [documento em inglês]. 14/11/1986. 1p. (página 5 do pdf)

25. - Carta. CPX/BRA/702. De Carlos A. Carrasco (Representante da UNESCO no Brasil) a Marcus Vinicius Villaça (Secretário de Cultura). Assunto: Encaminhamento da Carta nº 4447/84 relativa a reunião de coordenadores em capacitação arquitetônica e em conservação a ser realizada em 1985. 29/10/1984. 1p. (página 6 do pdf)

26. - Carta. Carta nº 4447/84. De Sylvio Mutal (Assessor Técnico Chefe e Coordenador Regional) a Carlos A. Carrasco (Representante da UNESCO no Brasil). Regional meeting of Coordinators of Training in Architecture and Conservation 1985. Assunto: Reunião de coordenadores em capacitação arquitetônica e em conservação de 1985 [documento em inglês]. 27/09/1984. 2p. (páginas 7 e 8 do pdf)

27. - DCOPT/DEA. Carta. De Guy M. de Castro a Aloysio Magalhães. Assunto: Recursos para o desenvolvimento cultural brasileiro. 12/06/1980. 1p. (página 9 do pdf)

28. - Ofício. Ofício nº 1381/76. De Renato Soeiro a Francisco de Assis Grieco. Assunto: Envio de cópia de currículo de Henry Raymont, Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da OEA. 03/05/1976. 1p. (página 10 do pdf)

29. - DCINT/289/103 (040). OEA. Assunto: Envio de currículo do Diretor do Departamento de Assuntos Culturais. 25/04/1976. 1p. (página 11 do pdf)

30. - Currículo. Currículo de Henry Raymont [documento em inglês]. s/d. 2p. (páginas 12 e 13 do pdf)

31. - Ofício. Ofício nº 589/75. De Renato Soeiro a Javier Malagon. Assunto: Recebimento de memorando que trata sobre os Projetos Especiais de Mar del Prata. 11/03/1975. 1p. (página 14 do pdf)

32. - Memorando. De Javier Malagon (Diretor do Departamento de Assuntos Culturais) a Rodolfo Martinez (Secretário Executivo para a Educação, Ciência e Cultura). Assunto: Projetos Especiais de Mar del Prata. 1975. 2p. (páginas 15 e 16 do pdf)

33. - Manuscrito. Proposta de criação de um Centro Regional de Documentação Artística Latino-Americana. Assunto: Documento que apresenta justificativa, plano de instalação e observações pertinentes. 15/01/1969. 5p. (páginas 17 e 21 do pdf)
34. - Descritivo. Proposição para criação de Curso de Formação de Arquiteto Especializado em Restauração de Bens Culturais. s/d. 3p. (páginas 22 e 24 do pdf)
35. - Rascunho. Manuscrito da proposta de criação do Curso de Formação de Arquiteto Especializado em Restauração de Bens Culturais. s/d. 7p. (páginas 25 e 31 do pdf)
36. - Ofício. Ofício nº 2096/74. De Renato Soeiro a Javier Malagon. Assunto: Atestado de recebimento do documento que trata sobre o Simpósio sobre as Interrelações da Cultura, Tecnologia e Desenvolvimento na América Latina, realizado em Nebraska, EUA. 14/08/1974. 1p. (página 32 do pdf)
37. - Carta. Carta s/n. De Guillermo de Zendegui a Renato Soeiro. Assunto: Discussões sobre a Exposição do Centésimo Quinquagésimo Aniversário da Independência [documento em espanhol]. 22/03/1974. 1p. (página 33 do pdf)
38. - Telex. De Renato Soeiro a Javier Malagon. Assunto: Comunicado de remetência de relatório. 15/02/1974. 1p. (página 34 do pdf)
39. - Telex. De Javier Malagon a Renato Soeiro. Assunto: Reserva de hotel para Roger Smith a partir de 4 de novembro [documento em espanhol]. 1973. 1p. (página 35 do pdf)
40. - Telex. De José B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Resposta da Carta de 19 de julho sobre a utilização de serviços para o Professor Edson Motta [documento em espanhol]. 1973. 1p. (página 36 do pdf)
41. - Telex. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Informativo a respeito da chegada do Professor Edson Motta em São Domingos para colaborar na restauração de igrejas. 31/08/1973. 1p. (página 37 do pdf)
42. - Telex. De José B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Reiteração do Telex de 31 de agosto confirmando interesse do Professor Edson Motta em colaborar no projeto de São Domingos. 17/10/1973. 1p. (página 38 do pdf)
43. - Carta. Carta s/n. De José B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Comunicado sobre a aprovação de Maria Augusta Pontual Coelho para participar do curso de capacitação Museográfica no México. 09/07/1973. 2p. (páginas 39 e 40 do pdf)

44. - Carta. Carta s/n. De Guillermo de Zendegui para Renato Soeiro. Assunto: Comunicado sobre a chegada de documentos [documento em espanhol]. 14/06/1974. 1p. (página 41 do pdf)
45. - Recorte de jornal. Recorte de notícia colado sob papel do Lux Jornal/Diário do Paraná. Assunto: “OEA contra saída de obras de arte”. 22/07/1972. 1p. (página 42 do pdf)
46. - Ofício. Ofício nº 1790/72. De Renato Soeiro a Jarbas Passarinho (Ministro de Educação e Cultura de Brasília). Assunto: Comitê Interamericano de Cultura da OEA. 07/07/1972. 2p. (página 43 e 44 do pdf)
47. - Recorte de jornal. Recorte de notícia colado sob papel do Lux Jornal/Estado de São Paulo. Assunto: “OEA dá projeto para Pelourinho”. 03/05/1972. 1p. (página 45 do pdf)
48. - Recorte de jornal. Recorte de notícia colado sob papel. Assunto: “OEA debaterá patrimônio das Américas”. s/d. 1p. (página 46 do pdf)
49. - Carta. Carta s/n. De José B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de informações, com o objetivo de finalizar o Projeto Pelourinho, sobre o resultado dos esforços enviados ao arquiteto Carlos Flores Marini [documento em espanhol]. 03/12/1972. 1p. (página 47 do pdf)
50. - Ofício. Of.CAI/ nº 158/71. De J. O. de Meira Penna (Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais) a Renato Soeiro. Assunto: Execução do Programa de História Geral das Nações Americanas. 17/06/1971. 1p. (página 48 do pdf)
51. - Ofício. Of.CAI/ nº 158/71. De J. O. de Meira Penna (Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais) a Confúcio Pamplona (Presidente da Comissão de Assuntos Internacionais/Secretário Geral do MEC). Assunto: Programa de História Geral das Nações Americanas. 17/06/1971. 1p. (página 49 do pdf)
52. - Ofício. Of. nº 481/71/DAC. De Renato Soeiro a J. O. de Meira Penna. Assunto: Atestado de recebimento de expediente e envio da Recomendação adotada pelo Comitê Interamericano de Cultura que trata sobre o Programa de História Geral das Nações Americanas. 16/06/1971. 1p. (página 50 do pdf)
53. - Ofício. Of. nº 481/71/DAC. De Renato Soeiro a J. O. de Meira Penna. Assunto: Atestado de recebimento de expediente e envio da Recomendação adotada pelo Comitê Interamericano de Cultura que trata sobre o Programa de História Geral das Nações Americanas. 16/06/1971. 1p. (página 50 do pdf)- Carta. Carta s/n. De Rodolfo Martinez para Renato Soeiro. Assunto: Saudações de ano novo [documento em espanhol]. 23/12/1971. 1p. (página 51 do pdf)
54. - DAC. Assunto: Envio de cópia da carta do Embaixador da República Dominicana, S. Salvador Ortiz, junto a cheque de US\$1,000.000 para a execução do Programa de História Americana [documento em espanhol]. 03/08/1971. 1p. (página 52 do pdf)

55. - DAC. Assunto: Cheque de S. Salvador Ortiz (Embaixador) no valor de US\$1,000.000 para a execução do Programa de História Americana [documento em espanhol]. 21/07/1971. 1p. (página 53 do pdf)
56. - Lista. Organismos de enlace de los gobiernos con el Programa Regional de Desarrollo Cultural. Assunto: Órgãos governamentais de ligação com o Programa de Desenvolvimento Cultural Regional [EUA, México, Trinidad e Tobago, Brasil, Panamá e Chile]. s/d. 1p. (página 54 do pdf)
57. - DEA/DC/2600/642.6(20). CIECC. De Jorge de Carvalho e Silva para o Secretário Geral do Programa de Desenvolvimento Cultural. Assunto: Informes sobre as ações de Javier Malagon em adquirir recursos para o Programa. 01/07/1971. 1p. (páginas 55 e 56 do pdf)
58. - Carta. Carta 395/71-DAC. De Javier Malagon para Renato Soeiro. Assunto: Comunicado sobre a aprovação, pelo CIEC, da recomendação que prepara o Programa de História Geral das Nações Americanas. 26/05/1971. 1p. (página 57 do pdf)
59. - Descritivo. Preparación de una Historia General de las Naciones Americanas [anexo do documento anterior]. s/d. 1p. (página 58 do pdf)
60. - Carta. Carta s/n. De Sylvio de Vasconcellos para Renato Soeiro. Assunto: Convite do Centro Portorriquenho de Cultura para participar de reunião continental sobre problemas de restauração e conservação de monumentos antigos. 21/10/1971. 1p. (página 59 do pdf)
61. - Carta. C-218/71. OEA. Assunto: Se reúnem em Washington comitês interamericanos de educação, ciência e cultura. 14/10/1971. 1p. (páginas 60 a 61 do pdf)
62. - Carta. Carta s/n. De Alfonso Ocampo L. (Diretor do Departamento de Assuntos Educativos) para Renato Soeiro. Assunto: Informativos a respeito do cargo desempenhado na OEA como Diretor do Departamento de Assuntos Educativos da instituição. 17/09/1971. 1p. (página 62 do pdf)
63. - Cartão. Serviço de Comunicações do MEC - Departamento de Administração. Assunto: Afastamento de Edson Motta do país. 11/10/1971. 1p. (página 63 do pdf)
64. - Telex. TX / GM / BSB-1080/71. De Faustino a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre a devolução do pedido de afastamento do país do funcionário Edson Motta. 25/10/1971. 1p. (página 64 do pdf)
65. - Telex. Assunto: Informativo sobre o recebimento de passagem de Edson Motta. s/n. 1p. (página 65 do pdf)

66. - Telex. De Javier Malagon a Renato Soeiro. Assunto: Envio de cheque ao Professor Edson Motta. s/n. 1p. (página 66 do pdf)
67. - Telex. Telex 320-DR. De Waldemar Lopes a OEA. Assunto: Informativo de viagem do Professor Edson Motta. s/n. 1p. (página 67 do pdf)
68. - Ofício. Of.nº 672/71. De Renato Soeiro a Confúcio Pamplona. Assunto: Discussões sobre o Laboratório do IPHAN. 13/08/1971. 2p. (páginas 68 e 69 do pdf)
69. - Carta. Carta s/n. De Departamento de Assuntos Culturais para José B. Lacret. Assunto: Informativos a respeito da devolução de documentos referentes à participação do Prof. Motta no Projeto de Trujillo, no Peru. 14/07/1971. 1p. (página 70 do pdf)
70. - Carta. Carta s/n. De José B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Agradecimentos em relação a participação do Prof. Motta no Projeto de Trujillo [documento em espanhol]. 29/06/1971. 1p. (página 71 do pdf)
71. - Formulário. Contrato de Serviços Especiais [documento em espanhol]. Assunto: Apontamento dos serviços a serem executados, consistidos em avaliar os danos na cidade de Trujillo, programar sua restauração e mencionar os custos necessários. s/d. 2p. (páginas 72 e 73 do pdf)
72. - Formulário. OAS Form 330. Contrato de Serviços Especiais [documento em espanhol]. 12/07/1971. 2p. (páginas 74 e 75 do pdf)
73. - Telex. De José B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Pedido de resposta urgente a respeito da carta escrita em 4 de julho sobre a assistência técnica em patrimônio artístico em Trujillo, Peru [documento em espanhol]. s/n. 1p. (página 76 do pdf)
74. - Carta. Carta s/n. De Edson Motta a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre carta de Lacret escrita em 4 de julho que trata sobre a programação de trabalhos de recuperação dos bens artísticos em Trujillo devido ao terremoto ocorrido em 1970. 1971. 1p. (página 77 do pdf)
75. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a OEA. Assunto: Mapeamento de disponibilidade de Edson Motta a viajar por um mês a partir de 20 de agosto. 25/06/1971. 1p. (página 78 do pdf)
76. - Carta. Carta s/n. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Assistência técnica ao governo do Peru. 04/06/1971. 2p. (páginas 79 e 80 do pdf)
77. - Telex. De Renato Soeiro a Guillermo Zendegui. Assunto: Informativo sobre a impossibilidade de bolsistas brasileiros no curso em Quito, Equador, devido a exiguidade de tempo quanto a autorização de afastamento do país. 02/07/1971. 1p. (página 81 do pdf)

78. - Manuscrito. Cartão. Assunto: Informativo sobre a resposta em relação à viagem a Quito. 28/11/1971. 1p. (página 82 do pdf)
79. - Telex. De Guillermo Zendegui a Renato Soeiro. Assunto: Informativo sobre o início do Curso de Restauração em Quito. 1971. 1p. (página 83 do pdf)
80. - Carta. Carta s/n (cópia). De Renato Soeiro a OEA. Assunto: Mapeamento de disponibilidade de Edson Motta a viajar por um mês a partir de 20 de agosto. 25/06/1971. 1p. (página 84 do pdf)
81. - Telex. Cópia. De José B. Lacret para Renato Soeiro. Assunto: Pedido de resposta urgente a respeito da carta escrita em 4 de julho sobre a assistência técnica em patrimônio artístico em Trujillo, Peru [documento em espanhol]. s/n. 1p. (página 85 do pdf)
82. - Cartão. Cartão de visita. Assunto: Cartão de visita de Javier Malagon com a mensagem escrita à mão “Un afetuoso saludo”. Outubro de 1971. 1p. (página 86 do pdf)
83. - Carta. Para Rodolfo Martinez. Assunto: Entrega de cheques em dólares correspondentes ao FEMCIEC e ao Fundo Especial de Cultura [documento em espanhol]. 04/03/1971. 1p. (página 87 do pdf)
84. - Carta. Carta nº18. De Renato Soeiro a Guillermo Zendegui. Assunto: Envio de texto inédito que trata sobre o relato dos principais monumentos da arquitetura brasileira dos séculos XVII, XVIII e início do XIX, acompanhado de quatro fotografias. 17/02/1971. 1p. (página 88 do pdf)
85. - Carta. Carta s/n. De Guillermo Zendegi a Renato Soeiro. Assunto: Anexo correspondente ao mês de março da Revista Americas, intitulado “Introdução à arte colonial na América Latina”. 25/02/1971. 2p. (páginas 89 e 90 do pdf)
86. - Ofício. Of.nº 164/71. De Renato Soeiro a Javier Malagon. Assunto: Atestado de recebimento de carta enviada em 13 de janeiro. 27/02/1971. 1p. (página 91 do pdf)
87. - Manuscrito. Bilhete. Assunto: Conta Especial de Cultura. s/d. 1p. (página 92 do pdf)
88. - Carta. Carta s/n. De Javier Malagon a Renato Soeiro. Assunto: Envio de cópia do comunicado em que o Secretário Geral da OEA se dirige aos embaixadores e representantes de estados membros [documento em espanhol]. 13/02/1971. 1p. (página 93 do pdf)
89. - Comunicado. Escrito por Galo Plaza [documento em espanhol]. Assunto: Comunicado sobre a Conta Especial de Cultura destinada a financiar o Programa Regional de Desenvolvimento Cultural, se dirigindo aos embaixadores e representantes de estados membros [anexo do documento anterior]. Janeiro de 1971. 2p. (páginas 94 e 95 do pdf)

90. - Ofício. Of.nº 165/71. De Renato Soeiro a Guido Ivan de Carvalho. Assunto: Encaminhamento da recomendação feita a Javier Malagon em referência ao aproveitamento do patrocínio ao artista Sylvio Conti. 27/01/1971. 1p. (página 96 do pdf)
91. - Envelope. Postal endereçado a Guido Ivan de Carvalho. s/d. 1p. (página 97 do pdf)
92. - Ofício. Of.nº 163/71. De Renato Soeiro a Javier Malagon. Assunto: Informativo a respeito do trabalho realizado por Sylvio Conti e comentários sobre a possibilidade de seu aproveitamento no Departamento de Assuntos Culturais. 27/01/1971. 1p. (página 98 do pdf)
93. - Manuscrito. Bilhete. Assunto: Solicitação de informações a respeito da situação de Sylvio O. Conti. s/d. 1p. (página 99 do pdf)
94. - Folder. Assunto: Divulgação da exposição “Ceramics by Sylvio Conti”. Maio de 1970. 2p. (páginas 100 e 101 do pdf)
95. - Folder. Assunto: Apresentação do artista by Sylvio Conti, escrito por Walter Wey (Agregado Cultural - Embaixada do Brasil) [documento em espanhol]. s/d. 2p. (páginas 102 e 103 do pdf)
96. - Folder. Bajo los auspicios del Instituto de Cultura Uruguayo-Brasileño. Assunto: Divulgação de evento - Del 12 al 25 de mayo de 1961. Maio de 1961. 1p. (página 104 do pdf)
97. - Recomendação. De Sylvio O. Conti ao Diretor do Departamento de Assuntos Culturais. Assunto: Programa Regional de Desenvolvimento Cultural - Apoio à Recomendação [documento em inglês]. 12/01/1970. 2p. (páginas 105 e 106 do pdf)
98. - Informe. Informe s/n. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Pautas diversas, desde avisos sobre comparecimento à 1ª Reunião do CIDEDEC, determinação de diretrizes sobre o planejamento e organização do calendário, a informativos de envio de documentos. 23/12/1970. 4p. (páginas 107 a 110 do pdf)
99. - Cartão. Cartão de visita. Assunto: Cartão de visita do Diretor do Departamento de Assuntos Culturais da União Pan Americana. s/d. 1p. (página 111 do pdf)
100. - CIDEDEC/Doc.1. Primera Reunion del Comité Interamericano de Cultura - Proyecto de Temario. Assunto: Projeto Agenda com sete pautas a serem discutidas [documento em espanhol]. 10/11/1970. 1p. (página 112 do pdf)
101. - CIDEDEC/Doc.2. Primera Reunion del Comité Interamericano de Cultura - Proyecto de Calendario de Trabajo. Assunto: Projeto de calendário de trabalho da Primeira Reunião da Comissão Interamericana de Cultura [documento em espanhol]. 17/11/1970. 2p. (páginas 113 e 114 do pdf)

102. - Comunicado. Comunicado s/n. OEA. Assunto: Publicação da segunda edição do Volume II da série sobre Reforma Tributária para América Latina, intitulada Problemas de Política Fiscal, preparado pelo Programa Conjunto de Tributação OEA/BID. Dezembro de 1969. 1p. (página 115 do pdf)
103. - Lista. OAS Offices and Agents. Assunto: Escritórios e Agentes da OEA - lista com o endereço de escritórios de 35 países [documento em inglês]. s/d. 1p. (página 116 do pdf)
104. - Relatório. Escrito por Renato Soeiro. Conservation of Historical Monuments in Brazil. Assunto: Conservação de Monumentos Históricos no Brasil [documento em inglês]. s/d. 4p. (páginas 117 a 120 do pdf)
105. - RETEMC. Escrito por Renato Soeiro. Assunto: Solicitação de assistência do arquiteto Flores Marini e do técnico Ignacio steves para examinar o Projeto Pelourinho. 08/08/1969. 1p. (página 121 do pdf)
106. - Carta. Ct nº 149. De Renato Soeiro a Guillermo Zendegui. Assunto: Agradecimento sobre o envio do exemplar da publicação da série Patrimônio Cultural, cujo dedica ao Laboratório do IPHAN. 11/07/1969. 1p. (página 122 do pdf)
107. - Carta. Carta s/n. De Guillermo Zendegui a Renato Soeiro. Assunto: Envio do volume da série Patrimônio Cultural [documento em espanhol]. 11/07/1969. 1p. (página 123 do pdf)
108. - Bilhete. De Edson Franco a Renato Soeiro. Assunto: Atestado de recebimento de documento que contém informações relativas aos programas e projetos da OEA para o ano financeiro de 1969. 29/05/1969. 1p. (página 124 do pdf)
109. - Carta. Ct nº 65. De Renato Soeiro a José B. Lacret. Assunto: Agradecimento e comentários sobre o conteúdo escrito na carta de 14 de março. 27/03/1969. 1p. (página 125 do pdf)
110. - Carta. Carta s/n. De José B. Lacret a Renato Soeiro. Assunto: Agradecimento e comentários sobre o conteúdo escrito na carta de 21 de fevereiro, acrescido de discussão sobre os cursos de preparação de conservadores e restauradores, assim como o Volume 3 da série Patrimônio Cultural [documento em espanhol]. 14/03/1969. 1p. (página 126 do pdf)
111. - Ofício. Of.nº 402/69. De Renato Soeiro a Arthur Cezar Ferreira Reis (Presidente do Conselho Federal de Cultura). Assunto: Projeto Pelourinho. 11/03/1971. 2p. (páginas 127 e 128 do pdf)
112. - Ofício. Of.nº 28/69-SG-CFC. De Manoel Caetano Bandeira de Mello (Secretário Geral do Conselho Federal de Cultura) a Renato Soeiro. Assunto: Encaminhamento de cópia do Ofício SG/SUBIN/0/04/69, no qual a Secretaria Geral do Ministério do Planejamento e Coordenação Geral solicita algumas informações. 24/01/1969. 1p. (página 129 do pdf)

113. - Ofício. SG/SUBIN/0/04/69. Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. De Sérgio F. Guarischi Bath (Representante da Subsecretaria de Cooperação Econômica e Técnica Internacional) a Arthur Cezar Ferreira Reis (Presidente do Conselho Federal de Cultura do Ministério da Educação e Cultura). Assunto: Informativo sobre a tramitação do processo referente ao Plano Geral de Recuperação da Área do Pelourinho, em Salvador. 22/01/1969. 1p. (página 130 do pdf)

114. - Recorte de jornal. Recorte de notícia do Jornal do Comércio colado sob papel. Assunto: “Turismo na Bahia tem plano do Patrimônio”. 12/02/1969. 1p. (página 131 do pdf)

115. - Processo. Proc.IPEA 1.260/68. Escrito por Maurício Nogueira Batista. Assunto: Assistência técnica requerida a OEA para recuperação da área do Pelourinho, em Salvador, Bahia. 15/01/1969 1p. (página 132 do pdf)

b) Catalogação do acervo levantado no Arquivo Histórico do Itamaraty – Rio de Janeiro

• Divisão Cultural - Informações e relatórios 1950-1951

1. Memorando. Memorandum nº 2. De Rodolpho Souza a Mário Guimarães (chefe da Divisão Cultural). Assunto: Acordo cultural entre o Brasil e a Grã Bretanha. 04\01\1950. 3p.

2. Capítulo de livro. Escrito por Mário Guimarães (chefe da Divisão Cultural). Assunto: O Trabalho da Divisão Cultural. 15\02\1951. 7p.

3. Memorando. Memorandum nº 147. De Mário Guimarães ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Delegação do Brasil à I Reunião do Conselho Cultural Interamericano. 26\06\1951. 1p.

4. Memorando. Memorandum nº 225. De Mário Guimarães ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Exposição do Aleijadinho no Itamaraty. 15\10\1951. 1p.

• Divisão Cultural - Informações e relatórios 1952

1. Memorando. Memorandum nº 320. De Mário Guimarães ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Cadeiras de Estudos Brasileiros. 22\10\1952. 6p.

• Divisão Cultural - Informações e relatórios 1953

1. Memorando. Memorandum nº 177. De João Clemente Baena Soares (diplomata classe “K”) a Mário Guimarães (chefe da Divisão Cultural). Assunto: Resposta a questionário da UNESCO. 04\07\1953. 2p.

• **Divisão Cultural - Informações e relatórios 1954-1955**

1. Memorando. Memorandum nº 13. De Jayme Sloan Chermont (chefe da Divisão Cultural) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Anteprojeto de regulamentação internacional apresentado pela UNESCO. 14\01\1954. 1p.

2. Memorando. Memorandum nº 95. De Jayme Sloan Chermont (chefe da Divisão Cultural) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Comparecimento do Brasil à Conferência Intergovernamental para a adoção de uma Convenção internacional para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado. 05\04\1954. 1p.

3. Memorando. Memorandum nº 202. De Mauro da Costa Lobo (diplomata classe “K”) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Representante do Brasil na Comissão de Ação Cultural. 01\06\1954. 2p.

4. Memorando. Memorandum nº 372. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Conferência Geral da UNESCO. 08\09\1954. 3p.

5. Memorando. Memorandum nº 418. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Convenção para proteção de bens culturais em caso de conflito armado. 18\11\1954. 2p.

6. Memorando. Memorandum nº 419. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao chefe da Divisão de Passaportes. Assunto: Passaporte especial - Maria Thereza Brasil Machado Portela. 18\11\1954. 1p.

7. Memorando. Memorandum nº 429. De Henrique Mesquita (diplomata classe “K”) ao chefe da Divisão Cultural. Assunto: Orçamento da UNESCO para 1955-1956. 26\11\1954. 3p. [no verso contém anotação escrita à mão a respeito da data de expedição do assunto em Montevidéu].

8. Memorando. Memorandum nº 443. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Convenção e Protocolo para a proteção de bens culturais em caso de conflito armado. 21\12\1954. 1p.

9. Memorando. Memorandum nº 63. De Henrique Mesquita (diplomata classe “K”) ao chefe da Divisão Cultural. Assunto: Acordo para importação de bens de caráter cultural. 16\03\1955. 4p.

• **Divisão Cultural - Informações e relatórios 1956-1957**

1. Memorando. Memorandum nº 111. De Margarida Guedes Nogueira (Chefe Substituta da Divisão Cultural) ao Secretário Geral. Assunto: Conselho Internacional de Museus. 07\05\1956. 2p.
2. Memorando. Memorandum s/n. Escrito por Roberto Jorge dos Guimarães Bastos (Chefe substituto da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais). Assunto: Informativo sobre falta de recursos financeiros próprios da Divisão de Atos Internacionais. s/d. 2p.
3. Memorando. Memorandum s/n. De João Emílio Ribeiro (Chefe do Departamento de Administração) ao Secretário Geral. Assunto: Informativo sobre saldo de verba requisitada destinada a realização de congressos, conferências e reuniões no exterior. 24/05/1956. 2p.
4. Memorando. Memorandum nº 120. De Margarida Guedes Nogueira (Chefe Substituta da Divisão Cultural) ao Secretário Geral Interino. Assunto: Exposição de Pintura Mural Contemporânea, Montevideo, 1956. 17\05\1956. 1p.
5. Memorando. Memorandum nº 123. De Margarida Guedes Nogueira (Chefe Substituta da Divisão Cultural) ao Secretário Geral Interino. Assunto: Pagamento de Contribuição do Brasil à UNESCO. 19\05\1956. 1p.
6. Memorando. Memorandum s/n. De João Emílio Ribeiro (Chefe do Departamento de Administração) ao Secretário Geral. Assunto: Informativo sobre as dotações orçamentárias vigentes. 12/06/1956. 1p.
7. Memorando. Memorandum nº 153. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pagamento da contribuição do Brasil à UNESCO. 18/06/1956. 1p.
8. Memorando. Memorandum nº 205. De Theodomiro Tostes (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Medalha de bronze da Parsons School of Design ao Senhor Lúcio Costa. 18/08/1956. 2p.
9. Memorando. Memorandum nº 267. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: IX Conferência Geral da UNESCO. 27/10/1956. 1p. [no verso contém anotação escrita à mão a respeito da reclamação do Conselheiro Meira Penna].
10. Memorando. Memorandum nº 336. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Relações culturais internacionais | Repertório de acordos culturais. 11/10/1957. 1p.

11. Cópia. Memorando. Memorandum nº 336. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Relações culturais internacionais | Repertório de acordos culturais. 11/10/1957. 1p. [no verso contém anotações escritas à mão].

● **Divisão Cultural - Informações e relatórios 1958**

1. Memorando. Memorandum nº 149. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Convite ao arquiteto Lúcio Costa para ir aos Estados Unidos. 23/04/1958. 1p.

2. Comunicado. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Retorno da Novacao ao interesse na viagem de Lucio Costa aos Estados Unidos (Nova York). s\d. 1p. (ver data escrita de caneta na folha = 30\04\1958).

3. Memorando. Memorandum nº 426. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: II Reunião de Diretores de Serviços Culturais, UNESCO, Paris. 17/12/1958. 5p.

4. Comentário. Escrito por J. A. de Araujo Castro (Chefe do Departamento Político e Cultural). Assunto: Comentário sobre as considerações feitas por Meira Penna. 18/12/1958. 1p.

● **Divisão Cultural - Informações e relatórios 1959**

1. Relatório. Assunto: Exposições Brasileiras no Exterior. 15\01\1959. 4p. (contém assinatura de próprio punho de J. O. de Meira Penna ao final - provavelmente tenha sido escrito por ele).

2. Memorando. Memorandum nº 14. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pagamento de passagem. 21\01\1959. 1p.

3. Pedido. De J. A. de Araujo Castro (Chefe do Departamento Político e Cultural) ao Chefe da DAI. s\d. 1p. (documento apresentado em conjunto com o seguinte, em meia página) - ver imagem [IMG_20230615_104714563](#).

4. Comunicado. De Aloysio Regis Bittencourt (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Viagem de Georgina de Albuquerque a Paris para a Reunião do Comitê Executivo da Associação Internacional de Artes Plásticas. 21\01\1959. 1p. (documento apresentado em conjunto com o anterior, em meia página) - ver imagem [IMG_20230615_104714563](#).

5. Memorando. Memorandum nº 24. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Comentários sobre o memorando enviado por Roberto Assunção que trata sobre a coordenação entre o IBECC, Itamaraty e UNESCO. 26\01\1959. 2p.

6. Memorando. Memorandum nº 46. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Patrocínio para a realização do Congresso Extraordinário da AICA em Brasília sob o tema geral “Brasília a cidade nova, síntese das artes”. 18\02\1959. 3p. [no verso contém anotações escritas à mão].
7. Memorando. Memorandum nº 25. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Projeto de reforma do Itamaraty. 28\01\1959. 8p.
8. Memorando. Memorandum nº 112. De J. O. de Meira Penna (chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Programa de participação nas atividades dos estados membros. 10\04\1959. 1p.
9. Memorando. Memorandum nº 400. De Wladimir Murtinho ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: XXX Bial de Veneza. 25\11\1959. 2p.
10. Memorando. Memorandum nº 401. De Wladimir Murtinho (pelo chefe da Divisão Cultural) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: IV Bial Hispano-americana de arte. 25\11\1959. 1p.

● **Informações e relatórios - Divisão de atos, congressos e conferências internacionais abril de 1937 a 1945**

1. Anotação. Assunto: Terceiro fomento do turismo. s\d. 1p.
2. Anotação. Assunto: Quarto Intercâmbio Artístico. s\d. 1p.
3. Relatório. Parte de relatório (página 11 do documento). Assuntos: Relações Culturais | Radiodifusão | Convenções Marítimas de Bruxelas. s\d. 1p.
4. Memorando. Memorandum AC\140.60. De Miguel Álvaro Gloria de Almeida ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: II Congresso Interamericano de turismo, México, 1941. 02\07\1942. 2p.
5. Memorando. Memorandum DAI s\n. Ao Chefe da Divisão do Material. Assunto: Pedido de publicação na Coleção de Atos Internacionais. 27\07\1943. 1p.
6. Memorando. Memorandum nº 542.6 (35). De Heitor Lyra (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Secretário Geral. Assunto: Convênio Cultural com a República do Peru. 22\03\1944. 1p.

● **Informações e relatórios - Divisão de atos, congressos e conferências internacionais 1946-1948**

1. Memorando. Memorandum DAI\642.6 (04). De Octavio de Nascimento Britto (Chefe do DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Eleição do Diretor Geral da UNESCO. 25\10\1948. 2p.
2. Memorando. Memorandum 642.6 (04). De Paulo Carneiro (Diplomata classe “J”) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Decreto de nomeação da Delegação do Brasil à IIIª Sessão da Conferência Geral da UNESCO. 27\10\1948. 1p.

• **Informações e relatórios - Divisão de atos, congressos e conferências internacionais 1949-1950**

1. Memorando. Memorandum s/n. De José Barreiros (Diplomata classe “J”) ao Chefe do DAI. Assunto: Solicitação do representante brasileiro junto à OEA para discutir em reunião sobre o orçamento do exercício de 1949-1950. 03\01\1949. 2p.
2. Memorando. Memorandum s/n. De José Barreiros (Cônsul da terceira classe) ao Chefe do DAI. Assunto: Envio de cópia do texto do acordo entre o Conselho da OEA e o IIGH. 20\01\1949. 1p.
3. Memorando. Memorandum DAI\140.60. De Paulus da Silva Castro (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Pedido de lavragem do decreto que nomeia Egydio Soares da Costa, Edmundo Regis Bittencourt e Daniel Paz de Almeida a representarem o Brasil no 3º Congresso Interamericano de Turismo na Argentina. 21\01\1949. 1p.
4. Memorando. Memorandum s/n. De José Barreiros (Cônsul classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos Internacionais. Assunto: Comunicado sobre o aceite de José de Nazaré Teixeira Dias para exercer o cargo de Chefe do Serviço de Recrutamento e Distribuição de Pessoal. 21\02\1949. 1p.
5. Memorando. Memorandum s/n. De José Barreiros (Cônsul de 3ª classe) ao Chefe da Divisão de Atos Internacionais. Assunto: IV Conferência dos Estados Americanos. 17\03\1949. 3p.
6. Memorando. Memorandum s/n. De Paulus da Silva Castro (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Pedido de reavaliação do passaporte especial do Doutor Germano Jardim com o objetivo de participar da 4ª Reunião da Comissão de População do CES da Organização das Nações Unidas. 21\03\1949. 1p.
7. Memorando. Memorandum nº 1 - DAI\140.3. De Paulus da Silva Castro (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Convite para o 16º Congresso Internacional de História da Arte em Lisboa. 30\03\1949. 2p.
8. Memorando. Memorandum DAI\540.60(41) | 140.60. De Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais.

Assunto: Convênio para o fomento do turismo firmado no Rio de Janeiro em 10 de outubro de 1933. 03\06\1949. 2p.

9. Memorando. Memorandum DAI\540.60(44). De Angelo Joao R. Ferrari (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Comentários sobre a Comissão Mista criada pelo Protocolo Adicional ao Convênio para o Fomento do Turismo entre o Brasil e o Uruguai. 15\07\1949. 1p.

10. Memorando. Memorandum DAI\542.6(55). De Octavio de Nascimento Britto (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Convênio Cultural entre o Brasil e o Líbano (1948). 21\12\1949. 1p.

11. Memorando. Memorandum DAI\DCI\542.6(85). Da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Acordo Cultural entre o Brasil e a França (Rio de Janeiro, 1948). 27\04\1950. 1p.

12. Memorando. Memorandum DAI\542.6(22). De Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura (Cônsul da 3ª classe) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Projeto de Convênio Cultural Brasil-Estados Unidos da América. 26\07\1950. 2p.

13. Memorando. Memorandum DAI\542.6(85). De Angelo Joao R. Ferrari (Diplomata classe “J”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Acordo Cultural Brasil-França (1948). 16\10\1950. 1p. [no verso contém anotações escritas à mão].

14. Memorando. Memorandum DAI\542.6(12). De Lyle Amaury Tarrisse da Fontoura (Cônsul da 3ª classe) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Convênio Cultural Brasil-Egito. 06\12\1950. 1p.

● **Informações e relatórios Divisão de atos, congressos e conferências internacionais 1951-1953**

1. Memorando. De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Senhor Flambel (Chefe da Divisão do Pessoal). Assunto: Designação do Cônsul Frederico de Chermont Lisbôa para trabalhar a serviço externo da Divisão de Atos, Chefe da Divisão do Pessoal. 02\01\1951. 1p.

2. Memorando. De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Acordo sobre Transportes Aéreos entre o Brasil e o Líbano. 04\01\1951. 1p.

3. Memorando. Memorandum DAI\542.6(88). De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Período de vigência do Acordo de Cooperação Intelectual entre o Brasil e Portugal. 15\01\1951. 1p.

4. Memorando. De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Ato Internacionais. 20\01\1951. 1p.
5. Memorando. Memorandum DAI\660(04). De Angelo João Ferrari (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Protocolo de Annecy, relacionado ao Acordo Geral sobre Tarifas Aduaneiras e Comércio. 27\01\1951. 1p.
6. Memorando. De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Repasse da relação completa das atividades da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. 12\02\1951. 25p.
7. Descritivo. Assunto: Congressos e Conferências Internacionais em 1950. s/d. 4p.
8. Memorando. Memorandum DAI\COI\650.18(04). De Angelo Joao Ferrari (Diplomata Classe “K”) a Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais). Assunto: Acordo que pretende concluir a agência especializada das Nações Unidas (FAO). 06\03\1951. 2p.
9. Memorando. De Angelo Joao Ferrari (Diplomata Classe “K”) a Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais). Assunto: Convenção sobre Privilégios e Imunidades das Agências Especializadas das Nações Unidas. 27\03\1951. 1p.
10. Memorando. Memorandum DAI\640.163(20). De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: II Exposição Indígena Interamericana. 12\04\1951. 1p.
11. Memorando. Memorandum DAI\140.60. De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Congresso de Turismo no México. 18\04\1951. 1p. [contém anotação escrita à mão no verso].
12. Memorando. Memorandum DAI\511.11. De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Congresso Internacional de História da Arte e II Congresso Internacional de Arquitetos. 30\04\1951. 1p.
13. Memorando. Memorandum DAI\140.3 | 511.11. De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: III Congresso Internacional de Críticos de Arte. 15\05\1951. 1p. [contém anotação escrita à mão no verso].
14. Memorando. Memorandum DAI\890.(42) (100). De Orlando Guerreiro de Castro (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Solicitação de parecer do Itamaraty sobre o Processo de Lei da Câmara nº 305 de 1950, que torna obrigatória a participação das classes produtoras nas negociações e na elaboração dos tratados e acordos comerciais. 08\06\1951. 2p. [contém anotação escrita à mão no verso].
15. Memorando. Memorandum DAI\140.33. De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: II Congresso Internacional de Arquitetos. 27\06\1951. 1p.

16. Memorando. Memorandum DAI\140.33 | 511.11. De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Pedido de autorização para expedição de passaportes especiais para os arquitetos Nestor Egydio de Figueireiro, Adhemar Marinho da Cunha, Geraldo Prado Guimarães e Pedro Queima Coelho de Souza para participarem do II Congresso Internacional de Arquitetos. 14\07\1951. 1p.
17. Memorando. Memorandum DAI\542.6(43). De Lyle Tarrisse da Fontoura (Consul de 3ª Classe) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Proposta ao governo paraguaio da conclusão de um acordo relativo à Missão Cultural Brasileira. 04\08\1951. 2p. [contém anotação escrita à mão no verso].
18. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Lyle Tarrisse da Fontoura (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Proposta ao governo paraguaio da conclusão de um acordo relativo à Missão Cultural Brasileira. 06\09\1951. 2p. [contém anotação escrita à mão no verso].
19. Memorando. Memorandum DAI\961. De Angelo Joao Ferrari (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Plano da Cooperação Técnica da OEA. 01\10\1951. 3p. [contém anotação escrita à mão no verso].
20. Memorando. Memorandum DAI\961 | 662.21(20). De Angelo Joao Ferrari (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Contribuição do Brasil ao Plano de Cooperação Técnica da OEA. 02\10\1951. 2p.
21. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Lyle Tarrisse da Fontoura (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Comunicado sobre a confecção de memorando sobre as medidas adotadas na aplicação do Acordo para Importação de Materiais de Caráter Educativo, Científico e Cultural, de 1950. 17\12\1951. 1p.
22. Cópia. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Lyle Tarrisse da Fontoura (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Comentários sobre o texto do Acordo para facilitar a circulação internacional de materiais visuais e auditivos de caráter educativo, científico e cultural, aberto em Lake Success, em 1949. 06\09\1951. 1p.
23. Memorando. Memorandum DAI\140.5. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Conferência Internacional sobre Música Folclórica. 09\06\1952. 1p.
24. Memorando. Memorandum DAI\612(04). De João Hermes Pereira de Araújo (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Projeto de convênio básico entre o Governo Brasileiro e a OMS para a prestação de auxílio técnico consultivo. 27\06\1952. 4p.
25. Memorando. Memorandum DAI\140.33. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: VIII Congresso Internacional Congresso Pan-Americano de Arquitetos. 22\08\1952. 1p.
26. Memorando. Memorandum DAI\106.1|606.1(20). De Arnaldo de Oliveira Ferreira (Diplomata Classe “L”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Comissão Pan-Americana de Cooperação Intermunicipal. 30\08\1952. 1p.

27. Memorando. Memorandum DAI\140.45. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: I Congresso Interamericano de História e Arte Religiosa. 03\09\1952. 2p.
28. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: I Congresso Interamericano de Arquivos, Bibliotecas e Propriedade Industrial. 17\09\1952. 1p.
29. Memorando. Memorandum DAI\140.33. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: VIII Congresso Panamericano de Arquitectos no México. 06\10\1952. 1p.
30. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pedido de expedição de passaportes de Manuel Bergstrom Lorenzo Filho; Péricles Madureira de Pinho; Miguel Ozorio de Almeida; e Maria Eugênia Celso Carneiro de Mendonça, que integram a VII Conferência Geral da UNESCO. 14\10\1952. 1p.
31. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Conferência Geral da UNESCO | 7ª Reunião - Paris, 1952. 14\10\1952. 1p.
32. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Acordo Cultural Brasil-Nicarágua. 02\01\1953. 1p.
33. Memorando. Memorandum DAI\612(04). De João Hermes Pereira de Araújo (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: Tipos de atos internacionais [ato bilateral ou multilateral; acordos administrativos; adesão a ato internacional]. 05\05\1953. 4p.
34. Memorando. Memorandum DAI\642.6(04). De Affonso Arinos de Mello Franco (Diplomata Classe “K”) ao Chefe da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais. Assunto: IIª Sessão Extraordinária da Conferência Geral da UNESCO. 06\05\1953. 1p. [contém anotação escrita à mão no verso].
35. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Representação do Brasil no Congresso Internacional do Teatro em Haia em junho de 1953. 21\05\1953. 1p.
36. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Decreto de nomeação de Cândida Ivette Vargas Tatch, a representar o Brasil na II Sessão Extraordinária da Conferência Geral da UNESCO em Paris. 25\05\1953. 1p.
37. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Atribuições da Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais (DAI). 11\07\1953. 2p.
38. Memorando. De Jayme de Barros Gomes (Chefe da DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Apresentação sobre a COI, Comissão de Organismos Internacionais. 13\07\1953. 3p.

39. Memorando. De Loures de Vicenzi (DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pedido de preparação das credenciais dos Delegados do Brasil (embaixador Mário Pimentel Brandão; professor Antonio de Sampaio Dória; senador José Ferreira de Souza; deputado Benedito Valladares Ribeiro; e embaixador Gilberto Amado) e seus delegados substitutos (ministro Henrique de Souza Gomes; senhor Rômulo de Almeida; professor Joaquim Canuto Mendes de Almeida; senhor Paulo Celso Moutinho; e senhor Ottolmy Strauch) à VIII Assembleia Geral das Nações Unidas. 04\09\1953. 1p.

40. Memorando. De Loures de Vicenzi (DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pedido de outorga da Carta de Plenos Poderes ao senhor Vicente Rao, ministro de Estado das Relações Exteriores, para assinatura do Acordo Cultural entre o Brasil e a Costa Rica. 15\10\1953. 1p.

41. Memorando. De Loures de Vicenzi (DAI) ao Chefe do Departamento Político e Cultural. Assunto: Pedido de elaboração da Carta de Plenos Poderes para que o senhor Vicente Rao, ministro de Estado das Relações Exteriores, efetue a troca dos instrumentos de ratificação do Convênio Cultural entre o Brasil e o Egito, assinado em 1951. Novembro de 1953. 1p.

● **Ministério da Educação e Cultura - Avisos (expedidos) 1951-1952**

1. Comunicado. COI\52\642.6(04). De João Neves da Fontoura a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Proteção aos bens culturais em caso de conflitos armados (intenção pela UNESCO em elaborar um primeiro projeto de convenção internacional sobre o assunto). 04\04\1951 [retificado à lápis]. 1p.

2. Comunicado. COI\152\642.6(04). De João Neves da Fontoura a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Proteção aos bens culturais em caso de conflitos armados (envio de cópia do ofício CL\543 relativo à proteção aos bens culturais em caso de conflitos armados). 02\10\1951. 1p.

3. Comunicado. COI\196\642.6(04). De João Neves da Fontoura a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Proteção aos bens culturais em caso de conflitos armados (envio de cópia da nota nº CL\561). 28\12\1951. 2p.

4. Comunicado. DCI\134\642.6(04). De João Neves da Fontoura a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Proteção aos bens culturais em caso de conflitos armados (envio da cópia da carta-circular CL\647). 16\07\1952. 1p.

5. Comunicado. COI\151\641.6(04). De João Neves da Fontoura a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Reunião da UNESCO destinada ao estudo das medidas de proteção a monumentos e bens em caso de guerra. 31\07\1952. 1p.

6. Comunicado. COI\216\642.6(04). De Mário de Pimentel Brandão (Ministro de Estado substituto) a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Declarações

de caráter unilateral para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (envio da cópia da nota CL\694, de 27 de outubro de 1952). 14\11\1952. 1p.

7. Comunicado. COI\225\642.6(04). De Mário de Pimentel Brandão (Ministro de Estado substituto) a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Declarações de caráter unilateral visando a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado (envio da cópia da nota CL\694, de 27 de outubro de 1952). 02\12\1952. 1p.

● **Ministério da Educação e Cultura Avisos (expedidos) anos de 1953-1954**

1. Comunicado. COI\143\642.6(04). Destinado a Ernesto Simões Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Programa e desenvolvimento futuros da UNESCO. 19\01\1953. 1p.

2. Comunicado. COI\13\642.6(04). De Vicente Rao a Antônio Balbino de Carvalho Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Regime internacional para as escavações de lugares arqueológicos. 22\07\1953. 2p.

3. Comunicado. COI\DCI\15\642.6(04). De Vasco Leitão da Cunha a Antônio Balbino de Carvalho Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Convenção para a proteção aos bens culturais em caso de conflito armado (realização da convenção com mesmo tema em Haia no Palácio da Paz). 26\02\1954 [retificado à lápis]. 2p.

● **Ministério da Educação e Cultura Avisos (recebidos) anos de 1954-1955**

1. Comunicado. Nº 642.6(04). De Antônio Balbino a Vicente Rao (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Comentários sobre o ofício de 26 de fevereiro, que trata sobre o convite ao Ministério da Educação e Cultura para o evento da “Convenção para a proteção dos bens culturais em caso de conflito armado”. 19\04\1954. 1p.

2. Comunicado. Nº 641.7\84b | 641.4\84b. De Antônio Balbino a Vicente Rao (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Envio de exemplares do edital do concurso e anteprojetos do Monumento ao Padre Anchieta, em São Cristóvão da Laguna, a oito entidades interessadas. 11\06\1954. 1p.

● **Ministério da Educação e Cultura Avisos (expedidos) anos de 1955-1956**

1. Comunicado. DCI\BECC\11\642.6(04). De Raul Fernandes a Cândido Motta Filho (Ministro de Estado da Educação e Saúde). Assunto: Assistência técnica da UNESCO. 28\02\1955 [retificado à lápis]. 3p.

2. Comunicado. DAI\102\961 | 642.6(20). Do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Ministro da Educação e Cultura. Assunto: II Reunião do Conselho Interamericano Cultural, II Reunião

Interamericana de Ministros da Educação e Conferência Regional da UNESCO sobre o Ensino Gratuito e Obrigatório na América Latina. 01\12\1955 [retificado à lápis]. 1p.

3. Comunicado. DCI\542.5. De Theodomiro Tostes (Chefe da Divisão Cultural) a Orlando Gomes Calaza (Chefe de Gabinete do Ministro, Ministério da Educação e Cultura). Assunto: Comitê de ação cultural da OEA (pedido de envio de publicações sobre a legislação que regulamenta o exercício das profissões liberais no Brasil). 22\12\1955 [retificado à lápis]. 1p.

4. Comunicado. DCI\642.6(04). De Theodomiro Tostes (Chefe da Divisão Cultural) a Orlando Gomes Calaza (Chefe de Gabinete do Ministro, Ministério da Educação e Cultura). Assunto: Comitê de ação cultural da OEA (pedido de cartões de ingresso gratuito para os presidentes da AIAP e do ICOM de Paris). 23\12\1955 [retificado à lápis]. 1p.

5. Comunicado. DCI\6\642.6(20). De José Carlos de Macedo Soares a Abgar Renault (Ministro de Estado da Educação e Cultura). Assunto: IIª reunião do conselho cultural - indicação do representante brasileiro na Comunidade de Ação Cultural. 23\01\1956. 2p.

6. Comunicado. DAI\125\140.33. Do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Ministro da Educação e Cultura. Assunto: Congresso Internacional dos Arquitetos de Monumentos Históricos. 27\02\1956. 1p.

7. Comunicado. DCI\78\642.6(84). Do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Ministro da Educação e Cultura. Assunto: Congresso de Cooperação Intelectual - Santander, julho de 1956. 21\05\1956. 1p.

- **Ministério da Educação e Cultura Avisos (expedidos) anos de 1957-1958**

1. Comunicado. DAI\12\641.6(04). Do Ministro de Estado das Relações Exteriores ao Ministro da Educação e Cultura. Assunto: Nova sede da UNESCO - Selos comemorativos. 27\02\1956. 1p.

- **Ministério da Educação e Cultura Avisos (recebidos) 1958**

1. Comunicado. DCI\87\642.6(04). De Clóvis Salgado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Comentários sobre o documento DCI\98\642.6(04), enviado em novembro do mesmo ano. 27\01\1958. 1p.

2. Comunicado. DCI\219\640.5(20) | 540.5. De Clóvis Salgado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Processo MEC nº 27.106\57. 28\02\1958. 1p.

- **Ministério da Educação e Cultura Avisos (recebidos) anos de 1956-1957**

1. Comunicado. DCI\540.30. De Celso Brant (Chefe do Gabinete do Ministro) ao Chefe do Gabinete do Ministro das Relações Exteriores. Assunto: Publicações que contêm a legislação sobre proteção e incentivo das belas artes e conservação do patrimônio artístico. 15\03\1956. 1p.
2. Comunicado. DCI-DA\642.6(20). De Clóvis Salgado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Informativo sobre recebimento de aviso que comunica a respeito do término do mandato dos atuais membros da Comissão de Ação Cultural. 03\04\1956. 1p.
3. Comunicado. DAI\642.6(04). De Clóvis Salgado ao embaixador José Carlos de Macedo Soares (Ministro de Estado das Relações Exteriores). Assunto: Confirmação de recebimento de documentos intitulados “Regimento Interno do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil” e “Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional”. 10\04\1956. 1p.
4. Informativo. De Luiz de Castro Faria (Chefe da Divisão de Antropologia). Assunto: Respostas ao processo que trata dos quesitos propostos pela UNESCO. 08\02\1956. 2p.
5. Regimento Interno. Cópia. Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicas no Brasil. Capítulos I, II, III, IV, V, VI. Assunto: (respectivamente) Capítulo I [Dos fins e Constituição do Conselho]; II [Das Sessões do Conselho]; III [Das Atribuições do Conselho]; IV [Das Atribuições dos Membros do Conselho]; V [Das Expedições, Expedicionários, Pesquisadores e Colecionadores Particulares]; e VI [Da Exportação de Material Artístico, Histórico e Científico]. s/d. 7p.